



Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS – SEPLAN

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Estudos Preparatórios

Comitê Interministerial de Governança

Ministro-Chefe da Casa Civil

Eliseu Lemos Padilha

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Esteves Pedro Colnago Junior

Ministro da Fazenda

Eduardo Refinetti Guardia

Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União

Wagner de Campos Rosário

Grupo de Trabalho

Comitê Executivo

Secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos

Julio Alexandre Menezes da Silva

Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

Dyogo Henrique de Oliveira

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ernesto Lozardo

Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Roberto Luís Olinto Ramos

Comitê Técnico

Representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla

Miguel Crisóstomo Brito Leite

Representantes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari

Fernando Pimentel Puga

Representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Sergei Suarez Dillon Soares

Representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Rebeca de La Rocque Palis

Barbara Cobo Soares

Grupo de Consolidação

Hébrida Verardo Moreira Fam

Lavinia Barros de Castro

Rafael Luís Giacomini

Rafael Martins Neto

Rodrigo Correa Ramiro

Rodrigo Mendes Leal

SUMÁRIO

Prefácio	5
1 Introdução	10
2 Diretrizes e Bases da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	18
Diretriz principal	23
Eixo 1: econômico	24
Eixo 2: institucional	26
Eixo 3: infraestrutura	28
Eixo 4: ambiental	30
Eixo 5: social	32
3 Onde Estamos	35
3.1 Retrato por eixo	42
Eixo 1: econômico	46
Eixo 2: institucional	56
Eixo 3: infraestrutura	67
Eixo 4: ambiental	78
Eixo 5: social	87
4 Megatendências e seus Impactos nas Políticas Públicas	102
4.1 Megatendências	103
Eixo 1: econômico	104
Eixo 2: institucional	108
Eixo 3: infraestrutura	111
Eixo 4: ambiental	113
Eixo 5: social	115
4.2 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS	117
5 Cenário Macroeconômico	129
6 O Caminho até 2031	136
6.1 Desafios e orientações	138
Eixo 1: econômico	138
Eixo 2: institucional	148
Eixo 3: infraestrutura	153
Eixo 4: ambiental	158
Eixo 5: social	162
6.2 Riscos e medidas mitigadoras	172
7 Considerações Finais	176
Referências	180
Apêndices	185
Apêndice A	186
Apêndice B	199

PREFÁCIO

Este documento apresenta a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes) para o Brasil para os anos de 2020 a 2031, concebida com o objetivo de orientar, *articular e influenciar as discussões dos demais instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado (planos nacionais, setoriais e regionais e o Plano Plurianual – PPA da União)*. É mais um passo na busca de melhor governança para as ações do Estado brasileiro.

Foi construído a partir da convergência de estudos e reflexões de longo prazo publicados por órgãos de pesquisa e planejamento da administração pública federal, de reuniões com os ministérios do governo federal e de consulta pública junto à sociedade e especialistas, colhendo visões diversas e setoriais, com vistas a oferecer um planejamento de longo prazo ao país. A elaboração desse documento também foi influenciada pela Agenda 2030, adotada pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), expressa em 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), integrados e indivisíveis, que visam promover de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988), no seu art. 174, dispõe: “§ 1º a lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento” (Brasil, 1988). Os constituintes dispuseram, também, nos termos do *caput* do referido artigo, que o planejamento é determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Visando ao cumprimento do mencionado dispositivo constitucional, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) nº 9.163, de 23 de novembro de 2017, que “dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (Brasil, 2017a). Dentre outros comandos do PL, destaca-se a definição dos instrumentos que devem compor o planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado: a Estratégia Nacional; os planos nacionais, setoriais e regionais; e o Plano Plurianual – PPA (*figura 1*).

Destaca-se que não há uma relação de hierarquia entre os instrumentos. O § 4º, do art. 165, da CF/1988, e o art. 12, do projeto de lei, indicam que esses instrumentos devem estar em consonância e, de forma uniforme e sinérgica, indicar o caminho que o país deve seguir.

FIGURA 1 / Estrutura do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado



Fonte: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seplan/MP).

O PL nº 9.163/2017, em seu art. 9º, propõe o horizonte de doze anos para a Estratégia Nacional e, em seu art. 10, dispõe sobre o conteúdo desta em seis partes:

- I – as diretrizes e as bases do desenvolvimento econômico e social nacional equilibrado;*
- II – os desafios a serem enfrentados pelo país;*
- III – o cenário macroeconômico;*
- IV – as orientações de longo prazo;*
- V – as macrotendências e seus impactos nas políticas públicas; e*
- VI – os riscos e as possíveis orientações para construção de suas medidas mitigadoras (Brasil, 2017a).*

Portanto, a Estratégia Nacional consiste em um dos instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, sendo que o detalhamento das políticas públicas deverá ser apresentado nos respectivos planos nacionais, setoriais e regionais e no PPA. O art. 13, do PL nº 9.163/2017, destaca o seguinte conteúdo mínimo para os planos nacionais, setoriais e regionais:

- i) diagnóstico do setor;*
- ii) objetivos estratégicos, de modo compatível com outros planos governamentais correlatos;*
- iii) vigência;*
- iv) metas necessárias ao atendimento dos objetivos;*
- v) estratégias de implementação necessárias para alcançar os objetivos e as metas;*
- vi) identificação dos recursos necessários, dos responsáveis pela implementação dos riscos e suas respostas;*
- vii) análise de consistência com outros planos nacionais, setoriais e regionais e as suas relações com os instrumentos de planejamento do PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA);*
- viii) ações para situações de emergência ou de contingência; e*
- ix) mecanismos e procedimentos para o monitoramento e a avaliação da eficiência, da eficácia, da efetividade e da economicidade das ações programadas.*

Ainda no esforço de promover melhor governança dos esforços públicos, conjuntamente com o envio do PL nº 9.163/2017, o Poder Executivo editou o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que “dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (Brasil, 2017b). O decreto instituiu o Comitê Interministerial de Governança (CIG), que, em sua primeira reunião, em 16 de fevereiro de 2018, recomendou ao MP que “elabore os estudos preparatórios para a formulação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 2020-2031” (Brasil, 2018a). Para tal fim, foi criado um comitê técnico, instituído pela Portaria MP nº 47, de 20 de março de 2018, integrado pela Seplan/MP, que o coordenou, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O conteúdo deste documento é resultado das ações do grupo de trabalho e atende à recomendação do CIG e ao PL nº 9.163/2017.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DA ENDES

A Estratégia Nacional reforça a participação social no planejamento público e promove o debate social de grandes temas representados nas diretrizes, megatendências, indicadores, desafios, orientações e riscos presentes no documento com o intuito de promover o desenvolvimento nacional equilibrado no horizonte de doze anos.

Para que o processo de participação fosse iniciado, o comitê técnico elaborou uma minuta da Estratégia Nacional, amplamente discutida com os órgãos federais, e desenvolveu um processo que resultou na ampliação do diálogo social e permitiu que a sociedade apresentasse suas recomendações e sugestões visando à construção de um país no qual toda sua população pudesse usufruir de um elevado índice de desenvolvimento humano.

Para dar suporte a esse trabalho, foi desenvolvida uma plataforma on-line na qual o relatório, inicialmente elaborado no âmbito no governo federal, foi colocado à disposição da sociedade para que todos os interessados pudessem dar sugestões para a construção da estratégia. A plataforma esteve disponível pelo *link* <www.planejamento.gov.br/estrategianacional>, e as contribuições foram registradas de 11 de junho a 24 de agosto de 2018. Paralelamente à abertura do período de recebimento de contribuições pela plataforma *on-line*, foram promovidos 18 eventos, entre reuniões e seminários, com a participação de conselhos de políticas públicas, organismos internacionais, representantes das classes empresariais e de trabalhadoras e especialistas, como: Escola Superior de Guerra; Grupo de Apoio Permanente do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); Rede Brasileira de Prospectiva; Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom); bancos: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES e reunião com bancos privados; Reunião com a Comissão Nacional dos ODS; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal); infraestrutura (Empresa de Planejamento e Logística – EPL, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Ministério dos Transportes – MT); e seminários na Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e no Tribunal de Contas da União (TCU).

Os eventos objetivaram captar contribuições para a Endes e promover a participação da sociedade por meio da plataforma *on-line* da consulta pública. Assim, 122 usuários apresentaram 578 contribuições, sendo 146 propostas de adição, 116 de modificações, 32 de exclusões e 284 comentários. A plataforma também permitiu a avaliação pela

sociedade dos atributos presentes na proposta inicial do governo. No total foram recebidas 3.813 avaliações, sendo 95,3% (3.634) positivas e 4,7% (179) negativas.

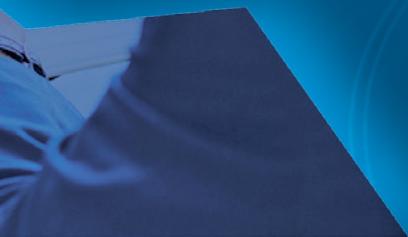
As contribuições perpassaram todo o documento, com destaque para os eixos social e econômico, que receberam 21% e 20% de todas as contribuições, respectivamente. As maiores taxas de aprovação, da ordem de 98,2%, 97,5% e 97,2%, foram relativas às propostas presentes nos eixos infraestrutura, ambiental e social, respectivamente. A parte geral e os eixos econômico e institucional apresentaram as maiores taxas de reprovação, de 7%, 7,8% e 7,1%, respectivamente. Esses últimos eixos abordam questões mais polêmicas, como a realização de reformas estruturais, motivo pelo qual recebeu o maior número de votos negativos, 5 votos: “Aperfeiçoar o sistema previdenciário, considerando-se o envelhecimento da população brasileira, com o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira e a justiça social necessárias”. A diretriz principal foi o atributo que recebeu o maior número de comentários (16), o maior número de votos positivos (26) e o maior número de propostas de modificação (6). Como resultado do processo de consulta pública, a diretriz principal foi alterada de “Elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira para os padrões verificados nos países desenvolvidos” para “Elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais”.

Esses resultados indicam que o processo de consulta pública demonstrou ser um importante, estratégico e legítimo espaço de participação social. As diversas considerações e recomendações oriundas do processo foram avaliadas pelo grupo técnico responsável por coordenar o processo de construção do documento.

Vale destacar que, entre os assuntos abordados na consulta pública, estiveram, entre outros: cenários macroeconômicos; reformas previdenciária, tributária e fiscal; desenvolvimento econômico, social e regional; melhoria da governança pública; saúde; educação; meio ambiente; infraestrutura; saneamento; inclusão social; habitação; economia solidária; economia verde, reforma urbana; igualdade de gênero, trabalho, emprego e renda; direitos humanos; ciência e tecnologia; e uso das águas.

Por fim, a participação social na governança da Endes ocorrerá por meio da sua integração com o PPA e seus processos de gestão: monitoramento, avaliação e revisão. Dessa forma, a participação da sociedade civil não se encerra com a consulta pública para elaboração da Estratégia Nacional, que representou apenas o primeiro passo para o desenvolvimento de um planejamento participativo de longo prazo no país e para a ampliação e consolidação da participação social como mecanismo de aperfeiçoamento da atuação do Estado.

1. INTRODUÇÃO



1 INTRODUÇÃO

A história brasileira de planejamento governamental não é recente. Nas décadas de 1940-1970, o Brasil teve uma vasta e rica experiência nessa área. Durante os anos 1980 e 1990, o combate à inflação, a estabilidade econômica e a reestruturação do Estado se tornaram prioridades. Os esforços foram direcionados para a resolução dos problemas de curto prazo em face das sucessivas crises da economia brasileira, como combater a aceleração da inflação, o aumento da dívida externa e as crises do balanço de pagamentos. Isso influenciou a capacidade de planejamento de médio e longo prazo do Estado brasileiro.

Vencida a questão da alta inflação, os esforços se concentraram na realização de reformas legislativas, na melhoria da eficiência na gestão pública e no aprimoramento de marcos regulatórios, embora tenha sido igualmente necessário enfrentar, ocasionalmente, questões conjunturais severas, como foram as crises fiscal e cambial. Para além das questões macroeconômicas, o Estado brasileiro avançou também na redução das desigualdades sociais, no combate à pobreza e na evolução de muitos indicadores sociais, ainda que esses permaneçam como desafios do país.

Na tentativa de o Brasil reestabelecer sua capacidade de planejamento de médio e longo prazo, cabe ressaltar a elaboração de documentos, pelos órgãos governamentais, que trazem relevantes reflexões e subsídios para o planejamento governamental. Dentre os documentos publicados recentemente, destacam-se: *Desafios da nação*, elaborado pelo Ipea; *Panoramas setoriais 2030: desafios e oportunidades para o Brasil*; *Visão 2035: Brasil, país desenvolvido* e *Desafios do desenvolvimento do Brasil*¹, formulados pelo BNDES; além dos esforços do IBGE para a elaboração e o aprimoramento de diversos indicadores, com vistas a atender compromissos assumidos nacional e internacionalmente pelo governo brasileiro. Neste ponto, destaca-se a *Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*, que expressa o compromisso do país com os 17 ODS, 169 metas e 241 indicadores globais e os esforços nacionais para sua internalização e interiorização.

¹ O documento *Desafios do desenvolvimento do Brasil* foi construído, inicialmente, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no âmbito do projeto de reflexão e planejamento estratégico da instituição. Posteriormente, foram realizadas oficinas em conjunto com representantes do Sistema Nacional de Fomento filiados à Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE). O trabalho resultou em um conjunto de 47 fichas com visão, diretrizes e estratégias para superar os diversos “desafios” identificados.

A superação dos desafios brasileiros para o desenvolvimento sustentável necessita de estratégias e ações de médio e longo prazo, que requerem, por sua vez, a articulação e a cooperação de diferentes atores e organizações em prol de objetivos comuns. Diferentemente de um plano estático, tais ações devem ser revistas e aprimoradas, periodicamente, tendo em vista que os desafios do desenvolvimento possuem complexidade crescente e natureza quase-estruturada². Há uma percepção de que o país precisa estabelecer um amplo debate do Estado com a sociedade em relação aos principais desafios para a promoção do desenvolvimento nacional de médio e longo prazo. Esse debate deve envolver, para além das questões nacionais, as agendas globais com as quais o Brasil assumiu compromissos, em que se destacam as agendas dos ODS e da 21ª Conferência das Partes (COP 21) e o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Assim, ganha força a premissa de que o planejamento do país deve pautar-se pela busca do desenvolvimento sustentável, suprimindo as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades, atendendo de forma equilibrada e integrada às dimensões econômica, social e ambiental. Desta forma, a Endes visa não deixar ninguém para trás no longo caminho a ser percorrido em direção ao desenvolvimento sustentável.

O planejamento atual, diferentemente daquele das décadas de 1940-1970, cujo foco era prioritariamente o desenvolvimento econômico e de infraestrutura, deve incorporar todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, incluindo de forma integrada as questões sociais, para que o crescimento do país se converta em benefícios para todos os brasileiros, notadamente aqueles em situação de maior vulnerabilidade, e ambientais, protegendo e promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade e medidas para combater a mudança do clima. Além disso, em consonância com as técnicas mais modernas de planejamento e em linha com o previsto na CF/1988, a elaboração desta Estratégia Nacional incorpora a participação social como método de governo para busca de consensos mínimos sobre a nação que queremos e como forma de orientar a atuação do Estado como articulador do desenvolvimento.

Nesse sentido, o Estado deve definir claramente as suas prioridades, dialogar amplamente com a sociedade e aplicar de forma eficiente os recursos escassos. Há necessidade de reforçar o planejamento de sua atuação, com metas bem estabelecidas, o efetivo monitoramento e avaliação de resultados e a definição de forma transparente dos papéis e espaços de atuação do governo e da iniciativa privada, bem como considerar os arranjos de cooperação disponíveis entre o Brasil, os países parceiros e os organismos internacionais.

² Desafios ou problemas de natureza quase-estruturada são caracterizados por: não possuírem regras precisas e iguais para todos; sua superação poder gerar problemas conexos; estarem entrelaçados a outros desafios; sua solução criar possibilidades ou dificuldades para a solução dos outros etc. (Matus, 1993).

Desta forma, a Estratégia Nacional deve representar o resultado de discussões entre governo e sociedade sobre a direção do desenvolvimento nacional equilibrado no horizonte de doze anos, visando alavancar as oportunidades e promover a remoção dos gargalos ao desenvolvimento econômico e social do país. O documento tem como premissa a definição de diretrizes, ideias-força, que devem ser perseguidas no horizonte. Na busca de uma visão estratégica de longo prazo, que perpassará governos diversos, as diretrizes foram propostas com base na CF/1988. Tais preceitos estão sintetizados em seu art. 3º, que declara os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988).

Neste relatório, as diretrizes têm a concretude necessária para guiar a identificação de desafios e orientações que permitam ao país rumar a um futuro desejado. Suas descrições devem ser plausíveis e viáveis, e não apenas a representação de simples vontade ou esperança.

O relatório contempla também a identificação da situação atual do país (*Onde estamos*), por meio de um breve diagnóstico elaborado a partir de indicadores, que neste documento denominamos “índices-chave”, e de megatendências mundiais e nacionais que mostram os rumos vislumbrados para os próximos anos (*Megatendências e seus impactos nas políticas públicas*). A junção dos dois, *Onde estamos e Megatendências*³, juntamente com o *Cenário macroeconômico*, permite a visualização de futuros plausíveis⁴, conforme *figura 2*.

³ As megatendências são apenas parte das sementes de futuro formadas também pelas incertezas, surpresas inevitáveis e “curingas”. Para o horizonte da Estratégia Nacional, contudo, a opção foi trabalhar apenas com as megatendências.

⁴ Para o aprofundamento do tema, pode ser usada a publicação *Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento* (Ipea, 2017).

FIGURA 2 / Situação inercial



Fonte: Seplan/MP.

Os futuros plausíveis, normalmente, não refletem o preconizado nas *diretrizes*. Dessa forma, para que estas sejam alcançadas, a Estratégia Nacional identifica *desafios* para o Brasil nos próximos doze anos, assim como define as *orientações* que permitirão ao país deslocar-se em direção ao futuro desejado e aponta possíveis *riscos* que podem desviar o Brasil do caminho perseguido (*figura 3*).

FIGURA 3 / Metodologia da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



Fonte: Seplan/MP.

Os desafios expressam o que deve ser feito para retirar o país do caminho do futuro inercial para o rumo desejado. Dessa maneira, indicam um caminho a ser perseguido para que se alcance, ao final do horizonte de doze anos, um país mais próximo ao previsto na CF/1988.

As orientações, por sua vez, são o conjunto de ações que devem ser tomadas ao longo do tempo para dar concretude aos desafios. Devem ser capazes, portanto, de mobilizar os atores-chave (instituições públicas, Poder Legislativo, iniciativa privada, investidores, sociedade civil, fontes de cooperação internacional etc.) em prol de uma visão de desenvolvimento para o país.

Importante destacar que a identificação dos desafios e a definição das orientações consideraram os princípios e as orientações contidos nos acordos internacionais de que o Brasil é signatário, com destaque para a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Além disso, a elaboração da Estratégia Nacional está em consonância com o documento *Transformando nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*⁵, que, ao instituir a Agenda 2030 estabelece que os países desenvolvam respostas nacionais para a implementação dos ODS a partir de instrumentos de planejamento internos e por meio da elaboração de estratégias próprias, no intuito de internalizar a agenda, considerando as realidades, as políticas e as prioridades nacionais.

Dessa forma, a Estratégia Nacional, ao mesmo tempo que possui conteúdo alinhado às regras e aos compromissos internacionais relevantes, também preserva a soberania do país no desenvolvimento de políticas nacionais para a promoção de um crescimento econômico inclusivo e sustentável.

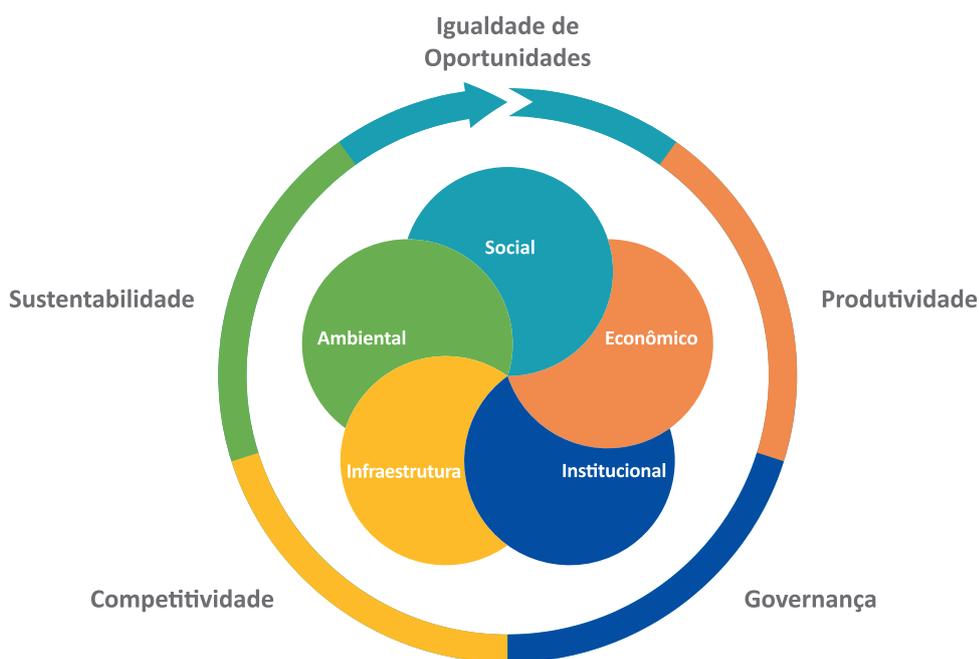
Para os fins deste documento, riscos são eventos cuja possibilidade de ocorrência tem impacto negativo e pode comprometer o alcance do futuro desejado. O risco é medido em termos de sua severidade e probabilidade. A identificação dos principais riscos está acompanhada de ações mitigadoras.

A Estratégia Nacional se organiza por cinco eixos (*figura 4*), que contemplam, de forma agregada, os setores propulsores do desenvolvimento do país nos próximos doze anos, a saber: econômico, institucional, infraestrutura, ambiental e social. Como se nota, as três dimensões do desenvolvimento sustentável, bases da Agenda 2030, estão presentes nos eixos da Estratégia Nacional, com a opção de explicitar como eixos estruturantes as dimensões institucional e de infraestrutura. O eixo institucional da estratégia dialoga diretamente com o ODS 17 e com as 43 metas de implementação dos demais ODS, que tratam dos mecanismos institucionais necessários para a implementação dos ODS. O eixo infraestrutura, por sua vez, é destacado na Estratégia Nacional devido às graves carências observadas no país. Este eixo é parte integrante da dimensão econômica do desenvolvimento sustentável e possui correlação, por exemplo, com as metas presentes nos ODS 7 (Energia), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 12 (Produção e Consumo Sustentáveis), entre outros.

⁵ Disponível em: <<https://goo.gl/zGM66S>>.

Porém este recorte visa apenas facilitar a organização do documento, uma vez que não é possível estabelecer fronteiras definitivas entre os eixos, haja vista existir uma forte inter-relação entre eles. Ademais, os temas tratados em cada eixo, geralmente, têm caráter de transversalidade e sinergia. A premissa da integração e da indivisibilidade presente nos ODS revela-se também como importante no âmbito desta estratégia, evidenciando que a efetiva concretização das diretrizes dependem do desenvolvimento equilibrado e coordenado entre os eixos.

FIGURA 4 / Eixos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



Fonte: Seplan/MP.

Tendo a metodologia e os eixos como base, este relatório está organizado em capítulos que respondem aos dispositivos do art. 10, do PL nº 9.163/2017. O primeiro capítulo aborda as diretrizes da Estratégia Nacional, as quais deverão nortear a atuação estatal e induzir a participação da sociedade na superação dos desafios assumidos para se alcançar o país almejado, tal como preconiza o art. 3º, da CF/1988. Ainda, cabe destacar que a pedra angular da política externa brasileira é a Constituição, em particular o seu art. 4º, que contém os princípios que regem as relações internacionais do Brasil.

O capítulo *Onde estamos* traz um breve diagnóstico do país, elaborado com base em índices-chave que mensuram, de forma agregada, o desenvolvimento econômico e social, além de permitir a comparação internacional. Sempre que possível, é apresentada a trajetória e o recorte por território, raça, gênero, classe social, dentre outros que permitam visualizar e entender as desigualdades internas.

O capítulo *Megatendências e a Agenda 2030: impactos nas políticas públicas* abordará o caminho que se vislumbra para o mundo nos próximos doze anos, incluindo as principais megatendências mundiais e as principais sinalizações presentes na Agenda 2030. As megatendências devem ser entendidas como eventos cujas perspectivas de direção e de sentido são suficientemente consolidadas e visíveis para se admitir suas evoluções no período considerado.

Em seguida, há o *Cenário macroeconômico* para o horizonte de doze anos. A utilização dos cenários macroeconômicos no processo de planejamento não pretende eliminar as incertezas ou predizer o futuro com relação ao comportamento da economia do país, mas permite a definição de diretrizes e orientações mais consistentes com o provável desenvolvimento da economia, ampliando a chance de se alcançar o desejado. Além disso, o cenário macroeconômico deverá balizar a elaboração de planos nacionais, setoriais e regionais, com vistas a homogeneizar seus parâmetros.

O capítulo *O caminho até 2031* abordará os desafios que precisam ser superados para se alcançar o futuro desejado e expressará as orientações estratégicas para a sua implementação. A identificação dos desafios será subsidiada no cruzamento das diretrizes com a situação atual, as tendências, o cenário macroeconômico e, principalmente, os interesses da nação e os desejos e as aspirações da sociedade brasileira. As orientações estratégicas indicam o caminho a ser percorrido, por meio de um conjunto de ações que deve ser implementado ao longo do tempo. O capítulo também trará os riscos que se apresentam à implementação das orientações, à superação dos desafios e ao alcance das diretrizes.

O último capítulo traz as *Considerações finais* e abordará a governança, o monitoramento e as futuras revisões da Estratégia Nacional.

2. DIRETRIZES E BASES DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL



DIRETRIZES E BASES DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A Estratégia Nacional deve deixar claro para toda a sociedade quais são os objetivos e as prioridades do desenvolvimento econômico e social. É essencial ter diretrizes bem definidas, com vistas a orientar a atuação do setor público e a iniciativa do setor privado.

A CF/1988 tem como objetivo garantir o Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento econômico, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica de conflitos. Tais preceitos estão sintetizados em seu art. 3º, o qual declara os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Os objetivos fundamentais são os pilares que devem orientar a ação do Estado brasileiro. São princípios e, como tal, devem ser observados simultaneamente. Dessa forma, a título de exemplo, entende-se que as ações que visam garantir o desenvolvimento econômico não podem ocorrer com perdas para a democracia, com ampliação da pobreza ou exclusão de segmentos da população, nem com a degradação ambiental.

Importante destacar também os princípios que regem as relações internacionais, os quais devem se dar de forma soberana e com base no disposto no art. 4º, da CF/1988.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;*
- II - prevalência dos direitos humanos;*
- III - autodeterminação dos povos;*
- IV - não intervenção;*
- V - igualdade entre os Estados;*
- VI - defesa da paz;*
- VII - solução pacífica dos conflitos;*
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;*
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;*
- X - concessão de asilo político.*

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (Brasil, 1988).

Tais princípios não apenas balizam a atuação do governo no exterior, mas também conferem continuidade à política externa brasileira ao longo do tempo. Pautada por esses princípios, a política externa tem sido executada como política pública a serviço das prioridades da sociedade brasileira: a recuperação da economia, a geração de empregos, a segurança nas fronteiras e a promoção do bem-estar de todos.

Desde a promulgação da Constituição, avanços foram obtidos no que se refere aos seus preceitos. No entanto, é consenso que ainda há um longo caminho a percorrer para que a sociedade atinja os patamares pretendidos. Dessa forma, a Estratégia Nacional avalia o que já se conquistou e considera as megatendências para o país, a fim de definir orientações de superação e estabelecer diretrizes de longo prazo.

Nas últimas décadas, novas agendas ganharam força e estão refletidas nos acordos internacionais assinados pelo Brasil, como a Agenda 2030, que define objetivos e metas para o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: social, econômica e ambiental. Outro importante destaque foi a ratificação do Acordo de Paris, em 2016. O país demonstrou, mais uma vez, o seu papel de liderança nas negociações internacionais sobre a mudança climática, evidenciado por contribuições importantes para a mitigação da mudança climática em território nacional. O acordo representa um marco para requalificar o desenvolvimento socioeconômico do país ao promover a economia de baixo carbono.

Além do surgimento de novas agendas, outro fator que não pode ser negligenciado é a emergência de uma nova etapa do desenvolvimento humano, que se caracteriza pelo predomínio da informação, da comunicação e do conhecimento na economia e no conjunto das atividades humanas, também chamado de transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento.

Tendo em mente as orientações da Carta Magna e os desafios contemporâneos da sustentabilidade, a Estratégia Nacional deve perseguir o desenvolvimento nacional, entendido para os fins deste documento como “A transformação de uma determinada realidade com crescimento da renda por habitante, melhoria da distribuição de renda, redução das desigualdades e elevação dos padrões de vida da população brasileira, de forma sustentável” (BNDES, 2018d).

Para tanto, pressupõe-se a “orquestração de uma estratégia de desenvolvimento, em que instituições e organizações estejam coordenadas e orientadas por missões prioritárias” (BNDES, 2018d). Assim, a Estratégia Nacional conta com diretrizes para o desenvolvimento econômico e social para os próximos doze anos. É importante destacar que há uma diretriz principal norteadora das demais diretrizes, que estão organizadas nos cinco eixos: econômico, institucional, infraestrutura, ambiental e social, assim constituídos por permitirem análises de transformações estruturais da sociedade.

A diretriz principal deste documento tem como objetivo oferecer concretude aos objetivos fundamentais previstos na CF/1988 para o período de doze anos e transformar o Brasil em um país com índice de desenvolvimento humano muito alto. O preconizado na diretriz principal só será possível por meio do ganho de *produtividade*, da melhoria da *governança* pública, do aumento de *competitividade*, da garantia da *sustentabilidade* ambiental e da promoção da *igualdade de oportunidades*. Temas que serão tratados mais detalhadamente nos eixos da Estratégia Nacional.

Para o desenvolvimento econômico, faz-se necessário que haja um crescimento sustentado e inclusivo. Para tanto, são preponderantes a realização das reformas estruturais, a sustentabilidade da trajetória da dívida pública e o aprimoramento e ampliação dos mecanismos de financiamento, o que impactará de forma direta o investimento. Além disso, o crescimento sustentado e inclusivo só será possível com o aumento da produtividade do país. Entre os fatores que contribuem para este aumento estão a ampliação dos esforços em pesquisa, desenvolvimento e inovação, a melhora na qualificação da força de trabalho e uma inserção mais qualificada do país no mercado internacional, com uma postura ativa nas relações internacionais, na busca de novos parceiros comerciais, de investimentos e de cooperação.

Para atingir o preconizado nesta estratégia, é essencial que o Estado adote medidas institucionais e busque aperfeiçoar sua gestão, por meio da melhora da sua governança, da maior eficiência e da eficácia no gasto público e nas ações governamentais. Outra medida necessária é a garantia de um ambiente de negócios favorável ao empreendedorismo e ao investimento, com regras claras, burocracia eficiente e maior segurança jurídica.

A ação mais eficiente do Estado e a implementação de um ambiente de negócios mais favorável contribuirão para a realização dos investimentos necessários em infraestrutura – historicamente, um gargalo para o aumento da competitividade do país. Na infraestrutura econômica e social, o Brasil terá de lidar com a limitada capacidade de investimento do Estado, o que demanda regras e condições que sejam também capazes de atrair investimentos privados.

As conquistas econômicas e sociais das gerações atuais e a implantação da infraestrutura não podem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. Assim, o desenvolvimento deve se harmonizar com a sustentabilidade ambiental. Dessa forma, um padrão mais sustentável de produção e consumo deve ser observado. Por seu turno, a necessidade de caminhar para o desenvolvimento sustentável pode ensejar variadas oportunidades de negócios, estimulando a economia e gerando empregos verdes, atividades que busquem sinergia entre o mercado de trabalho, a produção de energia e os temas ambientais, bem como criando trabalho decente⁶ e promovendo inclusão social. Ademais, com os compromissos assumidos pelo país no Acordo de Paris, há necessidade de estimular a transição para uma economia de baixo carbono, com uma infraestrutura adaptada e mais resiliente, que gere oportunidades de novos negócios, tecnologia e inovação, promovendo um desenvolvimento ambiental e social que contribua para o objetivo global climático.

Por fim, o planejamento governamental deve ter como fim resultados sociais efetivos que propiciem a melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável vai além do crescimento econômico, do aumento da produtividade nacional e da sustentabilidade ambiental, devendo abranger a melhoria na distribuição de renda e a ampliação do acesso a bens e serviços de boa qualidade nas áreas da saúde, educação, assistência e previdência social, buscando oferecer igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. Nesse ponto, grandes desafios se apresentam, com as tendências de envelhecimento populacional e a menor utilização relativa da força de trabalho nos processos produtivos. Ainda no que se refere ao bem-estar da população, uma das principais questões é a melhoria da segurança pública, que afeta inclusive a produtividade e a competitividade da economia, pois incorre em custos elevados tanto na prevenção quanto no enfrentamento. Pode-se constatar que o eixo social possui importante interface com os demais eixos, haja vista que estes serão responsáveis por prover os recursos necessários e os bens e serviços sociais com a qualidade desejada, e, por sua vez, se beneficiarão de uma população mais qualificada, saudável e produtiva.

Além dos encadeamentos entre os eixos aqui ilustrados, há temas que possuem forte transversalidade e estão presentes em todos os eixos, preservando, assim, seu caráter universal, indivisível e interdependente. Por exemplo: inovação, desenvolvimento regional, públicos específicos, garantia da cidadania e dos direitos fundamentais e redução das desigualdades sociais e regionais, que dependem de avanços em todos os eixos para sua concretude.

⁶ Trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, nos termos da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Diretriz principal

A implementação desta estratégia demanda um avanço gradual e consistente nas áreas social, econômica e ambiental, que possibilite o crescimento sustentável da qualidade de vida e da renda da população. Almeja-se aumentar a renda *per capita*, a expectativa de vida e a qualidade e duração da escolaridade da população, de forma sustentável, situando o Brasil entre os países com desenvolvimento humano muito alto.

QUADRO 1 / Diretriz principal

Elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira, com redução das desigualdades sociais e regionais.

Entre 1953 e 1980, o Brasil foi um dos países com maior crescimento econômico no mundo. O crescimento se deu a taxas próximas de 7%, superando, inclusive, o desempenho da Coreia, ficando atrás apenas do crescimento verificado pela economia japonesa. A partir de 1980, porém, esse movimento de aproximação da renda *per capita* da renda dos países desenvolvidos cessou. Mais grave, a partir de 1988, o Brasil iniciou um movimento de deterioração da sua posição relativa em relação ao produto interno bruto (PIB) das economias emergentes e em desenvolvimento.

Se, por um lado, o crescimento foi insatisfatório (a despeito de períodos curtos de forte desempenho), o país avançou em diversos indicadores sociais: redução da pobreza, melhora de indicadores de desigualdade, avanços na saúde que resultam em elevação da expectativa de vida ao nascer, redução do analfabetismo e elevação dos anos de escolaridade, apenas para citar alguns. Em suma, desde 1980, para além da conquista da estabilidade dos preços e da redução de vulnerabilidades externas, muito se avançou em termos sociais. Inúmeros desafios, porém, permanecem e outras questões surgem – por exemplo, as novas demandas sociais decorrentes do processo de envelhecimento da população brasileira.

Nesse sentido, a Estratégia Nacional apresenta-se ousada: “Elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira, com redução das desigualdades sociais e regionais”. Essa visão deve ser entendida como um desejo compartilhado, algo que se almeja alcançar, que requer inúmeros esforços, mas que é factível. É, em suma, uma ousadia, que se propõe ser coletiva, para que seja efetiva.

Para materializar em números o que se pretende, utilizou-se, no âmbito da Estratégia Nacional, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷, do PNUD. Atualmente, o Brasil encontra-se classificado como um país de nível alto de desenvolvimento humano. Durante o horizonte desta Estratégia Nacional, pretende-se que o Brasil passe a ser um país de nível muito alto de desenvolvimento humano.

Para se tornar um país com nível muito alto de desenvolvimento humano, o Brasil, além de elevar a renda *per capita*, precisa melhorar o acesso e a qualidade aos serviços de saúde, educação e segurança pública e enfrentar um de seus maiores passivos: a elevada desigualdade social e regional. Assim, mais importante que melhorar o índice nacional, é preciso tornar o país mais igual, com o crescimento mais acentuado do IDH nas áreas mais carentes e menos desenvolvidas, e nas camadas da população que apresentam índices menores. O capítulo *Onde estamos* apresenta o detalhamento do IDH em relação à situação atual do país, com o recorte por gênero e municípios.

Todas essas questões, juntamente com outras de igual relevância para o desenvolvimento do país, serão tratadas nos cinco eixos sobre os quais o documento está estruturado, apresentados a seguir, com uma análise individual e a definição de sua respectiva diretriz.

Eixo 1: econômico

O eixo econômico proporcionará a base material que possibilita o alcance das diretrizes da Estratégia Nacional, uma vez que o crescimento econômico contribuirá para a melhoria do padrão de vida de sua população. Nesse sentido, deve-se buscar a estabilidade dos pilares macroeconômicos, favorecendo o crescimento da renda e, no nível microeconômico, a estrutura produtiva e a infraestrutura eficientes o bastante para proporcionar a elevação da renda *per capita* nacional.

As ações do eixo econômico têm forte relação com os objetivos fundamentais de garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Para tanto, deve ser seguida a diretriz exposta no *quadro 2*.

QUADRO 2 / Diretriz do eixo econômico

Alcançar o crescimento econômico sustentado, com foco no ganho de produtividade, assegurando a redução das desigualdades sociais e regionais e a sustentabilidade ambiental.

⁷ Embora esse índice não seja suficiente para caracterizar os múltiplos aspectos do desenvolvimento, é um indicador disseminado que permite comparações internacionais.

Buscar o crescimento econômico sustentado e inclusivo significa ser capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atendimento às necessidades das futuras gerações, o que está estritamente relacionado ao equilíbrio macroeconômico e à redução das desigualdades sociais e regionais. Ademais, o crescimento da economia e o desenvolvimento nacional devem considerar o uso sustentável dos recursos naturais, sem se descuidar da adequada avaliação dos benefícios ambientais.

O foco principal da diretriz do eixo econômico é elevar a produtividade da economia brasileira, pois o que se deseja é acelerar o crescimento de longo prazo em um cenário especialmente desafiador de rápida transição demográfica – que terá também fortes impactos sobre a oferta de mão de obra. Para atenuar os impactos dessa situação, é preciso priorizar e investir fortemente na promoção da inovação tecnológica, a partir de esforços públicos e privados, a fim de assegurar a competitividade da economia. Além disso, é preciso aumentar significativamente os investimentos e melhorar a qualidade de suas inversões, com destaque para os investimentos em infraestrutura e educação – que têm retornos sociais e econômicos mais elevados.

No campo macroeconômico, o requisito básico para que seja possível avançar rumo a um crescimento estável e inclusivo é a sustentabilidade das contas públicas. O desajuste fiscal é um problema que necessita de atenção no curto e longo prazo – questão agravada pelas tendências demográficas previstas para os próximos anos e décadas. A realização de reformas estruturais e a melhora consistente da situação fiscal são pontos fundamentais para a manutenção da estabilidade macroeconômica no longo prazo. Este pilar macroeconômico deve ser visto não como um fim, mas como uma condição necessária para viabilizar o crescimento econômico sustentado.

Contudo, para além do crescimento econômico como variável quantitativa, é preciso que a economia gere empregos de qualidade para a população, incluindo a parcela mais vulnerável. Para tanto, como preceituam os objetivos fundamentais, as ações devem se guiar no sentido de ampliar a igualdade de oportunidades, sem qualquer discriminação.

Ademais, para que o país cresça a taxas mais elevadas, é preciso que haja sua maior inserção nos fluxos de comércio e investimento, sendo de grande importância a integração econômica internacional e a cooperação multilateral.

Eixo 2: institucional

A atuação do governo deve primar pela concretização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil firmados na CF/1988. A redução das desigualdades no tocante ao acesso a serviços públicos de qualidade, especialmente educação, saúde e segurança pública, contribui para o alcance de todos esses objetivos – colaborando para o crescimento de forma inclusiva. Para a melhoria do acesso aos serviços públicos em um cenário de restrição fiscal e com a necessidade de reequilíbrio das contas públicas, é preciso buscar maior eficiência e eficácia do Estado, por meio do aperfeiçoamento do planejamento, da governança e da gestão.

Da mesma forma, é vital fomentar a participação política e social, reforçando a democracia como direcionadora da atuação do Estado. Em linha com a previsão de maior participação do setor privado como agente do desenvolvimento, projeta-se, também, a qualificação da atuação governamental no campo da regulação, proporcionando maior segurança jurídica aos investimentos, removendo gargalos do setor produtivo e da infraestrutura, aprimorando marcos regulatórios de setores-chave da economia e fiscalizando a prestação de serviços, entre outras medidas.

Para a promoção do desenvolvimento econômico e social, sustentado pelo aumento da produtividade e pela melhoria dos serviços públicos, é primordial que as ações do eixo institucional estejam voltadas para as diretrizes expostas no *quadro 3*.

QUADRO 3 / Diretriz do eixo institucional

Aprimorar a governança do Estado, com foco na melhoria da entrega de serviços públicos ao cidadão e do ambiente de negócios e na garantia da soberania nacional.

O efetivo funcionamento do Estado somente encontra materialidade a partir da melhoria de sua governança e da qualificação da gestão pública. É importante que o Estado se torne mais qualificado a desempenhar as funções de planejamento e gestão, exercendo o protagonismo na articulação, negociação e coordenação de políticas, inclusive sob o ponto de vista federativo, fortalecendo os canais de participação social e as ações de comunicação. A transparência, a visibilidade e o controle democrático do governo também são princípios imprescindíveis, que ampliam a efetividade do Estado.

Outro aspecto de extrema relevância é a gestão eficiente dos recursos públicos, em todos os níveis de governo, o que envolve o fortalecimento do planejamento, da im-

plementação, do monitoramento e da avaliação das políticas públicas no país. A gestão eficiente dos recursos públicos inclui a eliminação de distorções das políticas públicas existentes, que induzem o caráter regressivo que caracteriza parte do gasto público do país. A gestão de recursos, alinhada ao aprimoramento na sua alocação e na qualidade do gasto público, proporcionará o aperfeiçoamento das políticas públicas, dos programas e das ações governamentais para que alcancem melhores resultados.

Desta forma, espera-se que a melhoria da governança pública, com a melhor focalização das políticas públicas e a avaliação periódica de seus resultados, resulte em uma atuação estatal mais eficiente, eficaz e efetiva, o que contribuirá para o aumento de bem-estar da população, para a melhoria do ambiente de negócios, para a redução dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais e para o crescimento da confiança da sociedade nas instituições públicas. Para que essa melhoria da governança seja coordenada e consistente, é importante que seja fundamentada em uma política de governança voltada para a busca da legitimidade e credibilidade da atuação estatal.

Ao assumir um papel de coordenador de ações para o desenvolvimento sustentável, o Estado deve ser capaz de oferecer um ambiente de negócios propício ao empreendedorismo, à inovação e à assunção de riscos de negócio pelos agentes econômicos. Dessa forma, o Estado deve adotar ações no sentido de minimizar a sobreposição regulatória e dos marcos legais, aumentar a facilidade de se fazer negócios no país, reduzir os custos sistêmicos, ampliar a transparência nas relações público-privadas e fiscalizar adequadamente a prestação de serviços públicos. Tais ações proporcionarão maior segurança jurídica aos investimentos e promoverão a ampliação da participação dos agentes privados nos investimentos em infraestrutura econômica e social.

A ampliação e a prestação de serviços públicos de qualidade, visando à inclusão social e à igualdade de oportunidades, passa por um governo mais ágil e preparado para responder de forma tempestiva às demandas da sociedade. Para que isso aconteça, é preciso modernizar a prestação de serviço, aproveitando as inovações no âmbito da tecnologia, informação e comunicações (TIC).

Esses fatores devem estar alinhados às transformações geopolíticas e geoeconômicas globais que influenciam diretamente as políticas públicas. Assim, a execução da política externa exige uma avaliação criteriosa do cenário internacional em que o Brasil se insere. Na conjuntura global, verifica-se crescente multipolaridade política e econômica. Na esfera econômica, além da continuada ascensão da Ásia, observa-se a retomada do dinamismo nos Estados Unidos e, embora em um ritmo menos acelerado, na Europa. No entanto, o crescimento global pode vir a ser limitado por medidas protecionistas, pela ameaça de guerra comercial e por riscos inerentes à estabilidade do sistema financeiro,

em virtude dos elevados níveis de endividamento. Na esfera política, a crescente competição entre grandes potências tem a possibilidade de fragilizar a ordem internacional vigente, dificultando a busca de soluções negociadas para temas que interessam a todos: paz e segurança, desarmamento, mudança do clima, crises financeiras, epidemias, luta contra crimes transnacionais e segurança cibernética, entre outros.

Diante desse cenário, o Brasil tem levado adiante uma diplomacia que promove o diálogo, a solução pacífica de controvérsias, o multilateralismo e a integração com parceiros na região e fora dela, sendo um país com significativa contribuição à paz e à segurança internacionais. Em uma configuração multipolar do poder, assentada no multilateralismo e no direito internacional, o Brasil terá maior capacidade de se fazer ouvir nos fóruns internacionais e de influenciar o processo de definição das normas da governança global. O Brasil precisa fortalecer seu papel de ator global com sua diplomacia de vocação universal, mantendo relações diplomáticas com todos os Estados-membros das Nações Unidas, sempre mirando o compromisso constitucional da solução pacífica de conflitos e da promoção da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Ressalta-se a importância do setor da defesa em prol da soberania do país e da defesa nacional, sobretudo na região amazônica e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras – a Amazônia Azul. Adicionalmente, cabe ressaltar a correlação positiva entre desenvolvimento nacional e defesa, destacando-se três grandes polos como catalizadores da pesquisa científico-tecnológica e da inovação: nuclear, aeroespacial e cibernético.

Eixo 3: infraestrutura

O Brasil precisa ofertar infraestrutura em condições adequadas para alavancar a economia nacional e as potencialidades regionais. O investimento em infraestrutura tende a contribuir com crescimento econômico ao gerar externalidades positivas, pois possibilita a ampliação das bases produtivas do país e da competitividade, reduzindo custos e estimulando inversões no conjunto da economia. Dessa forma, o eixo infraestrutura está intrinsecamente relacionado ao objetivo fundamental de garantir o desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo que contribui para reduzir as desigualdades regionais e de acesso aos serviços públicos, a fim de elevar o bem-estar de todos.

Para contribuir para o alcance dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, tem-se a diretriz apresentada no *quadro 4*.

QUADRO 4 / Diretriz do eixo infraestrutura

Fomentar o desenvolvimento integrado da infraestrutura com foco no ganho de competitividade e na melhoria da qualidade de vida, assegurando a sustentabilidade ambiental e propiciando a integração nacional e internacional.

Para garantir infraestrutura adequada às demandas do desenvolvimento nacional, são necessários avanços significativos em todos os setores, sendo importante criar condições para estimular a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias que reduzam os custos de implantação e operação dos empreendimentos.

No tocante ao setor de logística, há gargalos e necessidades de investimentos nos diferentes modais de transporte. Uma atenção especial terá de ser dada aos modais mais eficientes, como o ferroviário e o hidroviário, o que levará ao aumento de suas participações na malha de transporte de cargas e permitirá redução significativa do custo Brasil, refletindo de forma positiva na competitividade global do país e na integração nacional e internacional. Os investimentos em modais de transporte mais sustentáveis contribuem, por sua vez, para o alcance de uma economia mais descarbonizada, com benefícios ao meio ambiente e à qualidade de vida da população.

Por seu turno, no setor de energia, vislumbra-se um grande potencial para a geração por fontes renováveis em regiões menos favorecidas do país, aproveitando as potencialidades regionais e com impacto direto na geração de renda para a população local. Contudo, os combustíveis fósseis continuarão sendo uma importante fonte de energia, o que demanda o aproveitamento das reservas e oportunidades oriundas do pré-sal.

O desenvolvimento do setor das comunicações é um importante vetor na integração nacional e internacional, além de ser um polo gerador de inovações e de produtos com alto valor agregado. A ampliação do acesso e a melhoria da qualidade das redes de banda larga, bem como o uso da internet das coisas (*internet of things – IoT*)⁸, serão de suma importância para o ganho de produtividade, com reflexos diretos no desenvolvimento nacional. Para isso, são necessárias a ampliação e a melhoria contínuas dos serviços de comunicação e transferência de dados, com vistas a ampliar a concorrência na prestação desses serviços, a fim de aumentar sua cobertura e qualidade e reduzir custos para os consumidores.

Por fim, a melhoria contínua na infraestrutura urbana terá reflexos na qualidade de vida nas cidades e na redução de desigualdades regionais. É importante lembrar que morar

⁸ A internet das coisas inclui o sensoriamento do estado físico das coisas, o processamento de informações, a comunicação e a capacidade de interação entre objetos,

em áreas urbanizadas com acesso a hospitais, escolas e outros equipamentos urbanos, além dos serviços de saneamento básico e serviços de transporte, impacta positivamente na salubridade da moradia, na redução da morbimortalidade por doenças infectocontagiosas, na redução da violência local e no ganho de produtividade do trabalhador. Ademais, o aumento do uso de sistemas eficientes de transporte público de passageiros contribui para a consecução dos compromissos assumidos voluntariamente pelo Brasil no Plano Setorial de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima.

Os avanços na infraestrutura irão requerer não apenas investimentos públicos, mas, principalmente, a ampliação de parcerias com o setor privado, de que são exemplos as parcerias público-privadas (PPP), as concessões de serviços públicos e a criação de um ambiente institucional que promova a participação do setor privado de forma independente, em função do cenário fiscal desafiador. Para promover maior participação do setor privado, seja de atores domésticos, seja de estrangeiros, é fundamental que se aprimorem os marcos regulatórios e os mecanismos de financiamento de infraestrutura.

Eixo 4: ambiental

As conquistas econômicas e sociais das gerações atuais não podem comprometer a capacidade de preservação dos ativos ambientais e de atendimento às necessidades das gerações futuras. Ou seja, o desenvolvimento deve ser ambientalmente sustentável. A preocupação com o meio ambiente torna-se um imperativo, na medida em que alguns indicadores – como a concentração de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, a perda de biodiversidade e o volume de geração de resíduos – sinalizam que o planeta está sendo explorado em um ritmo superior à sua capacidade de regeneração.

Nesse contexto, o Brasil exerce um papel de grande relevância no cenário internacional, pois possui um elevado nível de capital natural. Essa riqueza representa uma importante fonte de geração de renda e elemento essencial para o desenvolvimento econômico e social. O vasto patrimônio natural brasileiro pode se tornar um fator importante de crescimento econômico, decorrente da exploração sustentável de recursos naturais e sua conversão em alimentos, fibras, produtos biológicos e farmacêuticos e energias renováveis, ao mesmo tempo que gera novos empregos e negócios. A diretriz a ser seguida pelo eixo ambiental está citada no *quadro 5*.

QUADRO 5 / Diretriz do eixo ambiental

Promover o uso sustentável dos recursos naturais e a transição para uma economia de baixo carbono, com foco na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social.

O uso sustentável dos recursos naturais tem por objetivo promover a conservação, a recuperação e o manejo sustentável de ecossistemas, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações locais, buscando condições para reverter os impactos socioambientais negativos no bioma da região explorada. O cuidado com o meio ambiente deve ter o reconhecimento e o envolvimento de toda a população do país.

O uso sustentável dos recursos naturais permite a manutenção do fornecimento de produtos e serviços ambientais essenciais para o desenvolvimento econômico e social. Os fluxos de valor, que contribuem para o bem-estar da sociedade e dão suporte às atividades econômicas, são resultado direto do estado qualitativo e quantitativo do capital natural.

Os ecossistemas, como florestas, zonas úmidas e oceanos, fornecem uma variedade de benefícios para a população e os sistemas naturais. Entre esses benefícios estão a proteção costeira contra erosão e inundação, a redução de danos por enchentes e tempestades, a preservação do habitat para espécies importantes do ponto de vista comercial e recreativo, as oportunidades para recreação e comércio, empregos, conservação e a melhoria na qualidade da água e no sequestro de carbono. Os benefícios proporcionados por essa infraestrutura natural também podem desempenhar papel no fortalecimento da resiliência dos ecossistemas aos impactos da variabilidade e mudança do clima.

Por sua vez, caso as metas globais de combate às mudanças climáticas não sejam atendidas, podem haver prejuízos aos investimentos, à agricultura, à biodiversidade, ao abastecimento hídrico, entre outros, o que, por sua vez, pode provocar empobrecimento, injustiça social e perda de produtividade, comprometendo todo um plano de desenvolvimento econômico com sustentabilidade e justiça social. Nessa linha, o desenvolvimento se dará com base no uso de tecnologias limpas, no aproveitamento consciente dos recursos naturais e da biodiversidade nacional, conservando e preservando o meio ambiente para as gerações futuras e buscando a consolidação de uma economia com baixa emissão de carbono.

Para se chegar aos fins desejados, faz-se necessário o emprego de tecnologias ambientalmente adequadas⁹, ou seja, aquelas tecnologias que propiciam padrões de produção e consumo sustentáveis¹⁰, contribuindo para o desenvolvimento nacional equilibrado sem comprometer as gerações futuras.

Por fim, não se pode olhar para a diretriz do eixo ambiental sem considerar seu impacto para o crescimento econômico. Ressalta-se que a necessidade de se caminhar para o desenvolvimento sustentável pode ensejar oportunidades de negócios, estimulando a economia verde¹¹ e constituindo uma janela de oportunidade para o crescimento econômico compatível com a preservação e a ampliação dos ativos naturais do Brasil, com inclusão social e harmonização das dimensões econômica, social e ambiental.

Eixo 5: social

O eixo social é fundamental na missão de dar materialidade aos objetivos fundamentais declarados no art. 3º, da CF/1988, e nos ODS da Agenda 2030, pois tem como missão a erradicação da pobreza, a inclusão social das parcelas mais vulneráveis da população, a melhoria na distribuição de renda e a universalização e institucionalização dos direitos da cidadania.

Os avanços nos eixos econômico, institucional e infraestrutura podem não ser suficientes para melhorar o padrão de vida de parcela da população brasileira caso os frutos do crescimento da renda não sejam bem distribuídos e não repercutam na melhoria da qualidade de vida. Assim, no tocante ao eixo social, melhorar a distribuição dos benefícios do crescimento econômico é um caminho inescapável para a efetiva construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Para que a Estratégia Nacional alcance os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, é preciso que as ações do eixo social tenham a diretriz exposta no *quadro 6*.

⁹ O termo ambientalmente adequado é mais utilizado para a destinação e a disposição final de resíduos sólidos, contudo a lógica na qual se baseia cabe totalmente ao preceituado e desejado nesta estratégia (ver Lei nº 12.305/2010).

¹⁰ “Produção e consumo sustentáveis é uma abordagem holística aplicada para minimizar os impactos ambientais negativos dos sistemas de produção e de consumo, ao mesmo tempo em que promove melhor qualidade de vida para todos; estimula a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos e insumos; e fomenta a geração de trabalhos decentes e o comércio justo. Ademais, contribui para a conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, dissociando crescimento econômico da degradação ambiental”. Fonte: <<https://goo.gl/KL3tmk>>.

¹¹ A Iniciativa Economia Verde do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), lançada em 2008, define a economia verde como aquela que resulta em melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica.

QUADRO 6 / Diretriz do eixo social

Promover o bem-estar, a cidadania e a inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no acesso a serviços públicos de qualidade, por meio da geração de renda e redução das desigualdades sociais e regionais.

O bem-estar e a inclusão social estão estritamente relacionados ao pleno exercício dos direitos sociais básicos, que requerem um conjunto de medidas que visem estender a cobertura de políticas sociais – como as de saúde, previdência social, assistência social, educação, moradia, esporte, cultura e segurança pública –, prover bens e serviços públicos de forma equitativa e com justiça social, promover a inclusão social, garantir a segurança alimentar e nutricional, oferecer oportunidades para os segmentos populacionais vulneráveis e garantir sua inserção plena na sociedade, assim como integrar as políticas de geração de emprego e renda com as de desenvolvimento econômico e social.

Para além da melhoria na distribuição da renda, a ampliação do acesso a bens e serviços de boa qualidade nas áreas de saúde, educação, assistência e previdência social, entre outras, também é requisito para se alcançar as diretrizes previstas na Estratégia Nacional. Neste ponto, os desafios também são de grande magnitude, tendo em vista algumas megatendências mundiais identificadas, como o envelhecimento populacional e a menor utilização relativa de força de trabalho nos processos produtivos tradicionais – o que exige a requalificação de trabalhadores e a preparação de jovens e crianças para as novas profissões.

A questão da qualidade de vida também passa por outro tema de grande relevância para o Estado e os cidadãos: a segurança pública. Um dos principais desafios da segurança pública é lidar com os espaços urbanos deflagrados, típicos de grandes aglomerados urbanos. Caberá ao Estado avançar no restabelecimento da garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos nessas áreas, fortalecendo a integração de ações de prevenção da violência e de enfrentamento de suas causas.

Fica claro que a implementação de políticas públicas que tenham como finalidade a promoção da equidade na sociedade e, conseqüentemente, a redução das desigualdades em seus diversos aspectos é ponto central da Estratégia Nacional. Dessa maneira, políticas para promoção dos direitos da pessoa com deficiência e da equidade de gênero, raça, geracional e orientação sexual constituem-se no núcleo fundamental para o sucesso de um planejamento social de longo prazo.

Destaca-se também que a promoção do bem-estar deve levar em consideração as desigualdades regionais e as intrarregionais presentes no país, assim como as vocações de cada território. As demandas sociais são diferentes entre as regiões, e o provimento de serviços será mais eficiente se consideradas explicitamente essas diferenças. Nessa linha, o planejamento territorial tem como premissa o desenvolvimento sustentável e endógeno de determinado recorte territorial. Aproveita os diferentes capitais inerentes a determinada região e potencializa-os, explorando vocações e oportunidades para sua inserção na economia global. O capital territorial¹² abrange todos os ativos e potenciais disponíveis da região para serem usados para o seu desenvolvimento. Esse planejamento visa a que o território busque seu próprio desenvolvimento a partir de suas características e potencialidades, e a ação externa (especialmente do governo nas diferentes esferas) deve buscar ser integrada e coordenada entre os diversos setores e atores envolvidos, de forma adequada aos potenciais existentes no território. Também deve propor a concretização dos potenciais de capitais já existentes, por meio do uso estratégico da informação e de tecnologias de ponta, favorecendo, assim, a criação de uma sociedade de conhecimento. Paralelamente, devem-se realizar implantes de infraestrutura econômica e social estruturantes e complementares que promovam o ordenamento territorial, ampliando e diversificando a presença do Estado nas localidades.

Uma importante interface deste eixo com o eixo econômico ocorrerá por meio da educação e da inclusão social. Na medida em que essas variáveis permitirem a ampliação da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e a consequente redução das desigualdades, a educação se firmará como fator primordial para que se possa elevar a produtividade da economia brasileira, por meio da formação de cidadãos mais qualificados para o mercado e capazes de absorver as inovações tecnológicas que surgirem em todos os setores produtivos.

¹² Ele se divide e é formado pelo conjunto do capital social, capital humano, capital construído, capital intelectual, capital empresarial, entre outros.

3. ONDE ESTAMOS



3 ONDE ESTAMOS

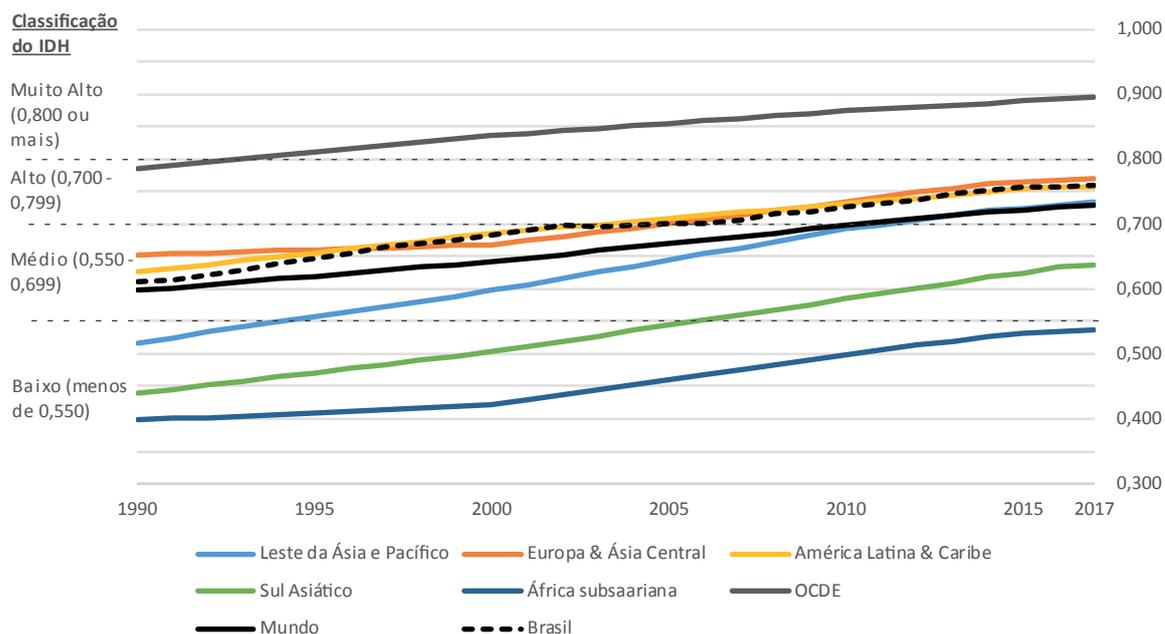
Visando uma consonância com a diretriz principal da Estratégia Nacional de **elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais**, o IDH, apresentado pela primeira vez em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, foi escolhido como índice-chave principal da Endes. Isso se justifica porque o IDH é amplamente divulgado e utilizado por gestores, tomadores de decisão, formuladores de políticas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento humano, nos setores público e privado, e permite comparações internacionais e regionais em uma escala única. Além disso, o IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo de três importantes requisitos para o bem-estar das pessoas: a oportunidade de ter vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e o acesso aos recursos suficientes para garantir um padrão de vida digno. Por meio dos dois primeiros requisitos, pretende-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, a partir das habilidades e dos conhecimentos acumulados. Já o terceiro requisito indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como as de água, alimento e moradia. A dimensão da saúde é medida por meio da expectativa de vida ao nascer; a dimensão da educação é medida em termos de anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade; e a dimensão da renda é medida pela Renda Nacional Bruta – RNB (PPC) *per capita*.

Entre 1990 e 2017, o IDH global aumentou 21,7%, passando de 0,598 para 0,728 (*gráfico 1*). Para o Brasil, o IDH avançou de 0,611 para 0,759¹³, um aumento de 24,3%, passando da categoria de médio para alto desenvolvimento humano¹⁴ e alcançando a 79ª posição entre os 189 países avaliados. Isso reflete avanços importantes não apenas na renda, mas também na saúde e na educação.

¹³ O IDH varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo).

¹⁴ Até 0,550, os países são considerados de baixo desenvolvimento humano, de 0,550 a 0,699, médio desenvolvimento humano, de 0,7 a 0,799, alto desenvolvimento humano, e acima de 0,8, de muito alto desenvolvimento humano.

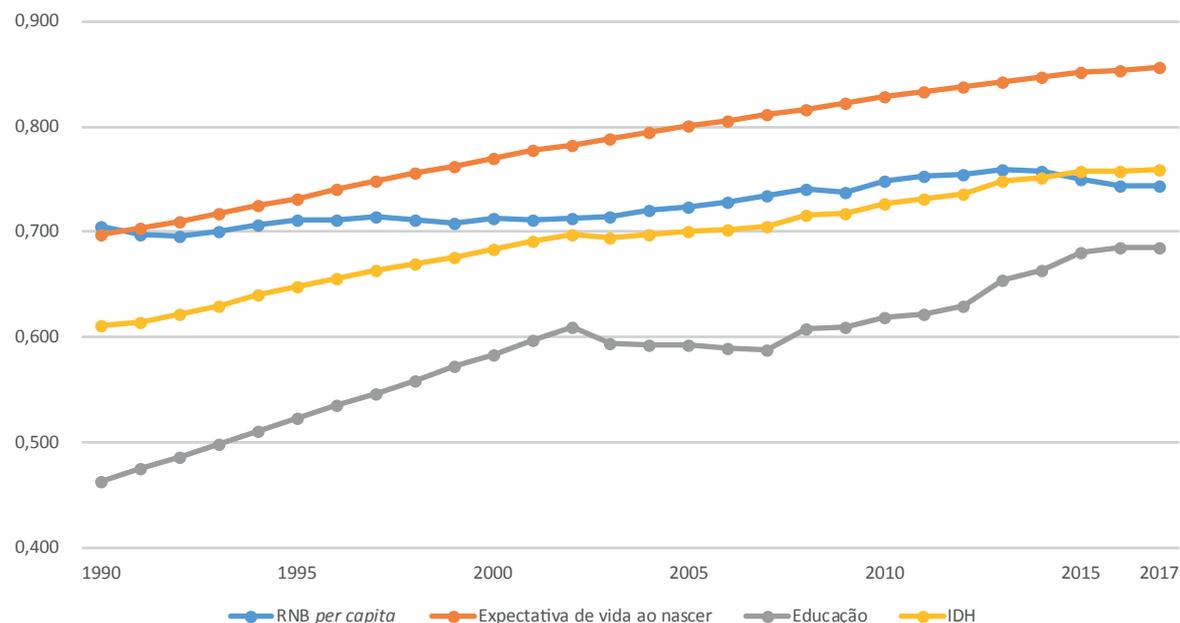
GRÁFICO 1 / Evolução do IDH do Brasil e das regiões



Fonte: PNUD. *Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update*.
 Elaboração: Seplan/MP.

No Brasil, a análise dos componentes do IDH evidencia avanços em diferentes intensidades. Entre 1990 e 2017, a expectativa de vida aumentou 10,4 anos, a média de anos de escolaridade aumentou em 4,0 anos e os anos de escolaridade esperados aumentaram em 3,2 anos. A RNB *per capita*, por sua vez, aumentou cerca de 28,6%. Em termos relativos, a educação, apesar de ser a dimensão com o valor mais baixo entre as três que compõem o IDH em todo o período analisado, foi a que mais contribuiu com a melhora do IDH brasileiro no período de 1990 a 2017, com um aumento de 48,2%. A expectativa de vida e a RNB *per capita* tiveram uma elevação de 23,0% e 5,4%, respectivamente. O gráfico 2 analisa o progresso do Brasil em cada um dos componentes do IDH.

GRÁFICO 2 / Brasil: evolução dos componentes do IDH

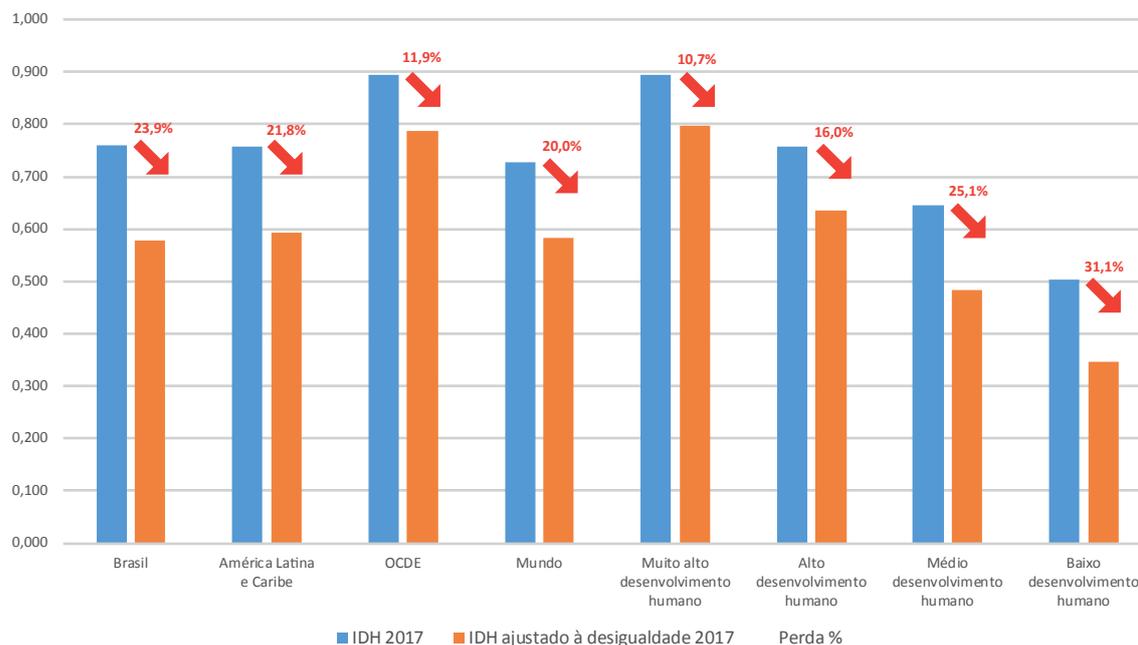


Fonte: PNUD. *Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update*.
 Elaboração: Seplan/MP.

Como todas as médias, o IDH não evidencia a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano em toda população do país. A partir de 2010, o Relatório do Desenvolvimento Humano introduziu o IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD), que leva em consideração a desigualdade em todas as três dimensões do IDH, “descontando” o valor médio de cada dimensão de acordo com seu nível de desigualdade. Assim, à medida que a desigualdade de um país aumenta, a perda no desenvolvimento humano também aumenta.

A desigualdade no Brasil não é um fator trivial, o país encontra-se entre os mais desiguais do mundo. Assim, o IDH para 2017, que é de 0,759, quando descontado pela desigualdade, cai para 0,578, uma perda de 23,9%, maior do que a perda para países com IDH elevado (16,0%) e para a América Latina e Caribe (21,8%), como se pode observar no gráfico 3.

GRÁFICO 3 / IDH versus IDHAD



Fonte: PNUD. *Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update*.

Elaboração: Seplan/MP.

O Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD traz também o IDH desagregado por sexo, no qual a situação do Brasil não é tão ruim, quando comparado aos demais países. Embora o IDH masculino (0,761) seja ligeiramente superior ao feminino (0,755), a expectativa de vida das mulheres é maior (79,3 contra 72,1), assim como a média de anos de estudo (15,9 contra 14,9) e os anos esperados de escolaridade (8 contra 7,7). O gargalo está na RNB *per capita*, em que a média masculina é de 17.566 (PPP USD 2011) e a feminina 10.073 (PPP USD 2011), uma diferença de 42,7%.

Já o Índice de Desigualdade de Gênero avalia desigualdades em três dimensões sensíveis à questão de gênero: saúde reprodutiva, empoderamento e mercado de trabalho. O Brasil ocupa a 94ª posição, com um índice de 0,407. Um ponto em que o relatório chama atenção em relação ao gênero no Brasil é que as mulheres ocupam apenas 11,3% dos assentos no Congresso Nacional, o pior resultado da América do Sul e o terceiro pior na América Latina.

Por fim, também é importante analisar o desenvolvimento humano sob a ótica territorial do Brasil, que apresenta desigualdades internas consideráveis que ensejam grandes desafios. A comparação entre municípios realça as desigualdades e evidencia a diferença ainda existente entre as oportunidades dos brasileiros.

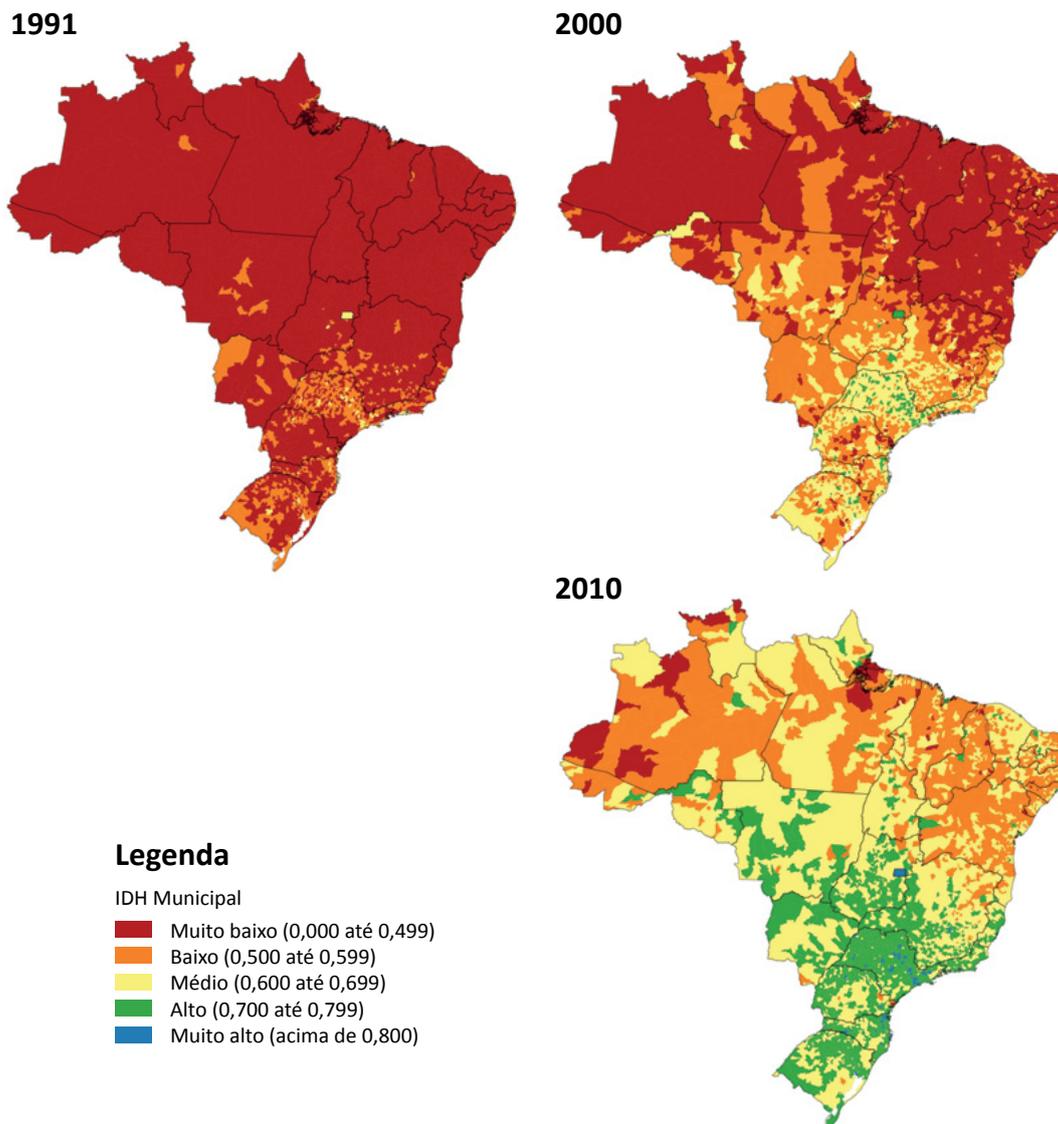
A análise do IDH para níveis subnacionais tem sido praticada em diversos países, com vistas a adaptar a metodologia do IDH global ao contexto nacional. No Brasil, essa adaptação é feita desde 1998¹⁵. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH global – saúde, educação e renda –, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros¹⁶.

Em 2010, quase 70% dos municípios brasileiros tinham IDHM maior que a média brasileira de 2000 e menos de 1% deles ainda estavam abaixo da média de 1991. A *figura 5* apresenta o IDHM dos municípios brasileiros em 1991, 2000 e 2010. Enquanto em 1991 mais de 85% dos municípios encontravam-se na faixa de muito baixo desenvolvimento humano e, em 2000, pouco mais que 70% deles encontravam-se nas faixas de muito baixo e baixo desenvolvimento humano, em 2010, um quarto (25%) dos municípios brasileiros encontravam-se nessas faixas e mais de 70% deles figuravam nas faixas de médio e alto desenvolvimento humano, o que ilustra os avanços do desenvolvimento humano no país nas últimas duas décadas.

¹⁵ Em 2013, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro adaptaram a metodologia do IDH global para calcular o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010. Também se recalculou o IDHM, a partir da metodologia adotada, para 1991 e 2000, por meio de uma minuciosa compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010, para levar em conta as divisões administrativas ocorridas no período e permitir a comparabilidade temporal e espacial entre os municípios.

¹⁶ Mais detalhes e informações sobre a metodologia disponíveis em: <<https://bit.ly/2j3i1O9>>.

FIGURA 5 / Brasil: IDHM (1991, 2000 e 2010)



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2013.
Elaboração: Seplan/MP.

Como um retrato da desigualdade regional, a grande maioria dos municípios brasileiros que possuem IDHM elevado está situada na macrorregião Centro-Sul do país, enquanto que as regiões Norte e Nordeste reúnem todos os municípios com muito baixo desenvolvimento humano e a maioria dos que possuem baixo desenvolvimento humano.

As três dimensões que compõem o IDH – renda, saúde e educação –, além de outras perspectivas relacionadas ao desenvolvimento do país e bem-estar da população, são mais detalhadas em cada um dos eixos da Estratégia Nacional e, em conjunto, permitem uma visão mais integral da situação do país, auxiliando na definição de desafios para o longo prazo.

3.1 **Retrato por eixo**

Os eixos da Estratégia Nacional contemplam, de forma agregada, os setores prioritários entendidos como os propulsores do desenvolvimento e da inclusão social nos próximos doze anos e foram selecionados tendo como base a parte estruturante da diretriz de cada eixo e os índices-chave capazes de mensurar a situação nacional.

A seleção desses índices-chave também considerou, entre outros, os seguintes critérios: relacionamento com políticas públicas e com os ODS; comparabilidade internacional; disponibilidade; e possibilidade de desagregação regional e por perfil da população. É importante ressaltar a necessidade de parcimônia na escolha dos índices-chave com vistas a tornar a Estratégia Nacional, efetivamente, orientadora da ação do governo e da sociedade ao longo dos próximos anos.

Também é importante destacar que a Estratégia Nacional não traz índices-chave que sejam específicos de determinado setor, uma vez que estes devem ser abordados nos planos setoriais e no PPA, instrumentos mais adequados para trabalhar de forma detalhada os setores. Assim, para cada eixo, foram selecionados índices-chave abrangentes, cuja alteração significativa não depende de intervenções em uma política específica, mas de mudanças estruturais em diversos aspectos socioeconômicos.

Para o eixo econômico, optou-se por trabalhar com os índices-chave: PIB *per capita*, para mensurar a evolução da renda média do país; variação real da produtividade, visto que o aumento da produtividade é o que permitirá a sustentabilidade no longo prazo do crescimento da renda e a melhoria da qualidade de vida da população; a taxa composta da subutilização da força de trabalho, que busca transparecer o potencial da força de trabalho perante os desafios impostos pela transição demográfica e necessidade de aumento da produtividade; além da corrente de comércio exterior da economia brasileira, que representa a proporção das importações mais exportações de bens e serviços em relação ao PIB e aponta para questões de competitividade, também essenciais para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico.

Para o eixo institucional, a opção foi adotar índices-chave que mensurem a efetividade da atuação do Estado na direção da melhoria da qualidade das instituições estatais e dos serviços públicos, inclusive seus reflexos no ambiente de negócios do país. Dessa forma, foram selecionados o Índice de Competitividade Global (ICG), divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, com visão abrangente, incluindo diversos aspectos que im-

pactam a competitividade do país; o grau de facilidade de se fazer negócios, calculado pelo Banco Mundial no âmbito do projeto *Doing Business*, que conta com indicadores quantitativos sobre as regulações das atividades comerciais e sobre a proteção dos direitos de propriedade, os quais podem ser comparados com 190 economias; e os Indicadores de Governança Mundial, do Banco Mundial, que englobam aspectos como a estabilidade política, a eficácia do governo, a qualidade regulatória e o controle da corrupção em diversos países.

Para o eixo de infraestrutura, importante vetor do crescimento econômico e da qualidade de vida da população, a opção foi medir o nível de investimento em infraestrutura no país, por meio da participação do investimento em obras de infraestrutura no PIB; a efetividade destes investimentos na logística do país, pelo Índice de Desempenho Logístico (do inglês *Logistics Performance Index – LPI*); e, por fim, a melhoria da infraestrutura urbana e das condições de moradia, pela porcentagem de domicílios com condição satisfatória de bem-estar.

No que se refere ao eixo ambiental, considera-se que o desenvolvimento sustentável deve suprir as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de atendimento das gerações futuras. Para tanto, foram selecionados índices-chave que demonstram se o modelo de desenvolvimento adotado contribui para uma economia de baixo carbono e com menor impacto ambiental: a intensidade de emissão de GEE (CO₂e kg *per capita* \$ PIB PPP); as variações relativas dos incrementos anuais de desmatamento para Amazônia Legal e Cerrado (em porcentagem); e a participação relativa de fontes de energia renovável na matriz energética (em porcentagem).

O eixo social, por sua vez, relaciona índices-chave de segurança pública, saúde, educação, pobreza e desigualdade social. A melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população, mensurada aqui por essas dimensões, constitui-se tanto em um impulsionador como na finalidade do desenvolvimento previsto nos demais eixos. Os índices-chave selecionados foram: porcentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos); esperança de vida ao nascer; taxa de homicídio (por 100 mil habitantes); índice de Gini; e proporção da população abaixo da linha de pobreza.

A *tabela 1* traz um resumo dos índices-chave da Estratégia Nacional com os últimos valores apurados.

TABELA 1

Resumo dos índices-chave da Estratégia Nacional

Geral					
Índice-chave	Ranking de países	Último valor disponível			Fonte
		Valor	Unidade	Ano	
IDH	79º/189	0,759	Índice	2015	PNUD

Eixo Econômico					
Índice-chave	Ranking de países	Último valor disponível			Fonte
		Valor	Unidade	Ano	
Variação real do PIB <i>per capita</i>		0,2	%	2017	IBGE
Variação real da produtividade		-0,2	%	2015	IBGE
Taxa composta da subutilização da força de trabalho		23,9	%	2017	IBGE
Corrente de comércio exterior da economia brasileira		24,1	%	2017	IBGE

Eixo Institucional					
Índice-chave	Ranking de países	Último valor disponível			Fonte
		Valor	Unidade	Ano	
ICG	80º/137	4,14	Pontuação de 1-7	2017	Fórum Econômico Mundial
Grau de facilidade de se fazer negócios	125º/190	56,45	Pontuação de 0-100	2018	Banco Mundial
Indicadores de Governança Mundial (Voz e Accountability)		61,58	Pontuação de 0-100	2017	Banco Mundial
Indicadores de Governança Mundial (Estabilidade Política)		31,43	Pontuação de 0-100	2017	Banco Mundial
Indicadores de Governança Mundial (Eficácia do Governo)		41,83	Pontuação de 0-100	2017	Banco Mundial
Indicadores de Governança Mundial (Qualidade Regulatória)		51,44	Pontuação de 0-100	2017	Banco Mundial
Indicadores de Governança Mundial (Estado de Direito)		43,75	Pontuação de 0-100	2017	Banco Mundial
Indicadores de Governança Mundial (Controle da Corrupção)		36,06	Pontuação de 0-100	2017	Banco Mundial

Eixo Infraestrutura					
Índice-chave	Ranking de países	Último valor disponível			Fonte
		Valor	Unidade	Ano	
Participação das obras de infraestrutura no PIB		2,0	%	2015	IBGE
LPI	56º/160	2,99	Pontuação de 1-5	2018	Banco Mundial
Porcentagem de domicílios com condição satisfatória de bem-estar		55,4	%	2017	PNADC/IBGE

Eixo Ambiental					
Índice-chave	Ranking de países	Último valor disponível			Fonte
		Valor	Unidade	Ano	
Intensidade de emissão de GEE		0,16	CO ₂ e kg <i>per capita</i> \$ PIB PPP	2014	Banco Mundial
Variações relativas dos incrementos anuais de desmatamento para a Amazônia Legal		-12	%	2017	INPE
Variações relativas dos incrementos anuais de desmatamento para o Cerrado		9	%	2017	INPE
Participação de fontes de energia renovável na matriz energética		43,47	%	2016	EPE/MME

Eixo Social					
Índice-chave	Ranking de países	Último valor disponível			Fonte
		Valor	Unidade	Ano	
Porcentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental		74,6	%	2017	PNADC/IBGE
Ideb (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		5,8	Índice	2017	Inep/MEC
Ideb (Anos Finais do Ensino Fundamental)		4,7	Índice	2017	Inep/MEC
Ideb (Ensino Médio)		3,8	Índice	2017	Inep/MEC
Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos)		14,9	Óbitos por mil nascidos vivos	2016	MS
Esperança de vida ao nascer		76,0	Anos	2017	IBGE
Taxa de homicídio		30,4	Homicídios por 100 mil habitantes	2016	MS e IBGE
Índice de Gini		0,549	Índice	2017	PNADC/IBGE
Proporção da população abaixo da linha de pobreza		9,2	%	2016	PNADC/IBGE

Elaboração: Seplan/MP.

Os próximos itens trazem tabelas, gráficos e análises dos índices-chave. O apêndice A contém a ficha com os atributos dos índices-chave.

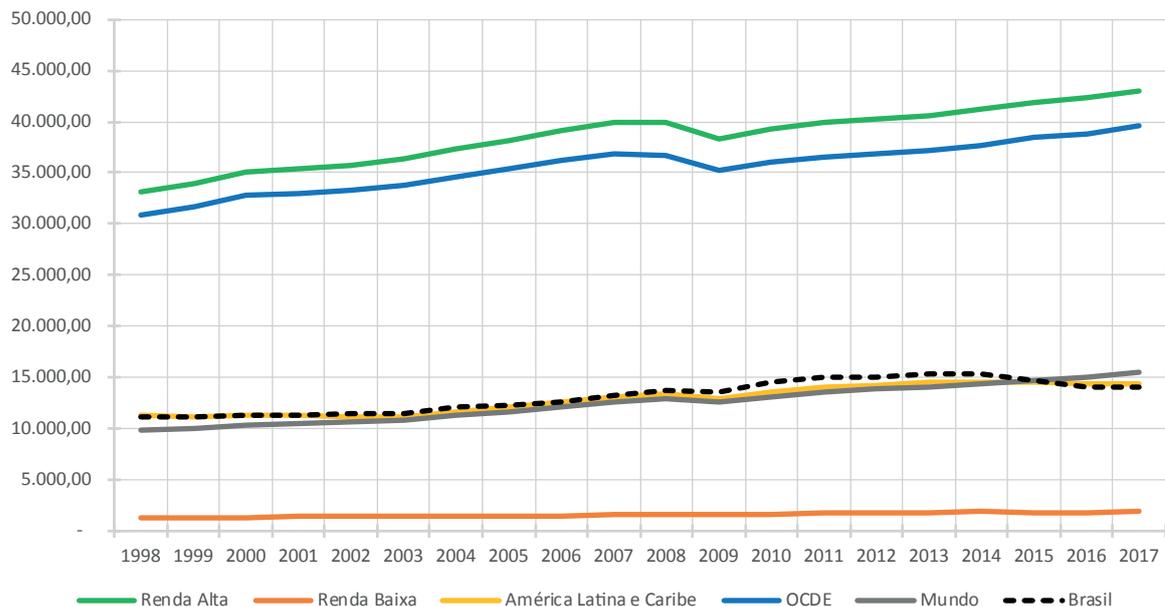
Eixo 1: econômico

Os índices-chave do eixo econômico escolhidos são:

- i) variação real do PIB per capita;*
- ii) variação real da produtividade, calculada a partir da variação da razão entre o PIB, em valores constantes, e o número total de ocupações no país;*
- iii) taxa composta da subutilização da força de trabalho, que é a razão entre o número de pessoas subutilizadas (pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial) em relação à força de trabalho ampliada; e*
- iv) corrente de comércio exterior da economia brasileira, que representa a proporção de importações mais exportações de bens e serviços em relação ao PIB.*

O índice-chave PIB *per capita* foi escolhido para balizar a Estratégia Nacional, pois envolve não apenas o crescimento da renda econômica, mas também os benefícios gerados à população. O Brasil é um “país de renda média” e nosso PIB *per capita* aproxima-se da média mundial e de países da América Latina e Caribe, mas ainda está em patamar inferior aos países de renda alta e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conforme ilustrado no *gráfico 4*. Entre 2000 e 2017, o PIB *per capita* registrou um crescimento de 23,7%. No entanto, no período de 2000 a 2010, este indicador evoluiu 27,4%, enquanto de 2011 a 2017, recuou -5,7%, principalmente em função das quedas expressivas de 2015 e 2016, como pode ser observado no *gráfico 5*.

GRÁFICO 4 / Evolução do PIB *per capita* (Em US\$)

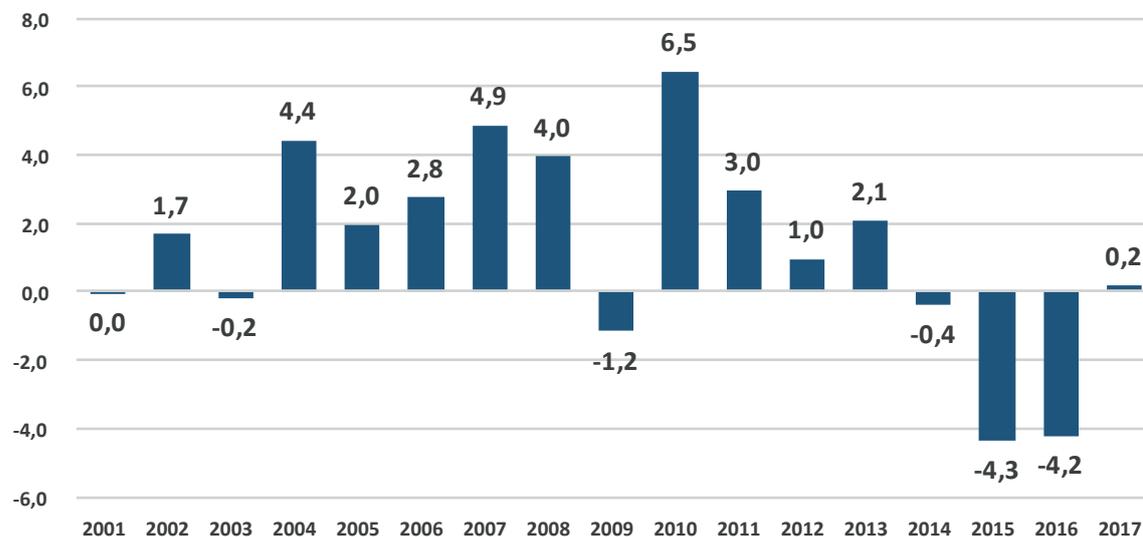


Fonte: Banco Mundial.

Elaboração: Seplan/MP.

Obs.: Considera-se paridade de poder de compra (PPC) e US\$ constante de 2011.

GRÁFICO 5 / Brasil: variação real do PIB *per capita* (Em %)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

Em uma perspectiva regional, pode-se destacar a concentração econômica e as grandes desigualdades. Por exemplo, em 2015, o estado de São Paulo respondia por 32,4% do PIB do país, o maior PIB estadual. Nesse mesmo ano, os cinco estados de maior participação (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná) somavam

64,7% do PIB, enquanto as outras 22 Unidades da Federação representavam apenas 35,3% do PIB nacional.

As desigualdades regionais do país também podem ser observadas comparando-se a participação das regiões no PIB e a distribuição da população: em 2015, a região Norte registrava a menor participação no PIB do Brasil entre todas as grandes regiões (5,35%) e concentrava 8,55% da população brasileira, obtendo uma razão de 0,63 entre esses dois indicadores. A região Nordeste, por sua vez, apresentava uma razão ainda mais reduzida (0,51), pois, apesar de ter uma maior participação no PIB, tem uma participação populacional mais elevada. Nas outras grandes regiões, esta razão é superior a 1,00, o que indica que a participação delas no PIB era superior à participação na população. Deve-se destacar que o coeficiente de 1,28 para a região Centro-Oeste é muito influenciado pela presença do Distrito Federal (*tabela 2*).

TABELA 2

Brasil: participação no PIB e na população e razão entre essas participações, segundo as Grandes Regiões (2002 e 2015)

	Participação no PIB (%)		Participação na população (%)		Razão entre a participação no PIB e a participação na população	
	2002	2015	2002	2015	2002	2015
Norte	4,70	5,35	7,79	8,55	0,60	0,63
Nordeste	13,09	14,15	28,15	27,66	0,46	0,51
Sudeste	57,38	54,02	42,55	41,94	1,35	1,29
Sul	16,23	16,81	14,58	14,30	1,11	1,18
Centro-Oeste	8,61	9,67	6,93	7,55	1,24	1,28

Fonte: IBGE.

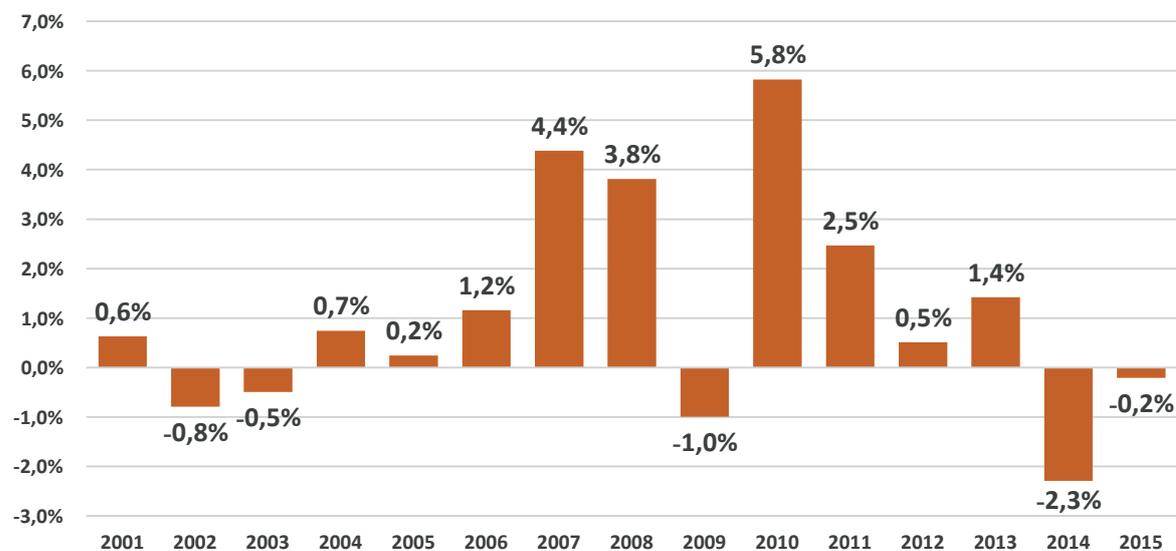
Elaboração: Seplan/MP.

A produtividade¹⁷ brasileira não tem tido um bom desempenho, como pode ser observado no *gráfico 6*, e este resultado independe do indicador utilizado, seja a produtividade do trabalho ou a produtividade total dos fatores¹⁸. O crescimento econômico do país tem se apoiado, sobretudo, em questões demográficas e em níveis mais elevados de emprego (*World Bank*, 2018). Dados da *Penn World Table* (PWT) versão 9.0, que permitem comparações internacionais, mostram que a evolução da produtividade no Brasil tem sido inferior à de outros países (*gráfico 7*).

¹⁷ A produtividade de uma economia é medida pela relação entre o PIB de um país e o número de trabalhadores e representa quanto cada trabalhador produz de PIB para o seu país. A produtividade é “determinada pela quantidade de capital e de outros insumos não relacionados ao trabalho disponíveis para os trabalhadores, bem como pela eficiência do uso de tais insumos” (*World Bank*, 2018).

¹⁸ Produtividade do trabalho é o produto por trabalhador e produtividade total dos fatores (PTF) considera também o capital físico e humano no seu cálculo.

GRÁFICO 6 / Brasil: variação anual da produtividade (Em %)

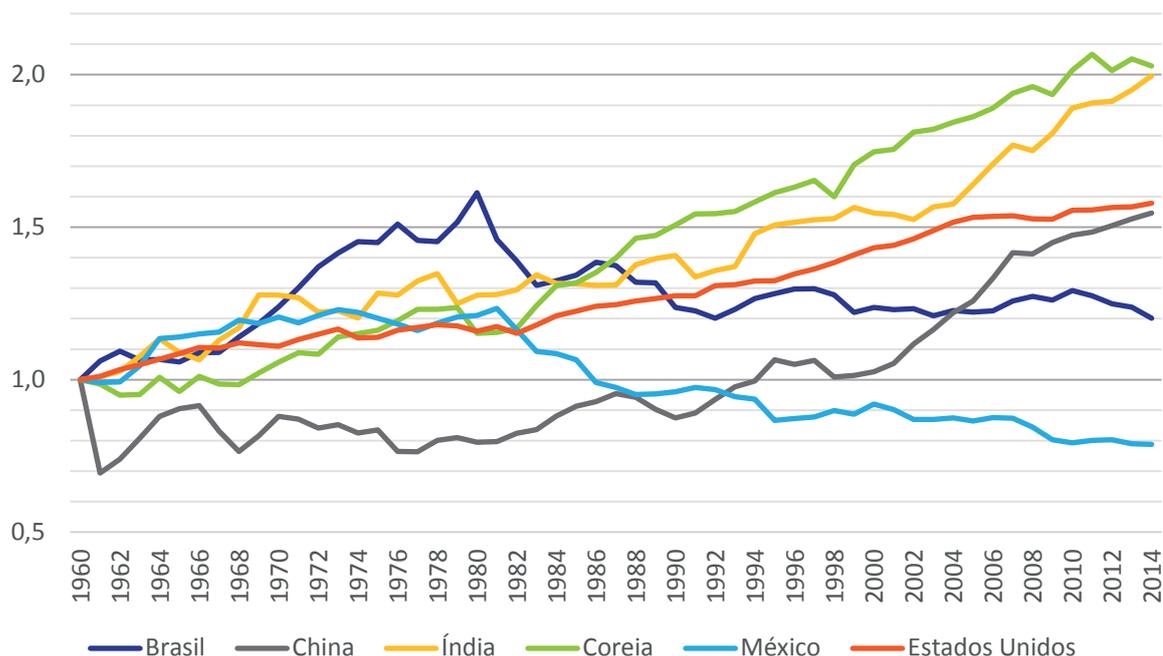


Fonte: IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

Obs.: Considera-se o PIB encadeado a preços de 1995 pelo total de ocupações.

GRÁFICO 7 / Evolução da produtividade total dos fatores em países selecionados



Fonte: PWT 9.0.

Elaboração: Seplan/MP.

Obs.: Produtividade total dos fatores em preços constantes nacionais de 2011 (1960 = 1).

A variação real da produtividade será o principal determinante do crescimento do PIB *per capita* ao longo dos próximos anos e o seu aumento será um fator primordial para o crescimento do país de forma sustentada e a ampliação do bem-estar da população.

As condições atuais do país inserem desafios adicionais para o crescimento da produtividade nos próximos anos, tais como o fim do bônus demográfico. As projeções do IBGE mostram que a participação da população em idade ativa (PIA) já atingiu seu ponto máximo em 2017 e passará a cair a partir de 2018.

Os diagnósticos publicados (De Negri e Cavalcante, 2014; World Bank, 2018) a respeito dos determinantes da produtividade na economia brasileira apontam diversos fatores que devem ser aprimorados e discutidos, tais como: a qualidade das instituições; o aumento da inovação e do investimento, sobretudo da infraestrutura logística; a qualificação da mão de obra; a melhoria do ambiente de negócios; a ampliação da competição interna e externa; e a avaliação e revisão dos incentivos existentes no complexo sistema tributário brasileiro. Alguns dos principais determinantes para o crescimento da produtividade serão discutidos nos próximos eixos desta Endes.

Outro fator que tem afetado negativamente a produtividade brasileira nos últimos anos é o custo da criminalidade. Entre 1996 e 2015, os custos econômicos da criminalidade cresceram de cerca de R\$ 113 bilhões para R\$ 285 bilhões, um incremento real médio de cerca de 4,5% ao ano, de acordo com estudo da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República (PR)¹⁹. Os principais componentes deste custo, por ordem de importância, foram: segurança pública (1,35% do PIB); segurança privada (0,94% do PIB); seguros e perdas materiais (0,80% do PIB); custos judiciais (0,58% do PIB); perda de capacidade produtiva (0,40% do PIB); encarceramento (0,26% do PIB); e custos dos serviços médicos e terapêuticos (0,05% do PIB).

O estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2018) também analisou os custos associados à falta de segurança pública na redução da competitividade do país, atuando como imposto em cadeia, tendo em vista que são afetadas diversas etapas das cadeias produtivas. A estimativa da instituição para o aumento dos custos das empresas é de R\$ 365 bilhões por ano, se contabilizadas as perdas de vida humana, os custos com seguros e segurança privada e os custos com o sistema prisional e a segurança pública.

O mercado de trabalho também é importante elemento da produtividade, pois a sincronia entre a evolução da oferta e da demanda de trabalho permite o alcance do pleno emprego dos fatores produtivos e o aproveitamento de todo o potencial de produção de riqueza de uma sociedade. No caso da oferta de trabalho, o investimento em capital humano e o desenvolvimento das potencialidades da PIA podem permitir uma inserção maior e mais qualificada no mercado, o que é de fundamental importância no cenário demográfico de

¹⁹ Disponível em: <<https://bit.ly/2Ed3EUE>>.

declínio do crescimento da força de trabalho. No que tange à demanda, a criação sustentada de postos de trabalho mais produtivos, estáveis e com melhores remunerações é necessária para absorver a força de trabalho de modo mais eficiente, permitindo a melhoria das relações de trabalho e o acúmulo de novas capacidades, o que possibilita o aumento dos níveis de emprego e da produtividade do fator trabalho em um cenário desafiador de acirramento crescente da competição externa e de constantes transformações produtivas.

Uma compreensão melhor do funcionamento do mercado de trabalho e de suas implicações sobre o bem-estar social requerem uma concepção mais ampla do conceito de emprego, que implique no aproveitamento do potencial de trabalho. Isso implica em um olhar não apenas sobre os níveis de ocupação e desemprego aberto, mas também sobre situações de trabalho precário e impossibilidade ou desistência involuntária de participação no mercado de trabalho, que ocultam um potencial de trabalho e um ganho de produtividade não utilizados. Essa compreensão torna-se mais relevante no contexto do mercado de trabalho brasileiro, no qual tais situações são muito presentes, influenciadas por questões estruturais do país como a instabilidade econômica, a heterogeneidade da base produtiva, as desigualdades sociais e territoriais e a baixa mobilidade profissional e geográfica.

A *tabela 3* contém a evolução da PIA entre o período de 2012-2018. Ressaltam-se o crescimento de 2,5 milhões de pessoas com potencial e que se encontram fora da força de trabalho, sendo que as desalentadas tiveram um aumento superior a quatro vezes no período, passando de 1,9 milhão para 4,8 milhões; e o aumento de 7,2 para 12,9 milhões de pessoas que se encontram desocupadas.

TABELA 3

Evolução da PIA (Em milhões de pessoas)

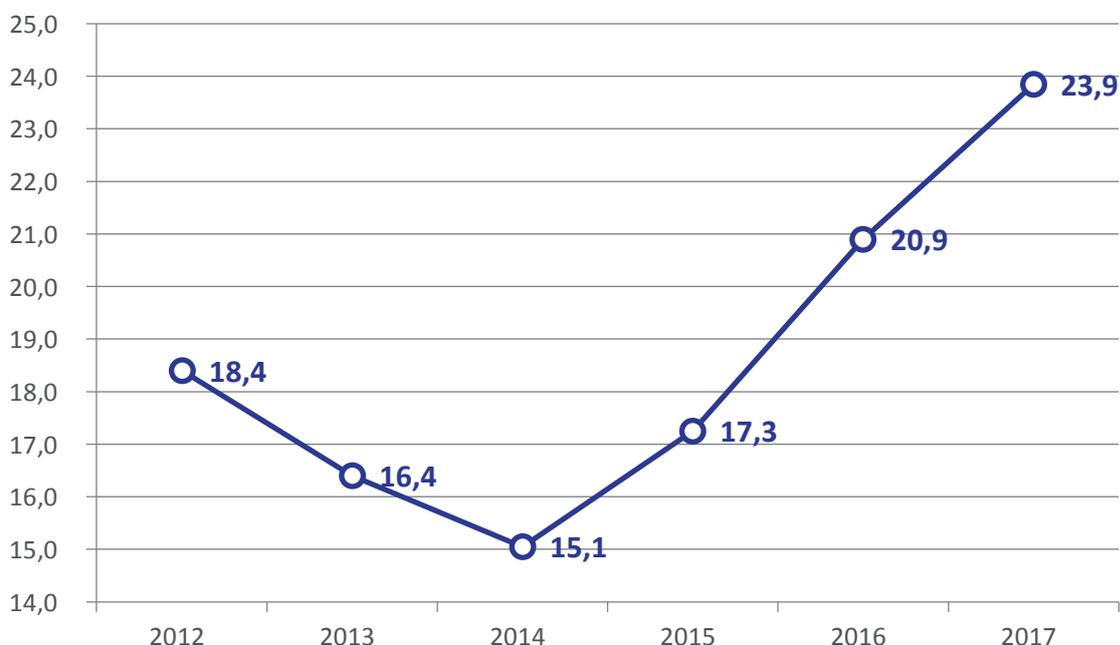
Trimestre Móvel		ago/12	ago/13	ago/14	ago/15	ago/16	ago/17	ago/18
PIA (14 anos ou mais)	Na Força de Trabalho (PEA)	96,9	97,9	98,7	100,9	102,2	104,2	104,8
	Ocupadas	89,9	91,0	91,9	92,1	90,1	91,1	92,1
	Subocupadas	5,7	5,0	4,4	5,5	4,7	6,2	6,7
	Desocupadas	7,1	7,0	6,8	8,8	12,0	13,1	12,7
	Fora da Força de Trabalho	60,4	61,5	63,5	63,5	64,3	64,4	65,4
	Potencial	5,4	4,8	4,0	4,5	6,1	7,5	8,1
	Desalentadas	1,9	1,8	1,5	1,8	3,4	4,2	4,8
	Sem disponibilidade	3,5	2,9	2,6	2,7	2,7	3,3	3,3
	Não potencial	55,0	56,8	59,4	59,0	58,2	56,9	57,3
	Total	157,3	159,5	162,2	164,4	166,4	168,6	170,2
População total	198,0	199,8	201,5	203,2	204,9	206,5	208,0	

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

Dessa forma, propõe-se que o acompanhamento do mercado de trabalho seja realizado por meio do índice-chave da taxa composta da subutilização da força de trabalho, que é uma estimativa do total de pessoas subutilizadas²⁰ – em relação à força de trabalho ampliada²¹. A concepção desse índice-chave segue a recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), constante na Resolução nº 1 da XIX Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, para que os países adotem indicadores principais visando a propiciar um quadro mais completo do mercado de trabalho²². O *gráfico 8* ilustra a trajetória da taxa composta de subutilização da força de trabalho no Brasil, que é crescente desde 2014, alcançando 23,9% em 2017, o que contrasta com a taxa média de desemprego de 12,7% em 2017 e ilustra um panorama mais complexo e desafiador dos avanços necessários no mercado de trabalho brasileiro.

GRÁFICO 8 / Taxa composta de subutilização da força de trabalho – média anual dos trimestres (Em %)



Fonte: PNAD Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

Por fim, a inserção da economia brasileira no comércio internacional também desempenha papel determinante no crescimento da produtividade. O índice-chave selecionado para ilustrar essa variável é a proporção da corrente de comércio (importações e exportações

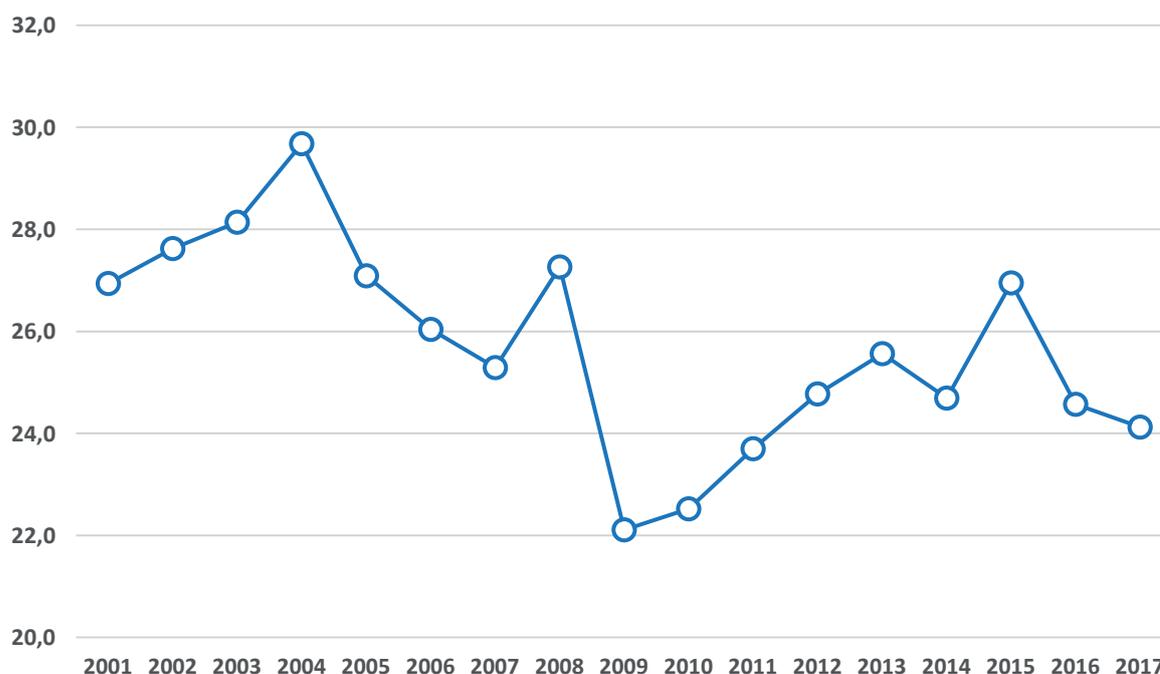
²⁰ Considera a população em idade ativa desocupada, a população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas e a população na força de trabalho potencial (pessoas que gostariam de trabalhar, mas não têm disponibilidade ou que desistiram de procurar emprego).

²¹ Considera a população na força de trabalho e na força de trabalho potencial.

²² Ver mais informações em: <<https://bit.ly/2CySQyo>>.

de bens e serviços) em relação ao PIB. No caso brasileiro, o comércio exterior representa, historicamente, uma baixa participação em relação ao PIB, oscilando entre 20% e 25% na última década (gráfico 9). Nos países em desenvolvimento, em geral, essa relação supera os 40%, o que evidencia uma profunda inserção nas cadeias produtivas globais, maior exposição à competição internacional e maior dinamismo do setor externo desses países.

GRÁFICO 9 / Corrente de comércio exterior da economia brasileira (Em % do PIB)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

Obs.: Importações e exportações de bens e serviços em relação ao PIB.

Em 2016, o Brasil possuía o nono maior PIB do mundo, mas era apenas o 25º maior exportador mundial. Enquanto a economia brasileira representava cerca de 3% do PIB mundial, as exportações alcançavam menos de 1% do total global²³. Em contraste com a baixa presença no comércio mundial, o Brasil figura desde 2011 como um dos cinco principais destinos dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) no mundo. Entre 1990 e 2016, o estoque de IDE *per capita* elevou-se de US\$ 248 para US\$ 3.025, passando de 10,1% para 27,8% do PIB brasileiro. Embora tenha aumentado de forma significativa no bojo desse influxo de investimentos, a relação entre o estoque de IDE e o PIB brasileiro ainda é relativamente baixa quando comparada à média dos países em desenvolvimento, que alcançou 40,9% em 2016²⁴. Considerando-se a necessidade de retomada do crescimento sustentado, é fundamental que o país eleve sua participação no comércio global, incentivando a competitividade de suas exportações e a produtividade doméstica.

²³ Disponível em: <<https://bit.ly/21GbfKX>>.

²⁴ Disponível em: <<https://bit.ly/21GbfKX>>.

Para completar a análise do eixo econômico, mesmo sem apresentar um índice-chave específico, é relevante destacar os resultados fiscais do setor público, tendo em vista que a sustentabilidade da dívida pública no longo prazo é essencial para que se possa garantir o desenvolvimento sustentável e a melhoria dos índices-chave anteriormente descritos. De acordo com o texto do Anexo de Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019 (PLDO-2019):

“[...]desde 2012, o resultado fiscal alcançado pelo setor público não atinge o requerido para estabilizar a dívida pública, refletindo o desequilíbrio estrutural entre as despesas públicas e suas fontes de financiamento. Esta tendência foi agravada em razão do arrefecimento da atividade econômica, observado entre 2013 e 2016, e da rigidez orçamentária com o excesso de vinculações e pela expansão de despesas obrigatórias como proporção da despesa total. Nesse curto período, a dívida bruta apresentou uma forte ascensão de 51,5% do PIB em 2013 para 70% do PIB ao final de 2016 [gráfico 10].” (Brasil, 2018d)

GRÁFICO 10 / Endividamento público (Em % do PIB)



Fonte: Banco Central.

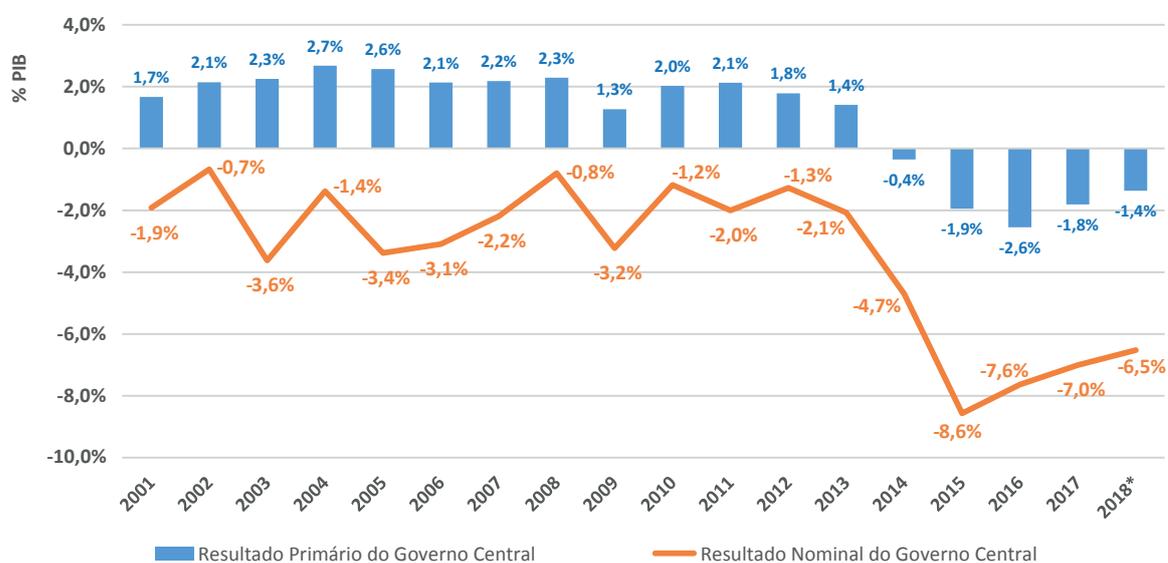
Elaboração: Seplan/MP.

Nota: * Posição agosto/2018.

Desde então, já se pode observar algumas mudanças positivas nas contas públicas, devido à retomada da atividade econômica: o resultado primário do governo central, que alcançou -2,6% do PIB em 2016, atingiu -1,8% em 2017, e alcançou -1,4% no acu-

mulado dos últimos 12 meses até agosto/2018; o *deficit* nominal atingiu 7% do PIB em 2017, ante -8,6% em 2015, estando em -6,5% no acumulado dos últimos 12 meses até agosto/2018 (*gráfico 11*); a velocidade de crescimento do endividamento geral está mais baixa (crescimento de 14 p.p. na dívida bruta do governo geral de 2013 a 2015 e 7,2 p.p. de 2016 a julho/2018). No entanto, apesar dessa sinalização positiva, deve-se salientar que a manutenção de resultados primários aquém da necessidade de estabilização da dívida pública revela o tamanho do desafio futuro que está posto à gestão da política fiscal, o que requer o estabelecimento de mudanças estruturais, que serão detalhadas na parte de *Desafios e orientações* deste texto.

GRÁFICO 11 / Resultado fiscal do governo central (Em % do PIB)



Fonte: Banco Central.
 Elaboração: Seplan/MP.
 Nota: *Posição agosto/2018.

Eixo 2: institucional

Os índices-chave do eixo institucional são:

- i) ICG²⁵, do Fórum Econômico Mundial;*
- ii) grau de facilidade de se fazer negócios, do Doing Business do Banco Mundial; e*
- iii) Indicadores de Governança Mundial, do Banco Mundial.*

O Estado brasileiro possuiu um papel ativo na promoção do crescimento econômico, seja por meio de investimentos diretos e de empresas sob controle estatal, ou por meio da disponibilização de crédito direcionado ao setor privado. No entanto, dada à situação atual das finanças públicas, esse modelo encontra-se limitado, o que torna essencial estimular a participação do setor privado na viabilização dos investimentos necessários ao aumento da produtividade e ao crescimento do PIB nacional.

Ademais, para melhorar o ambiente de negócios²⁶ do país, devem-se trabalhar questões relacionadas à confiança nas instituições e ao ciclo de vida das empresas, como abertura e fechamento destas, segurança jurídica, acesso a crédito de longo prazo, com a ampliação do financiamento do investimento por parte do setor bancário privado, simplificação do ambiente regulatório, simplificação do sistema tributário, promoção da concorrência e qualificação da mão de obra, entre outras. Em virtude da sua própria natureza, o ambiente de negócios é de difícil mensuração. É razoável admitir, no entanto, que há uma associação direta entre a qualidade do ambiente de negócios e os níveis de investimento. Dessa forma, por contribuírem para a elevação do estoque de capital, os investimentos estão diretamente associados à produtividade do trabalho.

O ICG representa uma tentativa de mensurar a qualidade do ambiente de negócios por meio de uma média ponderada de muitos componentes diferentes, cada um medindo um aspecto diferente da competitividade. Os componentes são agrupados em doze categorias ou pilares da competitividade:

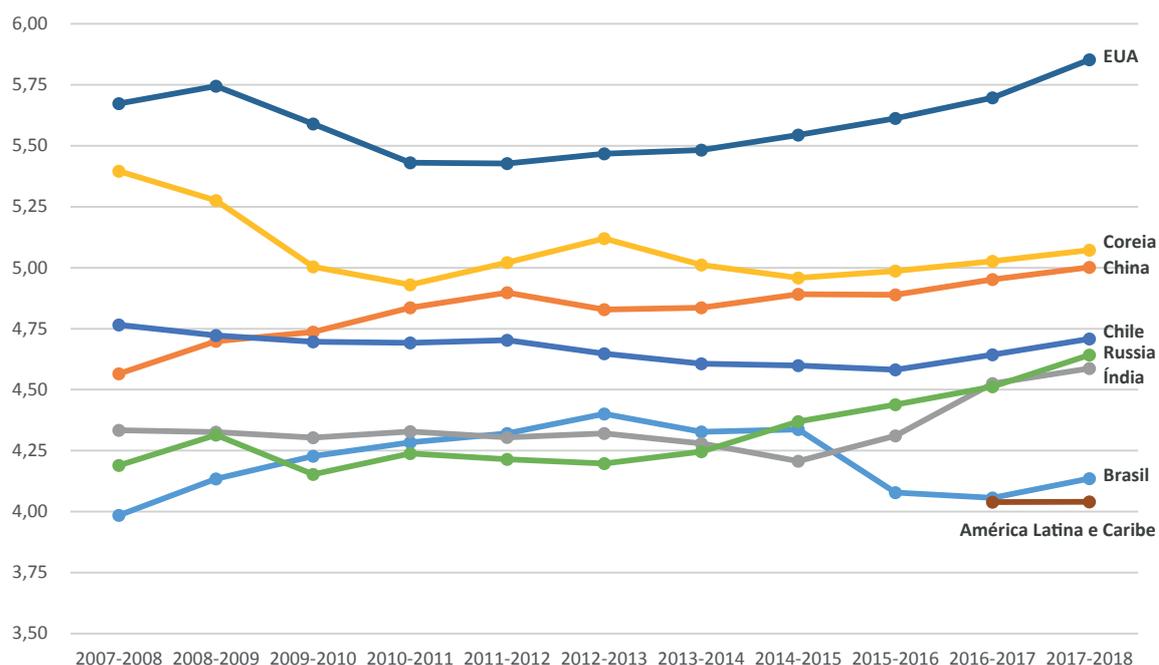
²⁵ Para mais detalhes sobre a metodologia do indicador, ver apêndice A de World Economic Forum (2017a).

²⁶ Ambiente de negócios é o nome genericamente atribuído às condições que circunscrevem, em um determinado país ou em uma determinada região, o ciclo de vida das empresas. De forma geral, diz respeito aos níveis de complexidade associados, por exemplo, aos procedimentos de abertura e fechamento de empresas ou de recolhimento de tributos. A melhoria do ambiente de negócios está associada, portanto, a ações de simplificação e desburocratização desses procedimentos (Cavalcante, 2015).

- i) instituições;*
- ii) infraestrutura;*
- iii) ambiente macroeconômico;*
- iv) saúde e educação primária;*
- v) educação superior e treinamento;*
- vi) eficiência do mercado de bens;*
- vii) eficiência do mercado de trabalho;*
- viii) desenvolvimento do mercado financeiro;*
- ix) tecnologia disponível;*
- x) tamanho de mercado;*
- xi) sofisticação dos processos de produção; e*
- xii) inovação.*

Dessa forma, o ICG busca resumir a participação do país no panorama internacional. Pelo *gráfico 12*, pode-se observar que o Brasil perdeu competitividade nos últimos cinco anos e como essa queda foi expressiva quando comparada ao desempenho dos outros países. Essa significativa perda relativa de competitividade foi puxada principalmente pela piora no ambiente macroeconômico. No entanto, 2017 representa um ano de inflexão positiva para o país, visto que o Brasil ganhou onze posições no *ranking* de 137 países. Porém, apesar do avanço, o Brasil encontra-se na octogésima posição no *ranking* mundial de competitividade, sendo o nono na América Latina e Caribe, que tem o Chile na liderança.

GRÁFICO 12 / Índice de Competitividade Global

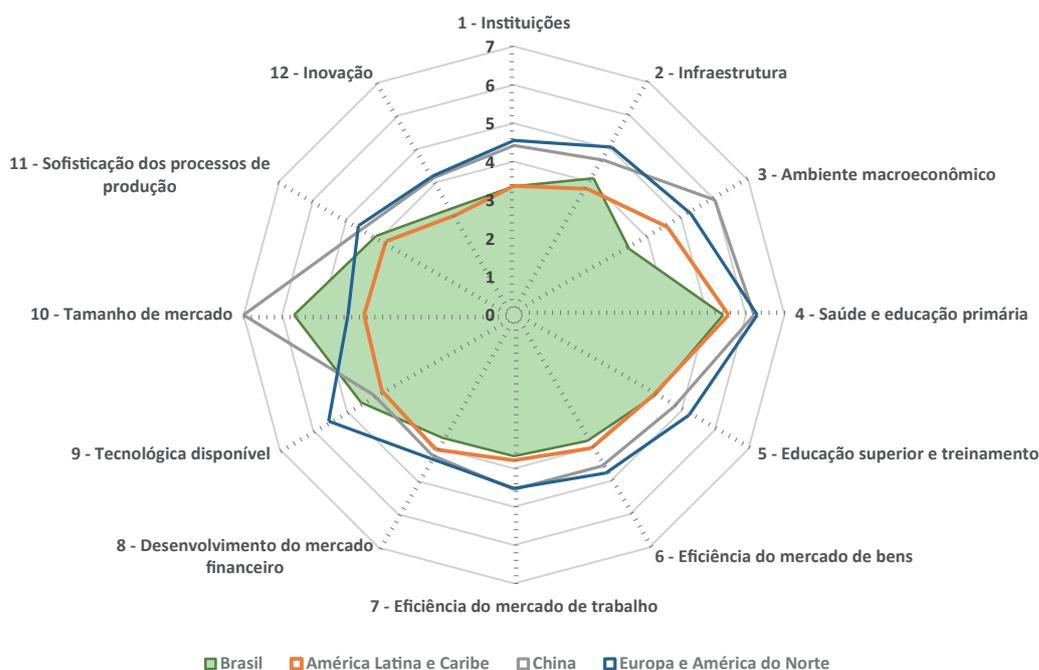


Fonte: *World Economic Forum*.

Elaboração: Seplan/MP.

O gráfico 13 permite comparar o Brasil com o restante do mundo a partir dos pilares que compõem o ICG, no qual se destaca como fator positivo para a competitividade do Brasil o tamanho do mercado. Os demais fatores estão muito próximos à média da América Latina e Caribe, porém sempre inferiores à média da Europa e da América do Norte, em especial no caso do ambiente macroeconômico.

GRÁFICO 13 / Índice de Competitividade Global por dimensões e países/grupos selecionados (2017)



Fonte: World Economic Forum.
Elaboração: Seplan/MP.

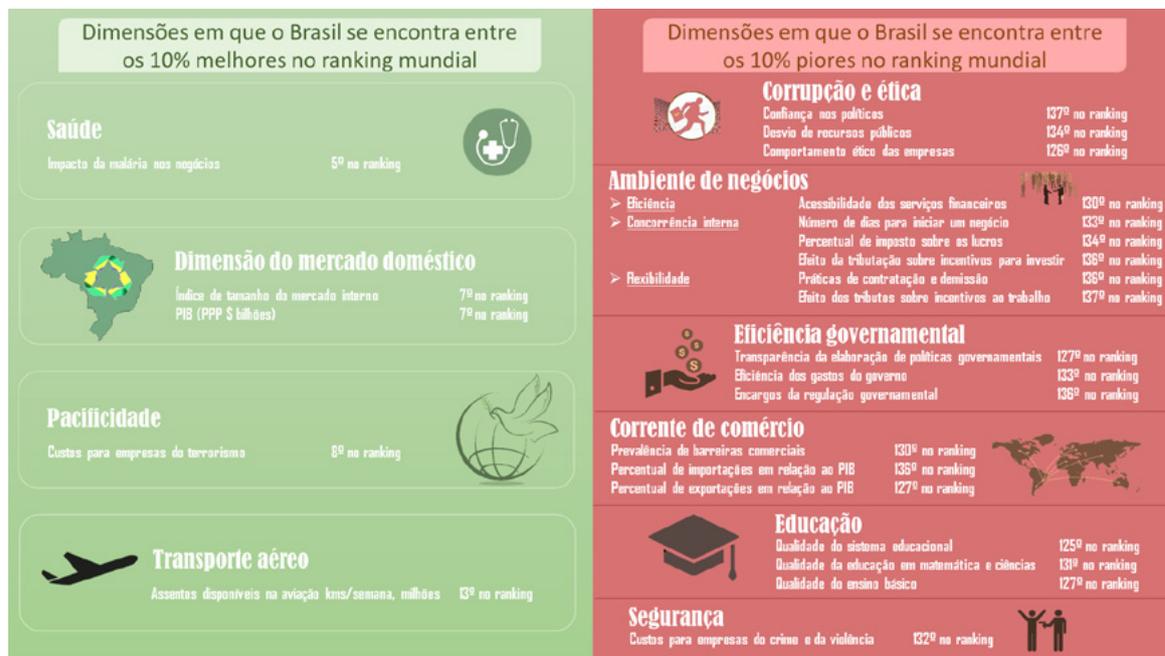
O relatório do Fórum Econômico Mundial²⁷ aponta os principais gargalos ao crescimento da competitividade do Brasil: impostos e taxas, restrições na legislação trabalhista, corrupção, burocracia e ineficiência governamental e inadequada infraestrutura. As questões relativas à judicialização das relações produtivas e sociais, à falta de confiança nas instituições e à própria complexidade dos marcos regulatórios são também apontadas, por muitos, como problemas para a retomada dos investimentos no país.

Na figura 6, encontram-se os indicadores em que o Brasil se destaca positivamente e negativamente. O país vai bem no indicador de impacto da malária nos negócios, no qual se encontra em quinto lugar no ranking em 2017. Também vai bem em relação ao tamanho populacional e econômico, ficando em sétimo lugar no ranking global no quesito dimensão do mercado interno, representado pelo índice de tamanho do mercado interno e pelo PIB. Do mesmo modo, são destaques os custos para empresas por conta do terrorismo e a quantidade de assentos disponíveis na aviação, em oitavo e 13º lugar no ranking, respectivamente.

²⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/2Ognrap>>.

Inversamente, os pontos que merecem atenção são aqueles relacionados à corrupção e à ética, como a confiança nos políticos, e aspectos relacionados ao ambiente de negócios, em especial os efeitos do sistema tributário sobre investimentos e trabalho, nos quais o Brasil ocupa as últimas posições no *ranking* global.

FIGURA 6 / Índice de Competitividade Global (EDIÇÃO 2017-2018)



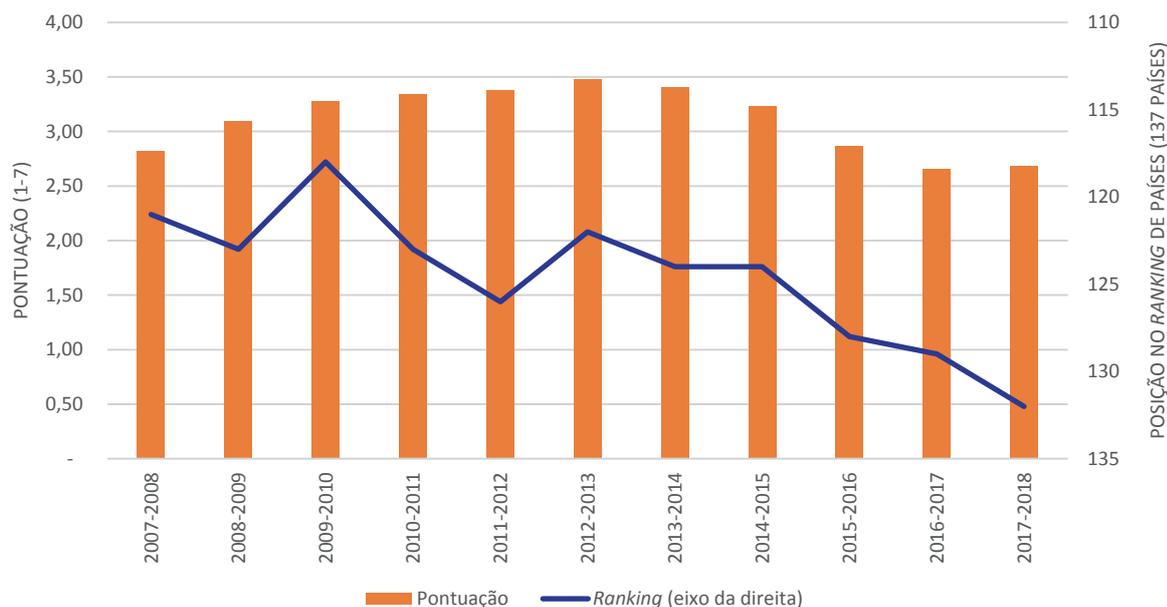
Fonte: World Economic Forum.

Elaboração: Seplan/MP.

Grande parte dos indicadores destacados anteriormente possuem interface com os demais eixos da Estratégia Nacional e podem ser analisados conjuntamente. São exemplos: no eixo econômico, a variação do PIB e a baixa participação do Brasil na corrente de comércio internacional; e no eixo social, a baixa qualidade educacional e os altos índices de homicídio, que impactam nos custos para as empresas com o redirecionamento de recursos para gastos não produtivos relacionados à segurança, afetando a competitividade da economia.

Cabe destacar que o custo do crime atribuído à sociedade tende a ser significativo devido à elevada criminalidade no Brasil: os indivíduos mudam seu comportamento devido à insegurança, as famílias e as empresas incorrem em custos para se prevenir de atividades criminosas, inclusive redirecionando recursos que seriam investidos em atividades produtivas, e os governos reorientam a alocação dos recursos para enfrentar os problemas relacionados à segurança. O *gráfico 14* traz a série histórica com os dados do ICG para o Brasil com relação aos custos para empresas do crime e da violência.

GRÁFICO 14 / Custos para empresas do crime e da violência



Fonte: World Economic Forum.
Elaboração: Seplan/MP.

Corroborando com os dados do ICG, um estudo publicado pelo BID demonstra que os custos do crime²⁸ representaram no Brasil 3,78% do PIB em 2014, um pouco superior à média da América Latina de 3,55% do PIB e muito superior ao de países como Estados Unidos, França e Alemanha, nos quais o crime custa 2,75%, 1,87% e 1,34% do PIB, respectivamente.

Ao analisar o custo *per capita* em US\$ internacionais, o Brasil é o quinto país com o maior custo do crime na América Latina, ficando atrás de Trinidad e Tobago, Bahamas, Argentina e Chile. Porém, em termos absolutos, o país, por possuir a maior economia, possui o maior custo, US\$ 124 bilhões, o que representa cerca de 55% do custo total do crime na região.

Ainda na *figura 6*, também há interação entre indicadores sobre corrupção e ética e da eficiência governamental com os Indicadores de Governança Mundial, do Banco Mundial, além dos indicadores do ambiente de negócios com o grau de facilidade de se fazer negócios, ambos deste eixo.

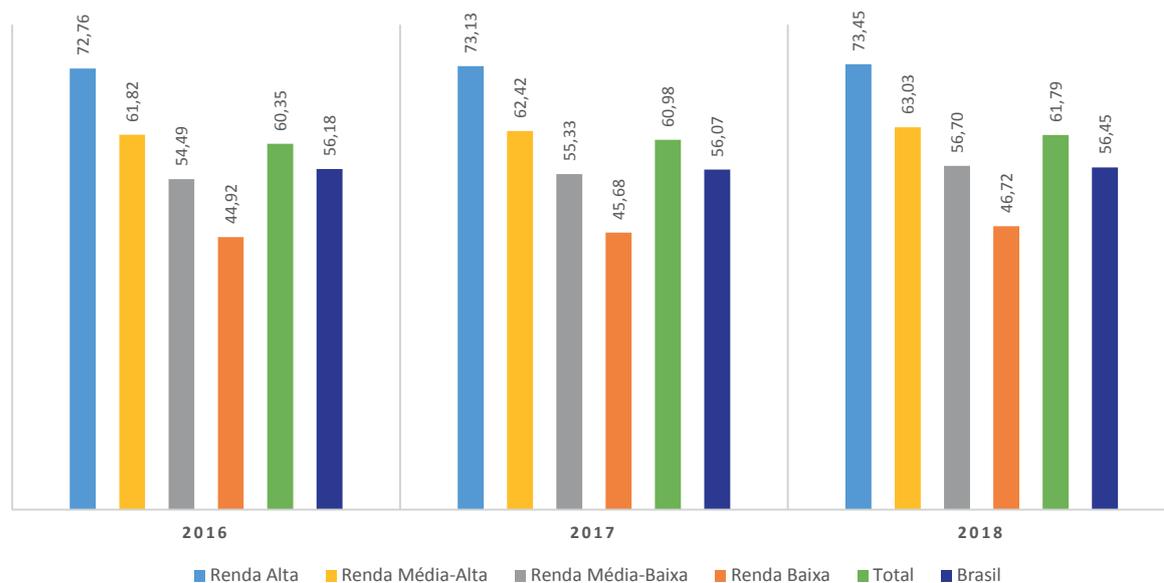
²⁸ Nesse estudo, os autores dividem os custos em quatro dimensões: custo social, encarceramento; custo social, vitimização; e gasto privado; gasto público. Para maiores detalhes, verificar Os custos do crime e da violência: novas evidências e constatações na América Latina e Caribe, 2017.

O grau de facilidade de se fazer negócios analisa onze áreas do ciclo de vida de uma empresa, entre as quais dez são incluídas na classificação das economias em termos da facilidade de se fazer negócios: abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedades, obtenção de crédito, proteção dos investidores minoritários, pagamento de impostos, comércio internacional, execução de contratos e resolução de insolvência. A análise foca em procedimentos aos quais estão sujeitas as empresas de pequeno e médio portes que atendam a todos os requisitos da legislação.

Para cada uma das áreas analisadas, o estudo associa uma medida quantitativa. Essas medidas são obtidas a partir de um questionário padrão respondido por firmas que lhes prestam assessoria jurídica, contábil e outros serviços. Em seguida, as respostas são processadas estatisticamente com o objetivo de refletir quão distante a situação observada em cada país está da melhor prática internacional. O desempenho nos diversos indicadores é condensado em uma medida única, que é utilizada na ordenação que pretende refletir o posicionamento relativo de cada país em termos de facilidade de se fazer negócios, o *ease of doing business ranking*. Dessa forma, o índice-chave reflete perspectivas como burocracia, infraestrutura, comércio exterior e segurança jurídica, dando uma visão institucional bastante abrangente.

A comparação internacional desse índice-chave evidencia a necessidade de grandes transformações no Brasil. A pontuação do país no grau para facilidade de se fazer negócios encontra-se abaixo da média mundial, no mesmo patamar de países classificados como de renda média-baixa (gráfico 15).

GRÁFICO 15 / Grau de facilidade de se fazer negócios do Brasil e de grupos de renda de países – média (2016-2018)



Fonte: Banco Mundial.

Elaboração: Seplan/MP.

Obs.: Dados calculados a partir da metodologia *Doing Business* 2017-2018.

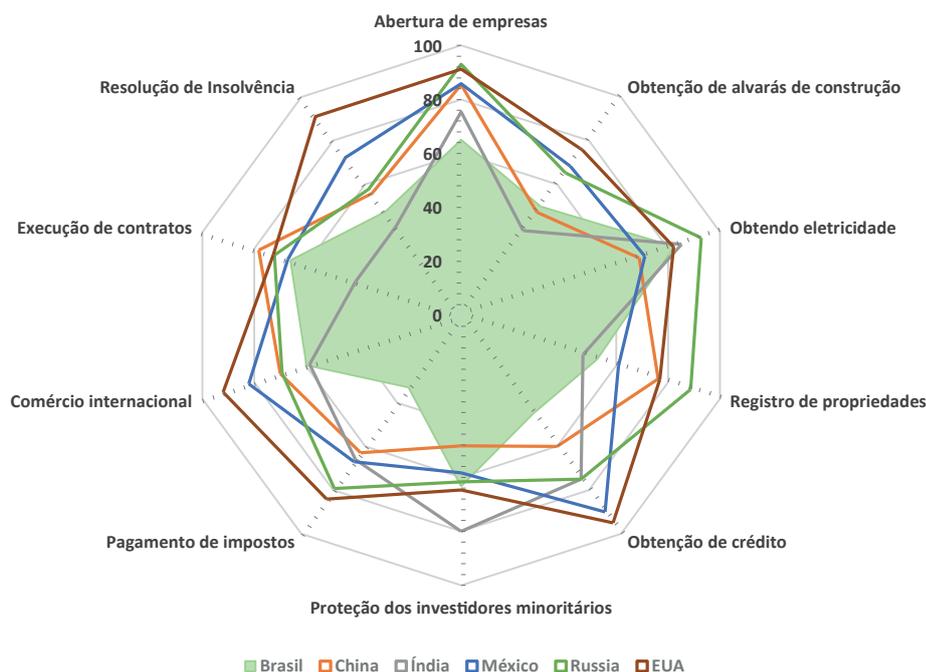
O Brasil vem se mantendo há vários anos em uma situação desconfortável na pesquisa, tendo ficado entre a 120ª e 130ª posição nos últimos dez anos, entre 190 países avaliados. Na última pesquisa, apesar da melhora no índice-chave geral em relação ao ano anterior (de 56,07 para 56,45), o país caiu da 123ª para a 125ª posição na classificação geral de países. Mesmo em relação à América Latina e Caribe, que conta com 32 países no *ranking*, o Brasil aparece na 22ª posição.

Melhoras pontuais foram observadas ao longo desse período, na sua maioria relacionadas à introdução de reformas regulatórias, a exemplo da reformulação do arcabouço de insolvência em 2005. Como resultado, o Brasil melhorou seu desempenho no indicador de resolução de insolvência entre as avaliações de 2005 e 2006. Restam, ainda, pontos a serem aperfeiçoados, centrados no fortalecimento das garantias, celeridade, empoderamento dos credores e aumento da previsibilidade e da transparência, visando agilizar a recuperação de empresas viáveis e a falência daquelas que não têm sustentabilidade financeira. Vale lembrar que aperfeiçoamentos regulatórios só se traduzem em uma melhor posição no *ranking* se o ritmo de reformas for mais intenso do que o experimentado nos demais países em posição próxima na classificação.

No quesito comércio internacional, o Brasil avançou 4,2 pontos na escala de 0 a 100 e, por conta disso, subiu dez posições no ranking específico. Em relação aos demais quesitos, a pontuação do país melhorou timidamente no indicador de obtenção de eletricidade, piorou levemente em quatro indicadores e ficou estável em outros quatro. No entanto, em razão do progresso regulatório de outros países, perdemos um número razoável de posições nos indicadores de proteção a investidores minoritários, execução de contratos e resolução de insolvência.

No *gráfico 16*, pode-se observar que, em comparação com alguns países selecionados, em relação a cada um dos componentes do índice-chave, o Brasil não apresenta bons números, com exceção de obtenção de eletricidade e proteção a investidores minoritários.

GRÁFICO 16 / Componentes do indicador de facilidade de se fazer negócios, por grupo de países (2018)



Fonte: Banco Mundial.

Elaboração: Seplan/MP.

Obs.: Dados calculados a partir da metodologia *Doing Business* 2017-2018.

Tendo em vista conhecer a situação do país em relação à governança, foram selecionados como índices-chave os Indicadores de Governança Mundial (*Worldwide Governance Indicators — WGI*), publicados pelo Banco Mundial desde 1996, que abrangem mais de 200 países. Estes indicadores foram construídos com base nas noções existentes de governança, incluindo o processo pelo qual os governos são selecionados, monitorados e substituídos, a capacidade do governo para formular e implementar efetivamente políticas sólidas e o respeito dos cidadãos e do Estado pelas instituições que governam as interações econômicas e sociais entre eles. Dessa forma, resultou um total de seis dimensões de governança²⁹:

- 1. Voz e Accountability** – captando as percepções de quanto os cidadãos de um país podem participar na seleção de seu governo, bem como liberdade de expressão, liberdade de associação e imprensa livre.
- 2. Estabilidade Política** – captando percepções do risco de o governo ser desestabilizado ou derrubado por meios inconstitucionais ou violentos, incluindo violência e terrorismo com motivação política.

²⁹ Kaufmann, D.; Kraay, A.; Mastruzzi, M. The Worldwide Governance Indicators: methodology and analytical issues. *World Bank Policy Research*, 2010. (Working Paper, no 5430). Disponível em: <<https://bit.ly/2pPkPSd>>. Acesso em: 4 set 2018.

3. Eficácia do Governo – captando percepções da qualidade dos serviços públicos e o grau de sua independência das pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas e a credibilidade do compromisso do governo com tais políticas.

4. Qualidade Regulatória – capturando percepções da capacidade do governo de formular e implementar políticas e regulamentações sólidas que permitam e promovam o desenvolvimento do setor privado.

5. Estado de Direito – capturando percepções sobre até que ponto os agentes confiam e respeitam as regras da sociedade e, em particular, a qualidade da execução de contratos, os direitos de propriedade, a polícia e os tribunais, bem como a probabilidade de ocorrência de crime e violência.

6. Controle da Corrupção – captando as percepções sobre até que ponto o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo tanto pequenas como grandes formas de corrupção, bem como “captura” do Estado por elites e interesses privados.

Essas seis dimensões (ou indicadores agregados) do WGI têm por objetivo medir percepções subjetivas acerca da qualidade da governança em diferentes países e compilam e resumem informações de mais de trinta fontes de dados existentes que relatam as visões e experiências de cidadãos, empresários e especialistas dos setores público e privado e de ONGs de todo o mundo, sobre a qualidade de vários aspectos da governança.³⁰

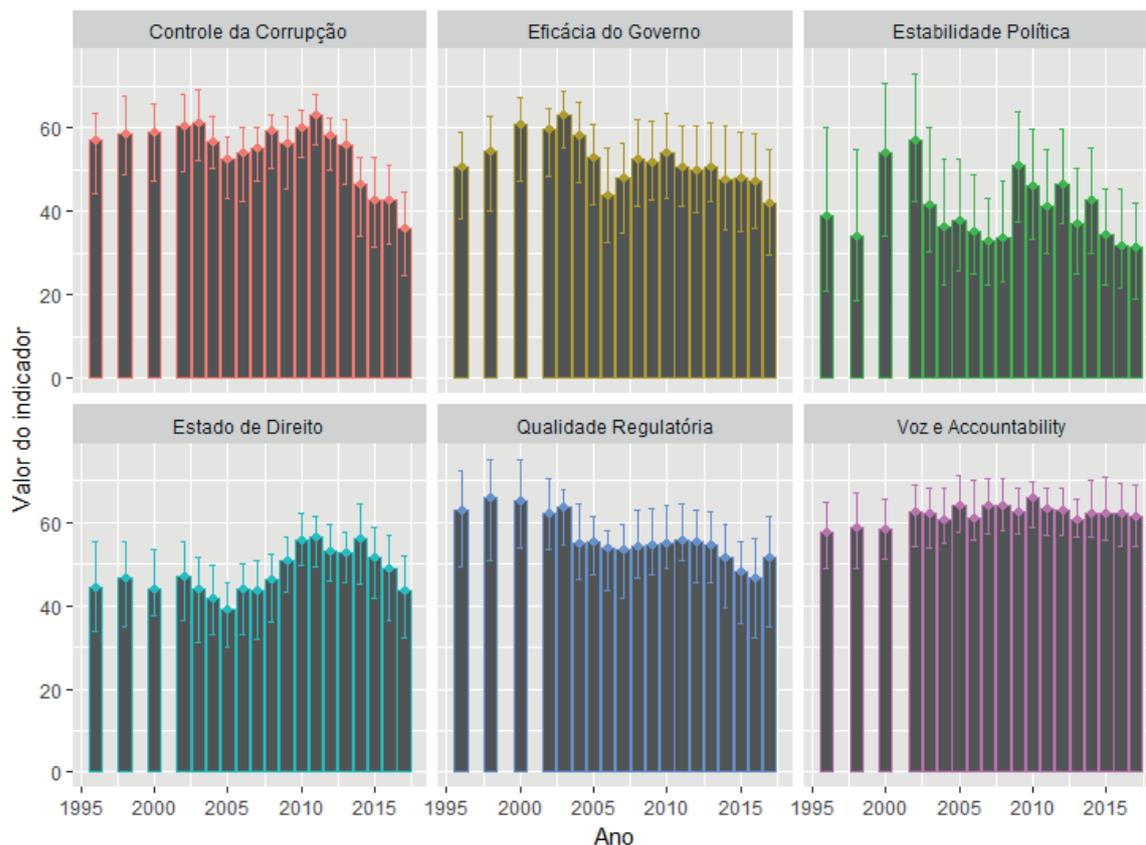
De acordo com o Banco Mundial (2014)³¹, para a criação dos indicadores, as fontes de dados são redimensionadas e combinadas utilizando uma metodologia estatística conhecida como *Unobserved Components Model*, em que são geradas margens de erro para cada estimativa de governança, que precisa ser levada em conta ao se fazer comparações entre países e ao longo do tempo.

O gráfico 17 ilustra a evolução da posição do Brasil na classificação percentual nos rankings das dimensões da governança (1996-2017). Pode-se constatar uma relativa estabilidade em *Voz e Accountability*, mas há quedas acentuadas em Estabilidade Política e Controle da Corrupção, em especial quando observado o período entre 2010 e 2017.

³⁰ Kaufmann, D.; Kraay, A.; Mastruzzi, M. The Worldwide Governance Indicators: methodology and analytical issues. *World Bank Policy Research*, 2010. (Working Paper, no 5430). Disponível em: <<https://bit.ly/2pPkPSd>>. Acesso em: 4 set 2018.

³¹ Banco Mundial. The Worldwide Governance Indicators (WGI) project. Documentation. Disponível em: <<https://bit.ly/2c7UrKf>>. Acesso em: 5 set. 2018.

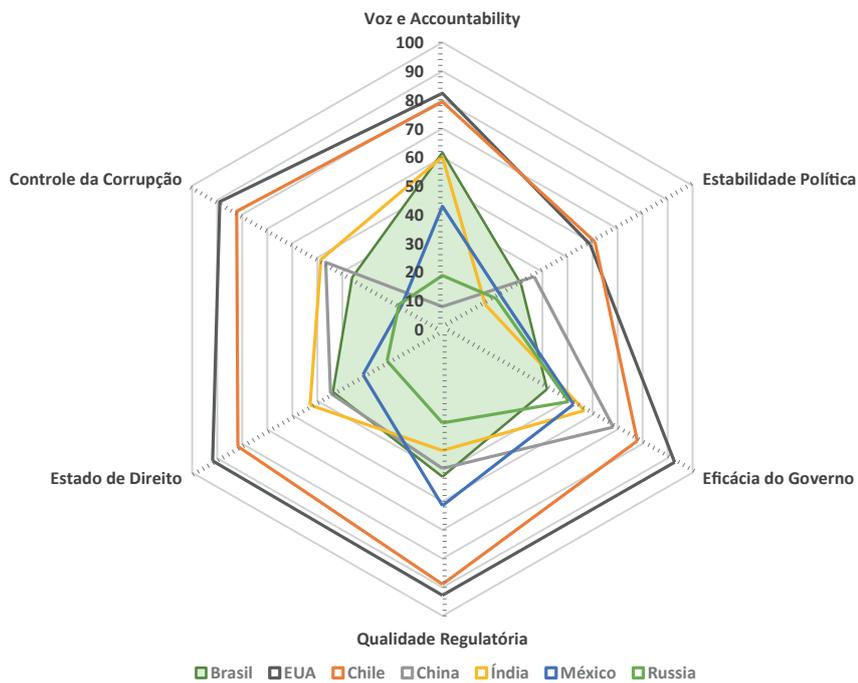
GRÁFICO 17 / Evolução da posição do Brasil na classificação percentual nos rankings das dimensões da governança (1996-2017)



Fonte: Banco Mundial.
Elaboração: Seplan/MP.

O gráfico 18, por sua vez, traz uma comparação do Brasil com alguns países selecionados. No conjunto dos indicadores, o Brasil só se encontra melhor que Rússia e México, sendo o destaque negativo a dimensão Eficácia do Governo. Chile e Estados Unidos encontram-se com melhores indicadores que o Brasil em todas as dimensões.

GRÁFICO 18 / Dimensões dos indicadores mundiais de governança – países selecionados (2017)



Fontes: Banco Mundial; Kaufmann, Kraay, e Mastruzzi (2010); *The Worldwide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues*.
Elaboração: Seplan/MP.

Eixo 3: infraestrutura

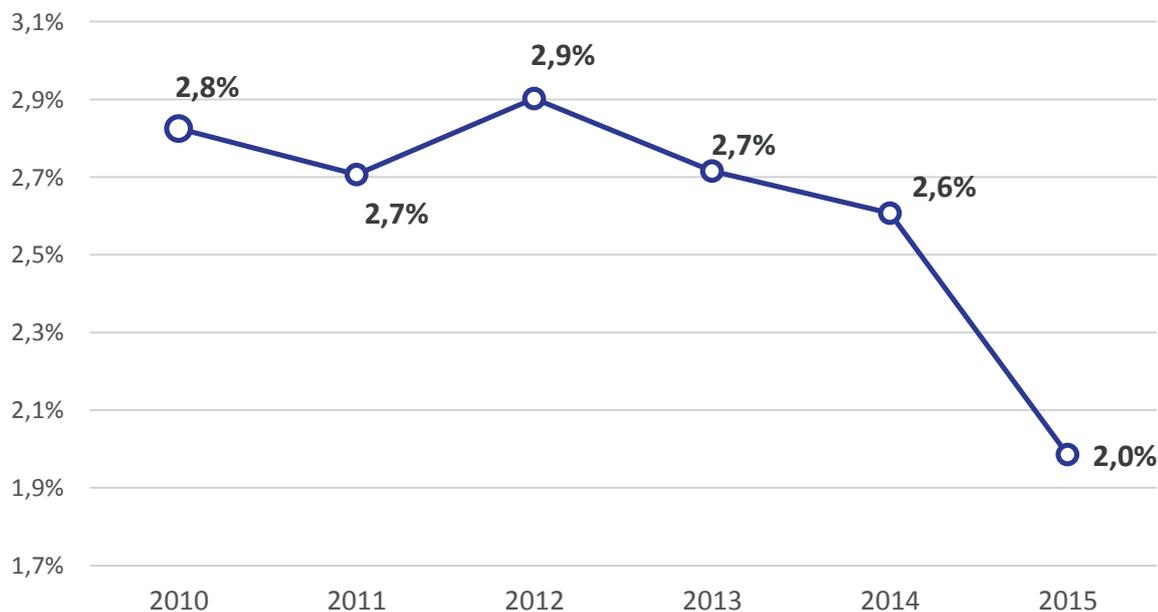
A oferta de infraestrutura em condições adequadas gera externalidades positivas e apresenta relevante efeito multiplicador no crescimento da produtividade e do PIB do país, além de ter a capacidade de alavancar a economia nacional e as potencialidades regionais. Nesse sentido, é importante elevar o nível de investimentos em infraestrutura no país, pois os atuais gargalos e ineficiências têm prejudicado o dinamismo da economia e a competitividade das nossas empresas e limitado as possibilidades de crescimento.

Os índices-chave que irão orientar o eixo de infraestrutura são:

- i) participação do investimento em obras de infraestrutura no PIB, calculada a partir de dados do IBGE;*
- ii) LPI, do Banco Mundial;*
- e iii) porcentagem de domicílios com condição satisfatória de bem-estar, elaborada com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE.*

O índice-chave de participação do investimento em obras de infraestrutura no PIB é calculado a partir dos investimentos na construção de rodovias e ferrovias e em obras urbanas; obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos; e outras obras de infraestrutura em relação ao PIB, como ilustrado no *gráfico 19*. O investimento brasileiro em infraestrutura é historicamente baixo e apresentou tendência decrescente nas últimas décadas. A relação investimento em infraestrutura/PIB passou de 6,30%, na década de 1970, para uma média de 2,19% entre 2011 e 2016. O segmento de transportes recebeu a maior fatia destes recursos nesse período (38,81%), seguido de energia elétrica (31,05%), telecomunicações (21,46%) e saneamento (8,68%), conforme a tabela 4. Dentro do segmento de transportes, as rodovias receberam a maior parcela investida em função da sua predominância na matriz logística do país. A título de exemplo, tal modal representa, segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT), cerca de 60% dos transportes de cargas. O país investiu muito pouco em ferrovias, apenas 0,13% do PIB, entre 2011 e 2016. Os investimentos em saneamento também são pouco significativos.

GRÁFICO 19 / Participação das obras de infraestrutura no PIB (Em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Seplan/MP.

TABELA 4

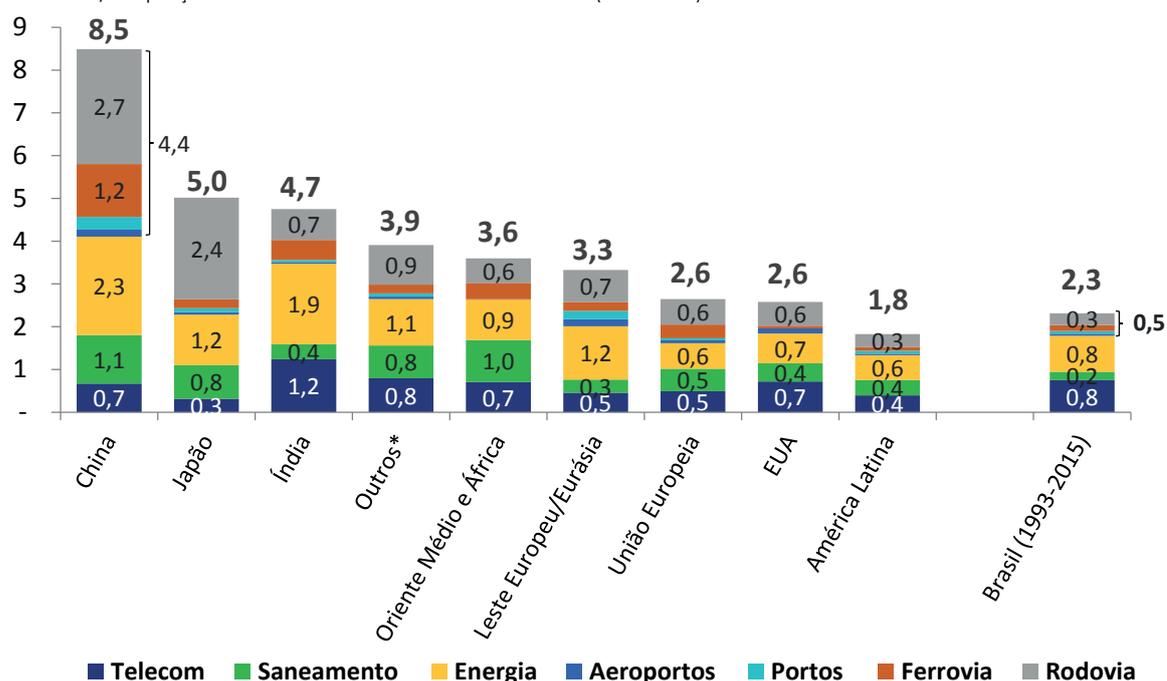
Investimentos em infraestrutura, por setor entre 2011-2016 (Em %)

Setor	Participação no PIB	Participação no total dos recursos
Telecomunicações	0,47	21,46
Energia	0,68	31,05
Saneamento	0,19	8,68
Transportes	0,85	38,81
Rodovia	0,40	18,26
Ferrovia	0,13	5,94
Mobilidade urbana	0,15	6,85
Aeroportos	0,07	3,20
Portos	0,09	4,11
Hidrovias	0,01	0,46
Total	2,19	100,00

Fonte: Frischtak e Mourão (2017).

Na comparação internacional, a porcentagem investida no país é superior, em média, à da América Latina, em período semelhante. Entretanto, ficou bem abaixo dos níveis de outras grandes economias emergentes, tais como China e Índia, e das economias industrializadas (*gráfico 20*).

GRÁFICO 20 / Comparação internacional dos investimentos em infraestrutura (Em % do PIB)¹



Fonte: BNDES (2016).

Nota: ¹Média ponderada (1992-2011).

Obs.: Com uma casa decimal, as porcentagens de investimentos em infraestrutura totais e por segmento no Brasil não mudam se restringirmos o período a 1993-2011, terminando no mesmo ano que os dados das demais economias.

Além disso, uma estimativa publicada em estudo recente da CNI³² indica que cerca de metade do investimento em infraestrutura em 2014 foi de empresas privadas (tabela 5). Conforme Frischtak e Noronha (2016), a outra parcela é dividida entre o investimento federal (0,51% do PIB) e as empresas estaduais e autarquias (0,54% do PIB).

TABELA 5

Investimentos em infraestrutura, por setor (em % do PIB)

Setor	2014
Governo federal	0,26
Empresas estatais federais	0,25
Empresas estaduais e autarquias	0,54
Empresas privadas	1,24
Investimento total	2,29

Fonte: CNI.

Elaboração: Seplan/MP.

³² Disponível em: <<https://bit.ly/2IQtCMm>>

Além de medir aquilo que é gasto em infraestrutura, é essencial avaliar os resultados desses investimentos.

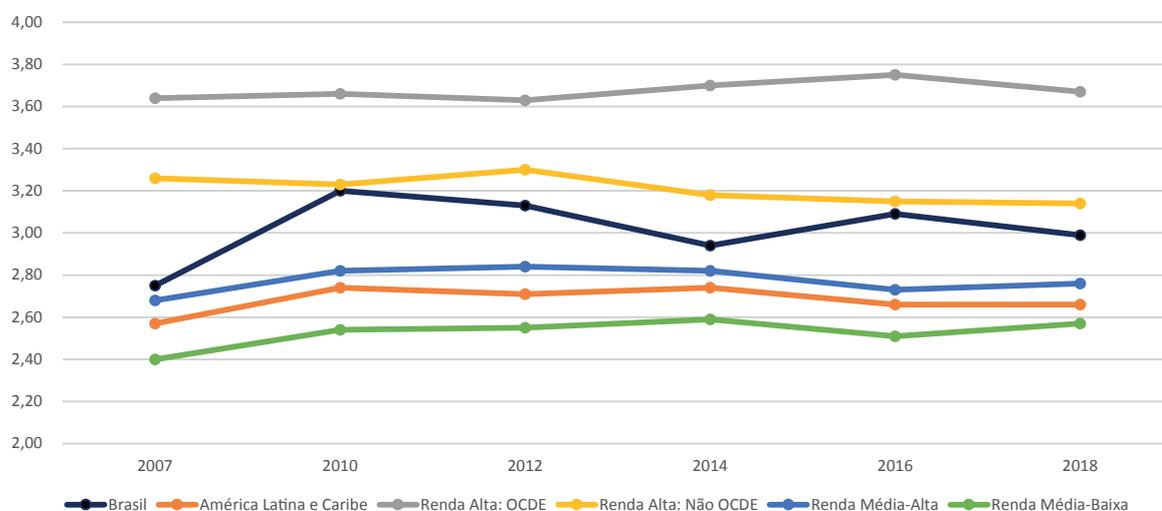
No que se refere ao setor de logística, o LPI é uma das medidas mais utilizadas para comparações internacionais. O LPI compara o desempenho de 160 países no comércio internacional e reflete sobre a percepção de instituições acadêmicas, empresas privadas e indivíduos no que diz respeito à logística do país. Seis aspectos são levados em conta nesse índice³³:

- i) eficiência do processo de liberação (ou seja, rapidez, simplicidade e previsibilidade das formalidades) pelos órgãos de controle de fronteiras, inclusive alfandegários;*
- ii) qualidade da infraestrutura relacionada ao comércio e transporte (por exemplo, portos, ferrovias, estradas, tecnologia da informação);*
- iii) facilidade de organizar remessas com preços competitivos;*
- iv) competência e qualidade dos serviços logísticos (por exemplo, operadores de transporte e despachantes aduaneiros);*
- v) capacidade de acompanhar e rastrear consignações; e*
- vi) pontualidade das remessas em chegar ao destino dentro do prazo de entrega programado ou esperado.*

Os resultados recentes deste índice-chave demonstram que o Brasil evoluiu no *ranking* dos países pesquisados da 65ª posição em 2014 para a 56ª posição em 2018. De forma geral, a performance do Brasil situa-se acima da média mundial e dos demais países da América Latina e Caribe, mas abaixo dos países da OCDE e dos países de alta renda (*gráfico 21*).

³³ Os mercados são escolhidos com base nos mercados de exportação e importação mais importantes do país do respondente, na seleção aleatória e, nos países sem litoral, nos países vizinhos que os conectam com os mercados internacionais. As pontuações para as seis áreas têm uma média de todos os entrevistados e agregadas a uma única pontuação usando a análise de componentes principais. Os detalhes da metodologia da pesquisa e da metodologia de construção do índice podem ser encontrados em Arvis et al. (2010).

GRÁFICO 21 / LPI (2007-2018)



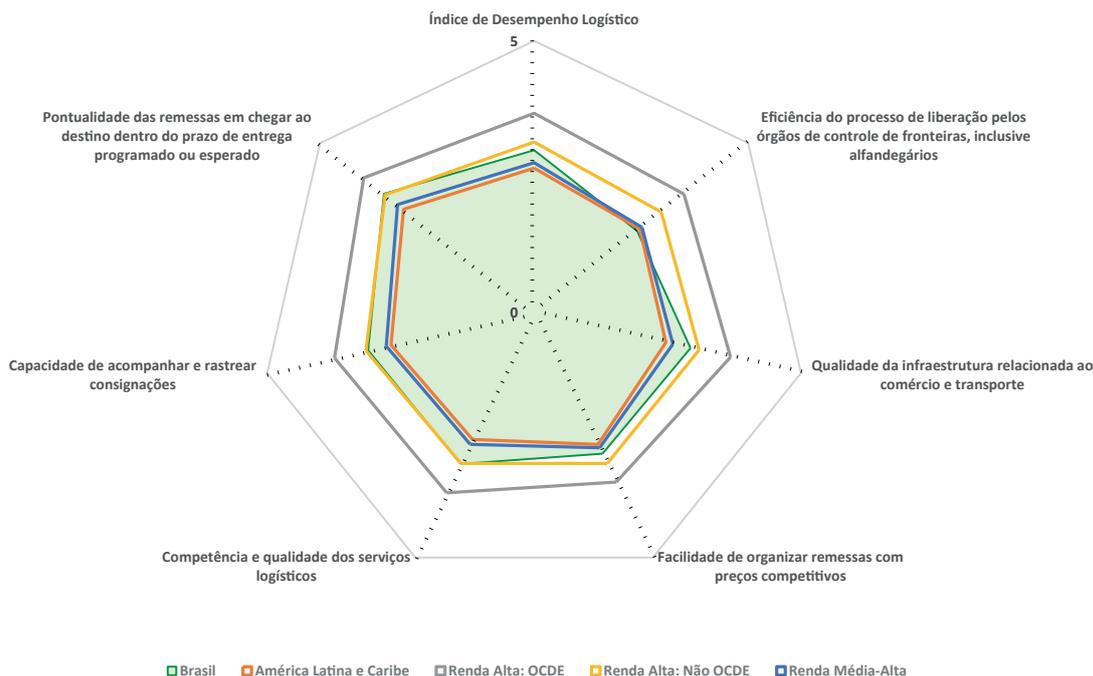
Fonte: Banco Mundial.

Elaboração: Seplan/MP.

Em relação às dimensões que compõem o índice, dispostas no *gráfico 22*, o Brasil melhorou, de 2016 a 2018, nos seguintes itens: pontualidade das remessas em chegar ao destino dentro do prazo de entrega programado ou esperado (ganho de quinze posições); facilidade de organizar remessas com preços competitivos (ganho de onze posições); e competência e qualidade dos serviços logísticos (ganho de quatro posições).

No entanto, o país perdeu quarenta posições no item eficiência do processo de liberação pelos órgãos de controle de fronteiras, inclusive alfandegários; perdeu seis posições no item capacidade de acompanhar e rastrear consignações; e três posições no item qualidade da infraestrutura relacionada ao comércio e transporte.

GRÁFICO 22 / LPI, por dimensões e grupos de países selecionados (2018)



Fonte: Banco Mundial.
Elaboração: Seplan/MP.

Adicionalmente, a qualidade da infraestrutura de transporte, energia elétrica e serviços de telecomunicação é um dos pilares avaliados no *Global Competitiveness Report (World Economic Forum, 2017a)*. Nesse quesito infraestrutura, o relatório posicionou o Brasil em 73º em um *ranking* de 137 países. O país recebeu nota 4,1 em uma escala de 1,0 a 7,0. A avaliação e a respectiva posição no *ranking* para cada um dos indicadores que compõem este quesito estão dispostas na *figura 7*.

FIGURA 7 / Qualidade da infraestrutura no ICG (edição 2017-2018)

	Indicador	Valor	Posição no ranking / 137
	Qualidade da infraestrutura geral	3,14	108º
	Qualidade das rodovias	3,12	103º
	Qualidade da infraestrutura ferroviária	2,02	88º
	Qualidade da infraestrutura portuária	3,15	106º
	Qualidade da infraestrutura aérea	3,93	95º
	Assentos disponíveis na aviação kms/semana, em milhões	3.563,38	13º
	Qualidade na oferta de eletricidade	4,49	84º
	Linhas telefônicas fixas/100 habitantes	118,92	65º
	Assinantes de telefonia móvel/100 habitantes	20,39	49º

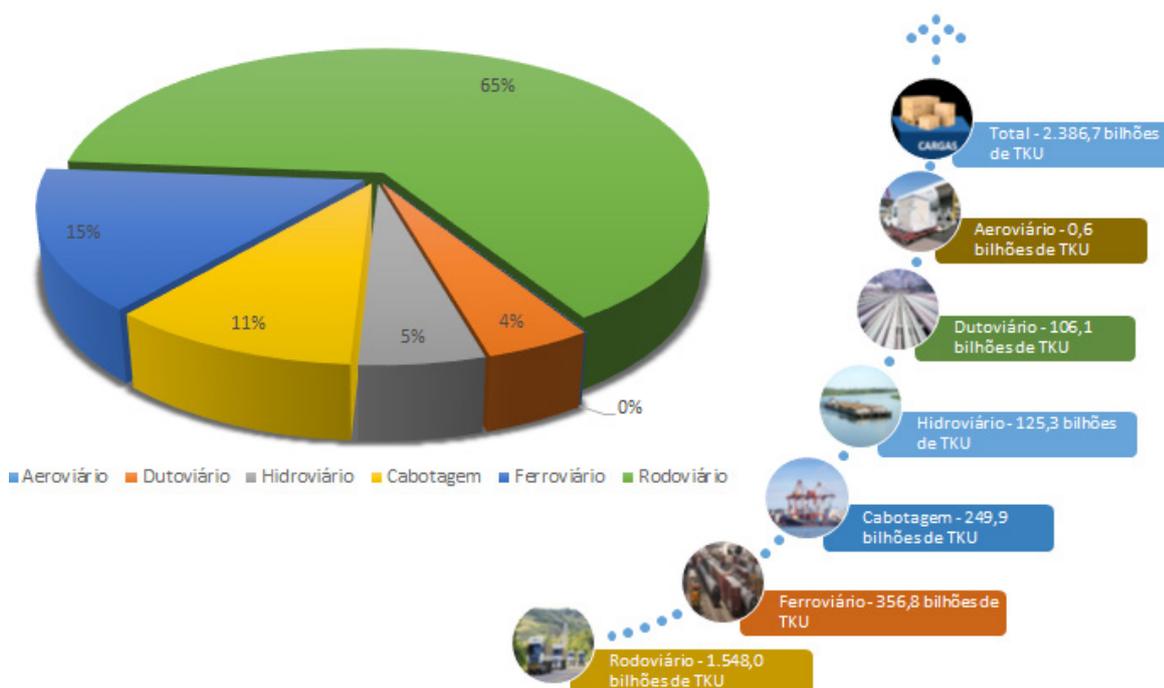
Fonte: World Economic Forum.

Elaboração: Seplan/MP.

É importante destacar que no Brasil existe uma concentração do transporte de carga no modal rodoviário, de acordo com o Relatório Executivo do Plano Nacional de Logística (PNL) – 2025³⁴, sendo que 65% dos 2.386,7 bilhões de toneladas por quilômetro útil (TKU) transportados utilizam esse modal, conforme demonstrado no *gráfico 23* e na *figura 8*.

³⁴ Disponível em: <<https://bit.ly/2RH33gD>>.

GRÁFICO 23 e FIGURA 8 / Distribuição do transporte de carga por modal (Em TKU)



Fonte: EPL.
Elaboração: Seplan/MP.

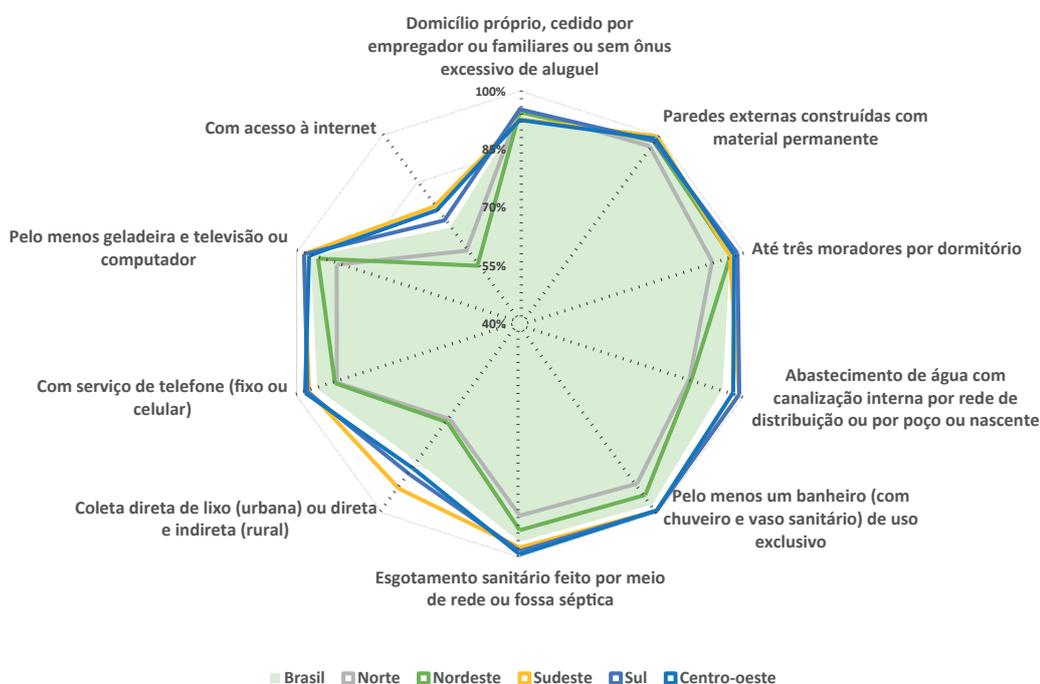
A infraestrutura urbana, por sua vez, tem grande interface com o eixo social, pois impacta diretamente a qualidade de vida e o bem-estar da população. A condição de propriedade do domicílio ou o custo excessivo com aluguel impacta diretamente a renda das famílias. O acesso à internet e a posse de bens, como geladeira, televisão e computador, contribuem para a qualidade de vida e para o acesso à informação. As condições de acesso a serviços de saneamento básico, como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e destino adequado do lixo, também contribuem sobremaneira para as condições de saúde da população e para a qualidade ambiental.

Dessa forma, o índice-chave de domicílios com condição satisfatória de bem-estar³⁵ mede a porcentagem de domicílios que atende a condições básicas do ser humano e representa um bom retrato da qualidade de vida da população. Entre 2016 e 2017, este

³⁵ Foram definidos como domicílios com condição satisfatória de bem-estar os que possuem concomitantemente as seguintes características: domicílios próprios ou cedidos por empregadores ou familiares ou cujo aluguel não ultrapassa 30% da renda domiciliar, construídos com material permanente (paredes de alvenaria ou madeira aparelhada), com densidade de até três moradores por dormitório, servidos por abastecimento de água com canalização interna por rede de distribuição ou por poço ou nascente, com, pelo menos, um banheiro (com chuveiro e vaso sanitário) de uso exclusivo, com esgotamento sanitário feito por meio de rede ou fossa séptica, serviços de coleta direta de lixo (quando localizados em área urbana) ou direta e indireta (quando localizados em área rural), com serviço de telefone (fixo ou celular), equipadas com, pelo menos, geladeira, televisão ou computador e com acesso à internet por meio de microcomputador, tablet, telefone móvel celular, televisão ou outro equipamento.

índice-chave evoluiu de 50,9% para 55,4%, principalmente em função da ampliação do acesso à internet, que variou de 63,6% para 70,5% no mesmo período. Entretanto, os pontos mais críticos deste índice-chave são o ainda baixo acesso à internet, mesmo com o avanço recente, e, principalmente, as questões relacionadas ao saneamento básico, como o destino correto do lixo, o abastecimento adequado de água e o esgotamento sanitário, que são ainda mais graves nas regiões Norte e Nordeste (*gráfico 24*). A situação do esgotamento sanitário continua sendo uma preocupação do país, com baixa cobertura por rede de coleta ou fossa séptica, além de apenas 74,9% do esgoto coletado ser tratado, o que corresponde a 40,8% do esgoto gerado, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2016.

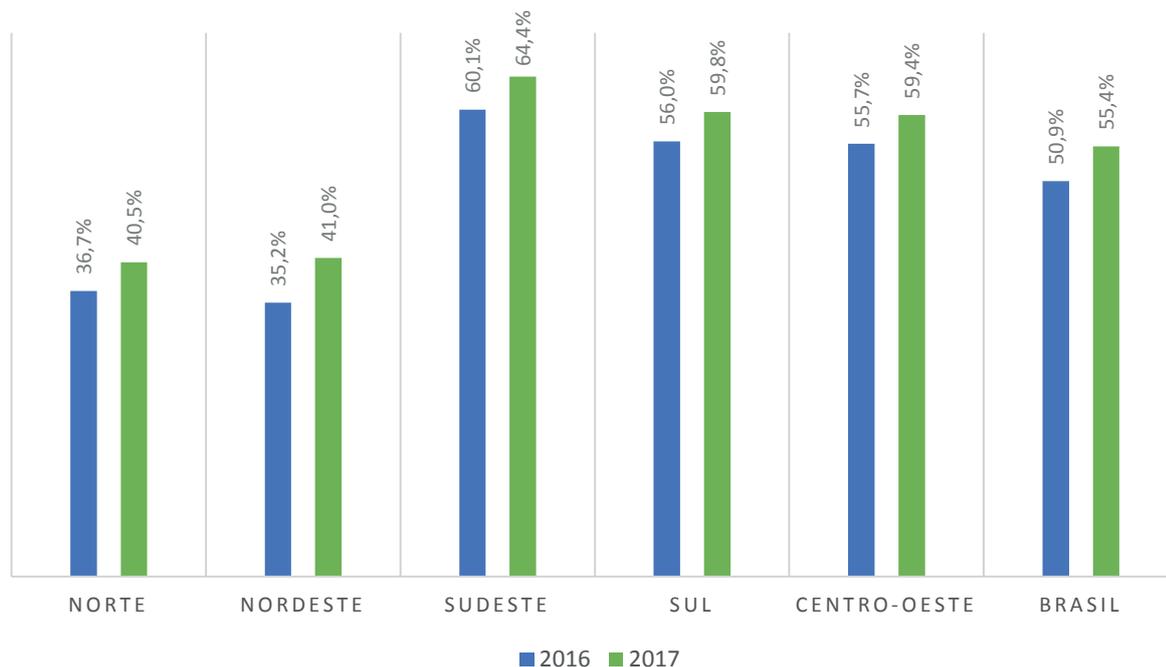
GRÁFICO 24 / Proporção de domicílios particulares, por características do domicílio e região (2017) (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Seplan/MP.

Em 2017, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentavam em torno de 40% dos domicílios com condição satisfatória, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentavam números superiores a 59%, conforme apresentado no *gráfico 25*.

GRÁFICO 25 / Brasil: domicílios com condição satisfatória de bem-estar, por região (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Seplan/MP.

Outro fator relevante para medir o índice de bem-estar do domicílio é a localização em relação a trabalho e educação. Em todo o Brasil, 10,3% das pessoas ocupadas gastam mais de uma hora no percurso diário de ida da residência para o local de trabalho, e as piores situações encontram-se nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo (*tabela 6*).

TABELA 6

Tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho (2015)

	Até 30 minutos		Mais de 30 minutos até 1 hora		Mais de 1 hora até duas horas		Mais de 2 horas		Mais de 30 minutos	Mais de 1 hora
	Nº de Pessoas	%	Nº de Pessoas	%	Nº de Pessoas	%	Nº de Pessoas	%	%	%
Brasil	48.950.325	66,1	17.436.332	23,6	6.252.355	8,4	1.367.271	1,8	33,9	10,3
Região metropolitana de Belém	453.756	56,4	267.797	33,3	71.433	8,9	12.213	1,5	43,6	10,4
Região metropolitana de Fortaleza	782.356	57,5	411.512	30,3	149.324	11,0	16.631	1,2	42,5	12,2
Região metropolitana de Recife	636.517	47,7	484.826	36,3	188.312	14,1	25.596	1,9	52,3	16,0
Região metropolitana de Salvador	777.082	47,3	621.207	37,8	220.057	13,4	23.518	1,4	52,7	14,8
Região metropolitana de Belo Horizonte	1.168.218	52,0	753.528	33,5	293.817	13,1	31.365	1,4	48,0	14,5
Região metropolitana do Rio de Janeiro	1.663.827	34,7	1.862.687	38,8	1.026.636	21,4	242.698	5,1	65,3	26,5
Região metropolitana de São Paulo	3.816.063	42,7	2.947.270	33,0	1.802.167	20,2	375.250	4,2	57,3	24,4
Região metropolitana de Curitiba	824.567	56,6	482.652	33,1	132.539	9,1	16.810	1,2	43,4	10,3
Região metropolitana de Porto Alegre	1.089.444	60,5	518.156	28,8	176.759	9,8	16.441	0,9	39,5	10,7
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal	556.894	45,1	443.631	35,9	214.497	17,4	21.090	1,7	54,9	19,1

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

Os dados da *tabela 6* demonstram que a população brasileira gasta boa parte do seu tempo no caminho casa – trabalho/escola – casa, o que reflete em custos econômicos para o país. Esta situação remete à melhoria do transporte coletivo e à necessidade de um planejamento urbano que priorize a espacialização das atividades econômicas por todo o município.

Eixo 4: ambiental

Os índices-chave do eixo ambiental são:

- i) intensidade de emissão de GEE (CO₂e kg per capita \$ PIB PPP);*
- ii) variações relativas dos incrementos anuais de desmatamento para Amazônia Legal e Cerrado (em porcentagem); e*
- iii) participação de fontes de energia renovável na matriz energética (em porcentagem)³⁶.*

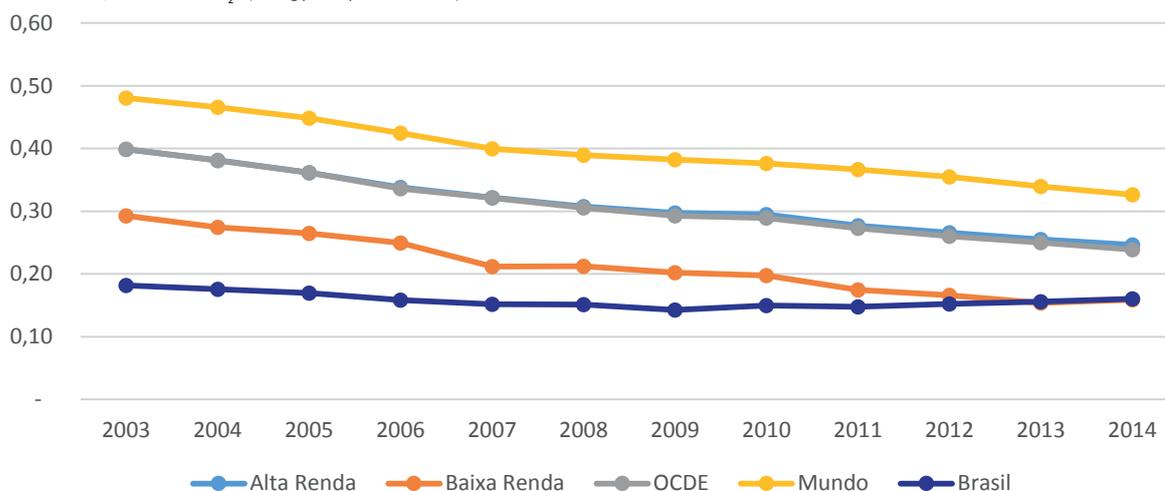
O desenvolvimento com sustentabilidade ambiental é economicamente viável, pois se baseia no princípio da eficiência na utilização de recursos, o que reforça a expansão econômica e contribui para criar empregos, erradicar a pobreza e proteger a natureza. Tomar medidas para combater as mudanças climáticas e seus impactos é necessidade explícita nos ODS devido aos seus impactos na saúde pública, na segurança alimentar e hídrica, na migração, na paz e na segurança. Investimentos em desenvolvimento sustentável podem contribuir para o combate à mudança do clima, por meio da mitigação das emissões de GEE e da adaptação às mudanças climáticas.

Por ser transdisciplinar, este índice-chave reflete os resultados obtidos nos outros quatro eixos que compõem este documento, sobretudo com a dimensão econômica, uma vez que as emissões de gases decorrentes das ações antrópicas têm a sua origem na ocorrência de processos produtivos que ocorrem em todo o sistema econômico. Assim, o conjunto de desafios e orientações de todas as dimensões devem atuar de forma sistêmica para a obtenção de avanços no indicador.

Em relação à mudança do clima, destaca-se o fato de o Brasil ter assumido o compromisso de reduzir, em 2025, as emissões de GEE em 37% abaixo dos níveis de 2005, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030³⁷. Esta contribuição é consistente com níveis de emissão de 1,3 GtCO₂e (GWP-100; IPCC AR5) em 2025 e 1,2 GtCO₂e (GWP-100; IPCC AR5) em 2030. O compromisso corresponde a uma redução estimada em 66% em termos de emissões de GEE por unidade do PIB (intensidade de emissões em CO₂e *per capita* \$ PIB PPP) em 2025 e em 75% em termos de intensidade de emissões em 2030, ambas em relação a 2005. O *gráfico 26* ilustra a situação do Brasil em relação ao mundo e com alguns recortes selecionados. Em 2014, a emissão brasileira estava em 0,16 CO₂e *per capita* \$ PIB PPP, equivalente ao conjunto de países de baixa renda.

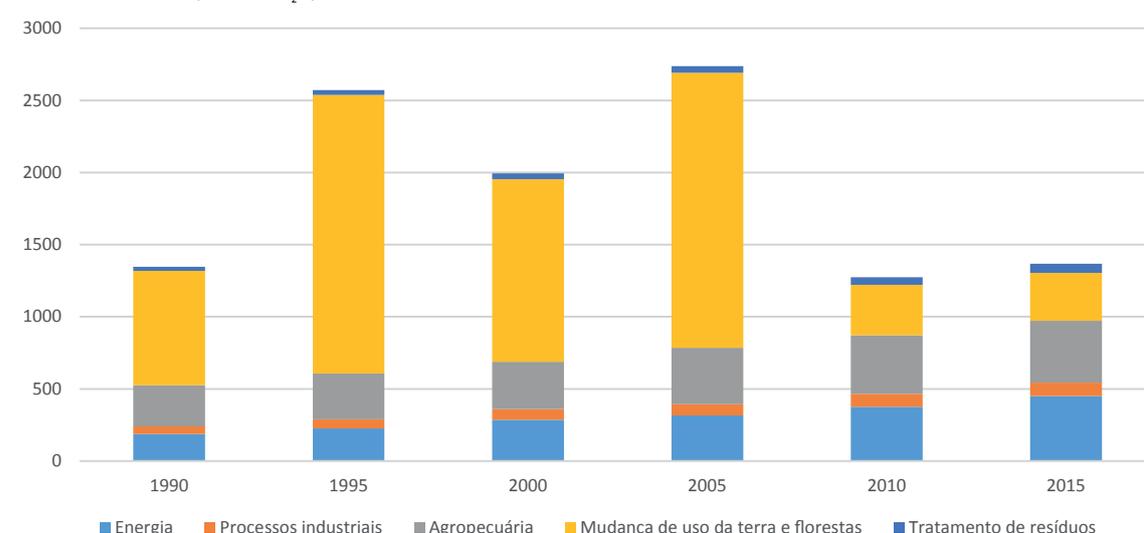
³⁶ Considera a oferta interna total de energia – Balanço Energético Nacional (BEN, 2017).

³⁷ Compromissos assumidos pelo país junto à Convenção do Clima, com a apresentação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, da sigla em inglês) do Acordo de Paris, ratificado pelo Brasil em 12 de setembro de 2016.

GRÁFICO 26 / Emissão de CO₂e (Em kg per capita \$ PIB PPP)

Fonte: Banco Mundial.
Elaboração: Seplan/MP.

Cabe esclarecer que o Decreto nº 9.172/2017 estabelece o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE)³⁸ como o instrumento oficial para disponibilização dos resultados de emissões de GEE no Brasil³⁹. De acordo com a 4ª edição das *Estimativas Anuais das Emissões de GEE* no Brasil, “o cenário demonstrado para o ano de 2015 indica que as emissões setoriais se mantiveram menores que o previsto, permitindo avaliar de forma positiva a implementação das ações de mitigação para os diferentes setores, em especial para o setor Mudança de Uso da Terra e Florestas”. O gráfico 27 traz uma série histórica de emissão por setor no período de 1990-2015.

GRÁFICO 27 / Emissão líquidas de CO₂e por setor (Em milhões de toneladas)

Fonte: MCTIC. 4ª edição das Estimativas Anuais das Emissões de GEE.
Elaboração: Seplan/MP.

³⁸ O SIRENE, sob a responsabilidade do MCTIC, além de disponibilizar os resultados das emissões nacionais de GEE, representa um relevante instrumento que confere segurança e transparência ao processo de elaboração das estimativas, além de subsidiar tomadores de decisão no contexto de políticas, planos, programas e projetos que visam alcançar os compromissos nacionais e internacionais assumidos pelo governo brasileiro, como o Acordo de Paris e a Agenda 2030.

³⁹ Mais informações em: <<https://bit.ly/2uGzGjN>>.

Um fator que contribuiu para a queda da intensidade de emissões do país foi a redução do desmatamento. Conforme as informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), constantes na *tabela 7*, pode-se verificar que, no período de 2001-2017, as taxas de variações relativas dos incrementos anuais de desmatamento (em porcentagem) para a Amazônia Legal e para o Cerrado oscilaram bastante. Para a Amazônia Legal, verifica-se que, no período de 2004-2012, apenas em 2007-2008 houve incremento no desmatamento. Já para o Cerrado, no período 2015-2016, a variação relativa de desmatamento foi de -43%, uma acentuada queda, tendo uma inversão no período 2016-2017 para 9%.

TABELA 7

Variações relativas dos incrementos anuais de desmatamento (Em %)

Período	Amazônia Legal ¹	Cerrado ²
2001-2002	19	0
2002-2003	17	-2
2003-2004	9	0
2004-2005	-32	-39
2005-2006	-25	0
2006-2007	-18	-16
2007-2008	11	0
2008-2009	-42	32
2009-2010	-6	0
2010-2011	-8	-6
2011-2012	-29	0
2012-2013	29	50
2013-2014	-15	-24
2014-2015	24	10
2015-2016	27	-43
2016-2017	-12	9

Fonte: INPE.

Elaboração: Seplan/MP.

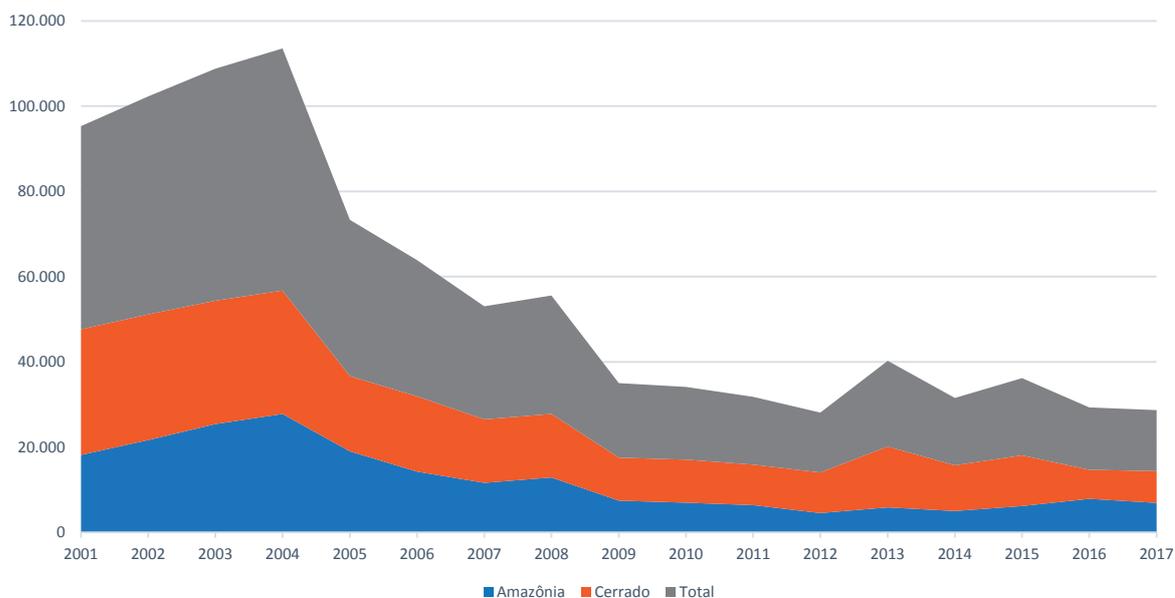
Notas: ¹ Dados extraídos em: <<https://bit.ly/2pxyiAW>>.

² Dados extraídos em: <<https://bit.ly/2RieBAg>>.

Com relação ao desmatamento na Amazônia Legal, no período de 1988-2017, foram desmatados 428.721 mil quilômetros quadrados, segundo dados do INPE. No *gráfico 28*, pode-se notar um acréscimo no desmatamento entre 2000-2004 e uma tendência de queda a partir de 2005. Dessa forma, é provável que o Brasil supere sua meta de redução do desmatamento na região em 80% até o ano 2020. No entanto, o progresso tem sido desigual entre os estados da região. O *gráfico 29* ilustra a contribuição do desmatamento por estado.

Para o bioma Cerrado, dados do INPE demonstram que, no período de 2001-2017, foram desmatados 272.198 mil quilômetros quadrados, sendo que os estados de MG, GO e MT tiveram mais de 40 mil quilômetros quadrados da sua área de cerrado desmatada. Como se pode constatar no *gráfico 28*, mesmo com a pressão existente, no período analisado, ocorreu uma queda na área desmatada por ano em ambos os biomas.

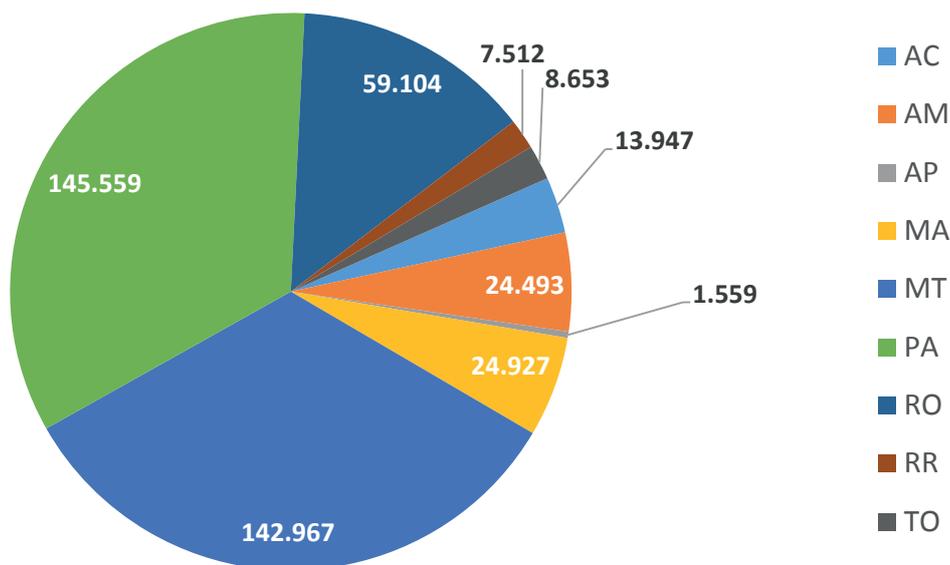
GRÁFICO 28 / Área desmatada na Amazônia Legal e no Cerrado (Em km²/ano)



Fonte: INPE. Disponível em: <<https://bit.ly/2pxyiAW>> e <<https://bit.ly/2RleBAG>>.

Elaboração: Seplan/MP.

GRÁFICO 29 / Desmatamento por estado da Amazônia Legal (Em km²)



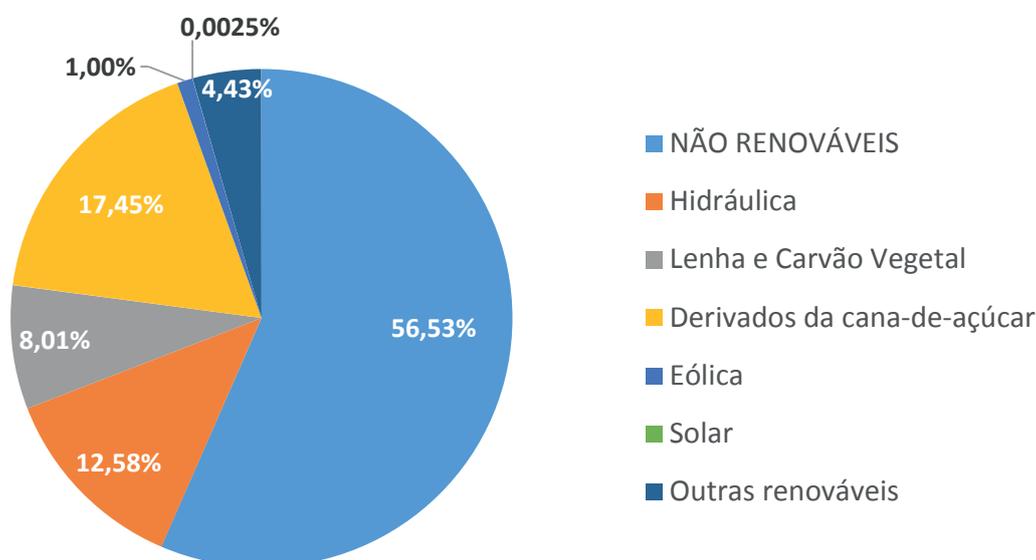
Fonte: INPE. Disponível em: <<https://bit.ly/2pxyiAW>>.

Elaboração: Seplan/MP.

Nesse contexto, no período de 1988-2017, foram desmatados no Brasil 700.959 mil quilômetros quadrados, o que corresponde a mais de 98 milhões de campo de futebol⁴⁰. Apesar da tendência de queda apresentada, o ritmo atual de desmatamento ainda significa uma perda de cobertura de vegetação considerável. Dessa forma, ainda se faz necessária a implementação de políticas públicas que contribuam para a redução do desmatamento nos principais biomas nacionais.

Outro importante fator que contribui para que o Brasil tenha um nível menor de intensidade de emissão de GEE (CO₂e kg *per capita* \$ PIB PPP) é a composição de sua matriz energética⁴¹, na qual 43,47%⁴² da oferta interna de energia vem de fontes renováveis, em especial da energia hidráulica (12,58%) e derivados de cana-de-açúcar (17,45%), conforme disposto no *gráfico 30*.

GRÁFICO 30 / Matriz energética do Brasil (2016) (Em %)



Fonte: EPE (2017).
Elaboração: Seplan/MP.

No Brasil, a máxima participação do petróleo e de seus derivados na matriz energética ocorreu em 1979, quando atingiu 50,4%. A redução de 9,1 p. p., entre 1973 e 2016, evidencia que o país, seguindo a tendência mundial, também desenvolveu esforço significativo de substituição desses energéticos fósseis, sendo digno de nota, nesse caso, os aumentos da geração hidráulica, da produção de biodiesel e dos usos de derivados da cana, como etanol carburante e bagaço, para fins térmicos.

⁴⁰ Considerando as medidas 110 x 68, oficializadas em 2016 pela CBF.

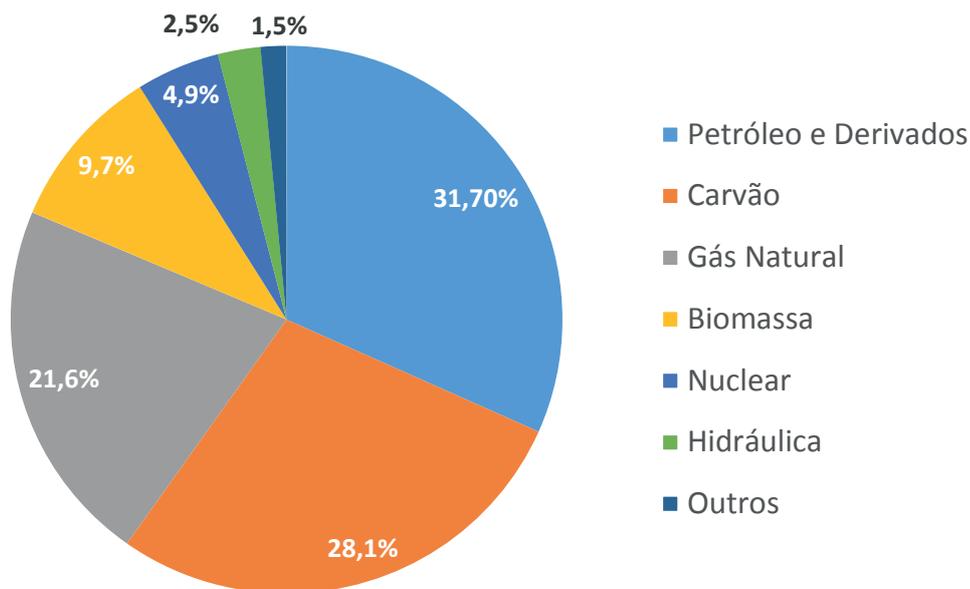
⁴¹ Dados retirados do Balanço Energético Nacional 2017.

⁴² É a resultante da soma dos montantes referentes à produção nacional mais as importações, que são essencialmente de origem renovável.

Entretanto, desde 1990 a participação de energias renováveis na matriz energética vem diminuindo. Esse fato ocorre, principalmente, por dois motivos: a redução do uso de lenha e carvão vegetal como fonte de energia e o aumento do uso do gás natural. Com um maior nível de desenvolvimento e urbanização, o gás natural passou a ser a principal fonte de energia para a cocção de alimentos, reduzindo o papel da lenha.

Mesmo assim, o Brasil continua sendo um dos países que apresentam a matriz energética com maior participação de fontes renováveis e, conseqüentemente, menor intensidade de emissões de GEE. A maioria dos países do mundo ainda possui uma matriz energética predominantemente composta por fontes não renováveis, como carvão, petróleo e gás natural. Fontes renováveis como solar, eólica e geotérmica, por exemplo, juntas correspondem a apenas 1,5% da matriz energética mundial, assinaladas como Outros no *gráfico 31*. Somadas à participação da energia hidráulica, as renováveis totalizam 3,8% (EPE, 2017).

GRÁFICO 31 / Matriz energética mundial (2015) (Em %)



Fonte: EPE (2017). Disponível em: <<https://bit.ly/2RF6fJP>>.

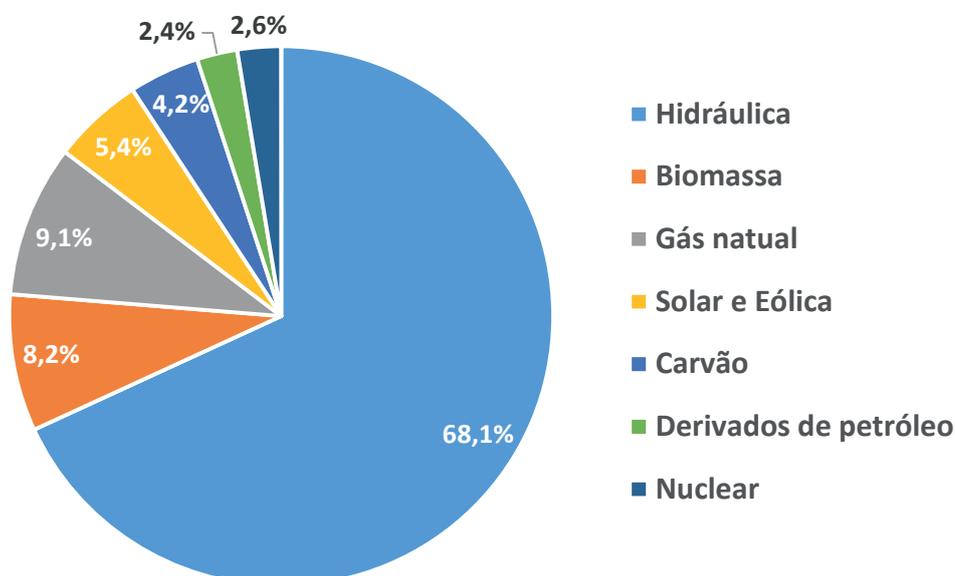
Elaboração: Seplan/MP.

Desde 1990, as fontes de energia renováveis cresceram a uma taxa média anual de 2,0%, um pouco maior do que a taxa observada na oferta total de energia primária mundial, 1,8%. O crescimento tem sido especialmente alto para a energia solar fotovoltaica e a energia eólica, que cresceram, em média anual, as taxas de 45,5% e 24,0% respectivamente, ambas com bases muito baixas em 1990. O biogás teve a terceira maior taxa de crescimento, 12,8%, e os biocombustíveis líquidos, 10,1% (IEA, 2017a).

A priorização da participação de fontes renováveis no atendimento ao crescimento do consumo de energia mantém o compromisso brasileiro de promover seu crescimento econômico apoiado em uma matriz energética limpa, aderente à Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC) e aos demais compromissos internacionais firmados pelo país.

A matriz de energia elétrica do Brasil é mais renovável que a energética, isso porque grande parte da energia elétrica gerada vem de usinas hidrelétricas. A energia eólica também vem crescendo bastante, contribuindo para que a nossa matriz elétrica continue sendo, em maior parte, renovável (*gráfico 32*).

GRÁFICO 32 / Matriz elétrica do Brasil (2016) (Em %)



Fonte: EPE (2017). Disponível em: <<https://bit.ly/2NB0QQp>>. Elaboração: Seplan/MP.

Em todo o mundo, nos anos recentes, as energias renováveis têm sido a opção prioritária para expandir a geração elétrica, aproveitando a difusão de novos conhecimentos técnicos – em especial as fontes de energia eólica e solar. Em 2015, as fontes renováveis foram o terceiro maior contribuinte para a produção de eletricidade. De acordo com o IEA (2017a), elas representaram 22,8% da geração mundial de eletricidade, depois do carvão (39,3%) e do gás (22,9%), e à frente da nuclear (10,6%) e derivados de petróleo (4,1%).

Entre as fontes renováveis, a hidroeletricidade fornece a maior parte, gerando 16,0% da eletricidade mundial, o que representa 70,3% do total de eletricidade renovável, enquanto biocombustíveis e resíduos (incluindo os biocombustíveis sólidos) possuem

um papel menor na geração de eletricidade, fornecendo 1,9% da eletricidade mundial. Apesar de crescerem rapidamente, as fontes geotérmicas, solares, eólicas e das marés representaram apenas 4,8% da produção mundial de eletricidade, e 21,2% do total de eletricidade renovável em 2015 (IEA, 2017a).

Desde 1990, a geração de eletricidade renovável em todo o mundo cresceu em média 3,6% ao ano, o que é ligeiramente maior que a taxa de aumento da geração total de eletricidade (2,9%). Em 1990, 19,4% da eletricidade global foi produzida a partir de fontes renováveis, e em 2015 essa participação aumentou para 22,8% (IEA, 2017a).

Nesse período, a energia hidroelétrica viu sua participação na produção mundial total de eletricidade cair de 18,1%, em 1990, para 16,0%, em 2015. Tirando a hidroeletricidade das energias renováveis, a parte do restante das fontes renováveis usadas para produzir eletricidade cresceu de 1,3%, em 1990, para 6,8%, em 2015 (IEA, 2017a).

No Brasil, a produção de eletricidade por fontes renováveis, excluindo a produção da hidroelétrica, apresentou avanços substanciais nos últimos anos. A energia eólica atingiu, ao final de 2016, a capacidade instalada de 10,7 GW, ou 7% de todo o parque gerador. Com isso, o país ficou no nono lugar entre os detentores de maiores capacidades instaladas de energia eólica no mundo. No Nordeste, ventos constantes e intensos favorecem a produção de eletricidade, o que resulta em alto fator de utilização no Brasil (38%), bem superior à média mundial (24%).

A energia eólica apresenta dois pontos positivos frente às demais fontes renováveis (excluindo hidroelétrica) na atual matriz energética brasileira. Primeiro, apresenta elevada complementariedade com a fonte energética dominante (a hidroelétrica). Períodos de maior incidência hidrológica correspondem a períodos de ventos desfavoráveis e vice-versa, ou seja, ventos e chuvas apresentam uma correlação negativa que contribui para a segurança do abastecimento. Segundo, a intermitência eólica pode ser regularizada por meio de água acumulada nos reservatórios no Brasil, a custos bem menores que os dos sistemas predominantemente termelétricos.

Outra fonte renovável de energia na qual o Brasil possui grande potencial é a energia solar, embora sua participação na matriz ainda seja insignificante (menos de 1%). Na Europa, os países com maior potencial instalado de energia fotovoltaica são: Alemanha, Itália e França (energia descentralizada); e Espanha e Reino Unido (energia centralizada). A descentralizada é aquela utilizada em residências, estabelecimentos comerciais e industriais conectados à rede de distribuição. A centralizada é produzida em parques de geração e conectada à rede de transmissão.

No Brasil, o desenvolvimento mais significativo da fonte solar se deu por meio da contratação de parques de geração solares em leilões de energia de reserva, cujo objetivo consiste em aumentar a segurança no fornecimento de eletricidade.

Outro fator que contribui para uma matriz energética mais renovável é a relevante participação de biocombustíveis. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis para o setor de transportes. Brasil e Estados Unidos responderam por 70% de sua produção em 2016 (REN21, 2017)⁴³.

O biodiesel começou a ser misturado obrigatoriamente ao óleo diesel a partir de 2008. Em 2017, o percentual de mistura obrigatória de biodiesel no óleo diesel comercializado no país era de 8%. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou o aumento para 10% a partir de 1º de março de 2018 (ANP, 2017)⁴⁴.

Já o etanol (anidro e hidratado) é parte da matriz veicular nacional desde a década de 1970 e hoje representa 27% na composição da gasolina comercializada ao consumidor (gasolina C), além de ser vendido como etanol hidratado para atender à demanda dos veículos flex. Em 2016, 88% dos veículos novos licenciados possuíam essa tecnologia (ANP, 2017).

Em 2016, os biocombustíveis convencionais representaram cerca de 4% do combustível rodoviário mundial. O crescimento de dois dígitos da produção global antes de 2010 desacelerou para uma taxa modesta de 2% a. a., devido a desafios estruturais e incerteza política nos principais mercados (IEA, 2017b).

Nos Estados Unidos, espera-se que a produção de etanol se estabilize devido ao menor investimento em nova capacidade e ao alcance do limite de etanol de milho dentro do Programa Padrão de Combustível Renovável. Cumprir o compromisso do Brasil de, em 2030, alcançar uma participação de 18% de biocombustíveis em seu mix de energia equivaleria a mais de 50 bilhões de litros de etanol para atender a demanda por combustíveis.

⁴³ Fonte disponível em: <<https://goo.gl/qbRQde>>.

⁴⁴ Fonte disponível em: <<https://goo.gl/8fEKsk>>.

Eixo 5: social

Os índices-chave do eixo social estão relacionados às dimensões de educação, saúde, segurança, pobreza e desigualdade, quais sejam:

- i) porcentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental;*
- ii) Ideb;*
- iii) taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos);*
- iv) esperança de vida ao nascer;*
- v) taxa de homicídio (por 100 mil habitantes);*
- vi) índice de Gini; e*
- vii) proporção da população abaixo da linha de pobreza.*

A educação, dimensão estruturante para o eixo social, é direito de todos, de acordo com a Constituição Federal e reconhecida como um importante elemento para o desenvolvimento da vida cidadã e para o necessário aumento da produtividade da economia brasileira. A melhoria do acesso e da qualidade da educação é tema de grande relevância para a Estratégia Nacional por sua condição agregadora. A baixa qualidade da educação impede que crianças e jovens tenham oportunidades de ascensão socioeconômica e também é vista como um dos principais limitadores à nossa qualidade de vida, resultando em uma sociedade mais violenta, com maiores desafios de saúde e com baixa produtividade.

Segundo a OCDE (2018), baixos níveis de escolaridade tendem a estar associados a uma maior desigualdade de renda. O Brasil tem uma das maiores parcelas de adultos sem ensino médio e uma das maiores desigualdades de renda de todos os países da OCDE e parceiros.

De acordo com a OCDE, o Brasil investe na educação uma parte relativamente alta tanto de seu PIB quanto do total de gastos públicos. Em 2015, o país investiu 5,0% do PIB em educação, o que correspondeu exatamente à média dos países da OCDE, enquanto a parcela dos gastos públicos dos governos direcionada à educação no Brasil (17,3%) ficou acima da média dos países dessa organização, que foi de 11,1%. Porém, os desafios educacionais são maiores no Brasil, seja porque o país somente alcançou o nível de investimento da OCDE há uma década, seja porque o gasto por aluno ainda é inferior frente a maior parte dos países da OCDE e parceiros.

Considerando o valor gasto por aluno nos níveis de ensino para crianças de 6 a 15 anos, o Brasil só perde para o México e a Turquia. Em 2015, o valor gasto no Brasil por aluno do ensino fundamental 1 e 2 representava 44% e 38% da média da OCDE, respectivamente. Os dados também mostram que o Brasil direciona, de forma desigual, os recursos às diferentes etapas de ensino. Embora o país tenha diminuído a distância entre o investimento por aluno na educação básica frente ao ensino superior (no ano 2000 se investia 11,0 vezes mais nesta etapa), a diferença ainda é grande: o Brasil investe hoje 3,7 vezes mais no ensino superior que na educação básica, enquanto nos países da OCDE essa relação é de apenas 1,7 em média.

As evidências mostram também que há possibilidades para melhorar o aprendizado dos alunos sem aumento do nível de gastos. A comparação entre os dados da OCDE e os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, na sigla em inglês) revelam que países latino-americanos com o mesmo gasto por aluno na educação básica que o Brasil, como México e Chile, possuem resultados significativamente melhores.

Os indicadores educacionais do Brasil mostram que o sistema não consegue alfabetizar plenamente as crianças até os 8 anos de idade. Nos anos iniciais do ensino fundamental, apesar de haver melhora nos índices de aprendizagem, as desigualdades ainda são grandes entre os diferentes segmentos da população – mais ricos e mais pobres; brancos e negros; moradores da cidade e da área rural.

Essa condição do ensino fundamental leva a outro problema da educação no Brasil, que é a alta evasão de adolescentes no ensino médio, relacionada, muitas vezes, à desmotivação provocada pela chegada tardia a essa etapa devido a casos de repetência, que seguram os alunos no ensino fundamental por mais alguns anos, somando-se ainda à pressão para entrada precoce no mercado de trabalho. As taxas de matrícula caem acentuadamente após os 14 anos no Brasil: apenas 69% dos jovens entre 15 e 19 anos e 29% entre 20 e 24 anos estão matriculados (OCDE, 2018).

Para tanto, utiliza-se o índice-chave porcentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental para aferir o fluxo escolar adequado para a idade, o qual deve ser influenciado pela melhoria das condições no ensino fundamental.

Dados de 2017 (gráfico 33) apontam que apenas 74,6% dos adolescentes com 16 anos concluíram o ensino fundamental, aumento de 4,1 p. p. em relação a 2013. A análise regional, no entanto, evidencia grandes distorções entre as regiões Norte e Nordeste e as demais. Apesar disso, são as regiões que apresentaram melhora mais acentuada entre 2013 e 2017, 9,2 p.p. na região Norte e 6 p.p. na região Nordeste, embora deva ser observado que ambas partem de uma base muito baixa.

GRÁFICO 33 / Brasil: adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental (Em %)



Fonte: PNAD Contínua – 2º trimestre 2013-2017.

Elaboração: Seplan/MP.

Destaca-se que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2018) elaborou o Panorama da distorção idade-série no Brasil, com base no censo escolar 2017, e constatou que mais de 7 milhões de crianças e adolescentes estão em situação de distorção idade-série, ou seja, têm dois ou mais anos de atraso escolar. São quase 5 milhões no ensino fundamental e mais de 2 milhões no ensino médio. Segundo o UNICEF (2018), “a distorção idade-série é um fenômeno cumulativo que tem início nos primeiros anos do ensino fundamental e se arrasta por toda a trajetória escolar de meninas e meninos, que vão sendo deixados para trás”, o que torna as crianças e adolescentes nessa situação mais vulneráveis, inclusive à violência além da sala de aula.

O panorama mostra que a situação é ainda mais grave quando se trabalha os recortes por Unidade da Federação, rural versus urbano, cor e raça, gênero e deficiência. Dessa forma, a distorção idade-série é uma questão complexa, cujo enfrentamento passa pela constituição de uma rede de proteção e atenção à criança e ao adolescente.

Outro índice-chave importante para a política educacional no Brasil é o Ideb. Trata-se de uma medida de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (5º e 9º anos do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação)⁴⁵.

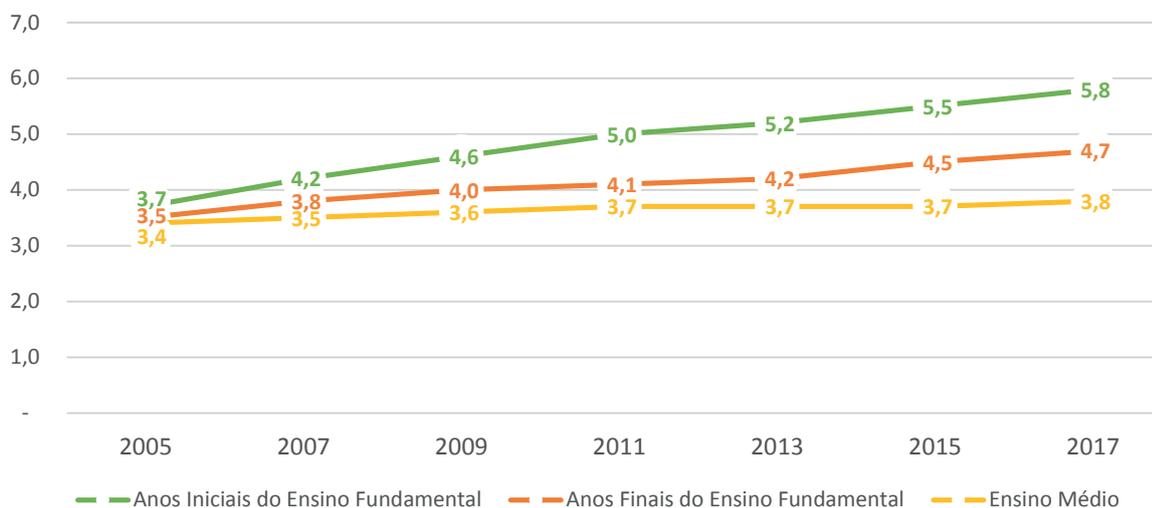
⁴⁵ Para maiores detalhes sobre a definição e a construção do Ideb, consultar a publicação Ideb, na Série Documental – Texto

Estudos e análises sobre qualidade educacional raramente combinam esses dois tipos de informações, ainda que a complementaridade entre elas seja evidente. Não é desejável um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, ainda que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Não obstante, um sistema em que todos os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse, caso os alunos aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem de forma adequada.

Teoricamente, o Ideb varia de 0 a 10, mas, na prática, valores próximos a 0 ou a 10 não são observados. Em 2011, o Ideb das Unidades da Federação variou de 2,8 a 5,9. Valores próximos a 6 são considerados razoáveis, porque são compatíveis com o nível de qualidade médio de países da OCDE em 2006⁴⁶.

O Ideb aumentou em todas as etapas de ensino entre 2005 a 2017, porém não na mesma medida. Como se pode observar no *gráfico 34*, enquanto o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental aumentou em 2,1 pontos no período, o Ideb do ensino médio aumentou apenas 0,4 pontos, estando praticamente estagnado nos últimos anos.

GRÁFICO 34 / Brasil: Ideb (2005-2017)



Fonte: Inep/MEC.
Elaboração: Seplan/MP.

para Discussão, nº 26. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>.

⁴⁶ De Olho nas Metas 2015-2016, p.161. Disponível em: <<https://goo.gl/d2av7x>>.

A comparação internacional mostra que o Brasil ainda tem muito a melhorar na educação. O desempenho dos alunos em 2015, no PISA, está abaixo da média dos alunos de países da OCDE em ciências (401 pontos, comparados à média de 493 pontos), em leitura (407 pontos, comparados à média de 493 pontos) e em matemática (377 pontos, comparados à média de 490 pontos)⁴⁷.

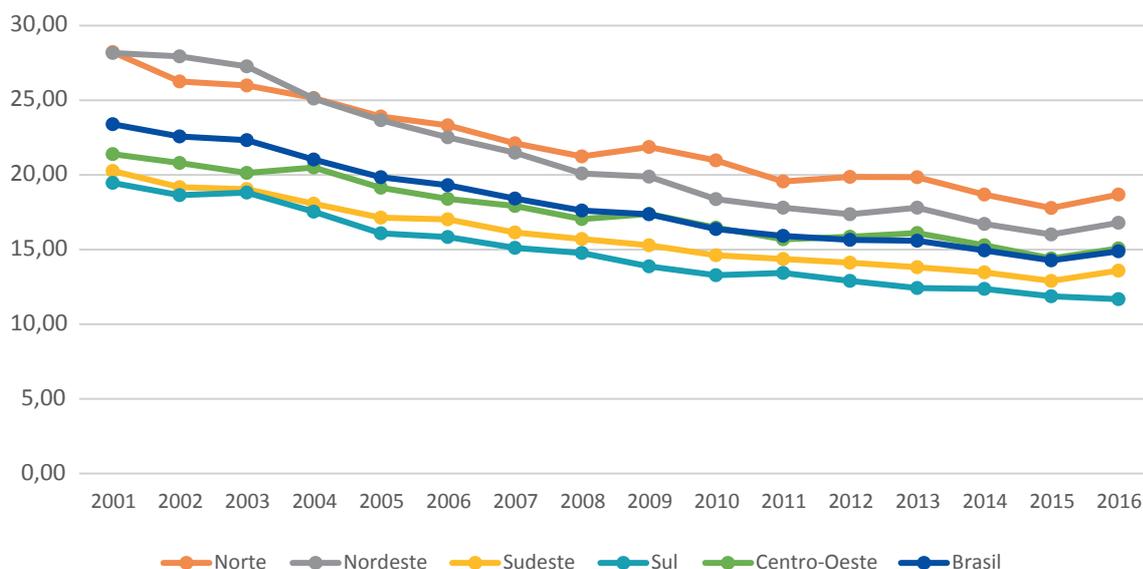
Analisando os resultados do PISA, a média do Brasil na área de ciências se manteve estável desde 2006. O último ciclo do PISA com foco em ciências registrou uma elevação aproximada de 10 pontos nas notas – que passaram de 390 pontos, em 2006, para 401 pontos, em 2015 – e não representa uma mudança estatisticamente significativa. Paralelamente, a trajetória histórica observada entre os países da OCDE indica um leve declínio na média de 498 pontos, em 2006, para 493 pontos, em 2015, o que também não representa uma mudança estatisticamente significativa.

A média do Brasil na área de leitura no PISA também se manteve estável desde o ano 2000. Embora tenha havido uma elevação na pontuação de 396 pontos, em 2000, para 407 pontos, em 2015, essa diferença não representa uma mudança estatisticamente significativa. Na área de matemática, houve um aumento significativo de 21 pontos na média dos alunos entre 2003 a 2015. Ao mesmo tempo, houve um declínio de 11 pontos se compararmos a média de 2012 à média de 2015.

Na área de saúde, o Brasil apresentou avanços consideráveis nos indicadores socioeconômicos nos últimos anos que se refletiram, por exemplo, na redução da mortalidade na infância de 23,3 óbitos a cada 1 mil nascimentos, em 2001, para 14,9, em 2016 (*gráfico 35*). Apesar dos avanços, ainda apresenta uma desigualdade significativa entre suas regiões, com a taxa de mortalidade na infância da região Norte sendo 60% superior à da região Sul. Esta desigualdade é mais significativa quando se trata de populações vulneráveis, como a população indígena, que apresentou, em 2016, 29,5 mortes para cada 1 mil nascimentos. Esse quadro evidencia que as políticas públicas precisam focalizar ações nas populações mais vulneráveis a fim de manter a evolução recente do indicador para os próximos anos.

⁴⁷ Disponível em: <<https://goo.gl/Uhw9f5>>.

GRÁFICO 35 / Brasil: Taxa de mortalidade na infância (<5 anos) (Em óbitos por 1.000 nascidos vivos)



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).
Elaboração: Seplan/MP.

Da mesma forma que a mortalidade na infância, a esperança de vida ao nascer também apresenta uma evolução positiva para o Brasil. Esse índice-chave mostra o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Assim, quando a esperança de vida ao nascer aumenta, há indicação de melhoria das condições de vida e de saúde da população como um todo.

De 2000 a 2017, a esperança de vida ao nascer passou de 69,8 anos para 76,0 anos, um aumento de mais de seis anos, como se pode observar na *tabela 8*. Nesse mesmo período, o diferencial de anos entre os sexos também reduziu de 7,9 anos em 2000 para 7,1 em 2017, mostrando uma melhora relativa para os homens em relação às mulheres. Apesar do crescimento contínuo na expectativa de vida, o Brasil ainda está abaixo de países como Japão, Itália, Singapura e Suíça, que, em 2015, tinham o indicador na faixa dos 83 anos.

TABELA 8

Brasil: Esperança de vida ao nascer (Em anos)

Ano	Total	Homens	Mulheres	Diferencial entre os sexos (anos)
1980	62,6	59,6	65,7	6,1
1985	64,7	61,3	68,2	7,0
1990	66,6	62,8	70,4	7,6
1995	68,5	64,8	72,3	7,5
2000	69,8	66,0	73,9	7,9
2005	72,0	68,3	75,9	7,6
2010	73,9	70,2	77,6	7,4
2015	75,4	71,9	79,1	7,2
2016	75,7	72,2	79,3	7,1
2017	76,0	72,5	79,6	7,1
Diferença 1980/2017	13,4	12,8	13,9	
Diferença 2000/2017	6,2	6,5	5,6	

Fonte: Projeções da população: revisão 2018/IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

A elevação da esperança de vida ao nascer é impactada pelas mudanças na mortalidade por idades e causas de morte. A análise da tabela 9 evidencia o quão significante são as mortes causadas por causas externas na faixa etária de 15 a 29 anos, na qual se destacam aquelas relacionadas aos acidentes de transporte e aos homicídios.

TABELA 9

Mortalidade geral e proporcional por grupos de causas e faixa etária (2016)

Grupo de Causas	Faixa etária ¹										Total	
	0 a 4		5 a 14		15 a 29		30 a 59		60 ou mais			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Doenças infecciosas e parasitárias	2.168	5,1%	452	5,5%	3.054	3,9%	20.320	6,4%	31.103	3,6%	57.188	4,4%
Neoplasias (tumores)	705	1,7%	1.219	14,9%	3.738	4,8%	61.228	19,4%	148.296	17,2%	215.217	16,4%
Doenças do aparelho circulatório	620	1,5%	442	5,4%	3.327	4,3%	70.004	22,2%	287.373	33,3%	362.091	27,6%
Doenças do aparelho respiratório	2.689	6,3%	647	7,9%	2.214	2,9%	21.942	7,0%	130.350	15,1%	158.041	12,1%
Doenças do aparelho digestivo	463	1,1%	212	2,6%	1.299	1,7%	22.893	7,3%	41.090	4,8%	66.044	5,0%
Algumas afecções originadas no período perinatal	20.956	49,2%	18	0,2%	19	0,0%	11	0,0%	28	0,0%	21.049	1,6%
Causas externas	2.370	5,6%	2.844	34,8%	54.545	70,4%	63.251	20,1%	31.172	3,6%	155.861	11,9%
<i>Acidentes de transporte</i>	406	1,0%	914	11,2%	11.960	15,4%	18.504	5,9%	6.271	0,7%	38.265	2,9%
<i>Suicídios</i>	2	0,0%	147	1,8%	2.954	3,8%	6.306	2,0%	1.996	0,2%	11.433	0,9%
<i>Homicídios</i>	204	0,5%	733	9,0%	33.590	43,4%	24.424	7,7%	2.597	0,3%	62.517	4,8%
<i>Causas de intenção indeterminada</i>	189	0,4%	139	1,7%	2.184	2,8%	4.084	1,3%	3.402	0,4%	10.274	0,8%
<i>Demais causas externas</i>	1.569	3,7%	911	11,1%	3.857	5,0%	9.933	3,2%	16.906	2,0%	33.372	2,5%
Demais causas definidas	12.591	29,6%	2.340	28,6%	9.235	11,9%	55.662	17,7%	193.705	22,4%	274.283	20,9%
TOTAL	42.562	100,0%	8.174	100,0%	77.431	100,0%	315.311	100,0%	863.117	100,0%	1.309.774	100,0%

Fontes: MS/SVS/CGIAE – SIM.

Elaboração: Seplan/MP.

Nota: ¹As pessoas com idade ignorada não foram incluídas nas faixas etárias.

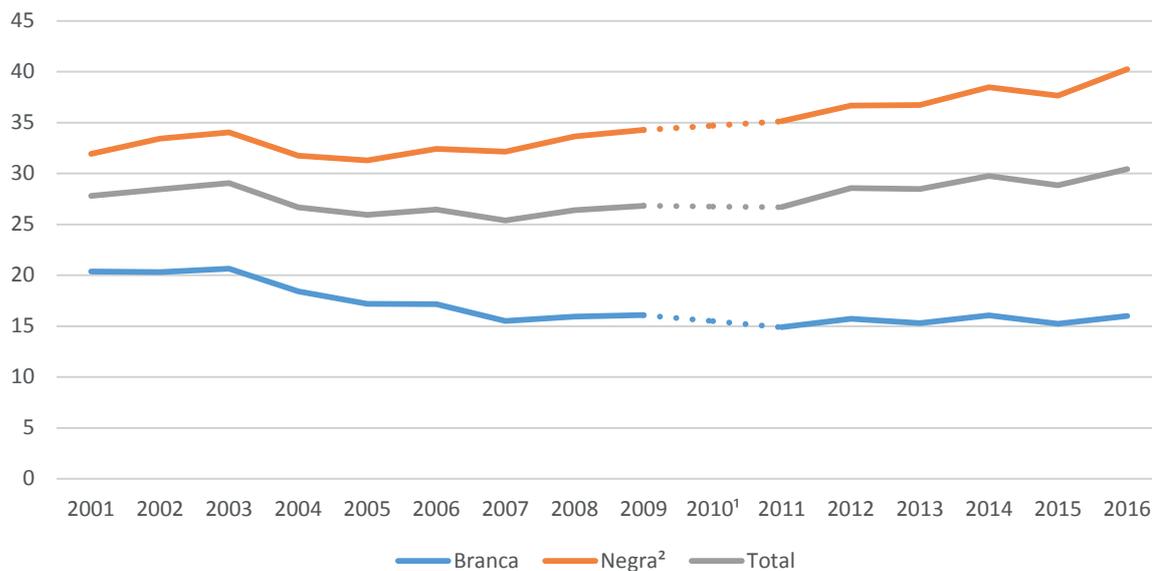
Além do acesso e da qualidade à educação e à saúde, o elevado número de mortes por acidentes de transportes e o sentimento de insegurança com a crescente violência são fatores que impactam sobremaneira as condições de vida da população e a produtividade da economia brasileira. Em 2016, mais de 38 mil pessoas morreram por conta de acidentes de transporte no Brasil, na maioria das vezes provocado por imprudência e desrespeito à legislação de trânsito. No que se refere aos homicídios, o país, desde a década de 1990, apresenta altas taxas. Este é provavelmente o problema mais grave relativo à segurança pública brasileira. De acordo com dados do SIM/MS, desde 2001, a taxa de homicídios brasileira oscila entre 25 e 29 homicídios por 100 mil habitantes, uma das mais altas do mundo. Em relatório lançado em 2014 pela ONU, com o tema da prevenção global da violência, foi apontado que 10% dos homicídios ocorridos no mundo são cometidos no Brasil.

Em 2016, houve 62.517 mil homicídios no Brasil. Isso implica dizer que, pela primeira vez na história, o país superou o patamar de trinta mortes por 100 mil habitantes (*gráfico 36*), bem acima do coeficiente mínimo para níveis epidêmicos adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de dez homicídios para 100 mil habitantes. Os números são ainda piores para a população negra, cuja taxa de homicídios chegou a 40,2 em 2016.

É possível traçar um perfil das vítimas de morte por agressão com base nos dados do SIM/MS. No ano de 2016, 92,4% das vítimas eram homens e 72,6% eram negras⁴⁸. Ainda, 53,7% foram jovens na faixa etária de 15 a 29 anos. Ou seja, o maior alvo das mortes por agressão no Brasil, segundo o perfil das vítimas, é o jovem negro do sexo masculino, cuja taxa de homicídio por 100 mil habitantes foi de 169,5 em 2016.

⁴⁸ A população negra se refere às pessoas que se declararam pretas ou pardas.

GRÁFICO 36 / Taxa de homicídio por raça (Em homicídios por 100 mil habitantes)



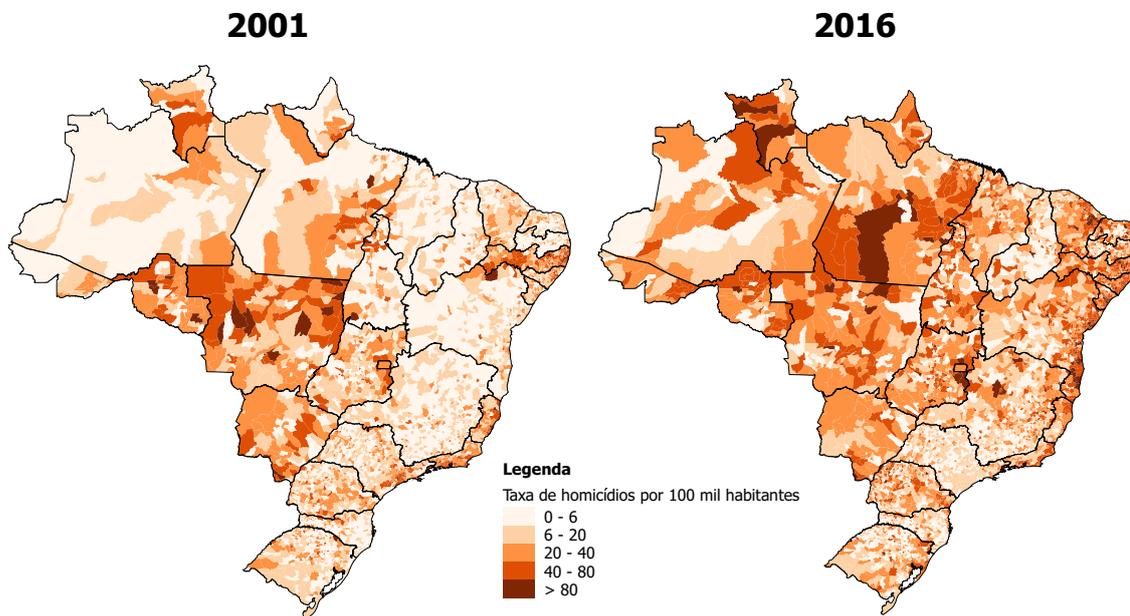
Fontes: SIM/MS e PNAD/IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

Notas: ¹ Em 2010 não foi realizada a PNAD.

² Na cor/raça negra estão incluídas as pessoas que se declararam pretas e pardas

FIGURA 9 / Cartograma da taxa de homicídios por município (2001-2016)



Fontes: SIM/MS e Estimativas da população residente nos municípios brasileiros/IBGE.

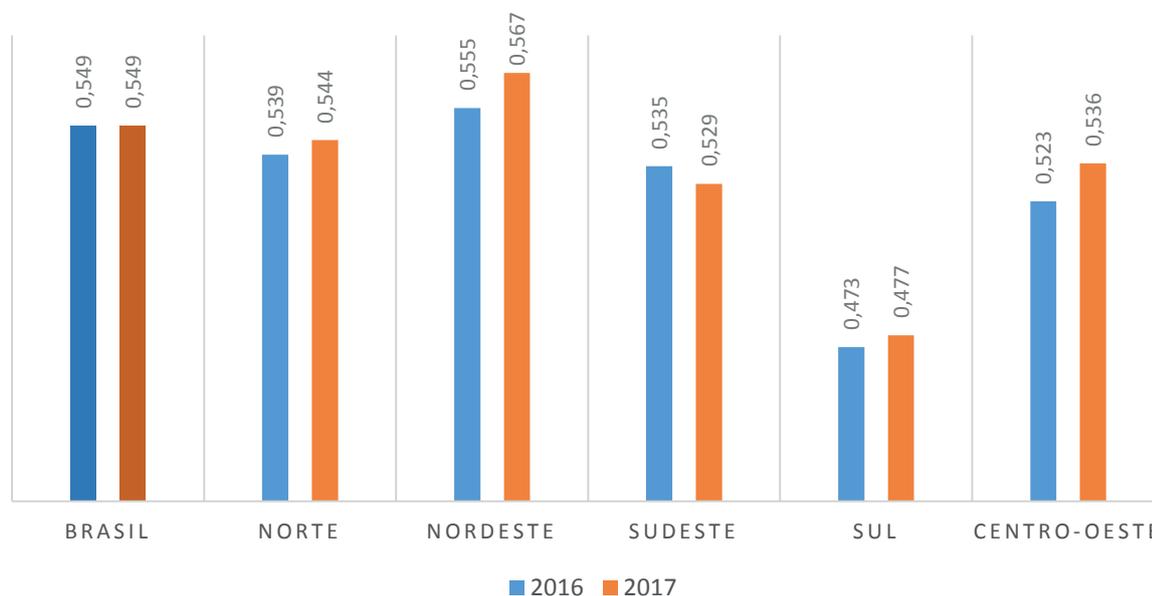
Elaboração: Seplan/MP.

Grande parte dos problemas sociais brasileiros tem relação com os fenômenos da pobreza, da desigualdade, da exclusão e da vulnerabilidade socioeconômica, que se encontram inter-relacionados. Apesar de avanços significativos nos últimos anos, ainda há muito a se fazer, especialmente em relação a públicos específicos.

O Brasil ainda é um país de alta desigualdade de renda, inclusive quando comparado a outros países da América Latina, região do planeta onde a desigualdade é mais pronunciada (PNUD, 2016). Esses altos níveis são preocupantes por si sós, em uma perspectiva de equidade, mas também podem trazer ineficiência econômica (Barr, 2012). Em comparações internacionais, altos níveis de desigualdade estão relacionados a comportamentos não cooperativos, à criminalidade e ao baixo crescimento econômico nos médio e longo prazos (UN, 2017). É possível produzir vários indicadores para abordar a desigualdade de renda, entre eles o índice de Gini, que varia de 0 (perfeita igualdade) até 1 (desigualdade máxima).

Em 2017, o índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* para o Brasil foi estimado em 0,549, o mesmo registrado em 2016. Nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, as mais populosas do país, esses índices foram de 0,529, 0,567 e 0,477, respectivamente (gráfico 37).

GRÁFICO 37 / Índice de Gini: Brasil e grandes regiões (2016/2017)¹



Fonte: PNADC 2016 e 2017, consolidado de primeiras entrevistas/IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

Nota: ¹ O rendimento domiciliar *per capita* não inclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de Pensionista, Empregado doméstico ou Parente de empregado doméstico. Na composição do rendimento domiciliar *per capita*, o rendimento de trabalho efetivamente recebido no mês de referência é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Para efeito de comparação internacional, a atualização estatística dos índices e indicadores de desenvolvimento humano do PNUD⁴⁹ coloca o Brasil com o nono pior coeficiente de Gini do mundo, quando considerado o período de 2010 a 2017.

Outro indicador de desigualdade, o índice de Palma⁵⁰, complementa o retrato dado pelo índice de Gini, uma vez que este é influenciado pelas movimentações no centro da distribuição de rendimentos, enquanto o outro mostra historicamente maior variação, ao dar destaque às classes de rendimento para as quais se tende a direcionar políticas – topo e base, por exemplo, com política fiscal e de transferência de renda, respectivamente (Cobham, 2013; Palma, 2011). No Brasil, em 2016, a massa do rendimento mensal real domiciliar *per capita* apropriada pelos 10% com maiores rendimentos era 4,34 vezes maior que o total de renda apropriado pelos 40% com menores rendimentos. Esse índice piorou um pouco mais em 2017, chegando a 4,38.

A recessão econômica que ocorreu nos anos de 2015 e 2016, conjugada com a deterioração das contas públicas e a redução dos ganhos reais de renda da parcela mais pobre da população, interrompeu o processo de redução da desigualdade. O nível de concentração de renda nos 10% mais ricos em 2016 coloca o Brasil atrás apenas dos países do Oriente Médio. Se consideramos o grupo dos um por cento mais ricos da população, o Brasil fica em primeiro lugar, com concentração nessa parcela de, aproximadamente, 27% da renda nacional⁵¹.

A erradicação da pobreza já compunha os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – ODM (Ipea, 2010) e continua como um dos pressupostos da Agenda 2030, sem contar que a temática figura há alguns anos nos esforços de desenvolvimento brasileiros.

O conceito de pobreza remete a privações de diferentes tipos e tende a ser atualmente entendida como um fenômeno multidimensional. Ao mesmo tempo, permanece mais recorrente a análise unidimensional e monetária (pela renda ou pelo consumo) por razões de preferência ou disponibilidade de dados monetários.

Para determinar pobres e não pobres, sob a ótica monetária, é necessário optar por uma linha de corte. A escolha de uma linha (nacional ou diferenciando as regiões do país, quer dizer, variando segundo o nível de vida local) costuma ser influenciada por critérios científicos, administrativos, políticos, disponibilidade de dados e até mesmo

⁴⁹ Disponível em: <<https://goo.gl/pcZz8G>>.

⁵⁰ Razão entre a renda nacional apropriada pelos 10% mais ricos e os 40% mais pobres – 10+/40-.

⁵¹ *World Inequality Report*, 2018.

preferências dos pesquisadores. No Brasil, não há linha oficial de pobreza, mas há diversas linhas (chamadas administrativas) utilizadas pelas políticas, como demonstrado na tabela 10, tais como os valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza do Programa Bolsa Família (PBF) – R\$ 89,00⁵² (extrema pobreza) e R\$ 178,00 (pobreza)⁵³ – e a linha do Benefício de Prestação Continuada (BPC) – definida como o rendimento domiciliar *per capita* de um quarto de salário mínimo. Essas linhas podem ser definidas por lei (como o BPC na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, atendendo ao princípio constitucional para permitir que as pessoas vivam e envelheçam com dignidade) ou por decisões administrativas.

Considerando-se a linha do PBF de R\$ 178,00, pode-se dizer que, em 2016, 9,2% da população brasileira estava em situação de pobreza ou extrema pobreza, alcançando 17,9% no Nordeste e 17,1% no Norte. Ademais, a partir da linha de pobreza do BPC, de um quarto de salário mínimo, 12,1% da população estava nessa situação, conforme demonstrado na *tabela 10*.

TABELA 10

Distribuição por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* selecionadas segundo as grandes regiões (2016) (Em %)

Grandes Regiões	Pessoas residentes em domicílios particulares									
	Total (1 000 pessoas)	Classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i>								
		Até ¼ de salário mínimo (R\$220)	Mais de ¼ a ½ salário mínimo (R\$ 440)	Até R\$89 ¹	Mais de R\$89 a R\$178 ¹	Até US\$ 1,9 PPC 2011 ²	Até US\$ 3,1 PPC 2011 ²	Até US\$ 5,5 PPC 2011 ²	Até 50% mediana nacional ³	Até 50% mediana regional ³
Brasil	205 386	12,1	17,8	4,4	4,8	6,5	11,9	25,4	30,1	..
Norte	17 420	22,7	26,0	6,4	10,7	11,2	22,7	43,1	49,1	32,4
Nordeste	56 733	23,1	25,9	8,3	9,6	12,9	22,9	43,5	49,4	31,1
Sudeste	86 305	6,3	13,5	2,6	2,0	3,3	6,1	15,9	19,9	25,4
Sul	29 393	4,7	10,9	1,8	1,6	2,4	4,8	12,3	16,0	22,5
Centro-Oeste	15 534	6,0	15,2	2,2	2,0	2,9	5,7	17,0	21,4	24,1

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2017 (p.63).

Notas: ¹ Valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza do PBF atualizados conforme Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018.

² Taxa de conversão da PPC para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, inflacionado pelo IPCA para anos recentes.

³ Mediana calculada no nível do domicílio, à exclusão dos domicílios com pessoas sem rendimento ou sem declaração de rendimentos.

Obs.: Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

⁵² O valor foi atualizado para R\$ 89,00 pelo Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018.

⁵³ O valor foi atualizado para R\$ 178,00 pelo Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018.

O foco da Estratégia Nacional está na linha de pobreza definida no PBF. De qualquer forma, qualquer linha tem vantagens e inconvenientes. Uma linha administrativa aplicada em reais pode estar defasada pela inflação, pois não costuma haver atualização sistemática – tornando-a então inadequada para aferir a evolução do padrão de vida. As linhas balizadas em uma porcentagem do salário mínimo têm o benefício de incluir um fator de correção implícito, mas sofrem de outro viés, pois o salário mínimo pode ter perdas ou ganhos reais no tempo.

Outra medida relevante é o recorte da linha de pobreza extrema internacional, construída a partir dos quinze países mais pobres, estabelecida como indicador global e calculada pelo Banco Mundial. Seu valor é atualmente de US\$ 1,90 por dia de renda ou consumo⁵⁴ *per capita* em PPC, revisada em 2011. Mesmo se calculada a partir dos países mais pobres, essa linha tem muita relevância no nível mundial, pois o relatório global de acompanhamento da Agenda 2030 estimou que ainda havia 767 milhões de pessoas na pobreza extrema em 2013 (UN, 2015). Um cálculo aproximado com a PNAD Contínua, em 2016, indica que 6,5% dos moradores de domicílios permanentes estavam na pobreza extrema segundo esse critério. O quantitativo de pessoas com renda ou consumo até de 50% da mediana nacional é outro indicador relevante, já que foi proposto para a meta 10.2 dos ODS⁵⁵: *“até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra”*.

No nível internacional há, além da linha de pobreza extrema global, outras que se constroem a partir de linhas nacionais e dão conta das diferenças de nível de desenvolvimento dos países. Atualmente, para países de nível médio-alto de desenvolvimento, como os da América Latina, o Banco Mundial usa a linha de pobreza de US\$ 5,5 por dia PPC (revisão 2011). Calculada a partir da PNAD Contínua, a linha de US\$ 5,5 por dia correspondia a R\$ 387,07 por mês em 2016 e incluía 25,4% da população brasileira na pobreza, tendo a maior incidência no Nordeste (43,5%) e a menor no Sul (12,3%). A linha de US\$ 5,5 é defendida como um recorte válido para detalhar o nível de vida da população brasileira, revelando desigualdades.

A fim de conhecer melhor o fenômeno da pobreza, é importante avaliar sua relação com as formas de arranjos familiares. Pode-se notar, a partir da tabela 11, que a situação de pobreza é mais frequente quando há presença de filho(s), em especial no caso dos domicílios formados por mãe com filho(s), que representam 10,0% do total de domicílios, sendo que destes, 12,1% se encontram em situação de pobreza.

⁵⁴ A ONU e o Banco Mundial iniciaram o acompanhamento da pobreza global com a medida de US\$ 1 por dia em 1990. Essa medida foi consagrada pelos ODM e se mantém na Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável. Tal medida foi revisada para US\$1,08 em 1993, US\$1,25 em 2005 e chegou a US\$1,90 em 2015.

⁵⁵ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>

TABELA 11

Domicílios por formas de arranjo familiares e rendimento domiciliar *per capita* (2016)

Formas de arranjos familiares	Total	% do total	% com rendimento domiciliar <i>per capita</i> abaixo de R\$ 178,00
Casal com filho(s)	25.843.089	37,3%	8,7%
Casal sem filho(s)	11.463.759	16,6%	4,0%
Mãe com filho(s)	6.899.277	10,0%	12,1%
Mulher sozinha	5.491.650	7,9%	5,1%
Homem sozinha	5.186.859	7,5%	8,2%
Casal com filho(s) mais parente(s)	4.137.445	6,0%	7,7%
Mãe com filho(os) mais parente(s)	3.104.636	4,5%	8,5%
Outros arranjos familiares	7.096.859	10,3%	5,4%
Total	69.223.575	100,0%	7,5%

Fonte: PNAD Contínua 2016/IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

O retrato evidenciado pela tabela 11 reforça a importância das questões de gênero e dos direitos de crianças e adolescentes nas políticas públicas voltadas ao combate à pobreza.

Por ser entendida como um fenômeno multidimensional, o conceito de pobreza remete a privações de diferentes tipos. Nessa linha, destaca-se o estudo sobre privação de direitos realizado pelo UNICEF⁵⁶. Educação, informação, proteção contra o trabalho infantil, moradia, água e saneamento foram as dimensões consideradas para essa análise, realizada com base na PNAD 2015. Os dados dispostos na *tabela 12* demonstram que 49,7% das crianças e adolescentes no Brasil têm ao menos uma privação de direito. Mais uma vez deve ser ressaltada a desigualdade entre as regiões do país, pois os piores índices são encontrados nas regiões Norte e Nordeste.

TABELA 12

Crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade, por situação de privação (2015)

	Educação	Informação	Trabalho infantil	Água	Saneamento	Moradia	Com ao menos uma privação ¹
Norte	28,7	46,1	7,7	36,4	44,6	22,1	75,1
Nordeste	25,7	37,9	7,3	21,4	39,4	10,0	63,5
Sudeste	14,6	15,1	6,2	4,8	9,8	11,3	35,1
Sul	18,1	16,0	5,9	10,3	14,2	4,9	38,8
Centro-Oeste	18,0	16,8	4,9	8,6	30,7	7,6	50,6
Brasil	20,3	25,7	6,2	14,3	24,8	11,0	49,7

Fonte: UNICEF.

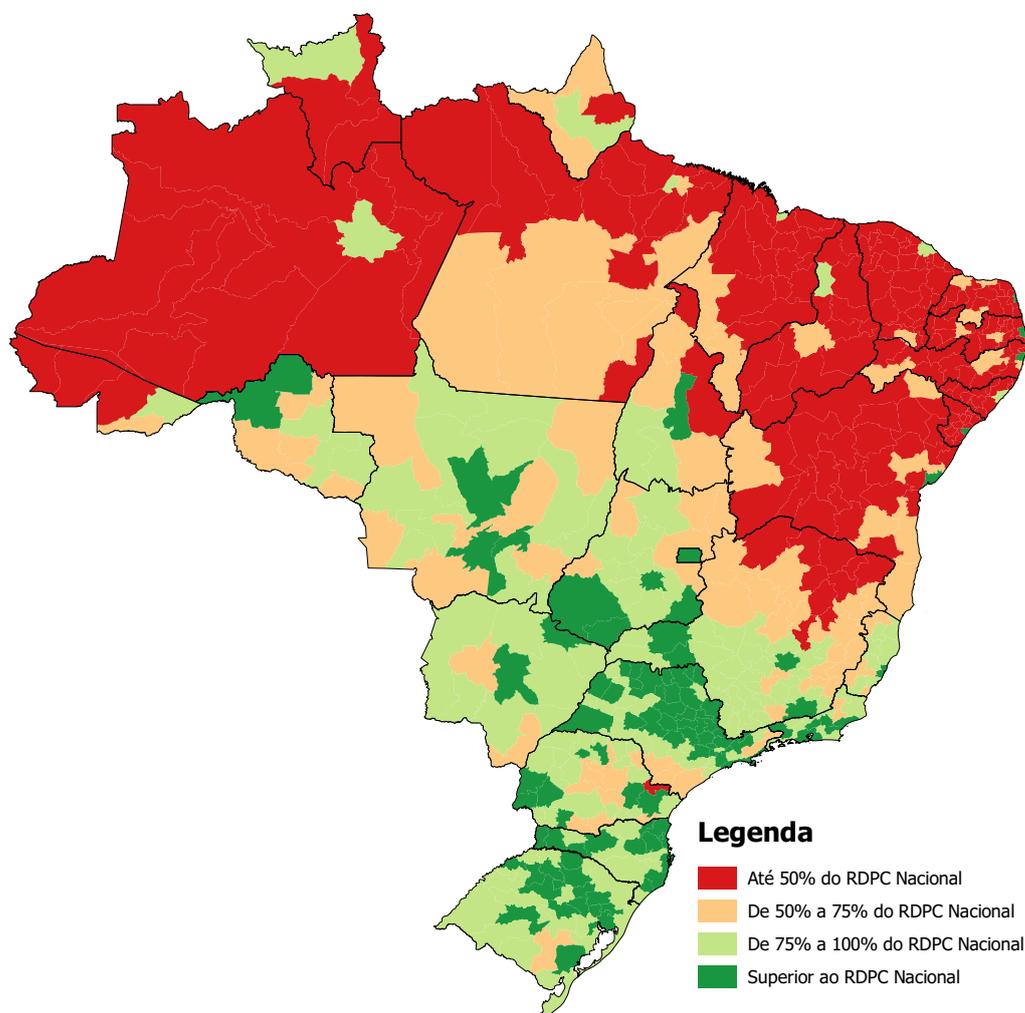
Elaboração: UNICEF, com base na PNAD 2015.

Nota: ¹ Uma criança pode ter mais de uma privação.

⁵⁶ Pobreza na infância e na adolescência. Disponível em: <<https://goo.gl/6fY3Kt>>.

Por fim, é importante avaliar as diferenças regionais para se identificar os lugares onde maiores e menores contingentes de pessoas estão passando por privações por não terem acesso a recursos monetários. A *figura 10* mostra que, em uma parcela expressiva das regiões Norte e Nordeste, a população vive com menos da metade da renda média domiciliar *per capita* do país. Dessa forma, ao trabalhar a questão da desigualdade e pobreza no país, é necessário considerar explicitamente as variáveis territoriais, pois a pobreza se concentra regionalmente e apresenta forte desigualdade intra-regional. As desigualdades regionais têm diminuído nas últimas décadas, mas a um ritmo lento que, mantida a renda da região Nordeste, demoraria mais de meio século para chegar à média nacional⁵⁷.

FIGURA 10 / Relação entre o rendimento domiciliar *per capita* nacional e das microrregiões (2010)

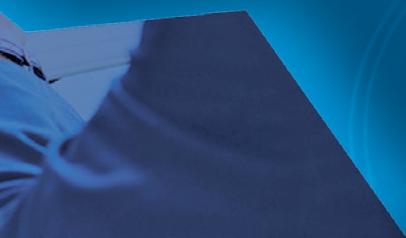


Fonte: SDR/MI.

Elaboração: Seplan/MP.

⁵⁷ “Projetando-se a taxa de crescimento observada na década de 2000, estimou-se que seriam necessários cerca de cinquenta anos para o PIB *per capita* do Nordeste atingir 75% do PIB *per capita* nacional” (Resende, 2014, p. 35).

4. MEGATENDÊNCIAS E AGENDA 2030



4

MEGATENDÊNCIAS E AGENDA 2030

Para a elaboração desta Estratégia Nacional, devem ser observados os rumos pelos quais o mundo e o país estão sendo direcionados. Como *proxy* destes rumos, este relatório aborda as megatendências mundiais e os acordos internacionais, aqui representados pelos ODS.

As megatendências – fatores de grande probabilidade de ocorrência no desenvolvimento mundial, que já se desenham no presente e, de modo contínuo, apontam para o futuro – devem, necessariamente, ser incluídas quando se pensa o planejamento nacional, haja vista representarem importantes oportunidades ou riscos para a forma como as políticas deverão evoluir.

Os ODS fazem parte de um compromisso internacional assinado pelo Brasil em conjunto com 192 países, em setembro de 2015. A Agenda 2030 caracteriza-se como uma oportunidade para a sociedade brasileira de endereçar questões fundamentais ao futuro do país como a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades, o acesso à educação de qualidade para todos, a promoção da diversidade, o enfrentamento da mudança do clima e a garantia do trabalho decente. Considerando sua amplitude temática, os ODS são uma boa *proxy* para os acordos internacionais assinados pelo Brasil.

4.1

Megatendências

Para o levantamento das megatendências, este documento recorreu a diversos trabalhos, tais como o estudo do Ipea *Megatendências Mundiais 2030*, em trabalho conjunto com a SAE/PR; *Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento*, em trabalho conjunto com a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor); a publicação do BNDES intitulada *Panoramas Setoriais 2030: desafios e oportunidades para o Brasil*; e algumas publicações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), entre elas, *Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável* e *As tendências mundiais e o futuro da América Latina*.

Mesmo ciente de que as megatendências perpassam todos os eixos, buscou-se dividi-las por eixo tendo como base as políticas que serão mais impactadas por essas tendências.

Eixo 1: econômico

As megatendências da área econômica estão relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico que impactam de forma significativa a eficiência dos setores produtivos. Espera-se também a continuidade da globalização da economia mundial e um crescimento mais acelerado por parte dos países emergentes. Nesse sentido, destacam-se algumas megatendências, descritas a seguir.

QUADRO 7 / Megatendências do eixo econômico

O crescimento econômico mundial será sustentado pelos países emergentes.

O setor de serviços ampliará sua participação no PIB mundial.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) continuarão modificando a natureza do trabalho e a estrutura de produção, educação, relacionamento pessoal e lazer.

O desenvolvimento tecnológico multidisciplinar ocorrerá em ritmo cada vez maior e com aplicações tecnológicas cada vez mais integradas.

A demanda mundial por alimentos continuará em crescimento.

O crescimento de renda e novas tecnologias “poupadoras” de trabalho permitirão maior tempo de lazer aos trabalhadores.

Estima-se que, em 2030, os países em desenvolvimento corresponderão a mais da metade do PIB global. De acordo com Cepal (2016), o mundo deverá mover-se em torno de mega-acordos comerciais e articular-se em torno de um conjunto de poucos atores (Estados Unidos, União Europeia e China) integrados a suas regiões e com grande poder de negociação. A América Latina deverá continuar fragmentada e sem uma estratégia comum. As dificuldades do cenário internacional tornam necessário um esforço a favor da convergência e do fortalecimento dos mecanismos de integração regional. Apesar disso, desigualdades regionais continuarão a existir. Índia e China terão mais de 35% da população mundial e 25% do PIB.

Em todo o mundo, ocorrerá o processo de ampliação da participação do setor de serviços em detrimento dos demais. Os países desenvolvidos, entretanto, têm enfrentado esse processo, mas investem fortemente na capacidade produtiva intelectual da população, por meio de educação e pesquisa, o que permite a geração de empregos mais sofisticados no setor de serviços. Nesse caso, a expansão deste setor acaba sendo benéfica devido à dinâmica produtiva, podendo esta gerar produtividade para os demais setores, em um movimento de transformação e geração de mais riqueza.

Ademais, os avanços científicos e tecnológicos vêm contribuindo para acelerar o desenvolvimento das nações e o empoderamento dos cidadãos, além de nortear políticas inovadoras de difusão de informação e conhecimento. Ciência e tecnologia têm sido cada vez mais impulsionadas pela economia da inovação, consolidando uma nova era, movida pela automação, robótica, nanotecnologia e biotecnologia. Dessa forma, a natureza das relações humanas e a economia serão gradualmente influenciadas pelas TIC, modificando a natureza do trabalho e a estrutura de produção, educação, relação entre pessoas e lazer, com potenciais reflexos na estrutura do contrato social.

Ao mesmo tempo, a tendência de aceleração do desenvolvimento tecnológico tem desenvolvido aplicações tecnológicas cada vez mais integradas. Os novos produtos e serviços serão desenvolvidos já integrados às diversas mídias e conectados à internet (Internet das Coisas). O impacto da Indústria 4.0 sobre a produtividade; a redução de custos; o controle sobre o processo produtivo; a customização da produção; e a aplicação de inteligência à massa de dados, entre outros, aponta para uma transformação profunda nas plantas fabris, com impactos sobre os empregos, as organizações e as instituições das sociedades modernas.

A economia do futuro será digital e deverá alcançar todos os brasileiros. A área digital tem se mostrado como um novo centro vital das modernas economias e os países líderes têm se posicionado de forma estratégica em relação ao tema. No cenário internacional, diversos países buscam alavancar suas principais competências e vantagens, ao mesmo tempo preenchendo lacunas importantes para maximizar os benefícios da economia digital e o Brasil também deverá seguir este caminho⁵⁸.

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/estrategiadigital.pdf>>.

Estudo recente⁵⁹ aponta que a economia digital representava em torno de 22% do PIB brasileiro de 2016, podendo chegar a 25,1% em 2021, e apontando que uma estratégia digital otimizada pode trazer 5,7% de acréscimo (equivalente a US\$ 115 bilhões) ao PIB estimado para determinado ano. Outro estudo⁶⁰ indica que, nos próximos anos, a economia digital global deverá crescer a um ritmo 2,5 vezes superior ao crescimento da economia mundial em geral. Essa economia digital global deve representar um montante de US\$ 23 trilhões em 2025.

Percebe-se, também, maior segurança na transferência de informação a partir de métodos de mecânica quântica de codificação. Haverá crescimento da pesquisa e desenvolvimento com o tratamento e a geração de informação de grandes bases de dados (*big data*). No setor de petróleo e gás, o tratamento de grande quantidade de dados por meio de *big data* deverá acelerar a utilização de tecnologias de:

i) processamento de superfície;

ii) tecnologia de poços; e

iii) instalações submarinas.

Existe a expectativa de que, até 2030, em vez de ficarem na plataforma, as unidades de processamento passem a ser instaladas no leito submarino. Isso irá reduzir custos e tempo para a entrada em operação dos campos do pré-sal brasileiro.

A nanofabricação e a produção de tecnologias híbridas – que mesclam eletrônica com biologia – deverão ser as bases da cadeia eletrônica no futuro. A computação cognitiva, com uso de inteligência artificial (AI) para gerar informações relevantes, a partir de *big data*, é outra fronteira que será amplamente explorada. A manufatura aditiva (impresão 3D), por sua vez, deverá revolucionar cadeias produtivas com a produção de peças sobressalentes somente quando e onde são necessárias (BNDES, 2017).

A medicina será mais personalizada, suportada por informações genômicas de cada indivíduo. A pesquisa genômica permitirá:

i) aprofundar a visão e a perspectiva sobre os mecanismos subjacentes da doença em nível molecular e o desenvolvimento de biomarcadores;

⁵⁹ Ver Accenture: “Digital Disruption: The Growth Multiplier”, disponível em: <<https://www.accenture.com/us-en/insight-digitaldisruption-growth-multiplier>>. Acesso em setembro de 2017.

⁶⁰ Ver Oxford Economics: “Digital Spillover - Measuring the true impact of the digital economy”, disponível em: <http://www.huawei.com/minisite/gci/en/digital-spillover/files/gci_digital_spillover.pdf>. Acesso em: setembro de 2017.

- ii) estratificar doenças complexas em seus subtipos distintos para teste, diagnóstico e tratamento contra as drogas adequadas, elevando o nível de precisão da medicina; e*
- iii) gerar métricas para monitoramento do estado de saúde e bem-estar.*

Nesse contexto, a possibilidade de desenvolver produtos específicos para grupos menores de pacientes pode baratear os custos de desenvolvimento – em função da redução do universo de pessoas tratadas –, representando, assim, uma oportunidade para inserção de empresas brasileiras em produtos de nicho (BNDES, 2017).

Na agropecuária, as mudanças tecnológicas envolvem avanços na agricultura de precisão, em que ferramentas de controle são acopladas à internet, permitindo análise remota das operações no campo, e a utilização de *drones* capazes de detectar a presença de pragas. A tendência é de aumento da demanda mundial por alimentos, sobretudo de carne bovina, laticínios, peixe e grãos. Além disso, prevê-se intensificação nos investimentos em alimentos básicos geneticamente modificados (especialmente nos países desenvolvidos) e em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias que garantam a segurança alimentar global, desenvolvendo as tecnologias de energia e biotecnologia, que deverão ter forte impacto mundial em diversos setores produtivos.

Essa tendência consubstancia-se em um fato positivo para o Brasil, onde há uma notável vantagem competitiva na agricultura e em tecnologias bio em geral, além de nichos nos quais o Brasil possui reconhecida *expertise*, como: exploração de petróleo em águas profundas; aviação; e *softwares* bancários, apenas para citar alguns. Essas *expertises* e potencialidades, se bem aproveitadas, nos permitirão manter a posição de liderança mundial no desenvolvimento de rotas tecnológicas nesses segmentos. A agropecuária brasileira deverá continuar a se expandir em ritmo superior à média mundial, o que implica em manutenção do importante papel das *commodities* na pauta exportadora, ainda que a diversificação na direção de outros segmentos de elevado valor agregado e menos vulneráveis a oscilações de preços internacionais (elevação da complexidade das exportações) seja um objetivo.

O desenvolvimento de novas tecnologias associado ao aumento da produtividade no trabalho e da renda permitirão maior tempo de lazer às pessoas. Esse maior tempo com lazer deve impulsionar o turismo (acomodação, alojamento e hotéis, museus e galerias, ecoturismo e turismo de aventura) e a economia criativa (cultura, audiovisual e mídia editorial, *software* e *games*, design, arquitetura e publicidade)⁶¹.

⁶¹ Fonte: Macrotendências Mundiais, FIESP e CIESP, agosto de 2018. Disponível em <https://61d.com.br/wp-content/uplo->

Eixo 2: institucional

No âmbito do eixo institucional, espera-se governos mais preocupados com a responsabilidade fiscal e a transparência, com uma maior participação de empresas privadas na prestação de serviços públicos e da sociedade civil, que cobrará cada vez mais um Estado eficiente e com melhoria crescente na prestação dos serviços públicos. As TIC serão importantes aliadas dos governos na gestão e prestação de serviços públicos, em particular pelo fornecimento de ferramentas mais efetivas de transparência de gestão e de participação popular. Dessa maneira, destacam-se, a seguir, algumas megatendências observadas no eixo institucional.

QUADRO 8 / Megatendências do eixo institucional

A responsabilidade fiscal dos governos permanecerá como uma das principais questões de governança global.

A participação na prestação de serviços públicos por empresas privadas será crescente.

O empoderamento dos indivíduos e da sociedade civil organizada será crescente, elevando demandas de ações de prestações de contas e transparência no setor público.

As tecnologias de informação e comunicação terão usos crescentes na gestão e na prestação dos serviços públicos.

O mundo será mais multipolarizado e globalizado, com crescimento da importância econômica e geopolítica da Ásia.

Os Estados Unidos permanecerão com grande influência econômica e política.

Haverá crescimento da influência das empresas transnacionais nas decisões políticas dos estados.

A reorganização comercial ocorrerá por mega-acordos.

A responsabilidade fiscal dos governos tende a permanecer como uma questão global, pois o nível global da dívida pública líquida deverá elevar-se. Esse fato, conjugado com a tendência de envelhecimento populacional, traz grandes desafios para o equacionamento de questões fiscais por conta do conseqüente aumento dos gastos com saúde e previdência. De forma geral, são fatores que afetam a capacidade dos governos de oferecer serviços públicos, ao mesmo tempo em que trazem riscos, na medida em que pioram a percepção dos mercados da sustentabilidade da dívida pública.

Para superar os novos desafios ligados à rápida urbanização, espera-se que o setor privado assuma mais funções de serviços públicos, trazendo novas questões sobre o controle democrático, a transparência e a prestação de contas (European Commission, 2011 *apud* Ipea, 2015). No Brasil, essa tendência vem se acelerando desde a década de 1990, com o processo de transição para um Estado regulador. Algumas evidências são a privatização de empresas públicas e as concessões e autorizações para a operação de serviços públicos, além dos investimentos em telefonia, saneamento, energia elétrica, transporte rodoviário, ferroviário e aeroviário.

Ao mesmo tempo, a redução da pobreza, o crescimento do nível de escolaridade, as melhorias na saúde, o uso disseminado das TIC e a ascensão das mulheres e da classe média contribuirão para o aumento da autonomia e da participação dos indivíduos. Esse empoderamento individual – movimento cuja tendência é de aceleração durante os próximos doze anos – provavelmente conduzirá a uma nova era de democratização, com crescimento dos valores de liberdade individual, igualdade e direitos humanos, tanto em nível internacional quanto doméstico (European Commission, 2011; Dynkin, 2011; United States, 2012a; KPMG International, 2013 *apud* Ipea, 2015).

Com o crescimento do empoderamento individual, aumentará o papel das organizações não estatais, como, em particular, o das redes da sociedade civil nacional e transnacional e das empresas privadas. Seus poderes e sua influência serão maiores do que os de muitos Estados e poderão levar a novas formas de governança e ação cívica. A maior participação dos indivíduos também poderá gerar a criação de um poder paraestatal que coloque em xeque as instituições públicas e seus poderes (European Commission, 2011; United States, 2012a; KPMG International, 2013 *apud* Ipea, 2015). Poderá, também, haver aumento de pressão da sociedade civil para a participação direta na arena política e a redução da influência central da política partidária tradicional e das estruturas de governança.

Dessa maneira, é razoável supor um crescimento de tensão e de conflitos, pois a maior demanda por qualidade de vida – fruto da melhora do nível educacional; da consciência de cidadania; da redução da assimetria de informações; e da incapacidade dos governos de disponibilizarem tais serviços – poderá gerar uma lacuna entre as expectativas populares e os serviços governamentais prestados. Quanto mais as pessoas prosperarem, maiores serão seus desejos e suas expectativas para si e para sua família e, por consequência, maior será o potencial de descontentamento. Essas lacunas poderão vir a promover mudanças nos processos de decisão política e de prestação de contas, tornando-as mais eficazes e democráticas, apesar de, inicialmente, poderem ser também uma fonte potencial de tensão e de conflitos (Rockefeller Foundation e GBN, 2010; European Commission, 2011; Shell, 2013 *apud* Ipea, 2015).

Por seu turno, o uso intensivo de TIC pelo setor público ampliará a eficiência e a eficácia da administração pública. Isso irá possibilitar a integração de bancos de dados e o melhor conhecimento das necessidades e demandas dos cidadãos, além de uma melhor identificação de fraudes e, portanto, maior aprimoramento dos mecanismos de recuperação e de prevenção do desvio de recursos públicos. O avanço das TIC permitirá oferecimento de serviços públicos com mais qualidade e customizados à necessidade de cada cidadão. São exemplos de soluções de Internet das Coisas, propiciando cidades inteligentes, com grande potencial de impacto socioeconômico:

- i) monitoramento de crime por vídeos e sensores;*
- ii) câmeras de trânsito e controle de tráfego centralizado e adaptável;*
- iii) medidores inteligentes de energia elétrica;*
- iv) iluminação pública inteligente; e*
- v) medidores de água inteligentes para gestão da demanda.*

No campo das relações internacionais, o período deve ser marcado por incertezas quanto à existência de convergência ou de conflito entre países no campo da segurança internacional. O mundo tende a apresentar um caráter mais multipolarizado e globalizado com a entrada de novas potências emergentes; o crescimento da importância econômica e geopolítica da Ásia; a influência de estados médios na geopolítica mundial; e o desgaste relativo dos Estados Unidos e da Europa. Apesar disso, os Estados Unidos permanecerão com grande influência econômica e política e a União Europeia envidará esforços para manter-se como centro transnacional de influência.

Em meio à crescente globalização, será possível observar o crescimento da influência das empresas transnacionais nas decisões políticas dos Estados. Instituições globais como a OMC, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a ONU terão de se adaptar ao novo cenário de poder global. Serão estabelecidas instituições políticas para assegurar a regulação de áreas de domínio econômico público internacional, o que pode gerar concorrências e conflitos políticos. Haverá, também, crescimento da atuação de organizações não governamentais para superar desafios globais de desenvolvimento humano.

Eixo 3: infraestrutura

As megatendências do eixo infraestrutura estão relacionadas ao crescimento populacional e ao adensamento urbano, com o conseqüente aumento na demanda por infraestrutura urbana, de transportes, telecomunicações, energia e água. A seguir, destacam-se as megatendências observadas para o eixo da infraestrutura.

QUADRO 9 / Megatendências do eixo infraestrutura

A demanda por energia continuará em crescimento.

As energias renováveis ficarão mais competitivas e terão maior destaque na expansão da matriz energética.

A demanda e o acesso à internet e aos serviços de comunicação serão crescentes.

A demanda de infraestrutura e serviços básicos crescerá com a intensificação da urbanização, da concentração da população, da expansão das cidades médias e do surgimento de megalópoles.

A utilização de veículos automatizados e de baixa emissão de carbono no transporte coletivo e de carga deverá aumentar.

No campo da energia, está previsto um crescimento de 50% da demanda mundial. Espera-se que sua oferta seja por meio de uma matriz energética diversificada, com aumento do peso de energias renováveis. Espera-se uma ampliação na participação de novas fontes de energia, sem que as fontes tradicionais (petróleo, gás e carvão) e a energia nuclear percam sua posição de liderança (EPP-ED Group, 2007; Rockefeller Foundation e GBN, 2010; KPMG International, 2013; United States, 2013; Shell, 2013 *apud* IPEA, 2015). Aspira-se, também, o aumento de incentivos tarifários para investimentos em energia verde. Outro ponto importante, no campo da energia, é que os veículos híbridos serão maioria no mundo na década de 2030.

No Brasil, o diferencial de custos entre a fonte hidrelétrica e as energias alternativas tem se reduzido, contribuindo para o desenvolvimento das energias eólica, solar e biomassa. Nesse contexto, novos avanços tecnológicos deverão aumentar a competitividade e o uso da biomassa, como é o caso da evolução tecnológica na produção de etanol por hidrólise.

Adicionalmente, as novas tecnologias associadas à Internet das Coisas, aplicadas ao setor elétrico, por meio das redes elétricas inteligentes, aumentarão o empoderamento dos consumidores, que deverão tomar decisões tais como:

i) quando e quanto consumir em cada momento do tempo (devido à medição e à sinalização de preços por volume de energia consumida em cada momento); e

ii) investir em recursos energéticos distribuídos, nos casos em que é mais econômico gerar a própria energia em vez de unicamente comprá-la de distribuidoras ou comercializadoras de energia.

Outra tendência relevante é que, na década de 2030, o mundo seja cada vez mais interconectado, com mais da metade da população mundial com acesso à internet. A internet de alta velocidade sem fio estará disponível em todo o mundo, sobretudo para as classes alta e média e para todas as regiões rurais dos países desenvolvidos. Haverá crescimento dos sistemas de comunicação sem fio incluindo redes de longa distância. É preciso, porém, atentar para a exclusão digital e as novas formas de exclusão tecnológica nos países mais pobres.

Por fim, dado o crescimento populacional e o processo de intensificação da urbanização, da expansão das cidades e da concentração da população, haverá aumento de demanda por infraestrutura e serviços básicos. Em 2030, mais de 80% da população mundial viverá em cidades. A população urbana da América Latina será superior a 90%, tornando-se a região com maior concentração urbana no planeta. No entanto, a intensificação desse processo ocorrerá especialmente na África e na Ásia, o que poderá agravar a degradação ambiental e aumentar as tensões sobre recursos como água e energia, além de pressionar serviços de infraestrutura, como habitação, transporte, saneamento e telecomunicações, bem como emprego e serviços básicos, como educação e saúde.

Tais investimentos serão influenciados pelo surgimento de tecnologias disruptivas. Desse modo, é provável que os sistemas de transportes no futuro sejam predominantemente elétricos e altamente automatizados – sobretudo nos países desenvolvidos –, contribuindo para a redução do uso de veículos particulares e, conseqüentemente, dos problemas de congestionamentos nos grandes centros urbanos e da emissão de gases poluentes. Segundo o Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT), os veículos autônomos poderão reduzir a demanda de veículos particulares em 80%. Além disso, o Banco Mundial estima que os veículos autônomos representarão 25% do mercado mundial em 2040⁶².

Em nível global, apesar dos esforços dos governos nacionais, a lacuna de investimentos em infraestrutura permanecerá significativa, tanto nas economias desenvolvidas quanto nas emergentes. Muito embora exista uma forte demanda por infraestrutura na maioria das economias, há desafios para atrair o financiamento apropriado, em particular o do setor privado. Investimento em infraestrutura, no geral, exige prazos longos, pois as transações são vultosas, singulares, ilíquidas e a exposição ao risco subjacente não é facilmente compreendida.

⁶² Mais informações disponíveis em: <<https://bit.ly/2L4iOdj>>.

Eixo 4: ambiental

O eixo ambiental caracteriza-se pela forte dependência em relação aos demais eixos. O aumento populacional, conjugado com a manutenção do modelo econômico vigente e com a maior disseminação do padrão ocidental de consumo, levará a uma maior exploração dos recursos naturais e ambientais. Como consequência, a seguir, salientam-se as megatendências observadas para o eixo ambiental.

QUADRO 10 / Megatendências do eixo ambiental

A degradação ambiental continuará sendo uma preocupação mundial.

A demanda por recursos hídricos será crescente.

A participação de fontes renováveis na matriz energética mundial será ampliada.

Haverá a manutenção da ocorrência de eventos climáticos extremos e o aumento do debate sobre as questões relacionadas às mudanças do clima.

Ocorrerá o aumento da pressão pela adoção de modelos sustentáveis de desenvolvimento.

A biotecnologia e, conseqüentemente, a bioeconomia continuarão se desenvolvendo.

O modelo econômico vigente e a maior demanda por alimentos, associados ao comportamento de cidadãos e países, continuarão a pressionar o meio ambiente e manterão a degradação ambiental, conduzindo à escassez de recursos naturais, se nada for feito para mudar tal situação.

Espera-se, também, o aumento da demanda por recursos hídricos, que, por sua vez, estarão menos disponíveis. Essa tendência acarretará no fato de que aproximadamente 1 bilhão de pessoas a mais viverão em áreas com escassez de água e quase metade da população mundial viverá em áreas com grave estresse hídrico. Devido a esse contexto, o conflito pelo uso dos recursos hídricos será ampliado.

O setor energético desempenhará um papel essencial na redefinição do estilo de desenvolvimento. Os avanços tecnológicos têm reduzido de forma contínua os custos das energias renováveis para níveis que as tornam competitivas com as energias fósseis. Assim, espera-se a ampliação da participação de fontes renováveis na matriz energética. A América Latina, e sobretudo o Brasil, tem vantagens na geração de energias renováveis, principalmente a hidráulica, a solar e a eólica.

A degradação ambiental e a manutenção da primazia dos combustíveis fósseis como principal fonte de energia, apesar da tendência de ampliação da participação de fontes renováveis, intensificará os efeitos da mudança do clima, como, por exemplo, a ocorrência de eventos climáticos extremos.

O aumento da pressão pela adoção de modelos sustentáveis de desenvolvimento pode acelerar o ciclo de inovações ambientais, que se transformarão em ativos competitivos das empresas. A ascensão de ideais de preservação e sustentabilidade entre os consumidores fará com que considerável parte dos empreendimentos passe a ver o sustentável como uma boa oportunidade de negócio. Nessa perspectiva, as regulações nesta matéria terminam favorecendo sua competitividade. Por isso, pode-se considerar que a questão ambiental abra uma ampla oportunidade para uma transformação tecnológica e produtiva que seja a base da geração de empregos de qualidade.

Os desenvolvimentos da biotecnologia e da bioeconomia⁶³ também representam oportunidades em um mundo onde as questões ambientais tendem a ser cada vez mais relevantes. A geração de conhecimento, tecnologias, inovações, produtos e serviços, a partir da biodiversidade brasileira, tem potencial para dar um salto qualitativo e competitivo na agregação de valor aos recursos naturais e aos serviços ambientais e na obtenção de produtos e processos inovadores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país, em consonância com a preservação e conservação da biodiversidade.

A bioeconomia representa uma estratégia eficaz para a descarbonização da economia. É uma área no qual interagem, estreitamente, as dimensões ambiental e tecnológica e a criação de novos setores, com potencial de efetivamente promover mudanças de elevado impacto transformacional.

⁶³ Entende-se por bioeconomia as atividades econômicas provenientes da inovação no campo das ciências biológicas, que culminam no desenvolvimento de produtos, processos e serviços mais sustentáveis, por meio da biotecnologia. A bioeconomia traz ao mercado soluções inovadoras, em sua maioria, de alto valor agregado, cuja produção deverá contribuir intensamente para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Eixo 5: social

O eixo social tem como ideia predominante a transição demográfica para um novo perfil populacional mundial, com o envelhecimento da população e maior peso da classe média. Nesse sentido, a sociedade está cada vez mais envelhecida, escolarizada, conectada e empoderada, exigindo dos governos maior qualidade de vida. Isso implicará numa adaptação do papel do Estado frente aos novos desafios sociais e populacionais. Destacam-se, adiante, as megatendências observadas para o eixo social.

QUADRO 11 / Megatendências do eixo social

O crescimento da população se dará em taxas marginais decrescentes, com envelhecimento populacional.

A mortalidade infantil deverá manter sua tendência de queda.

A participação da população em idade ativa (PIA) será reduzida em escala global.

Os movimentos migratórios se intensificarão.

A pressão social para alcançar proporções equitativas em todos os níveis será maior: renda do trabalho e capital; população urbana e rural; capital e regiões; homens e mulheres; raças distintas; e povos indígenas.

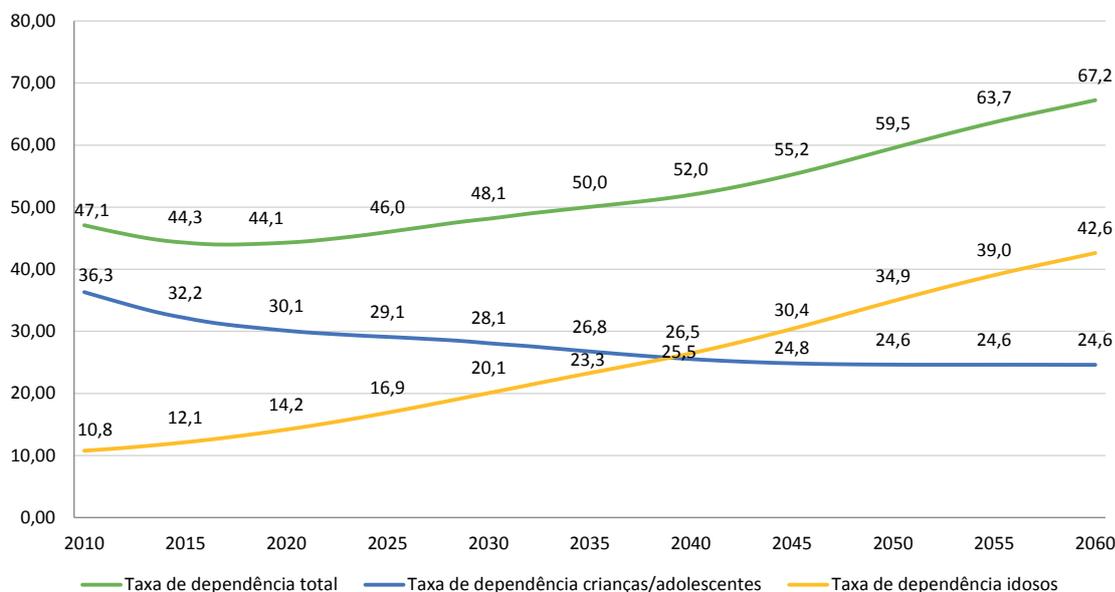
O crescimento populacional pressionará fontes de energia, água, alimentação, uso da terra e extração mineral, sobretudo no mundo em desenvolvimento. Prevê-se a redução da taxa de natalidade, impulsionada pelo aumento do nível educacional das mulheres e a maior inserção destas no mercado de trabalho. Ademais, em termos mundiais, a mortalidade infantil deverá manter sua tendência de queda. No Brasil, os indicadores de 2016 demonstram que a mortalidade infantil voltou a crescer, o que requer melhoria de atenção básica à saúde materno-infantil, assim como a implantação de saneamento básico efetivo em todas as regiões brasileiras.

O envelhecimento populacional é resultado da taxa de natalidade decrescente e do aumento da expectativa de vida. Essa tendência elevará em 3,2 p.p. do PIB os gastos com seguridade social nos países em desenvolvimento até 2030, conforme KPMG International⁶⁴. Nesse contexto, o aumento da população idosa desafia os sistemas de previdência e saúde, bem como a produtividade do mercado de trabalho, a capacidade

⁶⁴ KPMG International. *Future State 2030: the global megatrends shaping governments*. Disponível em: <<http://goo.gl/vST7ST>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

fiscal e a inclusão social. Para o Brasil, dados do IBGE demonstram que a razão de dependência de pessoas idosas de 65 anos ou mais⁶⁵ será maior que a razão de dependência de crianças e adolescentes com até 14 anos⁶⁶ por volta de 2039, conforme demonstrado no gráfico 38.

GRÁFICO 38 / Taxas de dependência no Brasil. (Em %)



Fonte: IBGE (2018).
Elaboração: Seplan/MP.

Em termos mundiais, há tendência de redução da participação da população em idade de trabalhar (entre 15 e 64 anos). No Brasil, a razão de dependência total alcançou o valor mínimo de 44 em 2017. A partir de 2018 começará a aumentar, seguindo a tendência mundial. Como consequência, o país precisa encontrar novas fontes de crescimento, como a elevação da produtividade, pois não contará mais com o efeito demográfico da expansão da força de trabalho, um dos fatores que elevaram o PIB nos últimos anos.

Países desenvolvidos terão, na intensificação de movimentos migratórios internacionais – em decorrência da instabilidade política e econômica, bem como de fatores climáticos globais –, um mitigador da forte redução que sentiriam na população em idade ativa (PIA). O fator mais importante na determinação dos fluxos migratórios será a política de acolhimento dos países.

⁶⁵ Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população de 15 a 64 anos de idade (pessoas em idade de trabalhar).

⁶⁶ Razão entre a população de até 14 anos de idade e a população de 15 a 64 anos de idade (pessoas em idade de trabalhar).

Na América Latina, haverá maior pressão social para alcançar proporções equitativas em todos os níveis: renda do trabalho e capital; população urbana e rural; capital e regiões; homens e mulheres; raças distintas; e povos indígenas. Vale ressaltar que os programas para reduzir a pobreza foram ampliados nas últimas décadas e alcançaram progressos visíveis em vários países, mas o nível de desigualdade variou pouco. Embora a questão do crescimento das desigualdades seja um tema central no debate internacional e um dos temas priorizados nos ODS, a redução das desigualdades de renda não pode ser considerada propriamente uma tendência, mas sim uma incerteza crítica para os cenários globais⁶⁷. Olhando para o futuro, as políticas sociais mudarão da luta contra a pobreza para o estreitamento da diferença entre ricos e pobres, a fim de gerar mais mobilidade social, agora limitada.

4.2 **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS**

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada de forma unânime pelos 193 Estados-membros da ONU, em 2015, e define 17 ODS, 169 metas e 244 indicadores a eles associadas. Os ODS levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), ampliando seu escopo e a participação dos países em sua elaboração. As principais temáticas do desenvolvimento nacional vão desde a erradicação da pobreza e da fome até a superação dos desafios inerentes a:

- i) infraestrutura para o desenvolvimento;*
- ii) ciência, tecnologia e inovação;*
- iii) cidades sustentáveis;*
- iv) trabalho decente;*
- v) crescimento econômico;*
- vi) paz e justiça;*
- vii) combate às mudanças climáticas;*
- viii) oferta de saneamento básico;*
- ix) redução das desigualdades;*
- x) saúde e bem-estar; e*
- xi) educação de qualidade, entre outros.*

⁶⁷ Ver mais informações em *World Economic Forum* (2017b).

Assim, a Agenda 2030 caracteriza-se como oportunidade à sociedade brasileira de endereçar questões que são fundamentais ao futuro do país. Para além dos grandes temas expostos acima, sobressai a questão da retomada do planejamento de longo prazo, uma vez que estabelece objetivos e metas para um período que extrapola os tradicionais ciclos de médio prazo (mais recentes) do planejamento brasileiro (de quatro anos). Dessa forma, promove o aperfeiçoamento da gestão pública e o desenvolvimento de políticas voltadas para a implementação dos objetivos integrados e indivisíveis, que atendem, de forma equilibrada, às três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

No intuito de promover e implantar a Agenda 2030 no Brasil, foi instituída, por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). Trata-se de instância colegiada paritária, de natureza consultiva, integrante da estrutura do governo federal, que visa à articulação, à mobilização e ao diálogo com os entes federativos e a sociedade civil. A missão da CNODS é: “Criar mecanismos institucionais que estabeleçam as condições adequadas à implementação dos ODS, incluindo estratégias para a territorialização, a definição de metas e indicadores, processos participativos, meios de implementação, acompanhamento e monitoramento da Agenda 2030”⁶⁸.

Na chamada fase de internalização da Agenda 2030, na qual o compromisso global é apropriado pelo país e se transforma na Agenda 2030 Brasil, existe considerável esforço em andamento de adequação das metas e dos indicadores globais à realidade brasileira, e aos desafios nacionais. Em razão da abrangência da Agenda 2030 e da transversalidade dos ODS é de suma importância a atuação conjunta entre governos e sociedade civil, visto que sua implementação requer ações articuladas e integradas para a promoção de políticas públicas que contribuam para o alcance de objetivos e metas. Como um instrumento do planejamento nacional, com interação com os planos setoriais e regionais, com o PPA, LDO, LOA, a Estratégia Nacional contribui para a internalização e para a implementação da Agenda 2030 Brasil e possui grande convergência com os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tanto na identificação de desafios e ações necessárias para superá-los quanto no seu horizonte temporal. Ao longo deste documento muitas metas e indicadores dos ODS estão presentes nos cinco eixos de desenvolvimento da Estratégia Nacional.

⁶⁸ Plano de Ação CNODS 2017-2019. Página 9. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019>

Assim como a Estratégia Nacional, os ODS podem ser organizados em grandes temas agregados. No caso dos ODS, os cinco “Ps” do desenvolvimento sustentável, a saber: pessoas, prosperidade, planeta, paz e parcerias. A *figura 11* apresenta as dimensões e diretrizes da Estratégia Nacional e da Agenda 2030, demonstrando sua convergência. Cada dimensão dos ODS se relaciona mais diretamente com um ou mais eixos de desenvolvimento da Estratégia:

- i) a dimensão “pessoas” se relaciona com o eixo social;*
- ii) a dimensão “prosperidade” com os eixos infraestrutura e econômico,*
- iii) a dimensão “planeta” com o eixo ambiental;*
- iv) as dimensões “paz” e “parcerias” com o eixo institucional.*

FIGURA 11 / Eixos e diretrizes da Endes e dimensões e diretrizes da Agenda 2030 (cinco “s”)

EIXOS E DIRETRIZES DA ESTRATÉGIA NACIONAL **DIMENSÕES E DIRETRIZES DA AGENDA 2030 (5 PS)**



Fonte: Seplan/MP e CNODS.

Elaboração: Seplan/MP.

Dada a transversalidade dos temas abordados pela Agenda 2030 e pela Estratégia, as relações principais entre os eixos e as dimensões não esgotam as interações entre os dois instrumentos. As tabelas 13 a 16 apresentam as principais relações entre as dimensões da Agenda 2030 e os eixos e desafios definidos na Estratégia Nacional. Neste exercício é possível perceber a transversalidade temática e a convergência existente entre os dois instrumentos.

TABELA 13

Relação entre os eixos da Endes e a dimensão “pessoas” da Agenda 2030

Pessoas (Dimensão Social)



Eixo principal: social	
Diretriz:	Promover o bem-estar, a cidadania e a inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no acesso a serviços públicos de qualidade, por meio da geração de renda e redução das desigualdades sociais e regionais.
Desafios:	Reduzir a proporção da população abaixo da linha de pobreza e as desigualdades sociais.
	Melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde.
	Ampliar o acesso, a permanência e a qualidade da educação.
	Reduzir a mortalidade por homicídios no país, sobretudo na população jovem e negra.
	Consolidar os direitos fundamentais e a cidadania.
Demais eixos e desafios:	
Eixo: econômico	Ampliar a produtividade e aproveitar o potencial da força de trabalho da população.
	Alcançar uma maior integração econômica regional e global.
	Promover o crescimento do PIB <i>per capita</i> nacional.
Eixo: institucional	Melhorar a governança do setor público, aumentando a eficiência e eficácia das ações de governo.
	Consolidar o papel do Brasil no âmbito internacional.
Eixo: infraestrutura	Ampliar os investimentos em infraestrutura.
	Proporcionar maior bem-estar para a população.
Eixo: ambiental	Promover a transição para uma economia resiliente e de baixo carbono, com a mitigação e a adaptação à mudança do clima.
	Promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente.

Elaboração: Seplan/MP.

A dimensão “pessoas” reúne os ODS: 1 – erradicação da pobreza; – 2 – fome zero e agricultura sustentável; 3 – boa saúde e bem-estar; 4 – educação de qualidade; 5 – igualdade de gênero; e 10 – redução das desigualdades. Sua diretriz principal é:

“acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em matéria de dignidade e igualdade, em um ambiente saudável”⁶⁹.

⁶⁹ Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas – “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>

O eixo social da Endes é o que possui maior nível de afinidade com esta dimensão da Agenda 2030, considerando seus desafios e orientações. Quanto às orientações componentes deste eixo, elas em sua maioria tratam de questões muito presentes na Agenda 2030, como a promoção de serviços de saúde e educação de qualidade, bem como a realização de políticas de inclusão que objetivem a redução da pobreza e das desigualdades, priorizando grupos com maior grau de vulnerabilidade social.

De maneira geral, as orientações do eixo social visam direcionar a atuação do Estado brasileiro para o aumento da qualidade da educação, a melhoria dos serviços de saúde e o reforço das políticas que promovam a consolidação dos direitos humanos e a igualdade de oportunidades, notadamente com relação a grupos sociais mais vulnerabilizados.

Em que pese o eixo social da Endes ser o principal, verificou-se que os desafios e orientações dos eixos econômico, institucional, infraestrutura e ambiental também apresentam orientações que se alinham à dimensão “pessoas” da Agenda 2030.

No eixo econômico, destaca-se o viés de justiça social e progressividade de tributação que devem permear a reforma da previdência e a reforma tributária. Ademais, as orientações deste eixo trazem preocupação com questões de sustentabilidade, geração de emprego e renda e redução de desigualdades, sociais e regionais.

Já o eixo institucional traz alguns pressupostos necessários para que sejam desenvolvidas e implementadas políticas mais consistentes e com capacidade de impactar a realidade social ao tratar sobre a importância do fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, da melhoria do pacto federativo, com fortalecimento gerencial dos entes subnacionais, e da cooperação internacional como meio para maior integração do Brasil com atores externos.

O eixo de infraestrutura, além de trazer a preocupação específica com a melhoria da infraestrutura urbana e rural com vistas a proporcionar maior bem-estar para a população –considerando questões como acessibilidade e atenção a populações em condição de maior vulnerabilidade –, traz orientações que consideram a importância da redução das desigualdades, a sustentabilidade e os ganhos sociais decorrentes de empreendimentos de infraestrutura em suas diversas modalidades.

Com relação ao eixo ambiental estão em consonância com os ODS as orientações que tratam sobre a importância da construção da resiliência das populações frente as alterações climáticas, a preocupação com desenvolvimento de uma agricultura sustentável e que promova elevação de renda e inclusão social e produtiva.

TABELA 14

Relação entre os eixos da Endes e a dimensão “prosperidade” da Agenda 2030

Prosperidade (Dimensão Econômica)



Eixos principais	
Eixo: Infraestrutura	
Diretrizes:	Fomentar o desenvolvimento integrado da infraestrutura com foco no ganho de competitividade e na melhoria da qualidade de vida, assegurando a sustentabilidade ambiental e propiciando a integração nacional e internacional.
Desafios:	Ampliar os investimentos em infraestrutura.
	Proporcionar maior bem-estar para a população aumentando a produtividade da economia brasileira.
	Melhorar o desempenho logístico do país.
Eixo: Econômico	
Diretrizes:	Alcançar o crescimento econômico sustentado, com foco no ganho de produtividade, assegurando a redução das desigualdades sociais e regionais e a sustentabilidade ambiental.
Desafios:	Promover o crescimento do PIB <i>per capita</i> nacional.
	Ampliar a produtividade e aproveitar o potencial da força de trabalho da população.
	Alcançar uma maior integração econômica regional e global.
	Aumentar a produtividade da economia brasileira.
Demais eixos e desafios:	
Eixo: institucional	Melhorar a governança do setor público, aumentando a eficiência e eficácia das ações de governo.
	Ampliar a competitividade do Brasil de forma a se aproximar das economias desenvolvidas.
	Consolidar o papel do Brasil no âmbito internacional.
Eixo: ambiental	Promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente.
	Promover a transição para uma economia resiliente e de baixo carbono, com a mitigação e adaptação à mudança do clima.
Eixo: social	Reduzir a proporção da população abaixo da linha de pobreza e as desigualdades sociais.
	Ampliar o acesso, a permanência e a qualidade da educação.

Elaboração: Seplan/MP.

A dimensão “prosperidade” da Agenda 2030, reúne os ODS: 6 – água potável e saneamento; 7 – energia limpa e acessível; 8 – trabalho decente e crescimento econômico; 9 – indústria, inovação, infraestrutura; e 11 – cidades e comunidades sustentáveis. Sua principal diretriz é:

“assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza”⁷⁰.

Os eixos econômico e de infraestrutura da Endes apresentaram maior afinidade com esta dimensão da Agenda 2030 quando considerados os desafios e as orientações que os compõem.

Em relação ao eixo de infraestrutura, de forma geral, suas orientações são voltadas para a melhoria de eficiência e segurança energéticas, com aumento de fontes renováveis e alternativas, e para a promoção do uso racional de recursos hídricos, levando em conta sua importância para as atividades econômicas e sua função social.

Cabe ressaltar que a ampliação dos investimentos em infraestrutura em razão do vulto dos empreendimentos, e por serem massivos em mão de obra, contribuem sobremaneira para a oferta de empregos e a elevação da renda. Ademais, o desenvolvimento de infraestrutura, ao suprir eventuais gargalos existentes, potencializa o desenvolvimento econômico do país. Nesse ponto, cabe destacar, na Endes, a presença de orientações voltadas para o planejamento sistêmico dos diversos modais de transporte de cargas e passageiros.

Ainda neste eixo, destaca-se a modernização da infraestrutura de telecomunicações, o incentivo a novas tecnologias de informação e comunicação e o desenvolvimento de infraestrutura urbana como indutor do planejamento urbano, visando ao crescimento ordenado e sustentável das cidades.

No que diz respeito ao eixo econômico, além de trazer a questão da estabilidade econômica, há a preocupação com o incentivo às atividades produtivas, aumento da produtividade da economia por meio do incentivo à ciência, tecnologia e inovação e o adensamento e a integração de cadeias produtivas, como alternativas para impulsionar o desenvolvimento econômico e social.

De forma semelhante ao que ocorre no âmbito das demais políticas, o eixo institucional também serve como propulsor para o desenvolvimento de ações capazes de gerar impacto positivo na promoção da prosperidade econômica e social.

No eixo ambiental, por sua vez cabe destacar a relevância que a Endes confere à produção de energias renováveis, como, por exemplo, o uso de biocombustíveis e a preocupação com a diminuição do impacto ambiental negativo decorrente das atividades econômicas por meio do incentivo a tecnologias limpas e a adoção de modelos sustentáveis de produção e consumo.

⁷⁰ Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas – “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>

No âmbito do eixo social da Estratégia Nacional deve-se ressaltar o peso que o desenvolvimento de um sistema educacional de qualidade – com fortalecimento da educação técnica, profissional e superior – possui na formação de mão de obra capaz de gerar ganhos de produtividade para o país e elevar a renda da população.

TABELA 15

Relação entre os eixos da Endes e a dimensão Planeta da Agenda 2030

Planeta (Dimensão Ambiental)



Eixo Principal: ambiental	
Diretriz:	Promover o uso sustentável dos recursos naturais e a transição para uma economia de baixo carbono, com foco na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.
Desafios:	Promover a transição para uma economia resiliente e de baixo carbono, com a mitigação e adaptação à mudança de clima.
	Assegurar a preservação da biodiversidade, promovendo o uso sustentável dos biomas nacionais.
	Promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente.
Demais eixos e desafios:	
Eixo: econômico	Promover o crescimento do PIB <i>per capita</i> nacional.
	Aumentar a produtividade da economia brasileira.
Eixo: infraestrutura	Proporcionar maior bem-estar para a população.
	Ampliar os investimentos em infraestrutura.
Eixo: institucional	Melhorar a governança do setor público, aumentando a eficiência e a eficácia das ações de governo.
	Consolidar o papel do Brasil no âmbito internacional.
Eixo: social	Ampliar o acesso, a permanência e a qualidade da educação.
	Reduzir a proporção da população abaixo da linha de pobreza e as desigualdades sociais.
	Consolidar os direitos fundamentais e a cidadania.

Elaboração: Seplan/MP.

A dimensão “planeta reúne os ODS: 12 - consumo e produções sustentáveis; 13 – ação contra a mudança global do clima; 14 – vida na água; e 15 – vida terrestre. Sua principal diretriz é:

“proteger o planeta da degradação, incluindo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e de medidas urgentes para combater a mudança do clima, para que possa atender as necessidades das gerações presentes e futuras”⁷¹.

Esta dimensão se relaciona diretamente com o eixo ambiental da Estratégia Nacional, que traz como temas principais:

o combate à mudança climática, em particular a redução de emissões de GEE e a ampliação das fontes renováveis na matriz energética, foco do ODS 13 e com interface com o ODS 7;
a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, foco dos ODS 14 e 15; e
o fomento à economia verde, em particular a bioeconomia, que se relaciona com os ODS 12 e 9.

Além do ambiental, a dimensão “planeta” dos ODS se relaciona com os demais eixos da Estratégia Nacional.

No eixo econômico, destaca-se a atuação dos bancos de desenvolvimento no fomento a projetos sustentáveis, em particular a bioeconomia, as inovações tecnológicas com vistas ao aproveitamento das potencialidades locais de forma sustentável e a atenção à sustentabilidade do agronegócio.

Já no eixo infraestrutura, são esses os temas mais relacionados à dimensão “planeta”:

i) a eficiência energética e segurança hídrica;
ii) o planejamento urbano ordenado e sustentável;
iii) a universalização do saneamento básico;
iv) a priorização do transporte coletivo e ativo; e
v) a infraestrutura urbana com foco nas populações em situação de risco social e ambiental.

⁷¹ Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas – “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>

No eixo institucional, destacam-se as ações de fortalecimento de planejamento e gestão pública e o aprimoramento da coordenação e cooperação federativa. Além disso, é fundamental à dimensão “planeta” o reforço aos compromissos internacionais assumidos pelo país, como a própria Agenda 2030, o Acordo de Paris, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, entre outros.

No eixo social, destacam-se a ampliação do acesso e a melhoria na qualidade do ensino e seus efeitos sobre o meio ambiente e o foco nas populações vulneráveis do ponto de vista social e ambiental, em particular as que vivem em áreas de risco a eventos extremos.

TABELA 16

Relação entre os eixos da Endes e as dimensões “parcerias” e “paz” da Agenda 2030

Parcerias (Implementação da Agenda)

Paz (Dimensão Ético-Institucional)



Eixo Principal: institucional	
Diretriz:	Aprimorar a governança do Estado, com foco na melhoria da entrega de serviços públicos ao cidadão e do ambiente de negócios, e na garantia da soberania nacional.
Desafios:	Ampliar a competitividade do Brasil de forma a se aproximar das economias desenvolvidas.
	Melhorar a governança do setor público, aumentando a eficiência e a eficácia das ações de governo.
	Consolidar o papel do Brasil no âmbito internacional.
Outros eixos/desafios:	
Eixo: econômico	Promover o crescimento do PIB <i>per capita</i> nacional.
	Alcançar uma maior integração econômica regional e global.
	Aumentar a produtividade da economia brasileira.
	Ampliar a produtividade e aproveitar o potencial da força de trabalho da população.
Eixo: infraestrutura	Proporcionar maior bem-estar para a população.
	Ampliar os investimentos em infraestrutura.
Eixo: ambiental	Promover a transição para uma economia resiliente e de baixo carbono, com a mitigação e adaptação à mudança de clima.
	Assegurar a preservação da biodiversidade, promovendo o uso sustentável dos biomas nacionais.
	Promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente.
Eixo: Social	Ampliar o acesso, a permanência e a qualidade da educação.
	Melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde.
	Reduzir a mortalidade por homicídios no país, sobretudo na população jovem e negra.
	Reduzir a proporção da população abaixo da linha de pobreza e as desigualdades sociais.
	Consolidar os direitos fundamentais e a cidadania.

As dimensões “parcerias” e “paz”, destacadas de forma conjunta por motivos meramente organizacionais, reúnem os ODS: 16 – paz, justiça e instituições eficazes; e 17 – parcerias e meios de implementação. Suas principais diretrizes são:

Paz – “promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, e não há paz sem desenvolvimento sustentável”,

Parcerias – “mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base no espírito de solidariedade global fortalecida, com ênfase especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas os grupos interessados e todas as pessoas”⁷².

Essa dimensão se relaciona diretamente com o eixo institucional da Estratégia Nacional, que traz como temas principais:

o fortalecimento das capacidades estatais, principalmente no planejamento e gestão de políticas públicas, foco dos ODS 16 e 17; e

o aprimoramento do pacto federativo e a soberania nacional, fundamental para a implementação e interiorização da Agenda 2030 no Brasil.

A transversalidade é a principal característica das dimensões “parcerias” e “paz”, por tratarem de temas abrangentes relacionados a:

- i) igualdade de acesso à justiça;*
- ii) a promoção do Estado de Direito, em particular o fortalecimento de instituições públicas eficazes, responsáveis e transparentes;*
- iii) a participação social nos processos decisórios; e*
- iv) as parcerias e os meios de implementação da Agenda 2030.*

Dessa forma, há uma forte interação destas dimensões com todos os eixos da Estratégia Nacional, que, como instrumento de planejamento nacional, é ela mesma um meio de implementação da Agenda 2030.

⁷² Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas – “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>

Nesse sentido, destacam-se nos eixos econômico e infraestrutura:

- i) as reformas previdenciárias, com foco na sustentabilidade financeira e na justiça social e tributária e na progressividade dos tributos nacionais; e*
- ii) as ações de fomento a ciência, tecnologia e inovação, em particular da economia digital, incluindo as parcerias e cooperações internacionais, foco de diversas metas do ODS 17.*

No eixo ambiental, destacam-se:

- i) o combate às mudanças climáticas;*
- ii) a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais; e*
- iii) a conservação da biodiversidade.*

Esses são temas transversais e multisetoriais que demandam elevada capacidade de governança, ou seja, as instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, parte do ODS 16. Além disso, ressalta-se o meio ambiente como direito fundamental de terceira geração.

No eixo social, são realçados os seguintes pontos:

- i) o desafio de reduzir a mortalidade por homicídios no país, sobretudo de jovens negros e de mulheres (feminicídio); e*
- ii) a importância de promover a consolidação dos direitos fundamentais e da cidadania, bases para a promoção de um Estado de Direito efetivo.*

Tais temas são diretamente relacionados ao ODS 16.

5. CENÁRIO MACROECONÔMICO



5 CENÁRIO MACROECONÔMICO

Como destacado na introdução, a utilização de cenários macroeconômicos no processo de planejamento não pretende eliminar as incertezas ou predizer o futuro com relação ao comportamento da economia, mas permite a definição de diretrizes e orientações mais consistentes com as possíveis trajetórias de desenvolvimento econômico do país. Além disso, os cenários macroeconômicos deverão balizar a elaboração de planos nacionais, setoriais e regionais, com vistas a homogeneizar seus parâmetros.

Inicialmente, cabe destacar que as perspectivas para o cenário econômico internacional, no longo prazo, são neutras. Isso implica que as diferentes trajetórias para a economia brasileira dependem, fundamentalmente, de fatores e escolhas restritas ao âmbito doméstico. Não se podem ignorar, porém, os riscos (positivos e negativos) embutidos nesse cenário.

No caso de crescimento mundial elevado, com forte aumento de demanda por *commodities*, por exemplo, o crescimento brasileiro poderia ser favorecido. Há, contudo, riscos de a economia internacional transitar para um período de crescimento menor ou mesmo de passar por alguma crise mais grave, com efeitos negativos mais contundentes para o país. Some-se a isso o risco de uma amplificação das disputas comerciais ou de problemas mais específicos de algumas economias que podem afetar nossa economia mais fortemente. Por exemplo, um desempenho econômico chinês abaixo do esperado teria ramificações importantes para o crescimento global, com efeitos relevantes para o Brasil, uma vez que aquele país é um importante parceiro comercial.

Em uma visão mais ampla, o cenário internacional apresenta desafios significativos para a economia brasileira, tendo em vista o aprofundamento do desenvolvimento tecnológico, com disputas comerciais e finanças públicas frágeis em países relevantes. Há também, entretanto, aspectos positivos para nossa economia, como o aumento da demanda global por alimentos.

Para a elaboração do cenário macroeconômico doméstico, este capítulo baseou-se em Desafios da Nação, publicação coordenada pelo Ipea e que contou com a participação de diversos especialistas da sociedade brasileira. Como ressaltado naquela publicação, é essencial deixar claro que, para um crescimento sustentável, com retomada dos investimentos e evolução da produtividade, “o país precisa ter um ambiente macroeconômico estável, com políticas monetária e fiscal críveis e sustentáveis” (IPEA, 2018).

Dessa forma, não há como pensar em uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do País ao longo dos próximos anos sem a correção de alguns desequilíbrios relevantes nas finanças públicas. Desde 2014, a economia brasileira opera com *deficit* primário. Em 2017, o resultado primário do governo central foi de -1,8% do PIB, e o *deficit* nominal foi de 7% do PIB.

Diversas medidas implementadas têm colaborado para a busca do equilíbrio das contas públicas, entre as quais podem ser citadas a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que criou um novo regime fiscal, limitando o crescimento do gasto público; e a introdução da Taxa de Longo Prazo (TLP) instituída pela Lei nº 13.483/2017. Há também diversas medidas em curso e outras que podem ser implantadas para modernizar a gestão e reduzir os custos para o Estado, por exemplo, por meio da expansão do programa de concessões das obras de infraestrutura no país.

Mesmo com essas medidas, as contas públicas permanecem em situação muito frágil. No curto prazo, as projeções do governo apresentadas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2019 indicam que o *deficit* primário deve persistir, pelo menos, até 2021, de forma que a dívida bruta seguirá em trajetória de alta, passando de 51,5% do PIB em 2013, para 74% do PIB em 2017, até atingir 81,3% do PIB em 2021. Em prazo mais longo, a restrição estabelecida pela EC nº 95/2016 para o crescimento real do gasto público total só poderá ser respeitada caso sejam implementadas reformas visando conter o ritmo de elevação de um conjunto de despesas obrigatórias, com destaques para os gastos previdenciários.

Nesse sentido, a Estratégia Nacional apresenta *três possíveis cenários* para a evolução da economia brasileira no período 2020-2031, elaborados pelo Ipea como extensão ao documento *Desafios da Nação*. No *cenário de referência* utilizam-se, para o período até 2021, as previsões oficiais do governo para o crescimento do PIB e para as variáveis fiscais. Esse cenário pressupõe uma estabilidade macroeconômica com reformas que viabilizariam o equilíbrio fiscal de longo prazo, permitindo, assim, que o país retomasse uma trajetória de crescimento sustentado. Nesse cenário, porém, não haveria reformas microeconômicas com impactos significativos sobre a produtividade, de modo que o potencial atual de crescimento de longo prazo da economia brasileira permaneceria relativamente inalterado.

A taxa de investimento aumentaria um pouco em relação à atual, que está baixa em função da recente recessão enfrentada pelo país, mantendo-se, em média, no período 2020-2031, em 18% do PIB, sendo 10% disso para infraestrutura. A produtividade, já descontado o efeito advindo do aumento da escolaridade e do capital humano, ficaria estagnada. Esse fato não deixa de ser um avanço visto que, em relação à média no período de 1980 a 2016, a produtividade registrou queda de 0,4% ao ano.

Como resultado, o PIB *per capita* de 2031 seria 21% maior que o de 2019, o que significa uma taxa média de crescimento de 1,6% ao ano (a.a.) no período. Dado um crescimento populacional de 0,6% a.a., o PIB teria um crescimento médio de cerca de 2,2% a.a. no mesmo período (*tabela 17*).

Com relação às finanças públicas, mantendo-se o novo regime fiscal, que limita o crescimento das despesas públicas à taxa de inflação do período anterior, e considerando uma elasticidade unitária entre a receita e o crescimento do PIB, o resultado primário voltaria a ser positivo em 2023, nesse *cenário de referência*, elevando-se até atingir 3,5% do PIB em 2031 (*gráfico 39*). A dívida bruta do governo geral (DBGG)⁷³ atinge o valor máximo de 83,3% do PIB, em 2024, recuando nos anos seguintes até atingir 76,6% do PIB, em 2031 (*gráfico 40*).

Um segundo cenário – *cenário transformador* – considera, além das reformas requeridas para o equilíbrio fiscal de longo prazo, também um conjunto mais amplo de reformas que incentivariam o aumento da produtividade geral da economia (0,5% a.a.); da taxa de investimento, que aumentaria para 19,5% do PIB (sendo que 3,6% do PIB seriam em investimento em infraestrutura); e o avanço mais intenso da escolaridade, e, por conseguinte, do capital humano e da taxa de participação da população em idade ativa. Esse cenário ilustra para a sociedade o potencial de melhora da economia caso se opte por um processo de reformas estruturais mais profundas.

TABELA 17

Cenários macroeconômicos da Estratégia Nacional (2020 a 2031) (Em % e % do PIB)

Cenários	Hipóteses (valores médios em 2020-31)			PIB (taxa de crescimento média de 2020 a 2031, em % a.a.)	PIB <i>per capita</i>	
	Taxa de investimento (% do PIB)	Investimento infraestrutura (% do FBCF)	“Produtividade geral” (% a.a.)		Crescimento anual médio de 2020 a 2031 (% a.a.)	Crescimento acumulado entre o ano base (2019) e 2031 (%)
Cenário de Referência (com reformas macrofiscais)	18,0	10,0	0,0	2,2	1,6	21,2
Cenário Transformador (com reformas amplas e avanço da escolaridade)	19,5	18,5	0,5	4,0	3,4	49,7

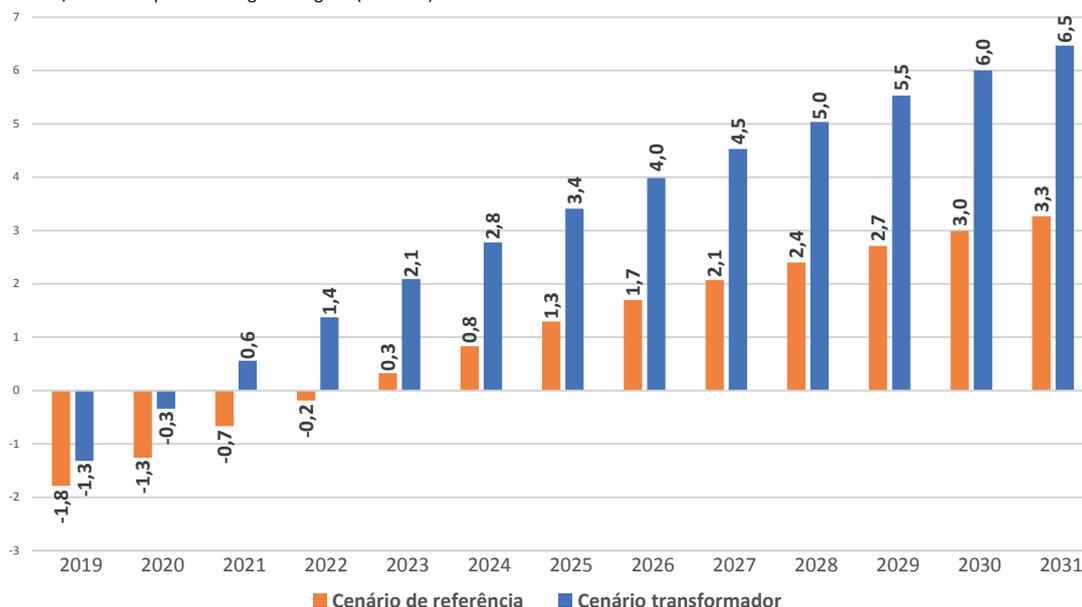
Elaboração: Ipea; Seplan/MP.

⁷³ As projeções da DBGG consideram uma tendência de manutenção de longo prazo de uma taxa de juros real de 4% a.a.

A Estratégia Nacional considera que o cenário transformador resultaria num crescimento acumulado de 50% do PIB *per capita* até 2031, em relação a 2019, o que significa uma taxa média de crescimento de 3,4% a.a. no período 2020-2031. Dada a expansão populacional projetada pelo IBGE, o crescimento do PIB no período seria de 4% a.a.

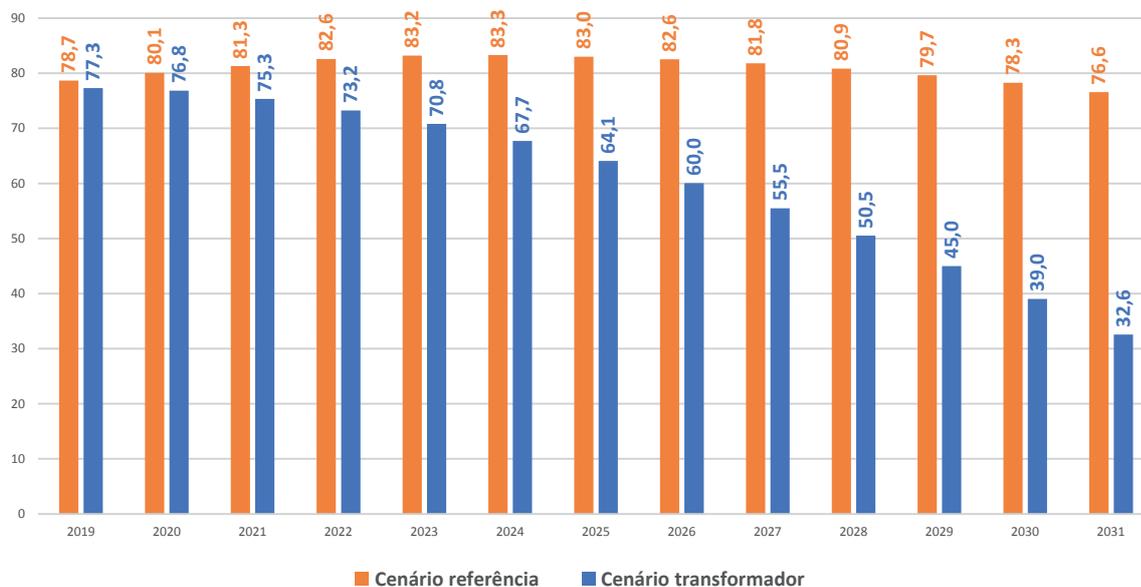
Com o maior crescimento do PIB no período, relativamente ao cenário de referência, o resultado primário já volta a ser superavitário em 2021, o que gera uma redução mais acentuada da dívida bruta, com trajetória de queda já a partir de 2019. Nesse ambiente de melhora nas contas públicas, mantendo-se a regra do teto do gasto, o resultado primário seria elevado a 6,5% do PIB, em 2031, com a dívida bruta recuando a 33% do PIB.

GRÁFICO 39 / Resultado primário do governo geral (% do PIB)



Elaboração: Ipea; Seplan/MP.

GRÁFICO 40 / Dívida bruta do governo geral (% do PIB)



Elaboração: Ipea; Seplan/MP.

No *cenário transformador*, nosso PIB *per capita* (em dólares) seria superior ao verificado atualmente em países como Argentina, Polônia e Croácia, aproximando-se do patamar atual do Chile e da Hungria. Esses países têm nível de IDH acima de 0,800, o que os colocam no grupo de países com muito alto desenvolvimento humano.

Os cenários de referência e transformador apresentam duas trajetórias possíveis de crescimento, condicionadas à realização das reformas fiscais necessárias para o equilíbrio das contas públicas. Na ausência dessas reformas, porém, nenhum desses cenários parece viável. O já elevado nível da dívida pública, combinado à trajetória de crescimento insustentável de um conjunto de despesas, permitem inferir que, caso as *reformas necessárias não sejam implementadas, a probabilidade de uma crise fiscal e econômica nos próximos anos deverá elevar-se significativamente.*

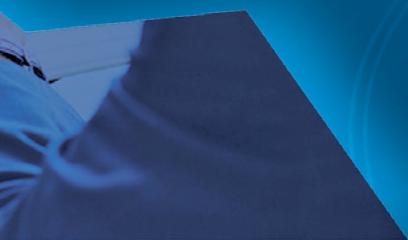
O *terceiro cenário* desenvolvido para a Estratégia Nacional para a economia brasileira busca justamente avaliar as possíveis consequências de um quadro de desajuste fiscal explosivo. Nesse *cenário de desequilíbrio fiscal*, os arcabouços institucional e econômico seriam mantidos inalterados no curto prazo, sem reformas que permitissem conter a elevação dos gastos públicos obrigatórios, especialmente com transferências de renda. Isso manteria as contas públicas em uma trajetória explosiva, aumentando a desconfiança dos investidores em relação à sustentabilidade da dívida pública, elevando os prêmios de risco requeridos e desencadeando, em algum momento ao longo dos próximos anos, uma crise de confiança que poderia impossibilitar o refinanciamento da dívida.

As consequências seriam certamente negativas para a economia, porém de difícil quantificação. Os indicadores de endividamento do governo apresentariam forte deterioração, podendo aumentar mais de 30% em relação aos níveis observados em 2019 – ultrapassando 100% do PIB. Nesse ambiente de deterioração fiscal, a alta do prêmio de risco implicaria uma maior taxa real de juros, a necessidade de significativo esforço para conter as despesas discricionárias, com aumento da carga tributária para mais de 40% do PIB. Sob a hipótese de que a forte elevação da dívida desencadearia uma crise de confiança, mas que, após esse evento, as medidas necessárias de ajuste fiscal estrutural seriam tomadas, projeta-se que o PIB *per capita* apresentaria crescimento nulo ou até mesmo negativo no acumulado do período até 2031. A depender de hipóteses sobre os fatores que determinam o momento específico de eclosão da crise, bem como sobre as medidas específicas de consolidação fiscal, o PIB *per capita*, inicialmente, cairia e, depois, se recuperaria gradualmente. Ainda assim, com taxas menores que as observadas nos outros cenários.

Evidentemente, a quantificação de um cenário dessa natureza apresenta elevado grau de incerteza. Parece claro, porém, que esse cenário levaria a perda substancial de renda *per capita* relativamente aos cenários anteriores. O PIB *per capita* atingiria, em 2031, valores entre R\$ 41,4 mil, no cenário de referência (com reformas macro que geram o equilíbrio fiscal), e R\$ 51,2 mil, no cenário transformador (com reformas mais amplas). Já no cenário de desequilíbrio fiscal, o PIB *per capita* praticamente não se alteraria, aumentando apenas R\$ 49 do valor atual, alcançando R\$ 33,4 mil em 2031. Isso equivale a dizer que cada brasileiro, em média, teria sua renda anual 4,8 salários mínimos e 9,3 salários mínimos menor que no cenário de referência e no cenário transformador, respectivamente. Ou seja, teríamos outra “década perdida”.

Não obstante a grande incerteza sobre os números exatos que poderiam ser verificados em um cenário de crise, esse quadro indica com bastante clareza o elevado custo social de manter inalteradas as regras previdenciárias e não elaborar outras medidas que garantam o equilíbrio fiscal, adiando a resolução do desajuste fiscal até que apenas medidas mais drásticas sejam necessárias.

6. O CAMINHO ATÉ 2031



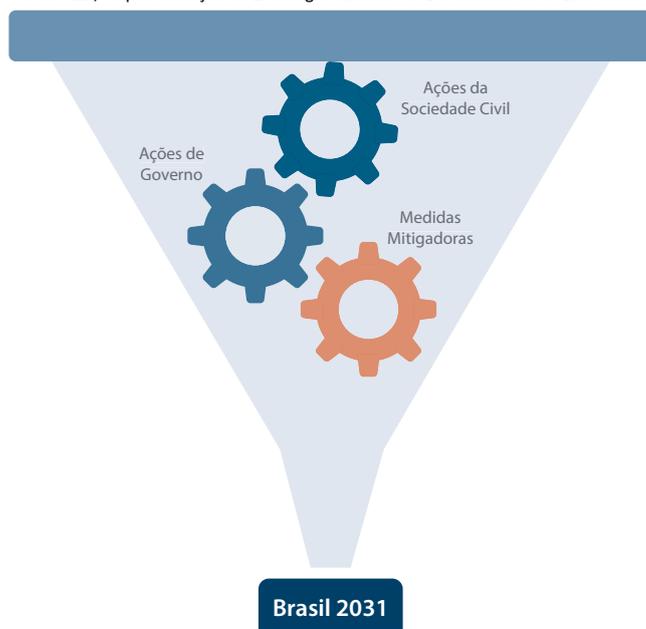
6 O CAMINHO ATÉ 2031

Para que a Estratégia Nacional se concretize, foram traçados desafios e orientações, presentes na primeira parte deste capítulo, para a atuação dos diferentes atores⁷⁴, quais sejam: do setor público, do setor privado, da academia, do terceiro setor, de entidades de pesquisa, entre outros. Estes desafios e orientações trazem uma visão mais estratégica e norteadora para o que precisa ser feito para o alcance das diretrizes da Estratégia Nacional, não mostrando detalhes e orientações específicas, o que deverá ser apresentado, no âmbito federal, pelo conteúdo dos planos nacionais, setoriais e regionais, pelos programas dos PPAs e pelas leis orçamentárias.

Não se pode subestimar, entretanto, a probabilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente a implementação das ações necessárias ao alcance das diretrizes. Para esses eventos, classificados neste documento como riscos, é preciso pensar em ações mitigadoras, visando à elaboração de planos de contingência que minimizem seus efeitos. Dessa maneira, a segunda parte deste capítulo abordará os riscos e suas medidas mitigadoras.

A *figura 12* esquematiza a relação entre as ações governamentais e da sociedade civil e as medidas mitigadoras.

FIGURA 12 / Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



Elaboração: Seplan/MP.

⁷⁴ Conforme Matus (2006), é preciso ter em mente que a ação governamental precisa ser composta por duas faces: na primeira, o governante declara suas próprias ações; na outra, reclama a cooperação de outros atores ou denuncia a sua oposição.

6.1 DESAFIOS E ORIENTAÇÕES

A elaboração dos desafios e orientações seguiu o encadeamento dos eixos da Estratégia Nacional. Para o Brasil crescer é preciso aumentar a produtividade e a competitividade da economia, o que requer que o Estado qualifique sua atuação e incentive a melhoria do ambiente de negócios, de forma a propiciar o aumento dos investimentos privados. Com um ambiente de negócios mais propício, espera-se que ocorra uma alavancagem dos investimentos em infraestrutura econômica e social, sendo que esse movimento de expansão econômica deve ser compatível com a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente. O fator ambiental, por sua vez, apresenta oportunidades de novos investimentos, como a biotecnologia, o uso de fontes renováveis na produção de energia, além da geração de “empregos verdes”. Essa sistemática propiciará mais oportunidades de emprego e renda para a população, o que deve ser complementado com acesso de maior qualidade aos serviços públicos, em especial de saúde, educação e segurança, gerando melhoria na qualidade de vida dos indivíduos. Dessa forma, espera-se alcançar a diretriz principal da estratégia de elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira reduzindo as desigualdades sociais e regionais.

Eixo 1: econômico

Os principais desafios no eixo econômico que deverão ser assumidos pelo país são: crescimento do PIB *per capita* nacional; aumento da produtividade; aproveitamento das potencialidades da força de trabalho; e maior integração global e regional. Destaca-se que a realização de reformas estruturais é de relevância ímpar, pois é por meio dessas medidas que será possível atingir o equilíbrio das contas públicas, mantendo-se a garantia de sustentabilidade do crescimento inclusivo e a eficiência dos serviços públicos.

Vale ressaltar, também, que os níveis de investimento da economia brasileira encontram-se em patamares reduzidos e necessitam ser ampliados. A taxa de investimento atual do Brasil atingiu 15,6% em 2017⁷⁵, com inversões voltadas basicamente à reposição do estoque de capital físico (desgastado pela depreciação). Esse nível, portanto, precisa ser aumentado para que haja um crescimento sustentável da renda nacional. Dessa maneira,

⁷⁵ Contas Nacionais Trimestrais, quarto trimestre de 2017/IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-no-portal/economicas/servicos/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=20165&t=resultados>>.

há várias ações que precisam ser implementadas no aprimoramento, fortalecimento e ampliação dos mecanismos de financiamento, de modo a promover o desenvolvimento econômico e social e um padrão mais ampliado dos mecanismos de crédito.

O Brasil necessita cada vez mais se inserir na sociedade do conhecimento – e, para esse fim, precisa não só manter e aproveitar as vantagens comparativas nos setores tradicionais, baseados em recursos naturais e relacionadas ao agronegócio, mas também fortalecer o setor de serviços, além de avançar em segmentos mais inovadores, tais como a economia digital, a economia verde e a bioeconomia. A Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), elaborada em 2018, oferece um amplo diagnóstico dos desafios a serem enfrentados e um conjunto de ações estratégicas para o tema⁷⁶.

Ressalta-se que, em um cenário crescentemente competitivo, inovações tecnológicas acrescentam valor aos produtos e maior eficiência nos processos produtivos. As rápidas transformações na economia e na sociedade proporcionadas pelo ambiente digital impõem novos desafios à atuação do governo e da iniciativa privada. Assim, a promoção de uma cultura inovadora é fundamental para que o país busque a ampliação de seus mercados, a inserção no comércio internacional, a geração de empregos qualificados, o aumento da renda dos trabalhadores e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Dada a transformação demográfica pela qual o Brasil está passando, aliada às mudanças produtivas impostas pelas inovações tecnológicas e à ampliação do número de jovens fora do mercado de trabalho e da escola, faz-se necessário ampliar esforços para aproveitar o potencial da força de trabalho, ao incentivar a preparação das pessoas para o mercado e uma inserção cada vez mais qualificada desses trabalhadores.

Ademais, aproveitar as potencialidades e reduzir as carências regionais, além de contribuir para o crescimento do país, é de suma importância para reduzir as desigualdades locais, invertendo o fluxo de pessoas pelo de serviços, de modo a tornar o Brasil um país mais equitativo. Dessa forma, a *tabela 18* traz uma lista de potencialidades e de carências por região. Destaca-se que a lista apresentada não é exaustiva, mas serve como balizadora para a tomada de decisão sobre a regionalização das políticas públicas e dos investimentos futuros.

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/estrategiadigital.pdf>>.

TABELA 18

Potencialidades e carências por região

Região	Potencialidades	Carências
Nordeste	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Energias renováveis, com destaque para a energia eólica e fotovoltaica. ▪ Biotecnologia e farmoquímica. ▪ Turismo e economia criativa. ▪ Agronegócio de grãos e do algodão herbáceo nos cerrados. ▪ Agronegócio da fruticultura irrigada no semiárido. ▪ Cadeias da agricultura familiar, com destaque para a ovinocaprinocultura. ▪ Indústria química e petroquímica, Complexo Industrial e de Serviços de Saúde e de Educação diversificado. ▪ APLs: Pesca e Aquicultura; Mineral; Mel; Cacau; Moda e Design; tecnologias de informação e comunicação (TICs); Têxtil e Confecções; Ovinocaprinocultura; Cultura e Economia Criativa; Avicultura; entre outros. ▪ Rede de instituições federais de ensino superior e institutos de pesquisa ampla e interiorizada. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deficiência hídrica e avanço no processo de desertificação. ▪ Deficiências de infraestrutura. ▪ Matriz energética regional, com excessiva dependência de fontes hídricas. ▪ Crescimento desordenado dos centros urbanos e baixos padrões de saneamento básico. ▪ Baixo acesso à banda larga nos domicílios. ▪ Baixa capacidade científico-tecnológica local e deficiências na formação profissional. ▪ Deficiências em assistência técnica e extensão rural. ▪ Deficiências da educação básica. ▪ Elevadas desigualdades intrarregionais. ▪ Rede de cidades com baixa integração. ▪ Baixa produtividade dos setores econômicos. ▪ Matriz de produção relativamente atrasada.
Centro-Oeste	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Industrialização das cadeias produtivas dos grãos. ▪ Industrialização da cadeia produtiva da pecuária de corte. ▪ Cadeia produtiva florestal-madeireira e mercado de crédito de carbono. ▪ Turismo e ecoturismo. ▪ Posição estratégica para a integração sul-americana. ▪ Oportunidades relevantes em infraestrutura ferroviária e hidroviária. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deficiências na infraestrutura econômica e logística regional, incluindo a energia. ▪ Elevados custos de transporte e dependência de corredores de exportação dos portos do Centro-Sul. ▪ Rede urbana com baixa integração. ▪ Degradação ambiental ocasionada pela penetração das atividades agropecuárias nos biomas do Centro-Oeste (desmatamento, erosão do solo e deterioração de bacias hidrográficas).

Região	Potencialidades	Carências
Norte	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Biotecnologia e biopesquisa. ▪ Mineração (óleo e gás, nióbio e o estanho). ▪ Pesca e aquicultura. ▪ Uso sustentável dos recursos florestais, madeireiros e não madeireiros. ▪ Oferta de bens naturais que interessam ao mercado global e posição estratégica para integração sul-americana e defesa nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deficiência em infraestrutura, com destaque em energia e transporte. ▪ Capacidade institucional limitada e recursos humanos com baixa qualificação. ▪ Expansão do modelo primário-exportador com agravamento do desmatamento. ▪ Concentração industrial na Zona Franca de Manaus. ▪ Estrutura agrária concentrada e rede de cidades com escassas relações entre os núcleos.
Sul	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agronegócio e inserção em cadeias globais, como setor couro-calçadista e TIC. ▪ Redes de apoio ao desenvolvimento (presença de cooperativas, instituições de ensino superior, incubadoras e bancos de fomento). ▪ Alta qualificação profissional, em termos comparados. ▪ Rede de cidades bem estabelecida e forte articulação com as redes urbanas no Cone Sul, com potencial para a integração sul-americana e articulação com a estrutura sócio -produtiva dos países vizinhos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desertificação, em particular nos Pampas. ▪ Envelhecimento da população. ▪ Baixa integração com os mercados do Mercosul (logística e produção).
Sudeste	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inserção em cadeias globais de valor como setor aeroespacial, petróleo e gás e ciência, tecnologia e inovação (CT&I). ▪ Parque fabril instalado e diversificado. ▪ Amplo mercado consumidor. ▪ Liderança econômica e financeira e centro de competência técnico-científica nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Megalópoles e problemas derivados da concentração urbana. ▪ Desigualdades intrarregionais (por exemplo: Vale do Ribeira e Vale do Jequitinhonha).

Fonte: BNDES, Banco do Nordeste, Ministério da Integração Nacional e MP.

Elaboração: Seplan/MP.

Desafio: promover o crescimento do PIB per capita nacional

O PIB *per capita* do Brasil foi de US\$ 9.896 no ano de 2017. Nos últimos quarenta anos, o país praticamente dobrou seu PIB *per capita*. Todavia, ainda é necessário avançar para que se possa atingir um nível de renda mais próximo ao dos países desenvolvidos.

Para os próximos doze anos, para que o Brasil consiga ter expansão do PIB *per capita* e garantir que a retomada atual do crescimento seja consolidada em um novo ciclo duradouro e estável, há quatro questões que precisam ser discutidas e consideradas:

- i) garantia da estabilidade econômica e da sustentabilidade da trajetória da dívida pública;*
- ii) reformas estruturais;*
- iii) aprimoramento, fortalecimento e ampliação dos mecanismos de financiamento; e*
- iv) aproveitamento das potencialidades regionais.*

Para a garantia da estabilidade econômica e da sustentabilidade da trajetória da dívida pública, as orientações são:

- *consolidar o ajuste fiscal de longo prazo que reduza a relação entre dívida pública e PIB e permita a manutenção da estabilidade econômica;*
- *aperfeiçoar a gestão das contas públicas, fundamentada na avaliação, no monitoramento e na qualidade do gasto e no estabelecimento de metas e prioridades;*
- *aprimorar o sistema de planejamento e orçamento públicos, com o objetivo de reduzir a rigidez do orçamento, aumentar a previsibilidade da execução e a transparência dos gastos públicos; e*
- *consolidar o controle da inflação, em linha com o regime de metas, favorecendo o aumento do poder de compra da população.*

Para a realização de reformas estruturais, as orientações são:

- *aperfeiçoar o sistema previdenciário, com o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira e a justiça social;*
- *aprimorar o sistema tributário brasileiro, com a meta de simplificar a arrecadação, aumentar a progressividade e torná-lo concorrentialmente neutro; e*

- *aperfeiçoar a governança da condução da política monetária, alinhando o país às melhores práticas internacionais.*

Para o aprimoramento, o fortalecimento e a ampliação dos mecanismos de financiamento, as orientações são:

- *reforçar os mecanismos e diversificar as fontes de financiamento do investimento de longo prazo, propiciando a redução dos custos das transações financeiras;*
- *estimular a democratização do crédito por meio do aumento da concorrência e da competitividade do Sistema Financeiro Nacional, do incentivo a novos entrantes, da racionalização das obrigações regulatórias e de boas práticas de governança;*
- *ampliar os produtos financeiros de apoio às startups, com o incremento de recursos para capital semente, incluindo não reembolsáveis, e maior prioridade para fundos de venture capital para inovação;*
- *diversificar as estratégias de captação de recursos nos mercados doméstico e internacional para o mercado de capitais, de títulos, empréstimos, securitização de carteiras, entre outros; e*
- *direcionar o foco da atuação dos bancos de desenvolvimento para projetos e atividades não atendidas de forma adequada pelo mercado, para a transformação da estrutura produtiva e da infraestrutura na direção do aumento da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade, sobretudo em áreas portadoras de inovação.*

Para o aproveitamento das potencialidades regionais, as orientações são:

- *prover melhor infraestrutura nas regiões menos desenvolvidas, ampliando as oportunidades de investimentos produtivos, permitindo a geração de emprego e renda nessas regiões;*
- *incentivar os investimentos e a implementação de projetos estruturantes em cada estado, de forma a compatibilizar o crescimento do PIB com a redução das desigualdades entre as regiões;*
- *identificar e explorar de maneira sustentável as potencialidades econômicas de cada região, com foco na inovação tecnológica e no adensamento das cadeias produtivas locais;*

- *desenvolver o potencial do turismo no Brasil, por meio da valorização do patrimônio cultural e natural para visitação, do aproveitamento de destinos turísticos inteligentes e da expansão segmentada dos produtos turísticos brasileiros;*
- *aprimorar os mecanismos de financiamento voltados para o desenvolvimento regional; e*
- *fortalecer as cidades médias como âncora da interiorização do desenvolvimento do país, contribuindo para a consolidação de uma rede policêntrica de cidades.*

Desafio: aumentar a produtividade da economia brasileira

Outro desafio a ser assumido no eixo econômico é a reduzida produtividade da economia brasileira, o principal determinante para o crescimento sustentado ao longo dos próximos anos, considerando-se as tendências demográficas.

A agenda de produtividade é ampla e envolve todos os setores da economia. Na indústria, incorpora apoio à inovação em áreas estratégicas com oportunidades identificadas e a promoção de um ecossistema inovador. Para além da promoção de inovações disruptivas, faz-se necessária a difusão de tecnologias emergentes da manufatura avançada e da transformação digital. Outros pontos envolvem melhorias na gestão das empresas, qualificação e requalificação de trabalhadores, entre outras agendas.

Já na agricultura, na qual o crescimento da produtividade tem sido superior ao dos demais setores, a agenda pretende garantir a competitividade dos diferentes segmentos do agronegócio, por meio da melhoria da logística e do armazenamento. Para além da redução de custos, a agenda enfatiza a difusão de tecnologias produtivas que incorporem serviços de alto valor agregado, como o uso de tecnologias digitais, biotecnologia, tecnologia da informação e ciência de dados. A incorporação desses serviços à agricultura permitirá ao país aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, reduzir a intensidade de utilização de recursos naturais e de insumos químicos, além de possibilitar o uso mais responsável do solo e a exploração sustentável da nossa biodiversidade. Por fim, a agenda da produtividade possui ênfase no aumento da parcela de serviços com maior agregação de conhecimento, o que também contribuirá para a geração de empregos.

Ressalta-se que as políticas de CT&I no mundo estão sendo adaptadas e orientadas a buscar soluções para grandes desafios sociais, ambientais e econômicos. Nesta linha, o direcionamento dos investimentos nas políticas nacionais de CT&I deve passar pela definição de áreas e tecnologias estratégicas. A Estratégia Nacional de Ciência, Tecno-

logia e Inovação (2016-2020)⁷⁷ identifica alguns exemplos de áreas e tecnologias prioritárias de países com maiores avanços no setor, que tem maior reflexo com a política e interesse brasileiros.

As orientações a serem implementadas para se conseguir o aumento da produtividade no Brasil envolvem, entre outras ações, a ampliação dos esforços em pesquisa, desenvolvimento e inovação e o aumento da competitividade de segmentos produtivos com maior potencial de liderar e irradiar inovações, assim como o adensamento de cadeias produtivas nacionais. A melhoria da competitividade e o adensamento das cadeias produtivas nacionais devem estar associados ao objetivo de inserção do país nas cadeias globais de comércio, com aumento da competição internacional.

Para a ampliação dos esforços em ciência, tecnologia e inovação, as orientações são:

- *aprimorar e ampliar os mecanismos que estimulem a inovação tecnológica nas empresas, aumentando a aplicação de recursos privados em CT&I, de modo a incentivar a agregação de valor;*
- *dinamizar o sistema de propriedade industrial do país para fomentar ativos intangíveis (patentes, marcas, desenhos industriais etc.), com vistas à proteção à propriedade intelectual;*
- *construir um sistema de CT&I mais aberto e internacionalizado, incentivando a formação de ecossistemas de inovação e sistemas produtivos e inovativos locais e regionais de produção, a partir da identificação das potencialidades regionais;*
- *coordenar e otimizar o investimento público em pesquisa e desenvolvimento (P&D), assim como orientar suas ações pela busca de resultados mais efetivos para a sociedade;*
- *ampliar os mecanismos de incentivo a ações conjuntas entre instituições públicas e privadas, de modo a gerar um ecossistema de inovação mais simbiótico e um ambiente de negócios mais empreendedor e dinâmico; e*
- *aprimorar e intensificar o ensino de ciências, tecnologias, engenharia e matemática no Brasil.*

⁷⁷ Disponível em: <http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf>.

Para o desenvolvimento da economia digital do país, as orientações são:

- *ampliar o acesso da população à internet e às tecnologias digitais, com qualidade de serviço e economicidade;*
- *incentivar o desenvolvimento da economia digital, aumentando o apoio à difusão de tecnologias emergentes (interconectividade, automação, energias, nanotecnologia, novos materiais e biotecnologias, por exemplo) e suas aplicações no país; e*
- *propiciar as condições necessárias para que os setores produtivo e público utilizem dados abertos para a geração de valor econômico, a melhoria dos serviços e a criação de empregos, por meio da análise de dados, big data/analytics, inteligência artificial e outras aplicações tecnológicas.*

Para o adensamento e a integração de cadeias produtivas, as orientações são:

- *criar condições favoráveis para o ganho de produtividade, a redução sistêmica de custos e o adensamento industrial, a fim de que se possa agregar valor à produção e expandir os mercados;*
- *manter a competitividade do agronegócio, observando as questões de sustentabilidade e diversidade regional, buscando agregação de valor e diversificação, a montante e a jusante da cadeia produtiva;*
- *atualizar o arcabouço normativo e fortalecer os segmentos inovadores como possíveis eixos de desenvolvimento⁷⁸, de forma a induzir uma economia baseada em informação, preservando os direitos individuais; e*
- *incentivar ações de agregação de valor no setor de serviços, melhorando a qualidade da força de trabalho, com investimentos na formação do capital humano.*

Desafio: aproveitar o potencial da força de trabalho, aumentando sua qualificação e empregabilidade

Este desafio se propõe a aproveitar o potencial da força de trabalho, ao incentivar a preparação das pessoas para o mercado e uma inserção cada vez mais qualificada desses trabalhadores. Os avanços recentes de aumento da escolaridade média foram positivos,

⁷⁸ Tais como a economia criativa, a economia digital, a economia social (associativismo, cooperativismo e mutualismo), a economia verde e a bioeconomia.

mas é preciso avançar na integração da educação, em especial a profissional e a tecnológica, com as necessidades do setor produtivo. Há também o desafio de promover a redução nas desigualdades de gênero, sobretudo em relação às diferenças salariais entre homens e mulheres. As futuras alterações no mercado de trabalho advindas das inovações tecnológicas também serão outro desafio relevante no mercado de trabalho.

Para o aproveitamento do potencial da força de trabalho, as orientações são:

- *fortalecer a educação profissional e tecnológica e a educação superior, de forma a aproximá-las às necessidades sociais, regionais e do mercado de trabalho;*
- *ampliar a integração e capilaridade do sistema de emprego, trabalho e renda, em especial da intermediação e da qualificação da mão de obra, tornando-o mais informatizado e dinâmico;*
- *desenvolver estratégias e programas voltados para atrair jovens em situação de risco social e educacional para processos de educação formal e de qualificação para o trabalho;*
- *desenvolver estratégias de redução das desigualdades no mercado de trabalho, em especial a de gênero, considerando a diversidade e as especificidades das mulheres; e*
- *estimular políticas de inclusão produtiva e de qualificação dos trabalhadores mais afetados pela mudança tecnológica, em especial a população idosa, com foco no desenvolvimento de aptidões e adaptação aos novos padrões produtivos.*

Desafio: alcançar uma maior integração econômica regional e global

O último desafio do eixo econômico é alcançar uma maior integração econômica regional e global. Há fortes evidências de que uma maior integração econômica do Brasil facilitará o acesso das empresas a melhores insumos e aumentará o dinamismo de nossas exportações, impactando a corrente de comércio exterior e elevando a produtividade doméstica.

Para maior participação no fluxo comercial, as orientações são:

- *ampliar as iniciativas de integração econômica e comercial, por meio de acordos bilaterais, regionais e mega-acordos com os principais blocos econômicos;*
- *atuar de forma coordenada na defesa dos interesses comerciais estratégicos do Brasil, com o uso de instrumentos financeiros e diplomáticos;*
- *fortalecer a estratégia de promoção de investimentos diretos estrangeiros, com foco na eficiência produtiva e inserção internacional;*
- *ampliar as pautas de parcerias e cooperação técnica, científica e tecnológica com países desenvolvidos e em desenvolvimento; e*
- *remover os obstáculos à internacionalização de empresas brasileiras.*

Eixo 2: institucional

Os desafios do eixo institucional são: melhorar a governança do setor público, aumentando a eficiência e eficácia das ações governamentais; ampliar a competitividade do Brasil de forma a se aproximar das economias desenvolvidas; e consolidar o papel do país no âmbito internacional.

A melhoria da governança do setor público é fundamental para o fomento do desenvolvimento econômico sustentável com redução das desigualdades sociais, visto que o Estado é um dos alicerces para a concretização dos objetivos fundamentais da República. A melhoria do ambiente de negócios, por sua vez, é necessária na medida em que eleva a segurança jurídica, reduz o custo e oferece maior previsibilidade aos agentes econômicos. A consolidação do papel do Brasil no âmbito internacional, que se caracteriza pelo surgimento de novas potências e pela tendência à multipolaridade mundial, é uma oportunidade para se pensar a governança mundial com maior influência dos países em desenvolvimento.

Desafio: melhorar a governança do setor público, aumentando a eficiência e a eficácia das ações de governo

A melhoria da governança do setor público, com maior eficiência e eficácia das ações governamentais, demanda o fortalecimento da capacidade de gestão do Estado e da cooperação interfederativa, com foco no aumento da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, no aperfeiçoamento da qualidade do gasto, na transparência e na participação social, bem como na prevenção e no combate à corrupção.

Com a superação desse desafio, espera-se uma melhoria na atuação estatal, que será refletida na evolução do conjunto dos índices-chave do eixo institucional.

Para o fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, as orientações são:

- *incorporar as práticas de avaliação periódica de eficácia e efetividade das políticas públicas e dos subsídios (benefícios tributários, financeiros e creditícios) ao processo decisório;*
- *estimular a identificação e difusão de boas práticas de governança de programas e instituições públicas;*
- *aperfeiçoar a prestação de serviços ao cidadão, com vistas ao pleno exercício da cidadania, por meio da ampliação do uso de TIC e medidas de desburocratização;*
- *otimizar, integrar e compartilhar estruturas, processos, sistemas, dados e recursos estatais, visando alcançar maior eficiência e a eficácia das ações de governo;*
- *promover a transparência, a prestação de contas e o aprimoramento dos mecanismos de participação e controle social existentes;*
- *fortalecer a autonomia e qualificar a atuação das agências reguladoras, sobretudo por meio da adequada avaliação de impacto regulatório;*
- *qualificar as indicações dos dirigentes do setor público, principalmente nas agências reguladoras e nas empresas estatais, por meio de critérios objetivos, transparentes e adequados de seleção;*
- *aperfeiçoar os instrumentos legais de repasse de recursos, de contratação e seleção pública, visando à maior agilidade, qualidade, produtividade, acessibilidade e tempestividade do serviço público;*
- *reforçar o papel dos conselhos nacionais das políticas públicas na promoção de diretrizes setoriais consistentes entre si, com base em estudos e evidências e pautadas pela transparência;*

- *dotar o Estado com modelo de gestão de pessoas focado na produtividade e qualidade de entrega à sociedade, observadas as orientações éticas e legais; e*
- *fortalecer os instrumentos de mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.*

Para a melhoria do pacto federativo, as orientações são:

- *promover o fortalecimento gerencial e administrativo dos municípios, dos estados e do Distrito Federal, ampliando a autonomia dos entes federados e incrementando seus processos de planejamento e gestão por resultados;*
- *estimular ações de solidariedade regional entre os entes federados;*
- *viabilizar instâncias de negociação permanentes entre os entes federados; e*
- *repactuar mecanismos de coordenação e cooperação federativa que contemplem a divisão das responsabilidades e a cooperação entre os entes na elaboração e execução de políticas públicas.*

Desafio: ampliar a competitividade do Brasil de forma a se aproximar das economias desenvolvidas

Este desafio constitui-se na melhoria do ambiente de negócios por meio da adoção de medidas administrativas e da promoção de alterações no arcabouço legal, visando estimular a competitividade, o empreendedorismo e a inovação do setor privado, além de ampliar os investimentos na economia brasileira. Essas medidas trarão o aumento da segurança jurídica, a redução de custo e o oferecimento de maior previsibilidade aos agentes econômicos, possibilitando incremento dos investimentos, melhoria do ambiente macroeconômico, ampliação da concorrência e dos mercados, aceleração do processo de incorporação de novas tecnologias pelas empresas e maior inovação e sofisticação dos negócios.

Todas essas dimensões constituem fatores importantes na capacidade competitiva de um país. Faz-se necessário, igualmente, fortalecer instituições e revisar marcos regulatórios, eliminando sobreposições e agilizando questões burocráticas.

Para a melhoria do ambiente de negócios, as orientações são:

- *desburocratizar e digitalizar a abertura e o fechamento de empresas, atos negociais e recolhimentos tributários, visando alinhar os prazos e processos às melhores práticas internacionais;*
- *facilitar o acesso ao crédito, ao mercado de capitais e às compras públicas para as médias, micro e pequenas empresas;*
- *atualizar e aperfeiçoar os marcos regulatórios dos diversos setores, buscando a coerência normativa no arcabouço legal e infralegal, o aumento da segurança jurídica nas relações públicas e privadas e na qualidade dos serviços prestados à sociedade; e*
- *ampliar a cooperação institucional, reduzir custos administrativos e obrigações tributárias acessórias, bem como dar maior agilidade à obtenção de licenças e concessões.*

Desafio: consolidar o papel do Brasil no âmbito internacional

A América Latina e o Caribe – nosso entorno imediato – são importantes elementos na plataforma para a inserção internacional do Brasil. A consolidação da América Latina e do Caribe como espaço de paz, cooperação e desenvolvimento sustentável é um dos objetivos centrais da política externa brasileira. Por esse motivo, o país prioriza o aprofundamento da integração econômico-comercial e física, além da cooperação fronteiriça. A segurança das fronteiras, em particular, é tema que vem se tornando prioridade no âmbito regional, à luz da importância do combate ao crime organizado transnacional para assegurar um ambiente seguro aos cidadãos brasileiros. O Brasil busca, assim, estreitar a cooperação com os países vizinhos – e também com países de fora da região –, a fim de enfrentar de maneira mais eficaz as atividades criminais que ultrapassam as fronteiras.

Outro objetivo central da política externa é aprofundar o relacionamento com países da Europa e da América do Norte, que continuam ocupando posição influente no cenário internacional. Ao intensificar a interlocução bilateral com esses parceiros, o Brasil visa aumentar, no curto e médio prazo, o fluxo de comércio e de investimentos; a cooperação em temas como CT&I, defesa, energia e meio ambiente; e a aproximação entre as sociedades civis.

O deslocamento do eixo dinâmico da economia global para o leste, renunciando o que se convencionou chamar de “século asiático”, é, contudo, um fenômeno histórico que o Brasil não pode ignorar. A crescente importância da Ásia se reflete no extraordinário aumento do comércio e dos investimentos com aquela região. Por conta disso, o Brasil persegue o estreitamento dos laços políticos e econômico-comerciais com os países asiáticos, e também com os países africanos e do Oriente Médio.

Para a política externa, as orientações são:

- *atuar nos fóruns internacionais com vistas ao incremento da participação dos países em desenvolvimento no processo decisório internacional e na mitigação do protecionismo;*
- *desenvolver iniciativas de integração regional, pautando temas de interesse estratégico para a agenda nacional e regional;*
- *intensificar a cooperação fronteiriça e interagências nacionais e internacionais em duas vertentes: i) expansão e integração das infraestruturas logística e energética; e ii) combate ao crime organizado transnacional para assegurar ambiente seguro aos cidadãos brasileiros;*
- *aprofundar o relacionamento com países da Europa e da América do Norte que ocupam posição influente no cenário internacional;*
- *diversificar as parcerias internacionais com os países africanos, asiáticos e do Oriente Médio;*
- *fortalecer a capacidade de defesa nacional por meio do desenvolvimento e difusão de tecnologias críticas, sobretudo dos setores nuclear, aeroespacial e cibernético;*
- *promover medidas de resguardo das infraestruturas críticas, das linhas de comércio marítimo, exploração mineral e do espaço aéreo nacional;*
- *aproximar-se, progressiva e gradualmente, de organismos internacionais que contribuam para aumentar a eficiência do Estado brasileiro;*
- *consolidar a presença brasileira na Antártica, de modo a garantir a sua participação no processo de decisão sobre o destino da região; e*
- *incrementar a promoção internacional dos destinos e produtos turísticos brasileiros.*

Eixo 3: infraestrutura

O Brasil é um país de grande extensão territorial e com grandes desigualdades regionais, onde a infraestrutura nacional reflete em parte o padrão da concentração econômica. Todavia, mesmo em regiões mais dinâmicas, reconhece-se que a infraestrutura nacional ainda está aquém da demanda da sociedade, seja para superar os gargalos do setor produtivo nacional, seja para melhorar as condições de vida da população. Dessa forma, há o reconhecimento de que ainda existe um *deficit* a ser superado, o que requer um planejamento que vislumbre e viabilize investimentos no curto, médio e longo prazos.

Para os próximos doze anos, a infraestrutura econômica e social a ser implantada tem de ser capaz de promover a integração territorial e o desenvolvimento regional, possibilitar o fluxo de mercadorias de forma mais eficiente, fixar as populações em suas localidades e reduzir desigualdades de acesso, propiciando melhor condição de bem-estar aos cidadãos e maior eficiência ao setor produtivo.

Ressalta-se que, diante do cenário fiscal desafiador, faz-se necessária uma maior participação do setor privado na implantação dos empreendimentos estruturantes e seus complementares. O Estado deverá assumir um papel de articulador e indutor dos investimentos privados. Essa mudança requer o desenvolvimento de instrumentos financeiros adequados, o aprimoramento dos marcos regulatórios e dos modelos de concessões e das Parcerias Público-Privadas (PPP), a fim de que os projetos tenham viabilidade para os investimentos privados.

Os desafios assumidos para se conseguir atender às necessidades deste eixo serão, por consequência, ampliar os investimentos; melhorar o desempenho logístico do país; e proporcionar maior bem-estar para a população por meio do desenvolvimento da infraestrutura social nas áreas urbana e rural.

Desafio: ampliar os investimentos em infraestrutura

Em 2015, o país investiu 2,0% do PIB nas obras de infraestrutura e esse patamar precisa ser ampliado. As ações relevantes para ampliação dos investimentos em infraestrutura implicam a melhoria do planejamento e o aumento das fontes de financiamento de tais investimentos; a melhoria da eficiência na geração, na transmissão, na distribuição e no consumo de energia elétrica, e também na modernização permanente da infraestrutura de telecomunicações; e na promoção da segurança hídrica, permitindo usos múltiplos da água com eficiência.

Cabe destacar que a ampliação dos investimentos em infraestrutura precisa ocorrer com base em um planejamento definido por meio de critérios que mensurem adequadamente o custo-benefício, a viabilidade econômica e, principalmente, o retorno socioeconômico do empreendimento a ser implantado. Por seu lado, o Estado deve buscar a articulação dos diversos órgãos e ministérios envolvidos no processo de construção e licenciamento dos empreendimentos, a fim de minimizar as restrições na execução das obras. Por fim, mas não menos importante, para aquelas obras que serão operadas e mantidas pelo setor público, faz-se necessária a previsão de recursos para assegurar a adequada funcionalidade do empreendimento.

Para o planejamento e a expansão das fontes de financiamento dos investimentos em infraestrutura, as orientações são:

- *melhorar o planejamento e a gestão da infraestrutura pública, com a definição de carteira de projetos prioritários de médio e longo prazo que sejam vetores do desenvolvimento econômico, social e regional, evitando a pulverização dos recursos;*
- *instituir mecanismos de diálogo dos setores envolvidos (órgãos executores, ambientais, de controle, entre outros), de forma a firmar entendimentos prévios que evitem paralisações e atrasos na execução dos empreendimentos;*
- *aprimorar a legislação, os modelos de concessão e a regulação da prestação de serviços públicos na área de infraestrutura; e*
- *ampliar as oportunidades e dar maior segurança jurídica para a participação do investimento privado (nacional e estrangeiro), reduzindo as necessidades de comprometimento de recursos fiscais.*

Para eficiência e segurança energéticas, as orientações são:

- *fortalecer o planejamento da expansão da infraestrutura de energia e os mecanismos competitivos e regulatórios associados, com foco na eficiência dos investimentos, na qualidade e segurança do suprimento, e na sustentabilidade socioambiental;*
- *viabilizar medidas de eficiência energética nos transportes, na indústria e nas edificações, e em seus respectivos produtos e serviços;*
- *promover a exploração do pré-sal, maximizando o aproveitamento do seu potencial energético e os ganhos econômicos e sociais;*
- *criar condições para acelerar os investimentos em desenvolvimento*

e adoção de novas tecnologias, bem como o surgimento de modelos de negócios inovadores, que sejam viabilizadores de ganhos sistêmicos para o setor energético e a economia; e

- *aumentar a participação das fontes renováveis e alternativas na matriz energética, contribuindo para o atingimento da meta brasileira de redução de emissões de GEE, com incentivo à geração distribuída, à eficiência energética e à modernização de ativos existentes.*

Para a modernização dos serviços de telecomunicações, as orientações são:

- *garantir regras e instrumentos para a expansão e acesso da infraestrutura de banda larga em regiões carentes/remotas e naquelas com maior densidade populacional, assegurando padrões de qualidade mínimos compatíveis com as referências internacionais;*
- *estimular o desenvolvimento de novas TICs, com a ampliação da produção científica e tecnológica e a transformação do Brasil de um país usuário para desenvolvedor, gestor e distribuidor de tecnologias digitais, acompanhando a fronteira econômica mundial;*
- *transformar a internet em um ambiente seguro, confiável, propício aos serviços e ao consumo, com respeito aos direitos dos cidadãos;*
- *reduzir o gap digital entre a população brasileira, em especial no acesso à internet de alta velocidade; e*
- *aperfeiçoar os sistemas de comunicação dos órgãos envolvidos em inteligência e defesa nacional.*

Para a promoção da segurança hídrica, permitindo usos múltiplos da água com eficiência, as orientações são:

- *discutir o valor da água, de forma a promover o uso racional e os investimentos no setor, sem prejuízo da sua função social;*
- *incentivar o reúso de água nos setores produtivos e na população em geral;*
- *promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio do controle da cobertura vegetal próximas a nascentes e cursos d'água, pela indução de boas práticas de uso da água e do solo, da revitalização de bacias hidrográficas e do gerenciamento efetivo desse recurso natural;*

- *ampliar e difundir o conhecimento sobre as águas subterrâneas e suas interações com as águas superficiais, por meio da realização de levantamentos, estudos e pesquisas; e*
- *ampliar a oferta de água por meio de infraestruturas hídricas que garantam quantidades suficientes para: uso consuntivo, hidrovias e energia.*

Desafio: melhorar o desempenho logístico do país

O segundo desafio no eixo de infraestrutura é melhorar o desempenho logístico do país. Isso envolve a disponibilização de uma infraestrutura logística eficiente, com diversificação da matriz e integração dos modais de transporte, o que reduzirá os custos para toda a economia e ampliará a competitividade do Brasil.

Para a melhoria da infraestrutura logística, as orientações são:

- *realizar o planejamento sistêmico dos modais de transporte considerando a dinâmica de desenvolvimento socioeconômico do país;*
- *desenvolver os diversos modais de transporte regional de passageiros e cargas, de forma a promover a integração territorial e a intensificação das interações espaciais;*
- *ampliar o uso de modais mais eficientes na matriz de transportes, tais como o ferroviário e o hidroviário (marítimo e fluvial), e incentivar a intermodalidade e a concorrência intramodal e intermodal;*
- *articular o planejamento do setor de transportes com as necessidades dos diversos setores produtivos, de maneira a ofertar uma rede viária ampliada e integrada;*
- *garantir a manutenção e definir estratégia para aumento da eficiência das infraestruturas existentes, de modo a prover a segurança e a adequada mobilidade de pessoas e cargas;*
- *aperfeiçoar os marcos legais transversais, a fim de evitar a dissonância legislativa entre os vários entes públicos, modernizar processos e obter avaliações mais céleres e de maior qualidade; e*
- *estimular a produção e o uso de veículos, equipamentos, soluções logísticas e infraestruturas verdes, mais eficientes e sustentáveis energeticamente.*

Desafio: proporcionar maior bem-estar para a população

O último desafio do eixo de infraestrutura é proporcionar maior bem-estar para a população, visando à ampliação da qualidade de vida de todos, com ênfase na redução das desigualdades intra e inter-regionais.

É preciso ressaltar que os investimentos na infraestrutura urbana precisam ser precedidos de plano diretor/planejamento que disponha sobre a política municipal de desenvolvimento e expansão urbana, com os objetivos de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e assegurar o bem-estar de seus habitantes⁷⁹. Historicamente, os municípios brasileiros têm dificuldade de realizar um planejamento adequado. A título de exemplo, dados do IBGE apontam que mais da metade dos municípios brasileiros não tinha plano de saneamento básico em 2017⁸⁰.

Os investimentos na infraestrutura urbana devem primar pela distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município, permitindo a redução do tempo de deslocamento casa-trabalho, e pela oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte coletivo e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população.

Para a melhoria da infraestrutura urbana e rural, as orientações são:

- *induzir as boas práticas de planejamento urbano, com foco no crescimento ordenado e sustentável das cidades, ampliando a acessibilidade das pessoas idosas, com deficiência ou com mobilidade reduzida;*
- *fomentar a qualificação da gestão pública e iniciativas e métricas de controle para aumentar a participação social no planejamento urbano;*
- *planejar a infraestrutura urbana considerando as especificidades locais e a complementariedade e sinergia dos investimentos público e privado;*
- *incorporar as novas tecnologias no planejamento urbano, de modo a viabilizar os projetos de cidades inteligentes;*
- *incrementar a capacidade dos entes federativos no planejamento, na estruturação de projetos de infraestrutura e na regulação dos*

⁷⁹ *Manual para Apresentação de Propostas: Programa 2054*. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/ArquivosPDF/Manual_AC_AP_DM_versao_26.06.183.pdf>.

⁸⁰ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos municípios brasileiros – saneamento básico: aspectos gerais da gestão da política de saneamento básico 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 39 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101610.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2018.

serviços públicos, dando maior segurança para a ampliação da iniciativa privada na prestação dos serviços;

- *incentivar o investimento em transporte coletivo e intermodal, integrado com o transporte ativo (por exemplo, bicicleta, a pé), melhorando o ambiente urbano e a qualidade de vida da população, em detrimento do transporte individual motorizado;*
- *estimular ações que contribuam para a universalização do saneamento básico urbano, considerando a integralidade entre as diversas modalidades, as desigualdades regionais na cobertura dos serviços e, sempre que possível, com incentivo ao aproveitamento do biogás para a produção de energia;*
- *implementar programas habitacionais de interesse social integrados à malha urbana e urbanizar assentamentos subnormais consolidados;*
- *ampliar a condição satisfatória de bem-estar dos domicílios nas áreas rurais, respeitando a acessibilidade das pessoas idosas e pessoas com deficiência e as peculiaridades locais;*
- *ampliar a oferta de infraestrutura urbana nas áreas de maior vulnerabilidade social e a recuperação de centros históricos degradados; e*
- *promover políticas públicas que reduzam a exposição da população a áreas de risco.*

Eixo 4: ambiental

A interpretação atual dos objetivos fundamentais da República estabelece o compromisso do Brasil de buscar o desenvolvimento sustentável. Esse compromisso é reforçado pelos acordos internacionais dos quais o país é signatário, como a conferência Rio+20, o Acordo de Paris e a construção da Agenda 2030 da ONU.

Para a promoção do desenvolvimento sustentável, o Brasil possui relevantes desafios a serem perseguidos nos próximos doze anos. Esses desafios são necessários tanto para a preservação e recuperação do meio ambiente quanto para o aproveitamento das potencialidades ambientais brasileiras, como vetor desta ação.

Desafio: promover a transição para uma economia resiliente e de baixo carbono, com a mitigação e adaptação à mudança do clima

Este desafio propõe tornar mais limpo e sustentável o sistema produtivo e de consumo brasileiro, por meio, entre outras medidas, da diversificação da matriz de oferta de energia pelo aumento da participação de outras fontes renováveis. Atualmente, a matriz energética do Brasil é composta por 43,5% de geração a partir de fontes renováveis. Dessa forma, o desafio é que o crescimento dessa matriz se dê por outras fontes renováveis nas quais o país possui grande potencial, como as energias eólica e solar. Essa diversificação permitirá suprir a demanda oriunda do crescimento econômico, aumentar a segurança em relação à disponibilidade de energia e manter o Brasil entre os países com a matriz energética mais renovável do mundo.

Levando em consideração as projeções de aumento do PIB para os próximos anos e a emissão de GEE pelo setor produtivo, o desafio propõe, também, ampliar a parcela da infraestrutura econômica e produtiva do país que é “limpa”, em termos de emissão de GEE. A implementação desse desafio requer mudanças nos padrões de produção e consumo para a economia como um todo, não apenas em determinados setores, transformando o país mais sustentável ambientalmente.

Para ampliar a participação das fontes renováveis na matriz energética, as orientações são:

- *estimular o adensamento e a competitividade das cadeias produtivas associadas à produção de energias renováveis;*
- *aproveitar as potencialidades regionais na geração de energia renovável;*
- *aumentar a competitividade dos setores de biocombustível, combustível derivado de resíduos e veículos elétricos/híbridos; e*
- *incentivar a pesquisa, a produção e o uso de combustíveis limpos na matriz energética brasileira.*

Para reduzir a intensidade de emissão de GEE e promover a adaptação à mudança do clima nos diversos setores, as orientações são:

- *implementar políticas e medidas de adaptação à mudança do clima para a construção de resiliência e capacidade adaptativa de populações, ecossistemas, infraestrutura e sistemas de produção;*
- *ampliar e fortalecer instrumentos econômicos para a promoção de atividades de baixa emissão de carbono, considerando a inclusão produtiva e social (economia circular);*

- *fortalecer a agricultura de baixa emissão de carbono e promover a sustentabilidade da produção agropecuária e florestal como as principais medidas para o desenvolvimento sustentável na agricultura e a ampliação do acesso a novos mercados; e*
- *promover novos padrões de tecnologias limpas e ampliar medidas de eficiência energética e de infraestrutura de baixo carbono, no setor industrial.*

Desafio: assegurar a preservação da biodiversidade, a redução do desmatamento e o uso sustentável dos biomas nacionais

A variedade de biomas reflete a enorme riqueza da flora e fauna brasileiras: o país abriga a maior biodiversidade do planeta. Esta abundância de vida – que se traduz em mais de 20% do número total de espécies da Terra – eleva o Brasil ao posto de principal nação entre as dezessete de maior biodiversidade. Além disso, muitas das espécies brasileiras são endêmicas, e diversas espécies de plantas de importância econômica mundial – como o abacaxi, o amendoim, a castanha-do-brasil (ou castanha-do-pará), a mandioca, o caju e a carnaúba – são originárias do Brasil. Porém, apesar de toda esta riqueza em forma de conhecimentos e de espécies nativas, a maior parte das atividades econômicas nacionais se baseia em espécies exóticas, originárias de outros países.

Este paradoxo traz à tona uma ideia premente: é fundamental que o Brasil intensifique as pesquisas em busca de um melhor aproveitamento de sua biodiversidade – ao mesmo tempo mantendo garantido o acesso aos recursos genéticos exóticos, também essenciais ao melhoramento da agricultura, da pecuária, da silvicultura e da piscicultura nacionais.

A biodiversidade também possui um papel importante na redução das emissões de GEE. No período de 2004-2012, o PIB aumentou (32%), e as emissões de GEE foram reduzidas (em 52%). O setor que contribuiu de forma mais representativa para essa diminuição foi o de uso da terra, devido, principalmente, aos esforços para a redução do desmatamento – em especial na Amazônia Legal –, que apresenta, no entanto, uma tendência de estagnação, sendo necessário fortalecer a conservação dos biomas nacionais e a recuperação de áreas já degradadas.

Para a sustentabilidade ambiental, as orientações são:

- *promover a implementação efetiva do Código Florestal e garantir a continuidade do declínio do desmatamento;*
- *impulsionar a recuperação de terras desmatadas/degradadas utilizando tecnologias adaptadas a cada bioma;*

- *reduzir a ameaça de extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável; e*
- *estimular a conservação e o uso sustentável da biodiversidade dos biomas nacionais e ambientes marinhos, dos recursos minerais, hídricos e do potencial energético no território brasileiro.*

Desafio: promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente

A necessidade de se caminhar para o desenvolvimento sustentável pode ensejar variadas oportunidades de negócio, estimulando a economia e gerando os chamados empregos verdes, com trabalho decente, podendo constituir-se de uma janela de oportunidade para o desenvolvimento.

Destaca-se que a riqueza natural é um diferencial do país – poucas nações no mundo possuem a diversidade apresentada por nossa fauna e flora espalhada pelos diversos biomas. Dessa forma, a exploração sustentável das potencialidades da bioeconomia brasileira se torna imperativa para o crescimento econômico com redução das desigualdades regionais.

Para o aproveitamento do potencial econômico do meio ambiente, as orientações são:

- *incentivar atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade, propiciando a inclusão social e produtiva das comunidades locais;*
- *fomentar a pesquisa científica e o adensamento da cadeia produtiva da bioeconomia, com foco no desenvolvimento e aproveitamento das potencialidades da biodiversidade para a utilização como fármacos, fitofármacos, medicamentos, produtos cosméticos e outros do interesse da indústria;*
- *internalizar as variáveis ambientais na tomada de decisão econômica como incentivo à adoção de modelos sustentáveis de produção e consumo; e*
- *desenvolver o potencial dos negócios ambientais sustentáveis, com ênfase no turismo, no manejo florestal sustentável e na provisão de serviços ecossistêmicos.*

Eixo 5: social

O pleno exercício dos direitos e garantias fundamentais declarados na CF/1988 pelos cidadãos passa pelo acesso a bens e serviços essenciais, os quais são responsáveis por promover bem-estar para todos. O Brasil conquistou grandes avanços na área social nas últimas décadas, no entanto, ainda há um grande caminho a percorrer. Reconhecendo a desigualdade social, a pobreza e as situações de vulnerabilidade como limitadoras do pleno exercício dos direitos, cabe ao Estado atuar por meio do acolhimento, da assistência e da promoção de políticas públicas adequadas para que a população como um todo alcance um nível de bem-estar satisfatório.

Os desafios do eixo social para os próximos doze anos são grandes e envolvem um conjunto de medidas que visam:

- i) à melhoria do acesso e da qualidade dos serviços de educação e saúde;*
- ii) à construção de uma sociedade segura e pacífica;*
- iii) à inclusão produtiva de grande parcela da sociedade;*
- iv) à geração de renda;*
- v) à redução das vulnerabilidades sociais, da pobreza e das desigualdades sociais e regionais;*
- vi) à efetivação de políticas públicas de caráter progressivo; e*
- vii) ao fortalecimento da cidadania.*

Desafio: ampliar o acesso, a permanência e principalmente a qualidade da educação

A educação pode ser dividida em básica (infantil, ensino fundamental e ensino médio); e em profissional, tecnológica e superior. A educação básica é um processo de formação de indivíduos autônomos e capazes de assumir uma postura crítica e criativa diante do mundo. Na educação infantil, o país enfrenta o desafio de acesso com qualidade à creche e à pré-escola para crianças na primeira infância (até 6 anos). O ensino fundamental, por sua vez, pode ser considerado universalizado. Ainda é necessário, no entanto, melhorar a qualidade, expandindo a educação integral e enfrentando questões como a retenção, a distorção idade-série, o atraso no início da escolarização, a repetência e a evasão. No ensino médio, observa-se menor interesse dos estudantes pelo conteúdo ensinado, piora no desempenho escolar e baixa qualidade do ensino, com carência de professores com formação adequada. Um grande desafio da educação básica está relacionado à alfabetização e educação de jovens e adultos, com elevado percentual de pessoas com 15 anos de idade ou mais que não concluíram o ensino fundamental e adultos analfabetos.

O alcance desse desafio passa pelo incentivo do retorno de jovens e adultos à escola e, também, pela continuidade desse público nas etapas subsequentes à educação básica.

Quanto à educação profissional, tecnológica e superior, a expectativa de crescimento esperada pelo país nos próximos doze anos, aliada às rápidas mudanças na base científica e tecnológica e nos processos produtivos, exige significativo investimento na formação dos trabalhadores para garantir a ampliação qualitativa e quantitativa da oferta de mão de obra, que ainda é escassa quando comparada com a demanda apresentada pelo setor produtivo. Esse momento, em que é imprescindível o aumento da produtividade, traz consigo a exigência de uma educação profissional e tecnológica que atenda às demandas do mercado de trabalho, mas também que forme um profissional capaz de compreender a realidade que o cerca, de ultrapassar obstáculos e de pensar e agir em prol das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis à construção de um país menos desigual e mais justo.

Avanços nesse desafio possuem grande impacto no aumento da competitividade e produtividade do país, com maior desenvolvimento em CT&I, incorporação de tecnologia nos sistemas produtivos e expansão das atividades econômicas intensivas em conhecimento. Além disso, a educação é fundamental para a convergência de condições econômicas e sociais entre as regiões, sendo determinante para a inclusão social e a efetivação de direitos.

Para a melhoria da educação, as orientações são:

- *aprimorar a gestão e a governança da rede pública de educação, os mecanismos de cooperação federativa e regime de colaboração entre os sistemas de ensino, com orientação para a instituição do Sistema Nacional de Educação, fortalecendo a gestão democrática e definindo melhores critérios de redistribuição de recursos que promovam a melhoria da qualidade da educação e reduzam as desigualdades sociais e regionais;*
- *difundir boas práticas dos municípios e das instituições de ensino que conseguiram dar saltos de qualidade na educação;*
- *implementar uma política nacional de formação inicial e continuada de gestores e técnicos, com foco na prática, valorizando aspectos motivacionais, competências interpessoais e de liderança, articulada à promoção em bases meritocráticas;*

- *promover políticas de formação e valorização dos professores, fortalecendo os planos de carreira e remuneração, melhorando as condições de trabalho e saúde e fornecendo formação inicial e continuada que estimule a articulação entre teoria e prática;*
- *atualizar as bases curriculares e as metodologias de ensino para os desafios atuais e futuros, elevando a qualidade da educação e preparando os estudantes para a vida cidadã e profissional;*
- *ampliar a infraestrutura de conectividade nas escolas e estimular o uso pedagógico de tecnologias digitais na sala de aula e no ensino à distância;*
- *otimizar as redes de educação básica para ampliar o acesso com qualidade à creche e à pré-escola para crianças na primeira infância;*
- *melhorar a qualidade da educação básica, contemplando as condições de oferta do ensino, a gestão e organização do trabalho escolar, bem como o acesso, a permanência e o desempenho do aluno, promovendo a educação em tempo integral e na perspectiva do desenvolvimento sustentável, da valorização da diversidade e do combate às desigualdades sociais;*
- *amplificar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, em especial para aqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social;*
- *reorganizar o sistema de pós-graduação e pesquisa, por meio do estímulo à prática multidisciplinar e vinculação de projetos aos setores social e produtivo; e*
- *estimular o intercâmbio com instituições de ensino no exterior, os projetos conjuntos de pesquisa e as parcerias universitárias, dando incentivo à troca de experiências entre pesquisadores estrangeiros e pesquisadores brasileiros.*

Desafio: melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde

A Estratégia Nacional apresenta este desafio na perspectiva de ampliação da cobertura e da qualidade dos serviços de saúde, sob a lógica da universalidade do direito à saúde, da integralidade e da integração entre redes e níveis de complexidade de ações e serviços.

O desafio fundamenta-se na compreensão de que a saúde é um tema de relevância pública, reafirmando a responsabilidade política e social assumida pelo Estado em defesa ao direito universal à saúde como um direito fundamental que assiste a todos e o SUS

como política pública inclusiva, promotora de cidadania e do desenvolvimento sustentável, dado ao seu papel relevante na geração de empregos, de serviços e de produção de tecnologia, contribuindo positivamente para a melhoria da produtividade do país.

Destaca-se que o aumento da expectativa de vida envolve questões relacionadas à saúde, à redução da mortalidade na infância e de mortes prematuras por doenças e as oriundas de causas externas, que possuem nos homicídios e nos acidentes de trânsito suas categorias mais relevantes no Brasil. Dessa maneira, um fator que deve merecer atenção nos próximos doze anos é a maior participação das doenças dos aparelhos circulatório e respiratório, neoplasias e das doenças por causas externas, acompanhada da redução das mortes por doenças infecciosas e parasitárias, na mortalidade proporcional por grupos de causas. Desafio mais intenso na medida em que se articula com a transição demográfica, que demanda ações de saúde atentas ao envelhecimento populacional, e com a transição nutricional, caracterizada por maiores índices de excesso de peso, em função de hábitos alimentares e alterações nos estilos de vida da população. Outro fator é a necessidade de acelerar a velocidade na redução da mortalidade na infância, das mortes infantis até 1 ano e da mortalidade materna, o que deverá ser feito por meio de ações que priorizem os municípios onde os índices relacionados a estes tipos de mortes são maiores, uma vez que, em ambos os casos, as mortes evitáveis representam a maior parcela.

Para a melhoria dos serviços de saúde, as orientações são:

- *adequar os serviços de saúde para atendimento às novas demandas decorrentes do envelhecimento populacional, com ênfase na promoção do envelhecimento saudável;*
- *rever os atos normativos e aperfeiçoar as estratégias voltadas para a redução da judicialização da área de saúde;*
- *melhorar a competitividade da indústria de saúde, reduzindo a dependência externa, com o desenvolvimento e a produção de vacinas, medicamentos, insumos e equipamentos médicos;*
- *aprimorar a gestão do SUS, avançando na articulação entre os setores público e privado (complementar e suplementar), aperfeiçoando os mecanismos de regulação, aumentando a eficiência do gasto e adequando o seu financiamento às necessidades da população;*
- *integrar as informações de saúde provenientes das redes pública e privada a partir da criação de padrão de dados único e da implantação de prontuário eletrônico pelo SUS, a fim de atender à demanda com equidade e eficiência;*

- *fortalecer a atenção primária, por meio da melhoria da estrutura e da ampliação da cobertura e da qualificação dos profissionais;*
- *fortalecer a cooperação interfederativa e resgatar o papel dos estados na regionalização e organização da rede de atenção;*
- *reforçar as políticas de promoção da saúde e de prevenção de doenças; e*
- *incrementar as políticas de promoção à prática e à cultura de esportes na prevenção e no tratamento de doenças crônicas.*

Desafio: reduzir a mortalidade por homicídios no país, sobretudo na população jovem e negra

A sensação de insegurança está diretamente associada ao fenômeno da violência, que tem nos homicídios uma de suas expressões mais cruéis. Em 2016, foram registrados mais de 62,5 mil homicídios no país, correspondendo a uma taxa de cerca de 30,4 casos por 100 mil habitantes. No âmbito regional, as maiores taxas são observadas nas regiões Norte e Nordeste. No que se refere aos segmentos mais vulneráveis, registra-se que a incidência dos homicídios é maior nos homens jovens, destacando-se os de raça/cor negra⁸¹. A tendência é a estabilização dessa taxa no país, porém, ao se compararem as diversas macrorregiões brasileiras, percebe-se que o movimento de redução dos homicídios na região Sudeste é contraposto pelo crescimento da taxa nas outras regiões, ressaltando-se novamente o Norte e o Nordeste. Outra tendência no cenário de segurança pública é a interiorização da violência, expressa pelo crescimento dos homicídios nas cidades médias e regiões de fronteira, que estão em franco crescimento populacional.

Um dos principais desafios da segurança é lidar com os espaços urbanos deflagrados, típicos de grandes cidades. Cabe avançar no restabelecimento da presença do Estado nesses locais, fortalecendo a integração de iniciativas de prevenção da violência e combate de suas causas, com ações de repressão e ordenamento social.

Outros desafios na área de segurança pública são:

- i) a violência contra a mulher, sobretudo o feminicídio;*
- ii) a consolidação de uma visão mais integrada dos problemas associados à segurança pública;*
- iii) a revisão do modelo de policiamento em prol de maior aproximação entre a polícia e a sociedade;*

⁸¹ Raça/cor negra inclui aqueles que se declararam pretos ou pardos. Para mais detalhes sobre a distribuição dos homicídios na população e no território brasileiro, ver o capítulo Onde estamos.

iv) o investimento em ações estratégicas e de inteligência com base em informações qualificadas; e

v) a redução dos tempos de resolução de crimes, do déficit prisional e da reincidência no crime, o que envolve uma agenda de reinserção social dos infratores, a ampliação dos espaços de participação democrática na gestão da política de segurança pública, a redução substancial das mortes dos agentes públicos e o tratamento do problema de toxicodependência como saúde pública.

Para a melhoria da segurança pública, as orientações são:

- *fortalecer o enfrentamento ao crime organizado, aos fluxos de sua alimentação, entre os quais o tráfico de mercadorias ilícitas; ao roubo de cargas, transporte de valores e instalações; aos sistemas de fraudes bancárias e lavagem de dinheiro; e à corrupção, por meio da integração entre as polícias federais e estaduais e da intensificação das ações de inteligência policial;*
- *aprimorar o combate à criminalidade, por meio do fortalecimento do monitoramento e da vigilância das fronteiras, da integração dos sistemas de inteligência policial dos entes federados e da maior coordenação de suas ações;*
- *fortalecer as ações de prevenção e investigação a partir do uso intensivo de TIC pelas instituições de segurança pública;*
- *ampliar, reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, de forma a reduzir o déficit de vagas no sistema, fortalecer a aplicação de medidas alternativas à prisão, combater o crime organizado e tornar menor a reiteração criminosa;*
- *coordenar as ações de policiamento comunitário e preventivo com a disponibilização de serviços de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, infraestrutura e acesso à justiça em territórios de elevados índices de vulnerabilidade social e criminal;*
- *fortalecer o enfrentamento ao feminicídio, por meio do reforço às delegacias das mulheres, do policiamento comunitário e de projetos de equidade de gênero;*
- *promover a associação das atividades de segurança pública de natureza policial preventiva e repressiva com programas bem estruturados de prevenção social para reduzir as violências contra crianças e adolescentes e outros grupos vulneráveis;*

- *qualificar a atuação das polícias para operação em confrontos armados, assegurando a proteção e a vida dos cidadãos e cidadãs, independentemente de gênero, cor, raça, idade, renda, origem, orientação sexual e religião;*
- *estabelecer metas objetivas, transparentes e que envolvam todos os Estados e o Distrito Federal, que possam ser monitoradas e avaliadas, de modo que as ações planejadas possam, se necessário, ser repensadas e/ou fortalecidas;*
- *assegurar condições de trabalho dignas aos profissionais de segurança pública e do sistema penitenciário; e*
- *fortalecer as corregedorias e dar maior transparência aos dados sobre efetivos e uso da força.*

Desafio: reduzir a proporção da população abaixo da linha de pobreza e as desigualdades sociais

O Brasil obteve nos últimos anos avanços relevantes na redução da parcela da população pobre⁸², tornando-se um país de renda média, em que a maior parcela da população encontra-se nesse estrato de renda. Esses avanços foram possíveis a partir de políticas direcionadas ao fortalecimento do mercado interno; ao aumento dos investimentos em infraestrutura econômica e social; à expansão dos investimentos para ampliar a capacidade produtiva em recursos naturais; à valorização do salário mínimo; ao controle inflacionário; ao crescimento econômico; e a políticas de transferências de renda. Além disso, outros fatores – como maior escolarização, reformas estruturais na década de 1990 e 2000, que impulsionaram o desenvolvimento econômico interno, e crescimento econômico mundial, em particular o *boom* de *commodities*, que favoreceu os países da América Latina – também contribuíram para o aumento real da renda e sua melhor distribuição, expressa pelo índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*.

A crise fiscal e econômica dos últimos anos, contudo, impactou negativamente os indicadores sociais, afetou o mercado de trabalho (principal fonte de renda da população), com aumento do desemprego. Além do mais, não houve avanço nas questões relativas ao combate às desigualdades estruturantes da sociedade brasileira. Dessa forma, ainda é necessário desenvolver, para os próximos doze anos, novos mecanismos que contribuam para a redução da pobreza e das desigualdades, sem sobrecarregar as contas públicas. Esses mecanismos envolvem, além da maior progressividade tributária, aperfeiçoamento

⁸² Segundo Ipea e SPI (2014), o Brasil foi um dos países que mais contribuíram para reduzir a pobreza extrema a menos de um sétimo do nível de 1990.

do sistema previdenciário, políticas de inclusão produtiva, geração de renda, redução das vulnerabilidades sociais e aproveitamento das potencialidades regionais, uma vez que a desigualdade de renda também possui forte caráter regional.

Para políticas públicas de inclusão, as orientações são:

- *aperfeiçoar políticas e mecanismos de apoio aos agricultores familiares, especialmente mulheres e jovens, para desenvolvimento das zonas rurais e da agricultura familiar sustentável;*
- *combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis, especialmente no meio rural;*
- *fortalecer a estrutura de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade com foco em igualdade de oportunidades;*
- *garantir o acesso dos públicos vulneráveis a serviços públicos de qualidade e políticas públicas sociais, de modo a promover a redução das desigualdades sociais e regionais, o empoderamento das comunidades, a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável;*
- *promover ações para ampliar o acesso às tecnologias sociais e microfinanças, em especial para as populações mais vulneráveis, de forma a fortalecer o empreendedorismo;*
- *incentivar o acesso e o uso da terra a trabalhadores rurais, de maneira sustentável, garantindo assistência social e produtiva e visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural; e*
- *incentivar o cooperativismo como modo de fortalecimento de pequenos produtores.*

Para o aproveitamento das potencialidades regionais para a geração de renda, as orientações são:

- *induzir ações voltadas à dinamização econômica, fomentando o desenvolvimento endógeno e a inteligência competitiva local, visando à convergência dos indicadores sociais e econômicos entre e intrarregiões brasileiras;*
- *priorizar projetos pautados em sistemas produtivos e inovadores, locais e regionais, ambientalmente sustentáveis e geradores de emprego e renda;*

- *fomentar atividades econômicas com base nas potencialidades regionais e na identidade cultural das regiões;*
- *ampliar o acesso ao microcrédito, com foco nas regiões Norte e Nordeste; e*
- *universalizar o acesso à energia elétrica nas áreas rurais, propiciando o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida.*

Desafio: consolidar os direitos fundamentais e a cidadania

A Estratégia Nacional trata a dimensão de direitos fundamentais e cidadania em todos os seus eixos, explicitando em diversos desafios o foco em grupos e segmentos específicos: crianças e adolescentes; mulheres; pessoas idosas; negros; povos indígenas; povos e comunidades tradicionais; lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT); população em situação de rua; imigrantes; e pessoas com deficiência. Devido ao grande desafio que será continuar avançando na promoção dos direitos e da cidadania nos próximos doze anos, optou-se pela criação de um desafio específico para essa temática.

O perfil daqueles que ainda se encontram em situação de extrema pobreza indica que há segmentos mais vulneráveis, como as crianças, mulheres e a população negra. Entre aqueles com renda abaixo da linha de extrema pobreza, mais de 70% são negros e mais de 20% dos seus domicílios são constituídos por famílias monoparentais, chefiadas por mulheres (Brasil, 2014a), indicando as dimensões de gênero e raça associadas à pobreza, o que demanda políticas públicas específicas para a autonomia desses segmentos.

As vulnerabilidades não se restringem à dimensão da renda. Mulheres, negros, LGBT e outros grupos ainda sofrem discriminações e violências físicas, sexuais, morais e psicológicas que devem ser tratadas a partir da interlocução com o sistema de justiça, da difusão de informação, da reversão de estereótipos e de imagens negativas e do acesso a serviços em áreas como saúde e assistência social.

Outro público extremamente vulnerável que está ganhando relevância no país é o de imigrantes fugindo de guerras, desastres naturais, crises econômicas e mudanças climáticas intensas, que, em sua maioria, encontram-se em situação pior que os grupos anteriormente citados, uma vez que ainda é necessário solidificar o reconhecimento do imigrante, independentemente de sua classificação imigratória, como um ser humano detentor de direitos.

Dessa forma, este desafio visa à consolidação dos direitos e garantias fundamentais necessários ao pleno exercício da cidadania, sem preconceitos de origem, etnia, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação.

Para a garantia dos direitos fundamentais, as orientações são:

- *consolidar em todas as políticas públicas o objetivo de concretização dos direitos humanos, com ênfase em públicos vulneráveis (crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas, negros, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, imigrantes, pessoas com deficiência, entre outros);*
- *promover redes de proteção social às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, com especial atenção à população idosa;*
- *fortalecer os mecanismos de combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil e de acesso ao trabalho decente para a população em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal;*
- *promover o fortalecimento e a integração das políticas de prevenção, atenção e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas;*
- *promover a igualdade de oportunidade de grupos sociais vulnerabilizados; e*
- *promover a igualdade de gênero e étnico-racial e a superação do racismo e de todas as formas de preconceito, o respeito aos povos indígenas e comunidades tradicionais e as liberdades individuais, abrangendo inclusive os ambientes virtuais.*

Para o fortalecimento da cidadania, as orientações são:

- *melhorar a governança dos programas e serviços especializados de atendimento e assistência social a públicos vulneráveis em situação de violência ou restrição de direitos;*
- *ampliar e qualificar a prestação da assistência jurídica integral e gratuita; e*
- *aumentar a eficiência do Poder Judiciário e democratizar seu acesso, fomentando os sistemas de resolução de conflitos extrajudiciais.*

6.2

Riscos e medidas mitigadoras

Este item elenca e detalha os principais riscos à implementação da Estratégia Nacional. Para os fins deste documento, entende-se como riscos os eventos cuja possibilidade de ocorrência tem impacto negativo e pode comprometer o alcance do futuro desejado. Os riscos descritos foram selecionados a partir da sua severidade e probabilidade de ocorrência, sendo eles acompanhados por suas respectivas medidas mitigadoras.

Também é importante destacar que os riscos selecionados não são específicos para cada setor, e tendem a alcançar todos os eixos e desafios. O tratamento de riscos mais específicos deve ser abordado nos planos setoriais e no PPA, instrumentos mais adequados para trabalhar de forma detalhada os setores.

A incapacidade para construir a governabilidade necessária para aprovar e colocar em prática medidas primordiais à consolidação de um equilíbrio fiscal apresenta-se como um risco relevante, dado o seu impacto na implementação da Estratégia Nacional. O desequilíbrio fiscal duradouro afeta a capacidade do Estado de prestar serviços públicos de qualidade e amplia o endividamento público, repercutindo nas expectativas dos agentes econômicos, na taxa de juros, na inflação e no crescimento do PIB.

Caso o monitoramento e a avaliação da Estratégia Nacional indiquem a possível materialização desse risco, apresentam-se algumas medidas mitigadoras:

- *ampliar o debate público sobre a necessidade de realização de reformas estruturais (tributária, previdenciária e administrativa), de forma a obter o apoio da população;*
- *aumentar a efetividade do Estado, por meio da constante revisão e avaliação das políticas públicas e dos gastos tributários; e*
- *estimular o aumento da produtividade com vistas a sustentar o crescimento econômico, com impactos positivos na arrecadação de recursos e na redução do deficit público.*

A reduzida atração da participação privada, a qual é necessária para reverter o atual cenário de baixos investimentos em infraestrutura e diminuir o *gap* do país em relação às economias desenvolvidas, apresenta-se como um risco à implementação da Estratégia Nacional. Como é sabido, o setor requer vultosos recursos, e o desafiador cenário fiscal não favorece a elevação dos investimentos públicos. Dessa forma, devem ser adotadas medidas que possam ocasionar a maior participação de entes privados na implementação e operação dos serviços de infraestrutura. Entende-se aqui incluída a infraestrutura social, determinante para que o país atinja os objetivos assumidos nos ODS.

Caso o monitoramento e a avaliação da Estratégia Nacional indiquem a possível materialização deste risco, apresentam-se algumas medidas mitigadoras:

- *aprimorar os modelos de concessão da prestação de serviços públicos na área de infraestrutura;*
- *estruturar os marcos regulatórios setoriais que forneçam segurança econômica e jurídica aos investidores e ao setor público;*
- *diversificar as fontes de financiamento dos empreendimentos; e*
- *selecionar os investimentos públicos, a fim de evitar a pulverização dos recursos e descontinuidade das obras.*

Outro risco relevante para a competitividade e a produtividade brasileira é a incorporação de forma defasada dos avanços tecnológicos oriundos de TIC, indústria 4.0 e bioeconomia. A reestruturação dos processos produtivos consolidados e a potencialização de novas indústrias a partir de avanços tecnológicos criam janelas de oportunidades para uma nova inserção do Brasil nas cadeias globais de valor. O aproveitamento dessas janelas é essencial para que o país amplie sua produtividade e competitividade e se aproxime das economias desenvolvidas. Dessa maneira, o Brasil não pode atuar de forma passiva na incorporação defasada dos avanços tecnológicos oriundos de TIC, indústria 4.0 e bioeconomia.

Caso o monitoramento e a avaliação da Estratégia Nacional indiquem a possível materialização deste risco, apresentam-se algumas medidas mitigadoras:

- *promover uma abertura comercial que aumente a competitividade, de forma a incentivar a concorrência e o aumento da produtividade da indústria nacional;*
- *remover obstáculos e reduzir os custos à importação tecnológica;*
- *construir um sistema de CT&I mais aberto e internacionalizado; e*
- *aprimorar os mecanismos de financiamento em P&D.*

O desequilíbrio entre os avanços econômicos, sociais e ambientais apresenta-se como um risco, uma vez que mantém ou agrava o quadro atual de desigualdade social, concentração de renda, desigualdade regional e degradação ambiental. O tratamento inadequado desse risco fará com que parte considerável da população brasileira seja excluída dos ganhos do desenvolvimento, colocando sob suspeita sua sustentabilidade e ampliando as tensões sociais hoje existentes.

Caso o monitoramento e a avaliação da Estratégia Nacional indiquem a possível materialização deste risco, apresentam-se algumas medidas mitigadoras:

- *aprimorar o sistema tributário, de forma a torná-lo mais progressivo, menos burocrático, e concorrencialmente neutro dentro dos setores;*
- *melhorar os sistemas públicos de previdência, assistência e seguridade social, para ampliar seu impacto na redução das desigualdades sociais; e*
- *aumentar a qualidade e a abrangência dos sistemas de saúde e educação, reduzindo o gap existente no acesso a esses serviços dentro da sociedade brasileira.*

A manutenção das estruturas do crime organizado, apesar das ações de segurança pública, apresenta-se como um risco que colaborará para o agravamento do quadro atual de segurança pública. Apesar dos avanços no investimento e na política de segurança pública, o histórico recente demonstra que o crime organizado tem conseguido se reinventar no país, diminuindo a efetividade da ação estatal. Como exemplo pode-se citar o surgimento de organizações criminosas a partir dos presídios; o fortalecimento das milícias nas grandes capitais; e a expansão da área de atuação das facções da região Sudeste para as regiões Norte e Nordeste.

Caso o monitoramento e a avaliação da Estratégia Nacional indiquem a possível materialização deste risco, apresentam-se algumas medidas mitigadoras:

- *fomentar as ações de prevenção e investigação a partir do uso intensivo de TIC pelas instituições de segurança pública, com o devido respaldo à privacidade;*
- *fortalecer o serviço de inteligência policial por meio da integração dos sistemas dos entes federados e da maior coordenação de suas ações;*
- *reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, de forma a combater o crime organizado e reduzir a reiteração criminosa; e*
- *coordenar as ações de policiamento comunitário e preventivo com a disponibilização de serviços de saúde, educação, assistência social, infraestrutura e acesso à justiça em territórios de elevados índices de vulnerabilidade social e criminal.*

Outro risco identificado que possui efeito potencial em todos os eixos é a ampliação dos fluxos migratórios em decorrência de mudanças climáticas intensas, desastres naturais, guerras nacionais e regionais e crises econômicas nos países latino-americanos. A entrada no país de milhares ou milhões de imigrantes sem que o Estado esteja devidamente preparado para recebê-los pode ocasionar grandes impactos nas contas públicas, na economia, na qualidade de vida e no meio ambiente. Dessa forma, caso o monitoramento da Estratégia Nacional indique a possível materialização desse risco, apresentam-se como medidas mitigadoras:

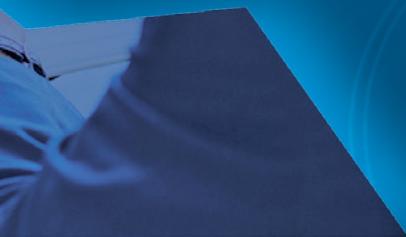
- *otimizar o processo de interiorização dos imigrantes, evitando a penalização dos estados fronteiriços; e*
- *desenvolver uma política de imigração que promova o acolhimento e a integração do imigrante à sociedade brasileira.*

Por fim, há o risco de a degradação ambiental e a maior frequência de eventos climáticos extremos (seca e chuva) gerar o aumento da gravidade das crises hídricas. Nesse caso, a adequada gestão dos recursos hídricos torna-se um elemento crítico na mitigação desse risco. Essas crises possuem relevante impacto no desenvolvimento esperado a partir da implementação da Estratégia Nacional, uma vez que o crescimento econômico e a ascensão social acarretam uma demanda maior de recursos hídricos.

Caso o monitoramento da Estratégia Nacional indique a possível materialização desse risco, apresentam-se algumas medidas mitigadoras:

- *precificar adequadamente a água, de forma que seu custo passe a indicar sua escassez relativa, incentivando o uso racional, permitindo o financiamento do setor e preservando sua função social;*
- *implementar boas práticas de uso de água e solo e revitalizar as bacias hidrográficas;*
- *adotar medidas de certificação de emissões de gases e de precificação de carbono e tributos verdes capazes de gerar benefícios econômicos e sociais, além de reduzir a poluição;*
- *estimular a utilização de água de reúso;*
- *investir na ampliação e modernização de infraestruturas hídricas; e*
- *incentivar a restauração de matas ciliares, o tratamento de resíduos e melhores práticas agrícolas.*

7. *CONSIDERAÇÕES FINAIS*



7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tem como principal referência a CF/1988. É necessário destacar que o PL nº 9.163/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e institui a referida Estratégia Nacional como um dos instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, visa atender ao disposto na CF/1988, art. 174, § 1º, conforme segue:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento (Brasil, 1988).

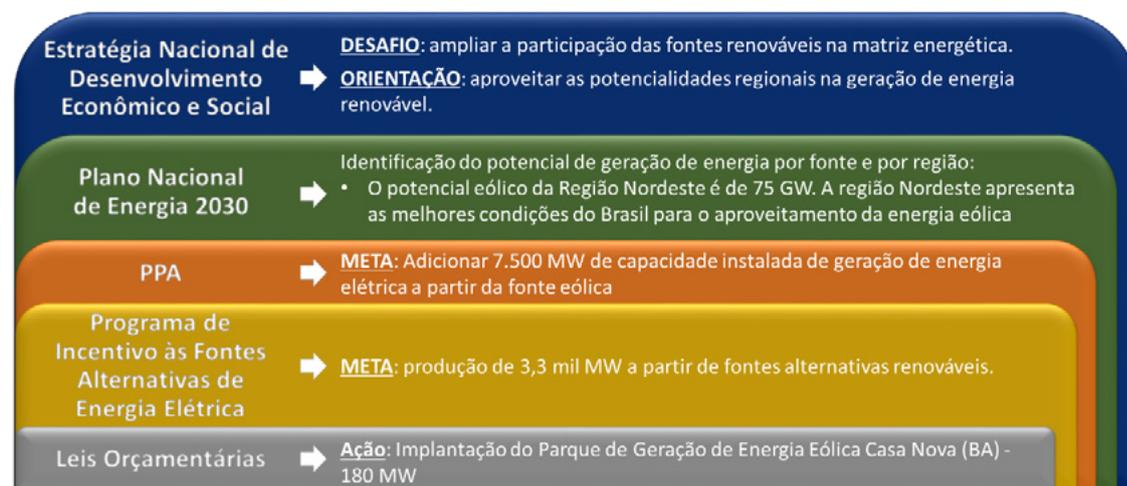
Na mesma linha, destaca-se que os norteadores para a construção das diretrizes, dos desafios e das orientações da Estratégia Nacional, assim como para a escolha dos índices-chave responsáveis por demonstrar a situação atual e acompanhar sua implementação, foram os princípios fundamentais da Carta Magna, acrescidos do seu art. 5º, que dispõe sobre os direitos e os deveres individuais e coletivos. Tudo isso foi sintetizado na diretriz principal deste documento: “elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais”.

Resumidamente, o capítulo *Onde estamos* buscou apresentar um retrato da situação atual do Brasil por meio de índices-chave que mensuram de forma agregada aspectos fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do país e indicam questões a serem melhoradas nos próximos doze anos. O capítulo *Megatendências e Agenda 2030: impacto nas políticas públicas* trouxe os rumos que o mundo está trilhando com reflexos diretos nas políticas públicas e consequentemente no alcance das diretrizes, o que contribui de forma eficaz para o planejamento do futuro do país. O capítulo *Cenário macroeconômico* delimitou nossa capacidade de crescimento sustentável ao longo do período da Estratégia Nacional, sem a ocorrência de desequilíbrios internos (inflação) ou externos (crises cambiais). Por fim, o capítulo *O caminho até 2031*, que versa sobre os desafios, as orientações e os riscos, mostrou as principais ações a serem percorridas para que se possa alcançar os objetivos previstos na CF/1988 e na diretriz principal deste documento.

Para que a Estratégia Nacional se torne um instrumento útil para o país, é fundamental que todo o governo e a sociedade internalizem seu conteúdo e tenham nela uma referência ou um direcionador para suas ações. Ela está sendo construída de forma a considerar a diversidade brasileira expressa nas diferenças culturais, econômicas e sociais do nosso povo e do nosso território.

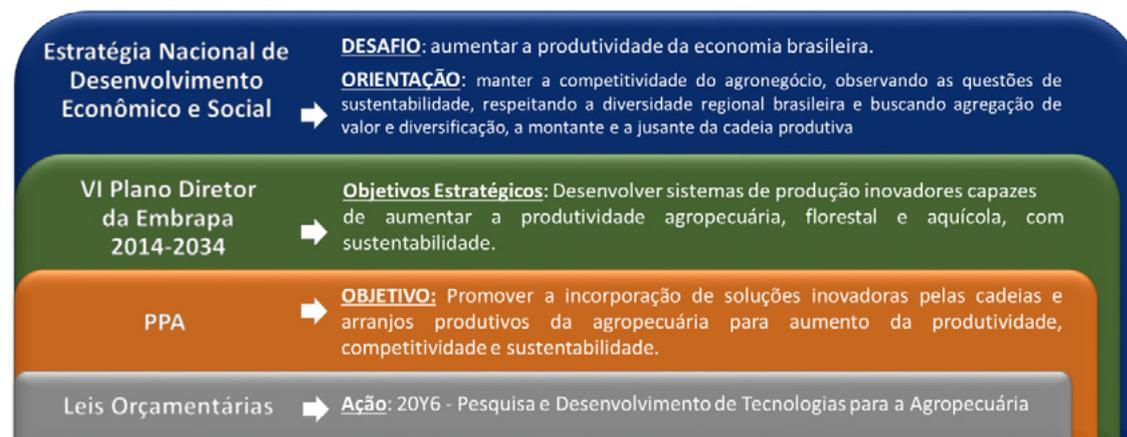
Os atributos da Estratégia Nacional deverão ser suficientemente claros para que sirvam como norteadores da ação governamental nos próximos anos. A expectativa é a de que o governo, em especial os ministérios setoriais, se aproprie do relatório e reflita sobre suas diretrizes, desafios e orientações nos próximos PPAs, principal documento de planejamento nacional para o médio prazo. Dessa forma, espera-se que a Estratégia Nacional oriente a elaboração das leis orçamentárias anuais e seus respectivos planos nacionais, setoriais e regionais. Como exemplo, segue um exercício de como seus desafios e suas orientações devem ser incorporados nos demais instrumentos de planejamento (*figuras 13 e 14*).

FIGURA 13 / Programa de energia elétrica



Elaboração: Seplan/MP.

FIGURA 14 / Programa 2042: Pesquisa e Inovações para a Agropecuária



Elaboração: Seplan/MP.

Para que isso ocorra de fato, a Estratégia Nacional deve ser compreendida como um planejamento de longo prazo que apresenta questões macro para o desenvolvimento nacional e deve ser traduzida pelos governantes eleitos em programas, projetos e ações a serem executadas durante seus respectivos mandatos. Para manter esse caráter orientador, o planejamento de longo prazo precisa ser fruto de um amplo debate entre o poder público, em seus três níveis, a sociedade civil e os setores empresarial e político, sendo um processo longo e trabalhoso que requer paciência para se chegar a um bom termo (Melo, 2011).

Na busca de um consenso mínimo a respeito do caminho que o país deve perseguir nos próximos doze anos, o processo de elaboração deste documento compreendeu rodadas de reuniões com os órgãos do Poder Executivo federal, apresentações e debates em fóruns de representação da sociedade civil e uma consulta pública para a manifestação de toda a sociedade, contribuindo para o fortalecimento da democracia participativa e para a construção de uma visão comum de país.

Destaca-se que, na consulta pública, 122 usuários apresentaram 578 contribuições, sendo 146 propostas de adição, 116 de modificações, 32 de exclusões e 284 comentários. O processo também permitiu a avaliação pela sociedade dos atributos presentes na proposta inicial do governo. No total foram recebidas 3.813 avaliações, sendo 95,3% (3.634) positivas e 4,7% (179) negativas.

Como consequência direta desse processo, foram compatibilizadas e incorporadas inúmeras contribuições que resultaram em diretrizes, índices-chave, desafios e orientações mais robustos e capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico e social sustentável do país. Um exemplo da importância da participação social para o aperfeiçoamento da Endes foi a alteração da diretriz principal do documento de “elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira para os padrões verificados nos países desenvolvidos” para “elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais”.

O monitoramento da Estratégia Nacional será focado na evolução dos indicadores e no alcance dos desafios de cada eixo. Para isto, sugere-se que estes atributos integrem a dimensão estratégica do PPA, a partir do qual serão monitorados anualmente. Desta forma, sua gestão opta por aproveitar estruturas de planejamento, monitoramento e avaliação existentes na administração, trabalhando na busca de informações complementares.

REFERÊNCIAS

ALVAREDO, F. et al. World inequality report, 2018. Paris: World Inequality Lab, 2018. Disponível em: <<http://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf>>.

ANP – AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEL. Oportunidades na produção e no abastecimento de combustíveis no Brasil. Rio de Janeiro: ANP, 2017.

ARVIS, J.-F. et al. Connecting to compete 2010: trade logistics in the global economy. Washington: World Bank Group, 2010. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/892771468176947796/pdf/558520WPOP10181LIC10LPI20101for1web.pdf>>.

BARR, N. The economics of the welfare state. 5th ed. Oxford: Oxford University Press, 2012. 386 p.

BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Nordeste 2022: estudos prospectivos – documento síntese. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2014.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Infraestrutura no Brasil: ajustando o foco. Rio de Janeiro: BNDES, 2016.

_____. Panoramas setoriais 2030: desafios e oportunidades para o Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, 2017. 225 p.

_____. Agendas setoriais para o alcance da meta. In: BNDES. Visão 2035: Brasil, um país desenvolvido. Rio de Janeiro: BNDES, 2018a. v. 1.

_____. Agendas regionais para o alcance da meta. In: _____. Visão 2035: Brasil, um país desenvolvido. Rio de Janeiro: BNDES, 2018b. v. 2.

_____. Sinopse das agendas para alcance da meta. In: _____. Visão 2035: Brasil, um país desenvolvido. Rio de Janeiro: BNDES, 2018c.

_____. Desafios do desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, 2018d.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 5 out. 1988.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Estudo da dimensão territorial para o planejamento. Brasília: MP, 2008.

_____. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2016. Institui a política nacional de resíduos sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 ago. 2010.

_____. Ministério da integração nacional. **Plano regional de desenvolvimento da Amazônia (PRDA)**. Belém: SUDAM, 2014b.

_____. Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 jun. 2016.

_____. Projeto de Lei nº 9.163, de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 23 nov. 2017a.

_____. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 nov. 2017b.

_____. Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017. Institui a Taxa de Longo Prazo (TLP) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 set. 2017c.

_____. Presidência da República. Aviso Circular nº 1 da Casa Civil. Diário Oficial da União, Brasília, 2018a.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria nº 47. Diário Oficial da União, Brasília, 17 jan. 2018b.

_____. Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO). Brasília: SUDECO, 2018c.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Coord.). Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: SPI/MP; Ipea, 2014a.

BUARQUE, S. C. Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais. Brasília: Ipea, 2003. (Texto para Discussão, n. 939).

_____. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019. [s.l.]: [s.n.], 2018d. Disponível em <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2019/orcamento-anual-de-2019>>.

CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Org.). O Brasil sem miséria. 1. ed. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf>.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CASTELLO BRANCO, M. Alternative scenarios for the post-crisis global economy. Rio de Janeiro: Breves CINDES, 2011.

CAVALCANTE, L. R. Ambiente de negócios, investimentos e produtividade. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2130).

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável. Santiago: CEPAL, 2016.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. O financiamento do investimento em infraestrutura no Brasil: uma agenda para sua expansão sustentada. Brasília: CNI, 2016. 78 p.

_____. Segurança pública: a importância da governança. Brasília: CNI, 2018.

COBHAM, A. Palma vs Gini: measuring post-2015 inequality. London: Center for Global Development, 2013. Disponível em: <<http://www.cgdev.org/blog/palma-vs-gini-measuring-post-2015-inequality>>. Acesso em: nov. 2017.

DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Org.). Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes. Brasília: Ipea, 2014. v.1.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Balanço Energético Nacional 2017: Ano base 2016 / Empresa de Pesquisa Energética. – Rio de Janeiro: EPE, 2017.

FERNANDES, R. Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb). Brasília: Inep, 2007.

FRISCHTAK, C. R. O investimento em infraestrutura no Brasil: histórico recente e perspectivas. Pesquisa e Planejamento Econômico, Brasília, v. 38, n.2, ago. 2008.

FRISCHTAK, C. R.; MOURÃO, J. Uma estimativa do estoque de capital de infraestrutura no Brasil. Brasília: Ipea, 2017.

FRISCHTAK, C. R.; NORONHA, J. O financiamento do investimento em infraestrutura no Brasil: uma agenda para sua expansão sustentada. Brasília: CNI, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060. Rio de Janeiro: IBGE, ago. 2013.

IEA – INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Renewables information: overview. Paris: IEA, 2017a. Disponível em: <<https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/RenewablesInformation2017Overview.pdf>>.

_____. Tracking clean energy progress 2017. Paris: IEA, 2017b. Disponível em: <<https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/TrackingCleanEnergyProgress2017.pdf>>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desafios da nação. Brasília: Ipea. 2018. v.1, 162 p.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; ASSECOR – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CARREIRA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento. Brasília: ASSECOR; Ipea, 2017. 320 p.

MARCIAL, E. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Ipea, 2010. 182 p. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408_relatoriodm.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

_____. Megatendências mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? Contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil. Brasília: Ipea, 2015.

MÁTTAR, J. J.; PERROTTI, D. E. La planificación como instrumento de desarrollo con igualdad en América Latina y el Caribe: tendencias y desafíos. Santiago de Chile: Naciones Unidas/CEPAL, 2014. (Serie Gestión Pública, n. 80).

MATUS, C. Política, Planejamento e Governo. 1. ed. Brasília: Ipea, 1993.

_____. O plano como aposta. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (Org.). Planejamento e orçamento governamental. Brasília: ENAP, 2006.

MELO, V. Planos nacionais de desenvolvimento: experiência brasileira e lições para o futuro. In: CARDOSO JÚNIOR, J. C. (Org.). A reinvenção do planejamento governamental no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Relatório territorial da OCDE: Brasil 2013. Paris: OECD Publishing, 2013.

_____. OECD environmental performance reviews: Brazil 2015. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264240094-en>>.

_____. Programme for international student assessment (PISA): results from PISA 2015. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa_2015_brazil_prt.pdf>.

_____. “Brazil”, in Education at a Glance 2018: OECD indicators. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/eag-2018-73-en>>.

PALMA, J. G. Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the “inverted-u”: the share of the rich is what it’s all about. Cambridge: University of Cambridge, 2011. p. 65. Disponível em: <<http://www.econ.cam.ac.uk/research-files/repec/cam/pdf/cwpe1111.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

PNUMA – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE et al. Empregos verdes: trabalho decente em um mundo sustentável e com baixas emissões de carbono. Brasília: PNUMA, 2008.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: PNUD, 2013.

RESENDE, G. M. Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

SAE/PR – SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Custos econômicos da criminalidade no Brasil – relatório de conjuntura nº 4. Brasília: IN, 2018.

TPE – TODOS PELA EDUCAÇÃO. De olho nas metas 2015-16: sétimo relatório de monitoramento das 5 metas do Todos Pela Educação. [s.l.]: TPE, 2017. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/olho_metas_2015_16_final.pdf>.

UN – UNITED NATIONS. Sustainable development goals. New York: SDGs, 2015. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/sdgs>>. Acesso em: nov. 2017. UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Human development report 2016: human development for everyone. New York: UNDP, 2016. 286 p. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

_____. The sustainable development goals report 2017. New York: UN, 2017. 60 p. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2017/TheSustainableDevelopmentGoalsReport2017.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Panorama da distorção da idade-série no Brasil. Brasília: Unicef, 2018.

VEIGA, P. M. et al. Economia e governança global em 2020: implicações para o Brasil. Rio de Janeiro: CINDES, 2012.

WORLD BANK. Emprego e crescimento: a agenda da produtividade. Washington: World Bank Group, 2018. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/203811520404312395/pdf/123969-WP-PUBLIC-PORTUGUESE-P162670-EmpregoeCrescimentoAAgendadaProdutividade.pdf>>.

WORLD ECONOMIC FORUM. The global competitiveness report 2017-2018. Genebra: World Economic Fórum, 2017a. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-competitiveness-index-2017-2018/downloads/>>.

_____. The global risks report 2017. 12. ed. Genebra: World Economic Forum, 2017b. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GRR17_Report_web.pdf>. Acesso em: 11 maio 2018.

APÊNDICES



APÊNDICE A: FICHA DOS ÍNDICES-CHAVE

Índice-chave 1 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	
Fonte primária:	<i>United Nations Development Programme (UNDP). Human Development Reports.</i>
Fonte:	<i>UNDP. Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update.</i>
Link da fonte:	< http://hdr.undp.org/en/data >
Data de acesso:	17 de setembro de 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente da fonte de dados
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	1990-2017
Observações:	O índice-chave está disponível para comparação com 189 países e territórios.

EIXO ECONÔMICO

Índice-chave 2 – Variação real do produto interno bruto (PIB) per capita	
Fonte primária:	Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Fonte:	Contas Nacionais/IBGE.
Link da fonte:	< https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados >. (Tabelas sinóticas retropoladas – 2000 a 2015, tabela 6).
Data de acesso:	16 de abril de 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente da fonte de dados
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2000-2015
Observações:	O valor do índice-chave pode ser obtido diretamente no site do Banco Mundial https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG , que também permite comparações internacionais.

EIXO ECONÔMICO

Índice-chave 3 – Variação real da produtividade	
Fonte primária:	IBGE
Fonte:	Elaborado pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seplan/MP) a partir de dados do IBGE.
Link da fonte:	< https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados >. (Tabelas sinóticas retropoladas – 2000-2015, tabela 15.1 e tabelas completas).
Data de acesso:	16 de abril de 2018
Método de cálculo:	Faz-se a divisão do PIB em valores constantes pelo número total de ocupações no país. Em seguida, calcula-se a variação percentual anual.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2000-2015
Observações:	

EIXO ECONÔMICO

Índice-chave 4 – Taxa composta da subutilização da força de trabalho	
Fonte primária:	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE
Fonte:	Elaboração pela Seplan/MP a partir da PNAD Contínua do IBGE.
Link da fonte:	<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pna-dc_201201_201802_trimestre_novos_indicadores.xlsx.>
Data de acesso:	05 de setembro de 2018
Método de cálculo:	<p>Calcula-se o total de pessoas subutilizadas somando as pessoas de 14 anos ou mais de idade desocupadas, as pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e as pessoas na força de trabalho potencial. A força de trabalho potencial é definida como: i) o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho; ii) um grupo que realizou busca efetiva por trabalho, mas não se encontrava disponível para trabalhar na semana de referência; e iii) por um grupo de pessoas que não realizou busca efetiva por trabalho, mas gostaria de ter um e estava disponível na semana de referência.</p> <p>Calcula-se a força de trabalho ampliada, que compreende a soma das pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho (ocupadas e desocupadas) e na força de trabalho potencial.</p> <p>Calcula-se razão entre as pessoas subutilizadas e a força de trabalho ampliada, multiplicada por 100.</p> <p>• O índice anual é calculado pela média das taxas compostas da subutilização da força de trabalho dos quatro trimestres do ano.</p>
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2012-2017
Observações:	<p>A subutilização da força de trabalho (labour underutilization) é um conceito construído para complementar o monitoramento do mercado de trabalho, além da medida de desocupação (unemployment), que tem como objetivo fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação (employment). São identificados três componentes mutuamente exclusivos: os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os desocupados, que integram a força de trabalho, e a força de trabalho potencial.</p> <p>Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf>), é recomendado que os países adotem esses indicadores principais visando propiciar um quadro mais completo da subutilização da força de trabalho.</p>

EIXO ECONÔMICO

Índice-chave 5 – Corrente de comércio exterior da economia brasileira	
Fonte primária:	IBGE (PIB)
Fonte:	Elaboração pelo Ipea a partir dos dados de Contas Nacionais do IBGE.
Link da fonte:	< https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas >.
Data de acesso:	30 de abril de 2018
Método de cálculo:	A partir da publicação dos microdados do quarto trimestre das contas nacionais: <ul style="list-style-type: none"> • Somar os valores de produto (PIB) a preços de mercado para os quatro trimestres. • Somar os valores de exportações (X) e importações (M) para os quatro trimestres. • Efetuar a divisão $[(X+M) / \text{PIB}]$.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	1996-2017
Observações:	O índice-chave mostra a inserção da economia e é medido por meio da proporção que a corrente de comércio (importações + exportações) representa no PIB. Os países em desenvolvimento em geral apresentam valores de abertura comercial superiores a 40%, o que evidencia uma profunda inserção nas cadeias produtivas globais, bem como o dinamismo de seu setor externo. No caso brasileiro, historicamente, o comércio exterior tem representado participação bem menor no PIB, da ordem de 20 a 25%. Considerando a necessidade de retomada do crescimento sustentado, é fundamental que o país incremente sua abertura comercial de modo a aumentar o dinamismo de suas exportações e a produtividade doméstica. O valor do índice-chave também pode ser obtido no site do Banco Mundial (Disponível em: < https://data.worldbank.org/indicator/NE.TRD.GNFS.ZS >) para comparação internacional, mas com defasagem de um ou dois anos.

EIXO INSTITUCIONAL

Índice-chave 6 – Índice de competitividade global (ICG)	
Fonte primária:	<i>World Economic Forum. The Global Competitiveness Report 2017–2018.</i>
Fonte:	Elaborado pela Seplan/MP a partir dos dados da fonte primária.
Link da fonte:	< http://reports.weforum.org/global-competitiveness-index-2017-2018/downloads/ >.
Data de acesso:	16 de setembro de 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente da fonte de dados.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2007-2017
Observações:	Indicador amplamente utilizado. Possibilidade de comparação internacional com 137 países e avaliação individualizada de componentes do índice-chave.

EIXO INSTITUCIONAL

Índice-chave 7 – Grau de facilidade de se fazer negócios	
Fonte primária:	<i>World Bank. Doing Business project.</i>
Fonte:	Elaborado pela Seplan/MP a partir dos dados da fonte primária.
Link da fonte:	< http://www.doingbusiness.org/~media/WBG/DoingBusiness/Documents/Data/DB-18-Historical-data-complete-data-with-DTFs.xlsx >.
Data de acesso:	19 de setembro de 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente da fonte de dados
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2013-2017
Observações:	Indicador amplamente utilizado. Possibilidade de comparação internacional com 190 países e avaliação individualizada de componentes do índice-chave.

EIXO INSTITUCIONAL

Índice-chave 8 – Indicadores de Governança Mundial	
Fonte primária:	<i>World Bank. The Worldwide Governance Indicators (WGI) project</i>
Fonte:	Elaborado pela Seplan/MP a partir dos dados da fonte primária.
Link da fonte:	< http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home >
Data de acesso:	04 de setembro de 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente da fonte de dados.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	1996-2017
Observações:	Possibilidade de comparação internacional com mais de 200 países e avaliação individualizada de componentes do índice-chave.

EIXO INFRAESTRUTURA

Índice-chave 9 – Participação do investimento em obras de infraestrutura no PIB	
Fonte primária:	IBGE
Fonte:	Elaborado pela Seplan/MP a partir de dados do IBGE
Link da fonte:	< https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados > (tabelas de recursos e usos – 2010-2015, nível 68 e tabelas completas para o PIB em valores correntes).
Data de acesso:	16 de abril de 2018
Método de cálculo:	Para cada ano disponível, extrai-se o total das obras de infraestrutura na Formação Bruta de Capital Fixo (nível 68, tabela 2, demanda final) e considera a participação deste valor no PIB a preços correntes. Nas obras de infraestrutura, são considerados os investimentos na construção de rodovias, ferrovias e obras urbanas, além das obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos e outras obras.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2010-2015
Observações:	A oferta de infraestrutura em condições adequadas tem a capacidade de alavancar a economia nacional e as potencialidades regionais. O investimento em infraestrutura gera externalidades positivas e apresenta relevante efeito multiplicador no crescimento da produtividade e do PIB do país.

EIXO INFRAESTRUTURA

Índice-chave 10 – Índice de Desempenho Logístico (Logistic Performance Index -- LPI)	
Fonte primária:	<i>World Bank and Turku School of Economics. Logistic Performance Index Surveys.</i>
Fonte:	Elaborado pela Seplan/MP a partir dos dados da fonte primária
Link da fonte:	< https://lpi.worldbank.org/sites/default/files/International_LPI_from_2007_to_2016.xlsx >.
Data de acesso:	20 de setembro de 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente da fonte de dados
Frequência:	Bianual
Disponibilidade:	2007-2016
Observações:	Indicador amplamente utilizado. Possibilidade de comparação internacional com 160 países e avaliação individualizada de componentes do índice-chave.

EIXO INFRAESTRUTURA

Índice-chave 11 – Porcentagem de domicílios com condição satisfatória de bem-estar	
Fonte primária:	PNAD Contínua/IBGE – primeira entrevista
Fonte:	Elaboração pela Seplan/MP a partir dos microdados da PNAD Contínua do IBGE
Link da fonte:	< https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm >.
Data de acesso:	9 de setembro de 2018
Método de cálculo:	<p>Foram definidos como domicílios com condição satisfatória de bem-estar os que possuem concomitantemente as seguintes características: i) próprios ou cedidos por empregadores ou familiares ou cujo aluguel não ultrapassa 30% da renda domiciliar; ii) construídos com material permanente (paredes de alvenaria ou madeira aparelhada); iii) com densidade de até três moradores por dormitório; iv) servidos por abastecimento de água com canalização interna por rede de distribuição ou por poço ou nascente; v) com pelo menos um banheiro (com chuveiro e vaso sanitário) de uso exclusivo; vi) com esgotamento sanitário feito por meio de rede ou fossa séptica; vii) com serviços de coleta direta de lixo (quando localizados em área urbana) ou direta e indireta (quando localizados em área rural); viii) com serviço de telefone (fixo ou celular); ix) equipadas com, pelo menos, geladeira, televisão ou computador; e x) com acesso à internet por meio de microcomputador, tablet, telefone móvel celular, televisão ou outro equipamento.</p> <p>Para tanto, o cálculo do índice-chave é feito da forma descrita a seguir, a partir dos microdados da primeira entrevista da PNAD Contínua.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ponderar a amostra pela variável V1032 – peso do domicílio e das pessoas; • selecionar apenas a pessoa responsável pelo domicílio a fim de se obter dados por domicílio: V2005 (condição no domicílio) = 1 (pessoa responsável pelo domicílio); • construir uma variável categórica, sendo 1 = domicílio com condição satisfatória; 2 = domicílio com condição não satisfatória, para a qual: <ul style="list-style-type: none"> = 1, se: $((S01017 \leq 2 \mid S01017 = 4 \mid S01017 = 5 \mid (S01017 = 3 \ \& \ (S01019 / VD5004 \leq 0.3))) \ \& \ (S01002 \leq 2 \mid S01002 = 4) \ \& \ (V2001 / S01006 \leq 3) \ \& \ (S01010 = 1 \ \& \ S01007 \leq 4) \ \& \ (S01011A > 0) \ \& \ (S01012 \leq 2) \ \& \ ((V1022 = 1 \ \& \ S01013 = 1) \mid (V1022 = 2 \ \& \ S01013 \leq 2)) \ \& \ (S01022 = 1 \mid S01021 > 0) \ \& \ (S01023 \leq 2) \ \& \ (S01025 \leq 3 \mid S01028 = 1)) \ \& \ (S01029 = 1);$ = 2, nos demais casos não selecionados; e • gerar tabela com a variável categórica criada acima para estimar a participação de cada categoria.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2016 e 2017 (O IBGE ainda deve divulgar dados para os anos de 2012-2015 da PNAD Contínua).
Observações:	O índice-chave é composto por várias características do domicílio que atendem a condições básicas do ser humano e representa um bom índice-chave da qualidade de vida da população.

EIXO AMBIENTAL

Índice-chave 12 – Intensidade de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) (CO₂e kg per \$ PIB PPP)	
Fonte primária:	<i>Carbon Dioxide Information Analysis Center, Environmental Sciences Division, Oak Ridge National Laboratory, Tennessee, United States. World Development Indicators (WDI)/ Banco Mundial.</i>
Fonte:	Elaboração pela Seplan/MP a partir dos dados do WDI/Banco Mundial
Link da fonte:	< https://data.worldbank.org/indicator/EN.ATM.CO2E.PP.GD >.
Data de acesso:	6 de abril de 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente do WDI/ <i>World Bank</i> . As emissões de dióxido de carbono são aquelas provenientes da queima de combustíveis fósseis e da fabricação de cimento.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	1990-2014
Observações:	O valor do índice-chave pode ser obtido diretamente no site do Banco Mundial, que também permite comparações internacionais.

EIXO AMBIENTAL

Índice-chave 13 – Variações relativas das taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal e Cerrado (%)	
Fonte primária:	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
Fonte:	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) e Projeto de Monitoramento do Desmatamento no Cerrado por Satélite (PRODES)
Link da fonte:	< http://www.obt.inpe.br/prodes/dashboard/prodes-rates.html > e < http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/dashboard/deforestation/biomes/cerrado/increments/ >
Data de acesso:	25 de setembro de 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente de tabelas disponíveis no link da fonte
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	1988-1989 a 2016-2017 para a Amazônia Legal e 2001-2002 a 2016-2017 para o Cerrado
Observações:	

EIXO AMBIENTAL

Índice-chave 14 – Participação de fontes de energia renovável na matriz energética (%)	
Fonte primária:	Balanço Energético Nacional 2017 da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) do Ministério de Minas e Energia (MME)
Fonte:	Elaborado pela Seplan/MP a partir dos dados do Balanço Energético Nacional 2017/EPE/MME.
Link da fonte:	< https://ben.epe.gov.br/BENRelatorioInicial.aspx?anoColeta=2017&anoFimColeta=2016 >.
Data de acesso:	18 de maio de 2018
Método de cálculo:	• Dados extraídos diretamente da planilha Excel, disponíveis no link da fonte
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	1970-2016
Observações:	Comparação internacional disponível em IEA. Renewables Information: overview. IEA, 2017.

EIXO SOCIAL

Índice-chave 15 – Porcentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental	
Fonte primária:	PNAD Contínua/IBGE – segundo trimestre
Fonte:	Elaboração pela Seplan/MP a partir dos microdados da PNAD Contínua do IBGE
Link da fonte:	< https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm >.
Data de acesso:	13 de abril de 2018
Método de cálculo:	<p>A partir dos microdados do segundo trimestre da PNADC:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ ponderar a amostra pela variável V1028 – peso do domicílio e das pessoas; ▪ filtrar a população de 16 anos ou mais: V2009 (idade do morador na data de referência) = 16; ▪ recodificar a variável derivada VD3001 (Nível de instrução mais elevado alcançado) de/para: <ol style="list-style-type: none"> 1) Sem instrução e menos de 1 ano de estudo = 0 - EF incompleto; 2) Fundamental incompleto ou equivalente = 0 - EF incompleto; 3) Fundamental completo ou equivalente = 1 - EF completo; 4) Médio incompleto ou equivalente = 1 - EF completo; 5) Médio completo ou equivalente = 1 - EF completo; 6) Superior incompleto ou equivalente = 1 - EF completo; 7) Superior completo = 1 - EF completo; e ▪ gerar tabela de resultados com a variável decorrente da recodificação acima.
Frequência:	Trimestral
Disponibilidade:	2012-2017
Observações:	O cálculo também é possível por meio da PNAD, com série histórica maior, no entanto, ela foi encerrada em 2015. A série da PNAD Contínua foi iniciada em 2012.

EIXO SOCIAL

Índice-chave 16 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)	
Fonte primária:	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC)
Fonte:	INEP/MEC
Link da fonte:	< http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2996356 >.
Data de acesso:	17 de setembro de 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente do INEP/MEC.
Frequência:	Bianual
Disponibilidade:	2005-2017
Observações:	<p>O Ideb é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica, que tem estabelecido, como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.</p> <p>O Ideb foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.</p> <p>Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep: o Saeb (para as unidades da federação e para o país) e a Prova Brasil (para os municípios).</p> <p>O Ideb agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.</p>

EIXO SOCIAL

Índice-chave 17 – Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos)	
Fonte primária:	SVS/MS; SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)
Fonte:	Elaborado pela Seplan/MP a partir dos dados do MS/SVS/SIM e MS/SVS/SINASC
Link da fonte:	< http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def >, e < http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def >.
Data de acesso:	12 de setembro de 2018
Método de cálculo:	<p>Para obter o número de óbitos de crianças de 0 a 5 anos de idade no método direto:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ acessar o link para óbitos do Datasus: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def>, selecionar os anos disponíveis, marcar “ano do óbito” na coluna e selecionar faixa etária: menor 1 ano, 1 a 4 anos; e ▪ gerar tabela. <p>Para obter o número de nascidos vivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ acessar o link de nascidos vivos do Datasus: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>, selecionar os anos disponíveis, marcar “ano do nascimento” na coluna; ▪ gerar tabela; e <p>aplicar a fórmula (no de óbitos de menores de cinco anos de idade/ no de nascidos vivos de mães residentes * 1000) para cada ano e unidade territorial correspondente.</p>
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	1996-2016
Observações:	<p>Estima o número médio de anos de vida para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.</p> <p>É influenciada pela composição da mortalidade no primeiro ano de vida (mortalidade infantil), amplificando o impacto das causas pós-neonatais, a que estão expostas também as crianças entre 1 e 4 anos de idade.</p> <p>Para fins de comparação internacional podem ser utilizados dados da UN Inter-agency Group for Child Mortality Estimation (UNICEF, WHO, World Bank, UN DESA Population Division) at childmortality.org, disponíveis em: <https://data.worldbank.org/indicator/SH.DYN.MORT>.</p>

EIXO SOCIAL

Índice-chave 18 – Esperança de vida ao nascer	
Fonte primária:	IBGE. Projeções da população – Brasil e unidades da federação: revisão 2018.
Fonte:	Elaborado pela Seplan/MP a partir dos dados do IBGE. Projeções da população – Brasil e unidades da federação: revisão 2018
Link da fonte:	<ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2018/projecoes_2018_indicadores.xls>.
Data de acesso:	3 de setembro de 2018
Método de cálculo:	A partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, toma-se o número correspondente a uma geração inicial de nascimentos (I0) e determina-se o tempo cumulativo vivido por essa mesma geração (T0) até a idade limite. A esperança de vida ao nascer é o quociente da divisão de T0 por I0.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2000-2060
Observações:	<p>O aumento da esperança de vida ao nascer sugere melhoria das condições de vida e de saúde da população.</p> <p>Para fins de comparação internacional podem ser utilizados dados da United Nations Population Division. <i>World Population Prospects: 2017 Revision, or derived from male and female life expectancy at birth from sources such as: (2) Census reports and other statistical publications from national statistical offices, (3) Eurostat: Demographic Statistics, (4) United Nations Statistical Division. Population and Vital Statistics Reprint (various years), (5) U.S. Census Bureau: International Database, and (6) Secretariat of the Pacific Community: Statistics and Demography Programme.</i></p>

EIXO SOCIAL

Índice-chave 19 – Taxa de homicídio (por 100 mil habitantes)	
Fonte primária:	Coordenação-Geral de Informações de Análises Epidemiológicas (CGIAE) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS); Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e IBGE – estimativas de população
Fonte:	Elaborado pela Seplan/MP a partir de dados do MS/SVS/CGIAE/SIM e IBGE – estimativas de população
Link da fonte:	< http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/ext10uf.def > e < https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579 >.
Data de acesso:	04 de setembro de 2018
Método de cálculo:	<p>Para obter o número de homicídios:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ acessar o link para óbitos por causas externas: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/def-tohtm.exe?sim/cnv/ext10uf.def>, selecionar os anos disponíveis, marcar “ano do óbito” na coluna e selecionar o grande grupo CID10 X85-Y09 Agressões e Y35-Y36 Intervenções legais e operações de guerra; e ▪ gerar tabela. <p>Para obter o número de habitantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ acessar o link da estimativa de população: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>, selecionar os anos e a unidade territorial; ▪ gerar tabela; e <p>aplicar a fórmula (no de homicídios/no de habitantes * 100.000) para cada ano e unidade territorial correspondente.</p>
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	1996-2016
Observações:	Para fins de comparação internacional podem ser utilizados dados da United Nations Office On Drugs and Crime disponíveis em: < http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/crime-and-criminal-justice.html >.

EIXO SOCIAL

Índice-chave 20 – Índice de Gini	
Fonte primária:	PNAD Contínua/IBGE – primeira entrevista
Fonte:	Elaboração pela Seplan/MP a partir do plano tabular do rendimento de todas as fontes 2017 da PNAD Contínua do IBGE
Link da fonte:	<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Rendimento_de_Todas_as_Fontes_2017/PNAD_Continua_2017_Rendimento_de_Todas_as_Fontes.xls>.
Data de acesso:	11 de abril de 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente do link da fonte.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2016-2017 (PNAD Contínua)
Observações:	<p>O Índice de Gini consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade (no caso do rendimento, por exemplo, toda a população recebe o mesmo salário) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa recebe todo o rendimento e as demais nada recebem).</p> <p>Pode ser calculado com a PNAD (até 2015) ou PNAD Contínua (2016-2017) – dados da PNAD Contínua de 2012 a 2015 ainda não foram publicados pelo IBGE.</p> <p>Para fins de comparação internacional podem ser utilizados dados do Banco Mundial, disponíveis em <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/all-ginis-dataset> e <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/world-all-ginis-1950-2012>.</p>

EIXO SOCIAL

Índice-chave 21 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza	
Fonte primária:	PNAD Contínua 2016: consolidado de primeiras entrevistas
Fonte:	Síntese de indicadores sociais/IBGE
Link da fonte:	<ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2017/xls/>.
Data de acesso:	3 de setembro de 2018
Método de cálculo:	Elaborado a partir da tabela 2.12, disponível no link da fonte
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2016
Observações:	Pode ser calculado com a PNAD (até 2015) ou PNAD Contínua (2016-2017) – dados da PNAD Contínua de 2012 a 2015 ainda não foram publicados pelo IBGE. Comparações internacionais estão disponíveis para algumas linhas de pobreza definidas internacionalmente.

APÊNDICE B: RELAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES-CHAVE DA ESTRATÉGIA NACIONAL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	<p>Objetivo 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.</p> <p>Indicador 1.2.1 – proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo e idade.</p> <p>Indicador 1.2.2 – proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as dimensões de acordo com as definições nacionais.</p> <p>Objetivo 2: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.</p> <p>Meta 2.1 – até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.</p> <p>Indicador 2.1.1 – prevalência de subalimentação.</p> <p>Indicador 2.1.2 – prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, baseado na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (Food Insecurity Experience Scale – FIES).</p> <p>Meta 2.2 – até 2030, acabar com todas as formas de má nutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de 5 anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.</p> <p>Indicador 2.2.1 – prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade.</p> <p>Indicador 2.2.2 – prevalência de má nutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de má nutrição (baixo peso e excesso de peso).</p> <p>Objetivo 3: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.</p> <p>Indicador 3.1.1 – razão de mortalidade materna.</p> <p>Indicador 3.1.2 – proporção de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado.</p> <p>Indicador 3.2.1 – taxa de mortalidade em menores de 5 anos.</p> <p>Indicador 3.2.2 – taxa de mortalidade neonatal.</p> <p>Indicador 3.4.1 – taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crônicas respiratórias.</p> <p>Indicador 3.4.2 – taxa de mortalidade por suicídio.</p> <p>Indicador 3.6.1 – taxa de mortalidade por acidentes de trânsito.</p> <p>Indicador 3.8.1 – cobertura da Atenção Primária à Saúde.</p> <p>Indicador 3.9.1 – taxa de mortalidade por poluição ambiental (externa e doméstica) do ar.</p> <p>Indicador 3.9.2 – taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene.</p> <p>Indicador 3.9.3 – taxa de mortalidade atribuída a intoxicação não intencional.</p> <p>Indicador 3.b.3 – proporção de estabelecimentos de saúde que dispõem de um conjunto básico de medicamentos essenciais e relevantes disponíveis e a custo acessível em uma base sustentável.</p> <p>Indicador 3.c.1 – número de profissionais de saúde por habitante.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
		<p>Objetivo 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p> <p>Meta 4.1 – até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.</p> <p>Meta 4.2 – até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.</p> <p>Indicador 4.2.1 – proporção de crianças com menos de 5 anos que estão com desenvolvimento adequado da saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo.</p> <p>Meta 4.3 – até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.</p> <p>Indicador 4.3.1 – taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, nos últimos doze meses, por sexo.</p> <p>Meta 4.6 – até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.</p> <p>Objetivo 6: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.</p> <p>Meta 6.1 – até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.</p> <p>Indicador 6.1.1 – proporção da população que utiliza serviços de água potável gerenciados de forma segura.</p> <p>Meta 6.2 – até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Meta 6.2.1 – proporção da população que utiliza serviços de saneamento gerenciados de forma segura e instalações para lavagem das mãos com água e sabão.</p> <p>Meta 6.3 – até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.</p> <p>Objetivo 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.</p> <p>Indicador 8.5.1 – salário médio por hora de empregados por sexo, por ocupação, idade e pessoas com deficiência.</p> <p>Objetivo 13: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos.</p> <p>Meta 13.1 – reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.</p> <p>Objetivo 15: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.</p> <p>Meta 15.9 – até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
Econômico	Variação real do produto interno bruto (PIB) <i>per capita</i>	<p>Objetivo 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p> <p>Meta 4.3 – até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.</p> <p>Indicador 4.3.1 – taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, nos últimos doze meses, por sexo.</p> <p>Meta 4.4 – até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.</p> <p>Indicador 4.4.1 – proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade.</p> <p>Objetivo 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.</p> <p>Meta 8.1 – sustentar o crescimento econômico <i>per capita</i> de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do PIB nos países menos desenvolvidos.</p> <p>Indicador 8.1.1 – taxa de crescimento real do PIB <i>per capita</i>.</p> <p>Objetivo 9: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.</p> <p>Meta 9.2 – promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo.</p> <p>Objetivo 15: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.</p> <p>Meta 15.a – mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.</p> <p>Meta 15.b – mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.</p> <p>Objetivo 17: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Meta 17.13 – aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.</p> <p>Indicador 17.13.1 – painel de indicadores macroeconômicos.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
	<p>Varição real da produtividade</p>	<p>Objetivo 2: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.</p> <p>Meta 2.3 – até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.</p> <p>Indicador 2.3.1 – volume de produção por unidade de trabalho por dimensão da empresa agrícola/pastoril/florestal.</p> <p>Objetivo 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p> <p>Meta 4.4 – até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.</p> <p>Indicador 4.4.1 – proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade.</p> <p>Objetivo 6: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.</p> <p>Meta 6.4 – até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez, além de reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com ela.</p> <p>Indicador 6.4.1 – alteração da eficiência no uso da água ao longo do tempo.</p> <p>Objetivo 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e todas.</p> <p>Meta 8.2 – atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.</p> <p>Indicador 8.2.1 – taxa de variação anual do PIB real por pessoa ocupada.</p> <p>Objetivo 9: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.</p> <p>Meta 9.2 – promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo.</p> <p>Meta 9.5 – fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.</p> <p>Indicador 9.5.2 – pesquisadores (em equivalência de tempo integral) por milhão de habitantes.</p> <p>Objetivo 17: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Meta 17.13 – aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.</p> <p>Indicador 17.13.1 – painel de indicadores macroeconômicos.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
	Taxa composta de subutilização da força de trabalho	<p>Objetivo 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.</p> <p>Meta 8.3 – promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação. Incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.</p> <p>Indicador 8.3.1 – proporção de trabalhadores ocupados em atividades não agrícolas informais, por sexo.</p> <p>Meta 8.5 – até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.</p> <p>Indicador 8.5.2 – taxa de desocupação, por sexo, idade e pessoas com deficiência.</p> <p>Meta 8.6 – até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.</p> <p>Indicador 8.6.1 – porcentagem de jovens (15-24) que não estão na força de trabalho (ocupados e não ocupados), não são estudantes e nem estão em treinamento para o trabalho.</p> <p>Objetivo 9: construir infraestrutura resiliente; promover a industrialização inclusiva e sustentável; e fomentar a inovação.</p> <p>Meta 9.2 – promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo.</p> <p>Indicador 9.2.2 – emprego na indústria em proporção do emprego total.</p> <p>Meta 9.5 – fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.</p> <p>Indicador 9.5.2 – pesquisadores (em equivalência de tempo integral) por milhão de habitantes.</p>
	Corrente de Comércio Exterior da economia brasileira	<p>Objetivo 2: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.</p> <p>Meta 2.b – corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.</p> <p>Objetivo 17: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Meta 17.10 – promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha.</p> <p>Indicador 17.10.1 – média ponderada das tarifas aduaneiras à escala mundial.</p> <p>Meta 17.11 – aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020.</p> <p>Meta 17.12 – concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
	Índice de competitividade global (ICG)	<p>Objetivo 7: garantir acesso a energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.</p> <p>Meta 7.1 – até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.</p>
	Grau de facilidade de se fazer negócios	<p>Meta 7.b – até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.</p> <p>Indicador 7.b.1 – investimentos em eficiência energética, em porcentagem do PIB, e montante de investimento direto estrangeiro em transferências financeiras para infraestruturas e tecnologias para serviços de desenvolvimento sustentável.</p> <p>Objetivo 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável; emprego pleno e produtivo; e trabalho decente para todos.</p> <p>Meta 8.3 – promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.</p> <p>Meta 8.10 – fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.</p> <p>Objetivo 9: construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.</p> <p>Meta 9.1 – desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.</p> <p>Meta 9.3 – aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados.</p> <p>Indicador 9.3.1 – proporção do valor adicionado das empresas de pequena escala no total do valor adicionado da indústria.</p> <p>Indicador 9.3.2 – proporção de microempresas com empréstimos contraídos ou linhas de crédito.</p> <p>Objetivo 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.</p> <p>Meta 10.5 – melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e das instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.</p> <p>Indicador 10.5.1 – Indicadores de Solidez Financeira.</p> <p>Objetivo 16: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p> <p>Meta 16.6 – desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
		<p>Objetivo 17: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Meta 17.10 – promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da OMC, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha.</p> <p>Meta 17.12 – concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.</p> <p>Meta 17.13 – aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.</p>
	Indicadores de Governança Mundial	<p>Objetivo 16: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p> <p>Meta 16.3 – promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.</p> <p>Indicador 16.3.1 – proporção de vítimas de violência nos últimos doze meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos.</p> <p>Meta 16.5 – reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.</p> <p>Indicador 16.5.1 – proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos doze meses.</p> <p>Indicador 16.5.2 – proporção de empresas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos doze meses.</p> <p>Meta 16.6 – desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.</p> <p>Indicador 16.6.2 – proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos.</p> <p>Meta 16.7 – garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.</p> <p>Indicador 16.7.2 – proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, idade, deficiência e grupo populacional.</p> <p>Meta 16.10 – assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.</p> <p>Indicador 16.10.1 – número de casos verificados de homicídio, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, pessoal de mídia, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos doze meses.</p> <p>Indicador 16.10.2 – número de países que adotam e implementam garantias constitucionais, estatutárias e/ou políticas para acesso público à informação.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
Infraestrutura	Participação do investimento em obras de infraestrutura no PIB	<p>Objetivo 6: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.</p> <p>Meta 6.1 – até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.</p> <p>Indicador 6.1.1 – proporção da população que utiliza serviços de água potável gerenciados de forma segura.</p>
	Índice de Desempenho Logístico	<p>Meta 6.2 – até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Indicador 6.2.1 – proporção da população que utiliza serviços de saneamento gerenciados de forma segura, incluindo instalação para lavagem das mãos com água e sabão.</p> <p>Objetivo 7: garantir acesso a energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.</p> <p>Meta 7.1 – até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.</p> <p>Objetivo 9: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.</p> <p>Meta 9.1 – desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.</p> <p>Meta 9.4 – até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos, com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.</p> <p>Objetivo 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p> <p>Meta 11.1 – até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, além de urbanizar as favelas.</p> <p>Meta 11.2 – até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.</p> <p>Meta 11.a – apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.</p> <p>Objetivo 13: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos.</p> <p>Meta 13.1 – reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.</p> <p>Objetivo 17: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Meta 17.8 – operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação.</p> <p>Indicador 17.8.1 – proporção de indivíduos que utilizam a Internet.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
	<p>Percentual de domicílios com condição satisfatória de bem-estar</p>	<p>Objetivo 6: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.</p> <p>Meta 6.1 – até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.</p> <p>Indicador 6.1.1 - até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.</p> <p>Meta 6.2 – até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Indicador 6.2.1 – proporção da população que utiliza serviços de saneamento gerenciados de forma segura, incluindo instalação para lavagem das mãos com água e sabão.</p> <p>Objetivo 7: garantir acesso a energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.</p> <p>Meta 7.1 – até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.</p> <p>Objetivo 9: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.</p> <p>Meta 9.c – aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.</p> <p>Indicador 9.c.1 – proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia.</p> <p>Objetivo 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p> <p>Meta 11.1 – até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, além de urbanizar as favelas.</p> <p>Indicador 11.1.1 – proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados.</p> <p>Meta 11.6 – até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo <i>per capita</i> das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
Ambiental	<p>Intensidade de emissão de gases do efeito estufa (GEE)</p> <p>(CO₂e per \$ PIB PPP)</p>	<p>Objetivo 2: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.</p> <p>Meta 2.4 – até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.</p> <p>Indicador 2.4.1 – proporção da área agrícola sob agricultura produtiva e sustentável.</p> <p>Objetivo 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p> <p>Meta 4.7 – até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Indicador 4.7.1 – em que medida a educação para a cidadania global e a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a igualdade de gênero e os direitos humanos, são incorporados a todos os níveis de políticas nacionais de educação, currículos escolares, formação dos professores e avaliação dos alunos.</p> <p>Objetivo 6: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.</p> <p>Meta 6.4 – até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com ela.</p> <p>Indicador 6.4.1 – nível de stress hídrico: proporção das retiradas de água doce em relação ao total dos recursos de água doce disponíveis.</p> <p>Meta 6.5 – até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.</p> <p>Meta 6.6 – até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.</p> <p>Objetivo 9: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.</p> <p>Meta 9.2 – promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo.</p> <p>Meta 9.4 – até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência no uso de recursos aumentada e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.</p> <p>Indicador 9.4.1 – emissão de CO₂ por unidade de valor adicionado.</p> <p>Objetivo 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p> <p>Meta 11.6 – até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo <i>per capita</i> das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
		<p>Objetivo 12: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.</p> <p>Meta 12.4 – até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus 27 impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.</p> <p>Objetivo 14: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Meta 14.1 – conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Meta 14.3 – minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.</p> <p>Objetivo 15: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.</p> <p>Meta 15.1 - até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.</p> <p>Meta 15.2 – até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
	<p>Taxa de desmatamento</p>	<p>Objetivo 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p> <p>Meta 11.4 – fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.</p> <p>Indicador 11.4.1 – total da despesa (pública e privada) <i>per capita</i> gasta na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural, por tipo de patrimônio (cultural, natural, misto e por designação do Centro do Patrimônio Mundial), nível de governo (nacional, regional e local), tipo de despesa (despesas correntes/de investimento) e tipo de financiamento privado (doações em espécie, setor privado sem fins lucrativos e patrocínios).</p> <p>Objetivo 13: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.</p> <p>Meta 13.2 – integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.</p> <p>Indicador 13.2.1 – número de países que comunicaram o estabelecimento ou a operacionalização de uma política/estratégia/plano integrado que aumente a sua capacidade de adaptação aos impactos adversos das mudanças climáticas e promova a resiliência climática e o desenvolvimento de emissões de gases de efeito estufa baixas, de maneira que não ameacem a produção alimentar (incluindo um plano nacional de adaptação, uma contribuição determinada a nível nacional, uma comunicação nacional, um relatório de atualização bienal ou outro).</p> <p>Meta 13.3 – melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.</p> <p>Indicador 13.3.1 – número de países que integraram medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce nos currículos de ensino fundamental, médio e superior.</p> <p>Indicador 13.3.2 – número de países que comunicaram o fortalecimento da capacitação institucional, sistêmica e individual para implementar ações de adaptação, mitigação e transferência de tecnologia e desenvolvimento.</p> <p>Objetivo 1: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.</p> <p>Meta 15.1 – até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.</p> <p>Indicador 15.1.1 – área florestal como proporção da área total do território.</p> <p>Indicador 15.1.2 – proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema.</p> <p>Meta 15.2 – até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.</p> <p>Indicador 15.2.1 – progressos na gestão florestal sustentável.</p> <p>Meta 15.3 – até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.</p> <p>Indicador 15.3.1 – proporção do território com solos degradados.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
	<p>Participação de fontes de energia renovável na matriz energética</p>	<p>Objetivo 7: garantir acesso a energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.</p> <p>Meta 7.2 – até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.</p> <p>Indicador 7.2.1 – quota de energia renovável no total final do consumo de energia.</p> <p>Meta 7.3 – até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.</p> <p>Meta 7.a – até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.</p> <p>Objetivo 9: construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.</p> <p>Meta 9.4 – até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.</p> <p>Indicador 9.4.1 – emissão de CO2 pelo PIB.</p> <p>Objetivo 12: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.</p> <p>Meta 12.c – racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
Social	<p>Percentual de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental</p>	<p>Objetivo 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p> <p>Meta 4.1 – até 2030, garantir que todas as meninas e todos os meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.</p>
	<p>IDEB</p>	<p>Indicador 4.1.1 – Proporção de crianças e jovens: i) nos segundo e terceiro anos do ensino fundamental; ii) no final dos anos iniciais do ensino fundamental; e iii) no final dos anos finais do ensino fundamental, que atingiram um nível mínimo de proficiência em leitura e matemática, por sexo.</p> <p>Meta 4.2 – até 2030, garantir que todos os meninos e todas as meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.</p> <p>Indicador 4.2.2 – taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental), por sexo.</p> <p>Meta 4.5 – até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Indicador 4.5.1 – índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, primeiro/quinto quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.</p> <p>Meta 4.6 – até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.</p> <p>Indicador 4.6.1 – porcentagem da população de determinado grupo etário que atingiu pelo menos o nível mínimo de proficiência em leitura e escrita e matemática, por sexo.</p> <p>Objetivo 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.</p> <p>Meta 8.6 – até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.</p> <p>Meta 8.7 – tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.</p> <p>Indicador 8.7.1 – proporção e número de crianças de 5-17 anos envolvidos no trabalho infantil, por sexo e idade.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
	<p>Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos)</p>	<p>Objetivo 2: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.</p> <p>Meta 2.1 – até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.</p> <p>Indicador 2.1.1 – prevalência de desnutrição.</p> <p>Indicador 2.1.2 – prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, baseado na FIES.</p> <p>Meta 2.2 – até 2030, acabar com todas as formas de má nutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.</p> <p>Indicador 2.2.1 – prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade.</p> <p>Indicador 2.2.2 – prevalência de má nutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de má nutrição (baixo peso e excesso de peso).</p> <p>Objetivo 3: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.</p> <p>Meta 3.1 – até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.</p> <p>Indicador 3.1.2 – proporção de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado.</p> <p>Meta 3.2 – até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1 mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1 mil nascidos vivos.</p> <p>Indicador 3.2.1 – taxa de mortalidade em menores de 5 anos.</p> <p>Indicador 3.2.2 – taxa de mortalidade neonatal.</p> <p>Meta 3.7 – até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.</p> <p>Indicador 3.7.1 – proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos modernos de planejamento familiar.</p> <p>Indicador 3.7.2 – número de nascidos vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1 mil mulheres destes grupos etários.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
		<p>Meta 3.8 – atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.</p> <p>Indicador 3.8.1 – Cobertura da Atenção Primária à Saúde (definida como a cobertura média dos cidades de saúde primários aferida por indicadores relativos a saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis, e sobre o acesso e capacidade dos serviços, junto da população geral e das populações mais desfavorecidas).</p> <p>Meta 3.b – apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights – TRIPS) sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.</p> <p>Indicador 3.b.1 – taxa de cobertura vacinal da população em relação às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação.</p> <p>Objetivo 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p> <p>Meta 4.2 – até 2030, garantir que todas as meninas e todos os meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.</p> <p>Indicador 4.2.1 – proporção de crianças com menos de 5 anos que estão com desenvolvimento adequado da saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo.</p> <p>Objetivo 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.</p> <p>Meta 5.6 – assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
	<p>Esperança de vida ao nascer</p>	<p>Objetivo 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.</p> <p>Meta 1.3 – implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.</p> <p>Indicador 1.3.1 – proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com deficiência, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis.</p> <p>Objetivo 2: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.</p> <p>Meta 2.1 – até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.</p> <p>Indicador 2.1.1 – prevalência de subalimentação.</p> <p>Indicador 2.1.2 – prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, baseado na FIES.</p> <p>Meta 2.2 – até 2030, acabar com todas as formas de má-nutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de 5 anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.</p> <p>Indicador 2.2.1 – prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade.</p> <p>Indicador 2.2.2 – prevalência de má-nutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de má-nutrição (baixo peso e excesso de peso).</p> <p>Objetivo 3: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.</p> <p>Meta 3.8 – atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.</p> <p>Indicador 3.1.1 – razão de mortalidade materna.</p> <p>Indicador 3.1.2 – proporção de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado.</p> <p>Indicador 3.2.1 – taxa de mortalidade em menores de 5 anos.</p> <p>Indicador 3.2.2 – taxa de mortalidade neonatal.</p> <p>Indicador 3.4.1 – taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crônicas respiratórias.</p> <p>Indicador 3.4.2 – taxa de mortalidade por suicídio.</p> <p>Indicador 3.6.1 – taxa de mortalidade por acidentes de trânsito.</p> <p>Indicador 3.9.1 – taxa de mortalidade por poluição ambiental (externa e doméstica) do ar.</p> <p>Indicador 3.9.2 – taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene.</p> <p>Indicador 3.9.3 – taxa de mortalidade atribuída a intoxicação não intencional.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
		<p>Objetivo 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p> <p>Meta 4.2 – até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.</p> <p>Indicador 4.2.1 – proporção de crianças com menos de 5 anos que estão com desenvolvimento adequado da saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo.</p> <p>Meta 4.7 – até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Objetivo 6: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.</p> <p>Meta 6.1 – até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos.</p> <p>Meta 6.2 – até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Objetivo 16: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p> <p>Meta 16.1 – reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade em todos os lugares.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
	<p>Taxa de homicídio (por 100 mil habitantes)</p>	<p>Objetivo 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p> <p>Meta 4.7 – até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Indicador 4.7.1 – em que medida a educação para a cidadania global e a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a igualdade de gênero e os direitos humanos, são incorporados a todos os níveis de políticas nacionais de educação, currículos escolares, formação dos professores e avaliação dos alunos.</p> <p>Objetivo 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.</p> <p>Meta 5.2 – eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.</p> <p>Objetivo 16: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p> <p>Meta 16.1 – reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade em todos os lugares.</p> <p>Indicador 16.1.1 – número de vítimas de homicídio intencional, por 100 mil habitantes, por sexo e idade.</p> <p>Indicador 16.1.2 – óbitos relacionados com conflitos por 100 mil habitantes, por sexo, idade e causa.</p> <p>Objetivo 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p> <p>Meta 11.7 – até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
	Índice de Gini	<p>Objetivo 2: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.</p> <p>Meta 2.3 – até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.</p> <p>Objetivo 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p> <p>Meta 4.5 – até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Meta 4.5.1 – índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, primeiro/quinto quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.</p> <p>Meta 4.a – construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.</p> <p>Indicador 4.a.1 – proporção de escolas com acesso a eletricidade; internet e computadores para fins pedagógicos; infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência; água potável; instalações sanitárias separadas por sexo; e instalações básicas para lavagem das mãos, de acordo com as definições dos indicadores WASH.</p> <p>Objetivo 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.</p> <p>Objetivo 8.5 – até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e todos os homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.</p> <p>Meta 8.5.1 – Salário médio por hora de empregados por sexo, por ocupação, idade e pessoas com deficiência.</p> <p>Meta 8.5.2 – taxa de desocupação, por sexo, idade e pessoas com deficiência.</p> <p>Objetivo 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.</p> <p>Meta 10.1 – até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.</p> <p>Indicador 10.1.1 – taxa de crescimento das despesas domiciliares ou rendimento per capita entre os 40% com os menores rendimentos da população e a população total.</p> <p>Meta 10.2 – até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.</p> <p>Meta 10.2.1 – proporção da pessoas vivendo abaixo de 50% da mediana da renda, por sexo, idade e pessoas com deficiência.</p> <p>Meta 10.3 – garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.</p> <p>Meta 10.4 – adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
	Proporção da população abaixo da linha de pobreza	<p>Objetivo 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.</p> <p>Meta 1.1 – até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia.</p> <p>Indicador 1.1.1 – proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural).</p> <p>Meta 1.2 – até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.</p> <p>Meta 1.3 – implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.</p> <p>Meta 1.4 – até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.</p> <p>Objetivo 2: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.</p> <p>Meta 2.3 – até 2030, acabar com todas as formas de má-nutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de 5 anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.</p> <p>Indicador 2.3.2 – renda média dos pequenos produtores de alimentos, por sexo e condição de indígena.</p> <p>Objetivo 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.</p> <p>Meta 8.5 – até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e todos os homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.</p> <p>Meta 8.8 – proteger os direitos trabalhistas e ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres, e pessoas em empregos precários.</p> <p>Meta 8.10 – fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.</p> <p>Objetivo 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.</p> <p>Meta 10.2 – até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.</p> <p>Indicador 10.2.1 – proporção da pessoas vivendo abaixo de 50% da mediana da renda, por sexo, idade e pessoas com deficiência.</p> <p>Meta 10.3 – garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito</p> <p>Indicador 10.3.1 – proporção da população que reportou ter se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos doze meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.</p> <p>Objetivo 14: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Meta 14.7 -- até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.</p> <p>Meta 14.b – proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.</p>

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

